

# PREGÃO ELETRÔNICO

90091/26-00

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (393003)

## OBJETO

CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS RELATIVAS A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO; DIGITALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DOCUMENTAL; ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELACIONADOS A INFRAÇÕES, DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SINISTROS DE TRÂNSITO; ATENDIMENTO AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO; E ANÁLISE INTEGRADA DE DADOS E INFORMAÇÕES DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA SOB RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, A SEREM EXECUTADOS SOB O REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 137.140.666,45 (CENTO E TRINTA E SETE MILHÕES, CENTO E QUARENTA MIL SEISCENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS),

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

## MODO DE DISPUTA:

ABERTO

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
8. DO TERMO DE CONTRATO .....	20
9. DOS RECURSOS .....	20
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	21
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	24
12. DOS CONSÓRCIOS .....	25
13. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES .....	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	26
15. ANEXOS .....	28

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90091/26-00****(Processo Administrativo nº 50600.004765/2025-94)**

Torna-se público que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por meio da Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações), sediado no Setor de Autarquias Norte | Quadra 03 Lote A. Ed. Núcleo dos Transportes | Brasília/DF | CEP:70040902, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços especializados de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a serem executados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 20 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 3.8.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 3.8.5 e 3.8.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2. valor unitário total do grupo;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.13. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.14. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.16. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.17. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **com intervalo mínimo de diferença de percentual de 1% entre os lances.**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

5.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/ Comissão.

5.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21.1. O sorteio será gravado e anexado aos autos do processo licitatório;



5.21.2. A comissão de licitação será responsável por elaborar ata do sorteio, submetendo à assinatura dos presentes, sendo a mesma posteriormente divulgada e anexada aos autos do processo.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.5. O Pregoeiro/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.8. Em conformidade com o art. 5º, do Decreto nº 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho do SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial” no Anexo I - Orçamento Referencial (SEI nº 23777904) - Portaria SGD/MGI nº 750, de 20/03/2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.679, de 17 de setembro de 2024

6.8.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios

ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.9.1. conter vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.16.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.16.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

6.16.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

6.16.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.17. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

6.18. O pregoeiro/ comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

6.19. O pregoeiro/ comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.20. O pregoeiro/ comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

6.21. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **4 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **4 (quatro) horas**, para:

7.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

## 8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de (05) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até (05) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de (05) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.8. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

8.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/portais-tematicos/dnit-sem-papel>.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [cgcl.esclarecimentos@dnit.gov.br](mailto:cgcl.esclarecimentos@dnit.gov.br).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DOS CONSÓRCIOS**

12.1. Poderão disputar essa licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio, desde que atendam as todas as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, e no artigo 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

- 12.2. O ato de constituição do consórcio deverá:

12.2.1. estabelecer a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato; e

12.2.2. indicar a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

12.3. Deverão ser apresentados os documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado.

12.4. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

12.5. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente.

12.6. As pessoas jurídicas integrantes do consórcio deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

12.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo DNIT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

12.8. A empresa líder deverá apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I, do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES**

13.1. O DNIT, por intermédio da Instrução Normativa nº 77 de 14 de dezembro de 2021, instituiu a Política Antifraude e Anticorrupção, que traz um conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades,

vedações e regras destinadas a orientar a prevenção de ocorrência de fraudes e atos de corrupção nas atividades conduzidas diretamente ou por meio de concessão.

13.2. No caso de serviços e fornecimentos de grande vulto, conforme art. 6º, inciso XXII, c/c art. 25, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 17, inciso V da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, a contratada deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle.

13.3. A contratada deverá observar o disposto na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, bem como aceder ao Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT – ANEXO III.

13.4. O DNIT, com amparo no artigo 57, inciso XIII, alíneas “a” e “b”, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, poderá conduzir diligências antes da contratação, visando a prevenção, redução e mitigação de riscos à corrupção e à fraude.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/dnit/ptbr/assuntos/licitacoes/sede/editais-delicitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO I – Termo de Referência Digital nº 28/2026
  - 14.11.2.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar Digital nº 30/2026
  - 14.11.2.2. Apêndice – Termo de Cooperativa Técnica
  - 14.11.2.3. Apêndice - Resumo Orçamento Referencial
  - 14.11.2.4. Apêndice – Modelo Proposta Comercial I
  - 14.11.2.5. Apêndice – Modelo Proposta Comercial II
  - 14.11.2.6. Apêndice – Projeto Adequação de Espaço Físico
  - 14.11.2.7. Apêndice – Projeto Básico
- 14.11.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.4. Anexo III – Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção
- 14.11.5. Anexo V – Fluxograma de Execução dos Serviços

....., ..... de ..... de 20.....

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

## DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST.DE TRANSPORTES

## Termo de Referência 28/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2026	393003-DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST.DE TRANSPORTES	MARIANNE BARREIRA E SILVA SANTANA	12/03/2026 09:14 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	109/2026	50600.004765/2025-94

## 1. Condições Gerais da Contratação

1.1 Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a serem executados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Resumo do orçamento

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.016.640	R\$ 1.128.470,40
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	R\$ 7.959.148,62
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	R\$ 2.294.392,39
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	R\$ 13.018.845,30
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	R\$ 22.694.156,48
			Processo			



8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Analísado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	R\$ 1.153.646,01
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analísado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	R\$ 14.803.491,15
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analísado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	R\$ 6.934.614,06
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analísado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	R\$ 20.070.145,14
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analísado e Instruído	R\$ 27,37	80.406	R\$ 2.200.712,22
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	R\$ 1.310.642,40
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	R\$ 1.552.736,82
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	R\$ 975.306,00
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	R\$ 995.070,00
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282.694,98	59	R\$ 16.679.003,82
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	R\$ 30.500,00
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,56	4	R\$ 913.118,24
					TOTAL	R\$ 137.140.666,45

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 030 /2026 (SEI nº 23777870).

1.3 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário e Global.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 Tem-se a vigência plurianual como mais vantajosa para a Administração Pública, considerando os termos da Nota Técnica nº 25/2026 (SEI nº 23762945).

1.6 Relação de Índices Contábeis (qualificação econômico-financeira): Declara-se concordância com a utilização da relação de Índices Contábeis exigidos no edital padrão para fins de qualificação econômico-financeira.

1.7 Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar 123/2006): Não se aplica a exclusividade, pois o valor da contratação é superior à previsão legal e não se aplica à reserva de cota, pois não se trata de aquisição de bens.

1.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.Contato do responsável: Julio Cesar Donelli Pellizzon, Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito, telefone: (61) 3315-4438, correio eletrônico: [julio.pellizzon@dnit.gov.br](mailto:julio.pellizzon@dnit.gov.br).

## 2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 030 /2026 (SEI nº 23777870), apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 393003;

II - Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III - ID do item no PCA: 275, 276 e 277;

IV - Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO;

V - Identificador da Futura Contratação: 109/2026.

## 3. Descrição da Solução como um todo

3.1 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. A contratação considera a execução de cinco serviços distintos e dependentes entre si, quais sejam:

**I - SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS:** consiste no processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito, realizados por equipamentos de fiscalização do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) e do Plano Nacional de Pesagem (PNP), utilizando sistemas de visão computacional e validação manual, conforme padrões do DNIT.

**II - SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS:** consiste na recepção, classificação, preparação e digitalização de documentos físicos para arquivos digitais, inserção dos documentos digitalizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e demais sistemas estabelecidos pelo DNIT, e acondicionamento dos originais físicos em caixas arquivo para destinação final pelo DNIT, devolução ao remetente ou encaminhamento para outros entes.

**III - SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS:** consiste no suporte à análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações de trânsito, danos ao patrimônio público e apuração de sinistros de trânsito, utilizando o Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e demais sistemas estabelecidos pelo DNIT, em conformidade com a legislação aplicada (Lei nº 9.503/1997, Resoluções do CONTRAN, Deliberações e Portarias da SENATRAN, Súmula STJ nº 312, etc).

**IV - SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO:** consiste na realização do atendimento ao público interno e externo do DNIT, de forma virtual ou telefônica, abrangendo as infrações de trânsito, os processos de danos ao patrimônio público e apuração de sinistros de trânsito, e informações sobre infraestrutura rodoviária.

**V - SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA:** consiste na coleta e tratamento de dados sobre infraestrutura rodoviária para suporte às análises de processos e atendimentos, produção de materiais de comunicação e otimização de serviços do DNIT. Este serviço também inclui o gerenciamento de ocorrências e comunicações internas e externas, integrando os demais serviços desta contratação.

3.2 O ciclo de vida do objeto inicia-se com o registro das infrações de trânsito realizado por meio dos equipamentos do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) e do Plano Nacional de Pesagem (PNP) em operação nas rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), capturando imagens e dados necessários para a caracterização e comprovação das infrações. Esses registros são recepcionados pelo Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), sendo disponibilizados para processamento, conforme padrões definidos pela Autarquia.

3.3 No SERVIÇO 1, o processamento das imagens pode ocorrer através de solução tecnológica de visão computacional, cuja utilização é considerada como possibilidade. A utilização desta tecnologia visa aprimorar a precisão e eficiência na análise das imagens, agilizando a identificação e validação inicial dos registros infracionais. Independentemente do uso da solução automatizada, será obrigatório um processo rigoroso de validação manual subsequente. Essa validação deverá ser realizada por técnicos treinados que conferirão manualmente cada registro, garantindo precisão na identificação da Placa de Identificação Veicular (PIV) e demais elementos relevantes, tornando-o apto ou inapto para a lavratura do auto de infração de trânsito.

3.4 Após a lavratura do auto de infração de trânsito pelo Agente da Autoridade de Trânsito, momento em que é inaugurado o processo administrativo de trânsito, a Autoridade de Trânsito, nos termos do artigo 281 do CTB, julgará sua consistência. Se for verificado qualquer problema ou inconsistência, o auto é cancelado e seu registro arquivado, caso contrário, será expedida a Notificação da Autuação (NA), devendo ser postada no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do cometimento da infração, oportunizando, principalmente, a indicação do real infrator; a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito; e a interposição de Defesa da Autuação pugnando pela não imposição da penalidade de multa. Encerrada a fase de

autuação, a fase de penalidade é iniciada após a expedição da Notificação da Penalidade (NP), a qual oportuniza a interposição de Recurso Administrativo para julgamento pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, principalmente. Da decisão da JARI, ainda é possível recorrer na 2ª instância administrativa. Em última tramitação, em caso de não pagamento da multa de trânsito, o crédito é encaminhado para cobrança, podendo ensejar a inscrição em Dívida Ativa.

3.5 O fluxo apresentado pode levar meses para ser completado, tendo em vista o rito estabelecido na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo na Administração Pública Federal, assim como os prazos prescricionais estabelecidos na Lei nº 9.873/99.

3.6 No curso do processo administrativo de trânsito é possível a apresentação de documentos físicos, os quais são encaminhados para a etapa de digitalização. Neste estágio, o SERVIÇO 2 é acionado, resultando na inserção dos documentos digitalizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR) ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os documentos originais que ficarão sob a guarda do DNIT, devem ser cuidadosamente organizados e acondicionados em caixas arquivo, para garantir sua preservação e fácil localização, permitindo destinação adequada e eficiente pela Autarquia. É possível, ainda, a devolução dos documentos originais ao remetente, assim como o encaminhamento para outros entes.

3.7 Diante dos requerimentos recepcionados pelo DNIT, o SERVIÇO 3 fornece apoio essencial para a análise e instrução dos processos administrativos. Neste serviço, equipes especializadas realizam verificações detalhadas das infrações, dos processos de danos patrimoniais e de sinistros, sempre em conformidade com a legislação específica aplicável.

3.8 O SERVIÇO 4 oferece suporte direto ao público interno e externo ao DNIT, fornecendo informações detalhadas sobre os processos, esclarecendo dúvidas e oferecendo orientação sobre procedimentos relacionados às infrações, danos patrimoniais e sinistros. Esse atendimento contribui significativamente para a transparência e eficácia da comunicação institucional da Autarquia.

3.9 Todos os serviços mencionados devem ser permanentemente acompanhados pelo SERVIÇO 5, que desempenha papel fundamental na coleta e tratamento contínuo de dados relacionados à infraestrutura rodoviária, proporcionando insumos estratégicos para aprimorar o atendimento ao usuário e a instrução dos processos. O SERVIÇO 5 destaca-se especialmente pela sua função integradora, coordenando e gerenciando as informações e ocorrências geradas pelos demais serviços, otimizando os fluxos operacionais internos e garantindo uma prestação de serviço mais eficiente e transparente por parte do DNIT. O SERVIÇO 5 responde pela identificação de indicadores de desempenho, assim como pelo desenvolvimento e manutenção de painéis gerenciais e produção de relatórios.

3.9.1 Todos os artefatos produzidos no âmbito do SERVIÇO 5, incluindo consultas, códigos, modelos de dados, painéis, relatórios e demais produtos intelectuais, constituem propriedade exclusiva do DNIT. A obtenção de dados e informações para a produção de painéis, identificação de indicadores de desempenho e geração de relatórios deverá ocorrer exclusivamente a partir do Acesso e Consultas ao Sistema SIOR e demais definidos pelo DNIT. Enquanto essa funcionalidade não estiver disponível ou o método de coleta direta for inacessível, o contratante providenciará o conjunto de informações necessárias para apoiar a execução e desenvolvimento desta atividade.

3.10 Para a prestação dos serviços deverá ser observada a Lei nº 14.437, de 15 de agosto de 2022, a qual autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal.

3.10.1 Ainda, em observância ao disposto no inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.430/2023, o contratado deverá manter durante a vigência contratual o percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica.

3.11 A prestação dos serviços ocorrerá, em parcela, presencialmente em espaço físico designado pelo DNIT em sua Sede Nacional em Brasília, o qual deverá ser adequado pelo contratado conforme previsão contida neste Termo de Referência, assim como em regime de teletrabalho.

3.12 A vantajosidade da prestação dos serviços em regime de teletrabalho foi demonstrada na Nota Técnica nº: 61/2022/CMET/CGPERT/DIR/DNIT SEDE (SEI nº 12603266), inserta no Processo nº 50600.034283/2022-16, a qual se debruçou na análise da execução do Contrato TT-084/2021 (SEI nº 7876315), firmado entre o DNIT e a empresa Serget Mobilidade Viária Ltda., cuja característica da prestação dos serviços se amolda ao objeto do presente Termo de Referência.

3.13 Na prestação dos serviços em regime de teletrabalho, o contratado deverá prever a possibilidade de execução das atividades durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, sendo possível a adoção de turnos diferenciados entre os empregados, a depender da demanda recebida e dos prazos de atendimento, ficando a cargo do contratado a gestão da execução das atividades e o correto balanceamento da carga de trabalho entre seus colaboradores.

3.13.1 Durante ou em decorrência da execução das atividades em teletrabalho é terminantemente proibida a reprodução, cópia, resumo e armazenamento em dispositivos não autorizados, compartilhamento, transmissão ou divulgação, por qualquer meio físico ou digital, de toda e qualquer informação, dado, base de conhecimento, metodologia ou expertise técnica de propriedade do contratante, abrangendo integralmente seus segredos de negócio e dados protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.13.2 O acesso aos sistemas e documentos devem ser pautados exclusivamente pela necessidade de estrito cumprimento das funções laborais, sendo vedada a utilização de qualquer informação para fins pessoais ou alheios ao objeto desta contratação ou para proveito próprio ou de terceiros. O dever de sigilo absoluto e a obrigação de não retenção de informações permanecem vigentes mesmo após o encerramento do vínculo com o contratante, sujeitando o infrator, em caso de descumprimento, à sanções administrativas, civis e criminais cabíveis, além das penalidades contratuais previstas.

3.14 Para a execução das atividades em regime de teletrabalho, caberá ao contratado adquirir, disponibilizar e manter: serviço de banda larga e Internet munido de duas telas para cada empregado, necessários à execução das atividades que compõem o objeto da contratação, conforme especificações técnicas mínimas definidas em tópico específico deste Termo de Referência.

3.14.1 Os dispositivos utilizados em teletrabalho e seus usuários não terão acesso direto a nenhuma Base de Dados da Autarquia. Toda e qualquer necessidade informacional vinculada com as atividades será obtida através de autenticação e login nos Sistemas Institucionais disponibilizados, exigindo-se excepcionalmente o Acesso via VPN, quando for o caso.

3.15 Caberá ao empregado dispor de mobiliário e ambiente adequados à execução das atividades em regime de teletrabalho, os quais deverão ser verificados pelo contratado quanto ao atendimento aos requisitos mínimos de ergonomia e salubridade.

3.16 Ficará a cargo do contratado a aquisição de licenças de softwares necessários para a execução dos serviços, bem como à disponibilização de licenças VPN (), aquisição de certificados digitais, dentre outros voltados ao atendimento à política de segurança da informação Virtual Private Network estabelecida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do DNIT.

3.16.1 A aquisição de Licença VPN e utilização de Certificado Digital não são garantia de autorização e concessão de acesso ao ambiente tecnológico do DNIT, sistemas e ferramentas do contratado, titular dos dados e informações públicas. Competirá ao contratado viabilizar o meio padrão de acesso às informações e a avaliação das permissões excepcionais, segundo seus critérios e conforme a necessidade.

3.17 Caberá ao contratado a disponibilização de licenças de ferramentas para viabilizar a comunicação remota entre seus empregados, de gestão de demandas, dentre outras pertinentes à boa execução das atividades, no prazo, quantidade e qualidade estabelecidos.

### **SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS**

3.18 O serviço consiste no processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito realizados por equipamentos de fiscalização de trânsito no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e do Programa Nacional de Pesagem - PNP. A contratação considera o processamento por meio da execução de quatro fases distintas e dependentes entre si, onde, na FASE 1, o contratado poderá se valer de solução de visão computacional, cujos requisitos serão especificados a seguir, para processar de forma totalmente automatizada, cada uma das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito disponibilizados, enquanto que, nas três fases subsequentes, é obrigatória a alocação de mão de obra para execução das atividades, de forma manual, por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

3.19 Os registros de infrações de trânsito, compostos de no mínimo uma imagem de flagrante infracional, são encaminhados, dentro dos prazos e em conformidade com os protocolos de comunicação estabelecidos pelo DNIT, para o SIOR, pelo operador dos equipamentos de fiscalização de trânsito.

3.20 Os registros de infrações de trânsito encaminhados ao SIOR, pelo operador dos equipamentos de fiscalização de trânsito, serão disponibilizados imediatamente ao contratado para processamento.

3.21 O Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR disponibilizará os registros por data de recebimento, priorizando os registros mais antigos para processamento.

3.22 Os registros deverão ser analisados, um a um, e serão classificados em válidos ou inválidos, mediante execução das seguintes fases de processamento:

#### **3.22.1 FASE 1: Conferência Automática**

3.22.1.1 A FASE 1: Conferência Automática consiste na execução de serviço de processamento das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito, de forma automatizada com disponibilização de solução de visão computacional a cargo do contratado.

3.22.1.2 Para execução da FASE 1: Conferência Automática, a solução de visão computacional deverá ter capacidade de processamento ininterrupto dos registros, assim como acurácia mínima de 90% na identificação das Placas de Identificação Veicular - PIV.

3.22.1.3 A solução de visão computacional deverá processar cada uma das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito disponibilizados por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

3.22.1.3.1 A solução deverá ter capacidade de aprendizado, considerando para fins de calibração o banco de dados de registros infracionais analisados a partir do início da execução do contrato.

3.22.1.3.2 Ao optar pelo processo de automatização da FASE 1, o contratado deverá apresentar à contratante um plano, contendo as especificações técnicas da solução a ser adotada, bem como um cronograma de implantação.

3.22.1.3.3 Para a implementação do processo de automatização da FASE 1, a solução deverá ser previamente submetida a testes, de modo a verificar a funcionalidade e a eficácia de cada componente responsável pelo processamento das imagens no sistema. Constatada a conformidade da ferramenta, bem como o atendimento às necessidades estabelecidas pelo DNIT, a solução poderá receber a outorga da Contratante.

3.22.1.3.4 A automatização deverá ser executada de forma ininterrupta, sob a supervisão do contratado, ao qual caberá o monitoramento da execução e do desempenho do processamento das imagens, bem como a identificação de eventuais anormalidades sistêmicas. Sempre que ocorrer qualquer fato relevante relacionado à solução automatizada, o contratado deverá dar imediata ciência à Contratante e, quando necessário, adotar ações corretivas, de modo a minimizar os impactos no processamento das imagens.

- 3.22.1.4 Durante a vigência do contrato, o contratado poderá suspender a utilização da solução automatizada, mediante aviso prévio devidamente justificado e após concordância da Contratante.
- 3.22.1.5 O contratado poderá utilizar sua experiência e conhecimento técnico adquiridos na operação da ferramenta para aperfeiçoá-la. Tais implementações deverão ter como finalidade o aprimoramento contínuo dos resultados da solução automatizada, de modo a atender integralmente às demandas e especificidades do processo de verificação dos registros de infração que venham a surgir durante a vigência contratual.
- 3.22.1.6 A solução de visão computacional deverá registrar e armazenar técnicos e funcionais completos de cada inferência realizada, incluindo, no logsmínimo: data e hora do processamento; identificador do registro; versão do modelo utilizado; resultado da classificação (válido ou inválido); motivo da invalidação, quando aplicável; e de confiança da inferência.score
- 3.22.1.7 Os metadados de inferência deverão ser disponibilizados ao contratante para fins de auditoria técnica, controle de qualidade, análise de desempenho e defesa administrativa ou judicial.
- 3.22.1.8 A solução deverá possibilitar a emissão de relatórios gerenciais, por meio de interface gráfica disponibilizada pelo contratado, a partir da extração dos dados armazenados.
- 3.22.1.9 O contratado deverá assegurar a segurança na transmissão dos dados, preservando sua confidencialidade e integridade, de modo a evitar acessos não autorizados, perdas ou alterações indevidas.
- 3.22.1.10 Os dados gerados no processamento dos registros e nas consultas aos bancos de dados deverão permanecer integralmente disponíveis para acesso pela Contratante, a qualquer tempo.
- 3.22.1.11 Não será permitido ao contratado manter cópias das informações que não estejam expressamente autorizadas neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato. Em nenhuma hipótese os dados poderão ser replicados ou copiados sem o conhecimento e a anuência expressa da Contratante, sob pena de responsabilização.
- 3.22.1.12 O acesso às interfaces, registros e relatórios deverá ser controlado por meio de perfis de acesso baseados em papéis, observando o princípio do menor privilégio.
- 3.22.1.13 O sistema deverá manter de acesso individualizados, contendo identificação do usuário, data, hora e ação realizada, os quais deverão ser logs preservados para fins de auditoria.
- 3.22.1.14 Não será permitido ao contratado disponibilizar acesso às informações a qualquer outra entidade ou pessoa que não seja a Contratante, sob pena de responsabilização.
- 3.22.1.15 O acesso à interface de monitoramento e aos relatórios gerenciais deverá ocorrer mediante níveis de acesso específicos e configuráveis, de forma a garantir a segurança e o controle das informações.
- 3.22.1.16 De forma integrada, a solução de visão computacional deverá acessar as imagens disponibilizadas, no padrão JPG ou similar, e priorizará o processamento dos registros de infrações por ordem de recebimento. O prazo para processamento será contado a partir do momento da disponibilização do registro para processamento.
- 3.22.1.16.1 Os registros deverão ser segmentados por tipo de equipamento de origem, conforme Tabela 2, e posteriormente por tipo de infração, conforme Tabela 3:

**Tabela 2 - Tipos de Equipamentos**

Equipamento	Descrição
CEV	Controlador Eletrônico de Velocidade
REV	Redutor Eletrônico de Velocidade
CEM	Controlador Eletrônico Misto
CFR	Controle de Fuga na Rodovia
BS	Balança Seletiva
BL	Balança Lenta

- I - Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV: medidor de velocidade (metrológico) do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho (art. 218 do CTB), por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB.
- II - Redutor Eletrônico de Velocidade - REV: medidor de velocidade (metrológico), do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, e *display* de velocidade, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em segmentos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo regulamentado para a via ou para o segmento em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19). Conforme especificações no âmbito do PNCV, esse equipamento deve ser munido de:

- a) Foco luminoso intermitente de cor amarela ou âmbar situado no topo do equipamento, indicando sua presença.
- b) Foco luminoso de cor verde, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando dentro do limite de velocidade permitido.
- c) Foco luminoso de cor amarela, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando acima do limite de velocidade permitido.
- d) O foco luminoso deve ser visível a uma distância de, no mínimo, 120 (cento e vinte) metros.
- e) *Display* de velocidade, que seja visível a qualquer hora do dia ou da noite e sob quaisquer condições climáticas, com dígitos de dimensões de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) centímetros de altura, e intensidade luminosa com condições de legibilidade a uma distância de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

III - Controlador Eletrônico Misto - CEM: Equipamento do tipo CEV, ou seja, com funcionalidade metrológica de fiscalização do excesso de velocidade (art. 218 do CTB), acrescido das funcionalidades não metrológicas para detecção do avanço de sinal vermelho do semáforo (art. 208 do CTB) e da parada sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (art. 183 do CTB).

IV - Controle de Fuga na Rodovia - CFR: Equipamento que funciona com sistema automático, com a funcionalidade não metrológica, do tipo fixo. Dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar as infrações de trânsito cometidas pelos veículos que deixam de adentrar às áreas sinalizadas destinadas à pesagem nos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs (art. 209 do CTB).

V - Balança Seletiva - BS: Dispositivo que utiliza sensores sob o pavimento, que afere o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos em movimento que adentram às áreas dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs, identificando possíveis infratores que estejam com excesso de peso (art. 231,V do CTB).

VI - Balança Lenta - BL: Equipamento que afere com precisão em uma plataforma de pesagem o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos que passaram pela Balança Seletiva do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF possibilitando a confirmação do excesso de peso (art. 231,V do CTB).

**Tabela 3 - Tipos de Infrações**

<b>Tipo Infração</b>	<b>Enquadramento /Desdobramento</b>	<b>Descrição</b>
V	745-5/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%
	746-3/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%
	747-1/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%
AVANÇO	605-0/3	Avançar o sinal vermelho do semáforo (fiscalização eletrônica)
PARADA	567-3/2	Parar sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (fiscalização eletrônica)
EVASÃO	570-3/0	Deixar de conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação
	606-8/1	Transpor bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares
	606-8/2	Deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos
PESO	683-1/1	Transitar com o veículo com excesso de peso PBT/PBTC
	683-1/2	Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo
	683-1/3	Transitar com o veículo com excesso de peso - PBT/PBTC e Por Eixo

3.22.1.14 Após a segmentação dos registros infracionais, a solução de visão computacional deverá analisar os registros e classificá-los em válidos ou inválidos, indicando um motivo em caso de invalidação.

3.22.1.15 Os motivos de invalidação dos registros de infrações serão os parametrizados pela Contratante para a execução das FASES 1, 2 e 3.

3.22.1.16 A solução de visão computacional deverá ter capacidade de identificar as Placas de Identificação Veicular - PIV no padrão "Mercosul" ou anterior. O padrão da PIV "Mercosul" observa Resolução do CONTRAN e é composto de 7 (sete) caracteres alfanuméricos com fonte *FE Engschrift*, na sequência LLLNLNN, com espaçamento equidistante e combinação aleatória. Enquanto o modelo anterior, também regulamentado pelo CONTRAN, é composto de 7 (sete) caracteres alfanuméricos com fonte *Mandatory*, na sequência LLLNNNN. Em ambos os casos, "L" é uma letra e "N" um numeral.

3.22.1.17 Para os registros oriundos de equipamentos do tipo CEV, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.18 Para registros de equipamentos do tipo REV, os quais trazem até duas imagens para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional poderá identificar o *display* de velocidade e seus caracteres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.19 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.20 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo AVANÇO, a solução de visão computacional poderá identificar os focos luminosos do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela linha de retenção e faixa de travessia de pedestres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.21 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo PARADA, a solução de visão computacional poderá identificar o foco luminoso vermelho aceso do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela faixa de travessia de pedestres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.22 Para os registros dos equipamentos do tipo CFR, os quais trazem uma ou mais imagens panorâmicas que caracterizem a infração e o veículo, a solução de visão computacional poderá identificar a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso nos casos dos acessos e saídas do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF e deverá identificar a placa do veículo do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.22.1 As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos do tipo CFR mostram a seção transversal da via, de forma a visualizar a faixa de tráfego do local fiscalizado.

3.22.1.23 Para os registros dos equipamentos do tipo BS, os quais trazem a imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário exibindo a imposição não atendida da área destinada à pesagem de veículos do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.23.1 A imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário mostra a imposição não atendida por meio de dispositivo luminoso.

3.22.1.23.2 A solução de visão computacional deverá identificar na imagem da infração o veículo na posição frontal e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, bem como poderá identificar o dispositivo luminoso de aviso e indicativo.

3.22.1.24 Para os registros dos equipamentos do tipo BL, os quais trazem a imagem frontal e a panorâmica do veículo no momento da pesagem, a configuração do veículo pesado na forma definida pelo SENATRAN, Peso Bruto Total - PBT, Peso Bruto Total Combinado - PBTC e peso por eixo ou conjunto de eixos, obtidos durante o processo de pesagem e repesagem do veículo expresso em quilograma, a identificação do instrumento de pesagem e de sua regularidade metrológica e os limites regulares de peso por eixo, PBT, PBTC e dimensões para a configuração do veículo fiscalizado, a solução de visão computacional deverá identificar na imagem frontal e panorâmica a placa do veículo e poderá verificar os dados acerca do peso obtidos na pesagem.

3.22.1.25 Para todas as situações acima descritas, em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.1.26 Para todas as situações acima descritas, em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.1.27 A solução de visão computacional deverá ter capacidade de comunicação com Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, por meio do SIOR, a partir da placa do veículo identificada no registro infracional, visando obtenção das informações de marca, modelo e cor.

3.22.1.27.1 Para todos os registros, a partir das informações obtidas, a solução de visão computacional poderá verificar automaticamente a correspondência entre o veículo da imagem e os dados oriundos do RENAVAM, devendo as informações de correspondência ou não serem transmitidas ao SIOR.

### **3.22.2 FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual**

3.22.2.1 Consiste na execução de serviço de processamento, de forma manual, das imagens, no padrão JPG ou similar, que compõem os registros de infrações de trânsito, mediante utilização do SIOR.

3.22.2.2 Cada um dos registros disponibilizados pelo SIOR serão analisados e conferidos em duas fases distintas e serão classificados em válidos ou inválidos, caracterizando a execução das FASES 1 e 2.

3.22.2.3 Os motivos de invalidação dos registros de infrações serão os parametrizados pela Contratante para a execução das FASES 1, 2 e 3.

3.22.2.4 Os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento.

3.22.2.5 O prazo para execução da FASE 1: Conferência Manual será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

3.22.2.6 O prazo para execução da FASE 2: Conferência Manual será contado a partir do momento da disponibilização do registro para processamento na FASE 2.

3.22.2.7 A FASE 1: Conferência Manual poderá ser substituída pela execução da FASE 1: Conferência Automática, em caso de atendimento aos requisitos estabelecidos pelo DNIT para a solução de visão computacional.

3.22.2.8 Em caso de processamento mediante execução da FASE 1: Conferência Automática e FASE 2: Conferência Manual, para fins de validação ou invalidação dos registros nessas duas fases, valerá sempre a análise realizada na FASE 2: Conferência Manual.

3.22.2.9 Os registros nas FASES 1 e 2, manuais, serão classificadas em válidos ou inválidos, conforme requisitos de processamento:

3.22.2.10 Os registros variam por tipo de equipamento de origem, conforme Tabela 4, e por tipo de infração, conforme Tabela 5:

**Tabela 4 - Tipos de Equipamentos**

Equipamento	Descrição
CEV	Controlador Eletrônico de Velocidade
REV	Redutor Eletrônico de Velocidade
CEM	Controlador Eletrônico Misto
CFR	Controle de Fuga na Rodovia
BS	Balança Seletiva
BL	Balança Lenta

I - Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV: medidor de velocidade (metrológico) do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho (art. 218 do CTB), por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB.

II - Redutor Eletrônico de Velocidade - REV: medidor de velocidade (metrológico), do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, e *display* de velocidade, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em segmentos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo regulamentado para a via ou para o segmento em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19). Conforme especificações no âmbito do PNCV, esse equipamento deve ser munido de:

- a) Foco luminoso intermitente de cor amarela ou âmbar situado no topo do equipamento, indicando sua presença.
- b) Foco luminoso de cor verde, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando dentro do limite de velocidade permitido.
- c) Foco luminoso de cor amarela, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando acima do limite de velocidade permitido.
- d) O foco luminoso deve ser visível a uma distância de, no mínimo, 120 (cento e vinte) metros.
- e) *Display* de velocidade, que seja visível a qualquer hora do dia ou da noite e sob quaisquer condições climáticas, com dígitos de dimensões de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) centímetros de altura, e intensidade luminosa com condições de legibilidade a uma distância de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

III - Controlador Eletrônico Misto - CEM: Equipamento do tipo CEV, ou seja, com funcionalidade metrológica de fiscalização do excesso de velocidade (art. 218 do CTB), acrescido das funcionalidades não metrológicas para detecção do avanço de sinal vermelho do semáforo (art. 208 do CTB) e da parada sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (art. 183 do CTB).

IV - Controle de Fuga na Rodovia - CFR: Equipamento que funciona com sistema automático, com a funcionalidade não metrológica, do tipo fixo. Dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar as infrações de trânsito cometidas pelos veículos que deixam de adentrar às áreas sinalizadas destinadas à pesagem nos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs (art. 209 do CTB).

V - Balança Seletiva - BS: Dispositivo que utiliza sensores sob o pavimento, que afere o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos em movimento que adentram às áreas dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs, identificando possíveis infratores que estejam com excesso de peso (art. 231,V do CTB).

VI - Balança Lenta - BL: Equipamento que afere com precisão em uma plataforma de pesagem o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos que passaram pela Balança Seletiva do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF possibilitando a confirmação do excesso de peso (art. 231,V do CTB).

**Tabela 5 - Tipos de Infrações**

Tipo Infração	Enquadramento /Desdobramento	Descrição



V	745-5/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%
	746-3/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%
	747-1/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%
AVANÇO	605-0/3	Avançar o sinal vermelho do semáforo (fiscalização eletrônica)
PARADA	567-3/2	Parar sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (fiscalização eletrônica)
EVASÃO	570-3/0	Deixar de conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação
	606-8/1	Transpor bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares
	606-8/2	Deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos
PESO	683-1/1	Transitar com o veículo com excesso de peso PBT/PBTC
	683-1/2	Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo
	683-1/3	Transitar com o veículo com excesso de peso - PBT/PBTC e Por Eixo

3.22.2.11 Para os registros oriundos de equipamentos do tipo CEV, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.11.1 Em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e a informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.11.2 Em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas SIOR.

3.22.2.12 Para registros de equipamentos do tipo REV, os quais trazem até duas imagens para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar o *display* de velocidade e seus caracteres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.12.1 Em caso de sucesso na identificação da informação apresentada pelo *display*, a qual deve ser compatível com a velocidade considerada na infração, e na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.12.2 Em caso de insucesso na identificação da informação apresentada pelo *display*, ou mesmo se a velocidade considerada apresentada no *display* for incompatível com a da infração, ou na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.13 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.13.1 Em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.13.2 Em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.14 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo AVANÇO, o técnico deverá identificar os focos luminosos do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela linha de retenção e faixa de travessia de pedestres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.14.1 Em caso de sucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via ou, na sua ausência, a linha de retenção, assim como da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.14.2 Em caso de insucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via ou, na sua ausência, a linha de retenção, ou da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.15 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo PARADA, o técnico deverá identificar o foco luminoso vermelho aceso do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela faixa de travessia de pedestres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.15.1 Em caso de sucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via, assim como da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.15.2 Em caso de insucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via, ou da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.16 Para os registros dos equipamentos do tipo CFR, os quais trazem uma ou mais imagens panorâmicas que caracterizam a infração e o veículo, mostrando a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso nos casos dos acessos e saídas do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, o técnico deverá identificar na imagem a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.16.1 As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos do tipo CFR mostraram a seção transversal da via, de forma a visualizar a faixa de tráfego do local fiscalizado.

3.22.2.16.2 O técnico deverá identificar na imagem da infração o veículo e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, assim como a sinalização de trânsito indicativa escrita ou luminosa.

3.22.2.16.3 Em caso de sucesso no registro das imagens panorâmicas mostrando a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso que caracterizem a infração e o registro do veículo e da sua placa, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.2.16.4 Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de forma que inviabilize a identificação da sinalização, ou do veículo e da sua placa, o registro será considerado inválido, devendo ser indicado a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

3.22.2.17 Para os registros dos equipamentos do tipo BS, os quais trazem a imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário exibindo a imposição não atendida da área destinada à pesagem de veículos do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, o técnico deverá identificar na imagem a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.17.1 A imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário mostra a imposição não atendida por meio de dispositivo luminoso.

3.22.2.17.2 O técnico deverá identificar na imagem da infração o veículo na posição frontal, e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, bem como o dispositivo luminoso de aviso e indicativo.

3.22.2.17.3 Em caso de sucesso no registro das imagens da placa do veículo ao transpor o bloqueio viário e do dispositivo luminoso exibindo a imposição não atendida, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.2.17.4 Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de maneira que inviabilize o reconhecimento do veículo por imagem frontal, e da sua placa, ou do dispositivo luminoso de aviso e indicativo, o registro será considerado inválido, devendo ser indicada a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

3.22.2.18 Para os registros dos equipamentos do tipo BL, os quais trazem a imagem frontal e a panorâmica do veículo no momento da pesagem, a configuração do veículo pesado na forma definida pelo SENATRAN, Peso Bruto Total - PBT, Peso Bruto Total Combinado - PBTC e peso por eixo ou conjunto de eixos, obtidos durante o processo de pesagem e repesagem do veículo expresso em quilograma, a identificação do instrumento de pesagem e de sua regularidade metrológica e os limites regulares de peso por eixo, PBT, PBTC e dimensões para a configuração do veículo fiscalizado, o técnico deverá identificar na imagem frontal e panorâmica a placa do veículo e analisar os dados acerca do peso obtidos na pesagem.

3.22.2.18.1 Em caso de sucesso no registro das imagens frontal e panorâmica capturadas e na identificação da placa de forma legível do veículo, constando as informações em relação ao peso aferido por eixo, PBT, PBTC e relação ao limite regular, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.2.18.2 Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de maneira que inviabilize o reconhecimento do veículo por imagem frontal ou panorâmica, e da identificação da placa, ou informações incompletas ou ausentes acerca do peso aferido por eixo, PBT, PBTC, o registro será considerado inválido, devendo ser indicada a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

3.22.2.19 Para todos os registros, a partir das informações obtidas do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e apresentadas pelo SIOR, o técnico deverá verificar a correspondência entre o veículo das imagens e os dados fornecidos pelo RENAVAM.

3.22.2.19.1 Em caso de correspondência, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.19.2 Em caso de não correspondência, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.20 Os registros invalidados, por motivo de responsabilidade das operadoras do PNCV ou do PNP, poderão ser encaminhados para análise de contestação.

3.22.2.21 Prezando pela boa prestação da FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual, ficará a cargo do contratado a realização rotineira de treinamento dos seus técnicos.

3.22.2.22 Caberá ao contratado, por meio do SIOR, controlar o fluxo de processamento dos registros e os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus técnicos.

### **3.22.3 FASE 3: Arbitragem**

3.22.3.1 Consiste na execução de serviço de processamento, de forma manual, dos registros de infrações de trânsito com divergências entre as análises na FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual, mediante utilização do SIOR.

3.22.3.2 Na FASE 3: Arbitragem, os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento, e o prazo para execução será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

3.22.3.3 Os registros serão processados nos seguintes casos:

I - em caso de divergências entre as análises nas FASES 1 e 2, manuais, e;

II - em caso de qualquer incorreção na validação do registro de infração identificada na execução do FASE 4: Preparação.

3.22.3.4 Os requisitos de processamento para a FASE 3 são idênticos aos das FASES 1 e 2, manuais.

3.22.3.5 O resultado da análise do registro de infração promovida na FASE 3 é soberano ao das demais análises.

#### **3.22.4 FASE 4: Preparação**

3.22.4.1 Consiste na execução de serviço de preparação das imagens dos registros de infrações de trânsito, de forma manual, mediante utilização do SIOR, com obliteração do condutor e passageiros do veículo infrator e destaque da placa, sem qualquer adulteração das suas informações originais através de manipulação e comprometimento da visualização dos elementos que comprovam a infração de trânsito.

3.22.4.2 Os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento, e o prazo para execução será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

3.22.4.3 Durante a execução da FASE 4, caso seja identificada qualquer inconsistência na validação, o registro de infração deverá ser encaminhado para reanálise na FASE 3: Arbitragem.

3.22.4.4 As premissas para análise dos registros na FASE 4 são idênticas as das FASES 1 e 2, manuais.

3.22.4.5 Prezando pela boa prestação dos serviços na FASE 4, ficará a cargo do contratado a realização rotineira de treinamento dos seus técnicos, os quais serão distintos daqueles que executam os serviços nas FASES 1 e 2 manuais, e 3.

#### **3.22.5 Contestação**

3.22.5.1 Consiste na execução do serviço de análise da contestação, originada a partir de questionamento realizado pelo operador do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e do Plano Nacional de Pesagem - PNP, em caso de invalidação atribuída no processamento dos registros nas FASES 1 e 2.

3.22.5.2 Havendo discordância por parte do operador do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV ou do Plano Nacional de Pesagem - PNP, acerca da imputação de responsabilidade pela invalidação, o mesmo poderá realizar contestação do resultado do processamento da imagem.

3.22.5.3 O prazo para o operador contestar as imagens é de 24 horas, a partir da invalidação atribuída no processamento dos registros nas FASES 1 e 2.

3.22.5.4 O contratado também terá 24 horas, a partir da contestação realizada pelo operador, para analisar o registro.

3.22.5.5 Na análise da contestação, o contratado será remunerado apenas quando mantiver o motivo de invalidação original. Havendo alteração do motivo de invalidação, ainda que seja imputado às operadoras, ou tornando-se a imagem válida, o contratado não será remunerado pelo serviço de análise da contestação.

3.22.5.6 O contratado deverá administrar a sua força de trabalho de modo a garantir a execução do serviço de análise da contestação, promovendo capacitação rotineira.

3.23 O contratado deverá confeccionar relatório mensal acerca dos serviços executados.

3.24 Os registros analisados serão arquivados e posteriormente descartados, respeitando-se a legislação arquivística pertinente.

3.25 Caberá ao contratado, por meio do SIOR, controlar o fluxo de processamento dos registros e os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus técnicos.

3.26 O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 1** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

#### **SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS**

3.27 A execução consiste na execução das atividades de recepção, classificação, e preparação para transformar os documentos em papel em arquivos digitais, por meio de digitalização, assim como o registro dos documentos no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), no Sistema

Eletrônico de Informações (SEI) e demais estabelecidos pelo DNIT. Por último, o acondicionamento dos documentos físicos em caixas arquivo de papelão, para destinação final pela setorial responsável pelos arquivos.

3.28 Os documentos físicos, relativos os tipos de documentos elencados na Tabela 6, originários dos protocolos físicos da Autarquia; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT; e de outros órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, serão recepcionados pelo DNIT e disponibilizados para tratamento pelo contratado.

3.29 Caberá ao contratado, após o recebimento dos documentos físicos, executar as seguintes atividades:

- a) Receber os documentos, identificando aqueles que são da competência do DNIT; assim como preencher eventuais Avisos de Recebimento - AR, devolvendo-os à EBCT; como também providenciar o encaminhamento daqueles de competência de outros órgãos e entidades;
- b) Realizar a classificação por tipo de documento, conforme Tabela 6, e preparar os documentos para digitalização, priorizando a disponibilização para análise e instrução os documentos do tipo 1.

**Tabela 6 - Tipos de Documentos**

Tipo de Documento		Descrição
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li></ul>
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li></ul>
03	SA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li></ul>
04	DA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li></ul>
05	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recurso Administrativo em 1ª Instância ou solicitação de desistência de Recurso.</li></ul>
06	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recurso Administrativo em 2ª Instância ou solicitação de desistência de Recurso.</li></ul>
07	RESTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento de restituição de valor pago relativo a auto infração de trânsito.</li></ul>
08	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento de baixa de auto de infração de trânsito.</li></ul>
09	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento de desvinculação de auto de infração de trânsito.</li></ul>
10	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento de cancelamento de auto de infração de trânsito: por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li></ul>
11	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial.</li></ul>
12	DOC. FORA DO PAZO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento protocolado após fim dos prazos administrativos.</li></ul>
13	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimento de defesa e/ou recurso de apuração de responsabilidade de terceiros por prejuízos causados à rodovia de responsabilidade do DNIT.</li></ul>
14	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Requerimentos diversos de competência do DNIT não listados.</li></ul>

- c) Digitalizar os documentos assegurando a legibilidade, fidelidade ao original e conformidade com os padrões técnicos estabelecidos;
- d) Efetuar a conferência dos documentos digitalizados, garantindo que estejam completos, íntegros e sem falhas de digitalização;
- e) Converter os documentos para o formato PDF/A, garantindo a compatibilidade com normas de arquivamento de longo prazo, e renomeá-los conforme protocolo de comunicação com o SIOR;
- f) Disponibilizar os documentos digitalizados em repositório adequado para importação automática pelo SIOR ou, quando necessário, proceder ao registro manual no SIOR, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro sistema estabelecido pelo DNIT;
- g) Organizar e acondicionar os documentos físicos em caixas arquivo fornecidas pelo contratado, identificando-os de forma padronizada para facilitar a rastreabilidade e disponibilizá-los ao DNIT para a devida destinação final;
- h) Elaborar e registrar documentos oficiais no SEI, garantindo a rastreabilidade e conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo DNIT. Além disso, realizar o devido encaminhamento dos documentos de competência de outros órgãos e entidades, assegurando sua correta tramitação e destinação.

3.30 A preparação dos documentos envolve remover grampos, cliques, e qualquer outro material que possa prejudicar a digitalização e o arquivamento dos documentos; desamassar e ordenar a fim de torná-los aptos à digitalização.

3.31 Extrair documentos armazenados em mídias diversas, tais como CDs e *pendrives*, convertendo-os para o formato digital acessível, quando possível, de modo a viabilizar sua posterior análise.

3.32 Deverá ser digitalizado um documento por vez, conforme o tipo.

3.33 Devem ser digitalizados os versos das páginas que tiverem algum tipo de informação, enquanto eventual página em branco digitalizada, ou seja, sem qualquer tipo de informação, deve ser eliminada.

3.34 Para documentos com texto, o *scanner* deve permitir a aplicação de OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres), de modo a possibilitar a pesquisa no arquivo PDF/A.

3.35 A conferência dos documentos digitalizados deve garantir a fidelidade ao original, a legibilidade do conteúdo e a correspondência à quantidade de páginas. Devem ser verificadas possíveis falhas, como cortes indevidos, distorções e desalinhamentos. Caso o arquivo não atenda às especificações, uma nova digitalização deverá ser realizada. Recomenda-se que a conferência seja feita por pessoa distinta daquela que executou a digitalização, assegurando a qualidade e integridade dos documentos.

3.36 Os procedimentos e as tecnologias utilizados na digitalização deverão estar de acordo com as prerrogativas do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, e suas alterações.

3.37 Os documentos digitalizados deverão ser devidamente organizados e acondicionados em caixas arquivo de papelão fornecidas pelo contratado. Cada caixa arquivo deverá conter um espelho, com a devida identificação e descrição clara do conteúdo armazenado, incluindo informações relevantes como o número ou categorias dos documentos, para facilitar a localização e consulta futura. É imprescindível que as caixas sejam de material resistente, apropriado para o armazenamento de documentos, a fim de assegurar sua integridade ao longo do tempo.

3.38 Para a execução do **SERVIÇO 2**, o DNIT disponibilizará o espaço físico, que deverá ser adequado pela contratada, climatizado e os sanitários; a infraestrutura de redes e de telecomunicações e o acesso à *Internet*; as estações de trabalho e cadeiras, assim como fornecerá a energia elétrica. Além disso, o DNIT se responsabilizará pela limpeza, segurança e vigilância predial. O material de expediente necessário à execução do Contrato ficará à cargo do contratado.

### **SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS**

3.39 Consiste na execução do serviço de apoio à análise e instrução, mediante utilização do SIOR, SEI, dentre outros sistemas estabelecidos pelo DNIT, de processos administrativos relativos às infrações de trânsito, danos causados por terceiros ao patrimônio público - visando a responsabilização e eventual ressarcimento ao erário - e apuração de sinistros de trânsito, de competência da Autarquia, à luz, principalmente, da Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e suas alterações; das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; Portarias e Deliberações da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN; e da Súmula STJ nº 312.

3.40 O contratado será responsável pela análise e instrução dos processos após sua disponibilização no SIOR ou SEI, conforme o caso. O processo de instrução deverá seguir os preceitos legais, normativos e administrativos pertinentes, garantindo a correção e a adequação dos atos. A Tabela 7, a seguir, apresenta os tipos de processos que deverão ser analisados e instruídos, com a respectiva atribuição de Grau de Complexidade - GC, que varia de 1 a 6. O contratado deve observar, de forma minuciosa, os prazos e as diretrizes estabelecidas, de modo a garantir a eficiência, legalidade e integridade dos processos administrativos envolvidos.

3.41 Caberá ao contratado, após a disponibilização no SIOR ou SEI, iniciar a análise e instrução dos seguintes tipos de processos elencados na Tabela 7 abaixo, a qual estabelece o Grau de Complexidade - GC - variável de 1 até 6, relacionado à análise e instrução de cada um deles.

**Tabela 7 - Tipos de Processos**

Tipo de Processo		Descrição do Processo	GC
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li> </ul>	1
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li> </ul>	2
03	SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li> </ul>	
04	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos diversos, como solicitação de informação (LAI); solicitação de Nada Consta; solicitação de motivo de indeferimento de FICI, FIRI, SA, Defesa, Recurso, Restituição, Cancelamento; solicitação de cópia integral ou parcial de processos; documentos encaminhados fora do prazo administrativo; dentre outros pedidos não listados pertinentes ao objeto da contratação.</li> </ul>	3
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>	
06	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a baixa de auto de infração de trânsito, por pagamento, prescrição, entre outros motivos.</li> </ul>	
07	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a cancelamento administrativo de auto de infração de trânsito; por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li> </ul>	4
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	
09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>	
10	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a desvinculação de auto de infração de trânsito.</li> </ul>	5
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a inscrição de créditos e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN, SIAFI, dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>	
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT, solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	
13	FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo de solicitação de restituição de valor pago relativo a auto de infração de trânsito.</li> <li>Processo relativo a cobrança de repasse financeiro pelos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> <li>Processo relativo a restituição de valores repassados ao FUNSET, SENATRAN e aos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> </ul>	

14	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial, o qual demanda apresentação de subsídios à PFE/DNIT; e cumprimento de demais determinação judiciais, como reativação, suspensão, desvinculação ou cancelamento de auto infração de trânsito.</li> <li>• Processo oriundo do Ministério Público Federal - MPF; de órgãos de controle externo (TCU e CGU); assim como de órgãos de controle interno.</li> <li>• Processos relacionados a sinistros ou outras ocorrências em rodovias que envolvam discussões extrajudiciais ou judiciais, bem como a elaboração de subsídios a serem encaminhados à PFE/DNIT.</li> </ul>	6
15	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de apuração e cobrança de danos ao patrimônio do DNIT, exigindo a análise de defesas e recursos apresentados pelos autuados, com o objetivo de subsidiar a responsabilização de terceiros por prejuízos causados à infraestrutura de transportes sob gestão da Autarquia.</li> </ul>	

3.42 O serviço de apoio à análise e instrução envolve, ainda, a realização de análise de dados e informações disponíveis no SIOR, bem como de informações e de documentos provenientes de fontes diversas, como do próprio SIOR e do SEI, e também do Sistema de Acompanhamento de Contratos - SIAC; SAPIENS; Sistema de Gestão Financeira - SGF; Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; dentre outros utilizados na Autarquia.

3.43 Os procedimentos a serem realizados na cobrança e recuperação dos créditos (11 - COBRANÇA) oriundos das atividades inerentes ao gerenciamento da faixa de domínio e da Autorização Especial de Trânsito - AET necessitarão da atuação conjunta entre o contratado e o contratante, conforme os normativos vigentes e suas atualizações.

3.44 Caberá ao contratado elaborar, atualizar e manter as teses jurídicas, alegações e fundamentações pertinentes, assegurando que os registros sejam realizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR sempre que necessário. A elaboração dessas teses deverá ser fundamentada no acompanhamento constante da legislação de trânsito e nas demais normas legais aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Portarias e Deliberações da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, e outras legislações correlatas que regem as tipologias de processos elencados e a atuação do DNIT.

3.45 O contratado deverá realizar o monitoramento constante das principais alegações e fundamentações apresentadas pelos cidadãos, identificando as mais recorrentes, visando aprimoramento da fiscalização no âmbito do PNCV e do PNP, assim como do processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

3.46 O contratado será responsável pelo monitoramento contínuo da tramitação dos processos administrativos analisados e instruídos, garantindo que todas as informações pertinentes sejam devidamente registradas e atualizadas no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR sempre que necessário. O monitoramento deve ser realizado de forma sistemática, assegurando que os processos evoluam dentro dos prazos estabelecidos, e que qualquer alteração ou nova informação seja inserida corretamente no sistema.

3.47 No âmbito da execução do SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, o contratado também terá a incumbência de elaborar, revisar e manter atualizados os *scripts* de atendimento utilizados no SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO. Esses *scripts* devem ser ajustados conforme a evolução das práticas e procedimentos internos, bem como as orientações legais pertinentes, a fim de garantir uma comunicação clara, precisa e eficiente com o público interno e externo ao DNIT.

3.48 O contratado deverá monitorar as sugestões, reclamações e elogios dos cidadãos durante o atendimento no SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO, identificando áreas de aprimoramento no atendimento e na análise e instrução processual, com foco na melhoria contínua, eficiência e desburocratização. Quaisquer padrões ou questões relevantes identificados devem ser reportados ao DNIT, com recomendações para ajustes ou melhorias nos processos, a fim de otimizar a experiência do cidadão e a gestão das atividades.

3.49 O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 3** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

#### SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

3.50 Consiste na realização de atendimento ao público interno e externo do DNIT, com base nos dados do SIOR e demais bancos de dados aos quais o contratado tiver acesso, de forma virtual ou por meio de telefone. O atendimento abrangerá temas relacionados a infrações de trânsito, processos de danos ao patrimônio público, apuração de sinistros de trânsito e informações sobre infraestrutura rodoviária.

3.50.1 O público interno envolve os demais setores do DNIT, inclusive as Superintendências Regionais e Unidades Locais. Enquanto, o público externo, além de envolver o usuário, também considera o atendimento aos demais órgãos e entidades que se relacionam com a Autarquia.

3.51 O atendimento será realizado de forma remota, por meio dos seguintes canais e instrumentos, observadas as diretrizes previamente estabelecidas pela Contratante:

**a) Telefone institucional:** atendimento por meio de número disponibilizado pela Contratante;

**b) Correio eletrônico:** atendimento por meio de e-mail institucional a ser fornecido pela Contratante;

**c) Sistema institucional:** atendimento humanizado de questão complexa não tratada ou direcionada por *chatbot* disponibilizado pela Contratante;

3.52 A Contratante será responsável pela disponibilização dos canais de atendimento (telefone, e-mail e *chatbot*). Ao contratado caberá fornecer toda a infraestrutura necessária para a execução do atendimento remoto, incluindo equipamentos, conectividade, licença para acesso via VPN, certificados digitais e demais recursos técnicos que se façam necessários para garantir a continuidade e a segurança dos serviços.

3.53 Os e-mails, as chamadas e acionamentos do *chatbot* serão gerenciados pelo contratado por meio de ferramentas desenvolvidas e disponibilizadas pelo DNIT.

3.54 O atendimento deverá ser prestado em regime de plantão, com disponibilidade operacional de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, de forma a garantir o funcionamento ininterrupto das atividades previstas neste Termo de Referência.

3.55 O contratado deverá observar os *scripts*, elaborados e atualizados pelo SERVIÇO 3, para a realização do atendimento aos usuários que buscarem atendimento junto ao DNIT.

3.56 O atendimento ao público envolve a prestação de informações; esclarecimentos sobre os processos e legislação que os rege; o comando de transações do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, visando atualizar as bases de dados locais e dos demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e o registros de sugestões, reclamações e elogios pertinentes à área de atuação da Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET; demandas e dúvidas dos usuários das rodovias federais sob responsabilidade do DNIT, abrangendo temas diversos como: condições da via, obras, sinalização, sinistros de trânsito, dentre outros - incluindo eventuais ocorrências imprevistas ou de caráter contingencial, como quedas de barreira, alagamentos, manifestações e sinistros de trânsito.

3.56.1 Os registros de sugestões, reclamações e elogios apresentados pelos usuários durante o atendimento deverão ser coletados e tratados pelo SERVIÇO 5, para apresentar ao SERVIÇO 3 visando aprimorar a prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização, devendo o contratado, no âmbito do SERVIÇO 3, propor melhorias no fluxo de processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

3.57 O atendimento ao público deverá se pautar nos seguintes princípios:

I - Princípio da competência: o usuário espera que o atendente possua informações detalhadas sobre o funcionamento da organização e do setor que ele procurou.

II - Princípio da legitimidade: o usuário deve ser atendido com ética, respeito, imparcialidade, sem discriminações, com justiça e colaboração.

III - Princípio da disponibilidade: o atendente representa, para o usuário, a imagem da organização. Assim, deve haver empenho para que o usuário não se sinta abandonado, desamparado, sem assistência. O atendimento deve ocorrer de forma personalizada, atingindo-se a satisfação do usuário.

IV - Princípio da flexibilidade: o atendente deve procurar identificar claramente as necessidades do usuário e se esforçar para ajudá-lo, orientá-lo, conduzi-lo a quem possa ajudá-lo adequadamente.

3.58 O monitoramento da qualidade do atendimento será realizado por meio de *dashboards* gerenciais desenvolvidos e mantidos pelo SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA, com base nos dados estruturados e periodicamente atualizados pelo SERVIÇO 4. Esses painéis deverão consolidar indicadores como tempo médio de atendimento, taxa de resolutividade na primeira resposta, tipos recorrentes de demandas e níveis de satisfação dos usuários, podendo ser ampliados com outros parâmetros, conforme as necessidades da Contratante.

3.59 O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 4** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. Eventualmente, de acordo com a necessidade da demanda, a equipe deverá estar preparada para prestar o serviço em regime presencial.

#### **SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA - CI**

3.60 O serviço consiste na realização da coleta e tratamento de dados e informações de infraestrutura rodoviária com potencial para dar suporte à análise e instrução de processos e ao atendimento ao usuário interno e externo ao DNIT, assim como para a produção de materiais de comunicação e otimização dos serviços prestados pela Autarquia. Contempla também o gerenciamento das ocorrências e comunicações internas e externas ao Departamento, além de funcionar como integrador dos demais serviços que integram o objeto da presente contratação.

3.61 A Central de Inteligência constitui-se como unidade estratégica a ser implantada e operada com a finalidade de aprimorar a coordenação institucional, assegurar o monitoramento contínuo de indicadores operacionais e fortalecer a resposta a eventos frequentes, inesperados e críticos, promovendo uma gestão integrada, proativa e embasada em dados nas rodovias federais de responsabilidade do DNIT.



3.62 Caberá ao contratado utilizar indicadores de desempenho para fins de gestão e melhoria contínua da execução contratual. A obtenção ou utilização e o monitoramento de dados do SIOR, do SEI e demais sistemas a que tiver acesso, podem subsidiar o acompanhamento da produtividade individual e por equipe, considerando a complexidade e o tipo dos processos instruídos e analisados. Esses indicadores poderão embasar decisões operacionais internas do contratado, como a realocação de pessoal, o redimensionamento de esforços e a identificação de necessidades de capacitação, contribuindo para uma execução mais eficiente e estratégica do serviço.

3.63 Trata-se de uma estrutura físico-tecnológica voltada à gestão inteligente das informações operacionais, com apoio à tomada de decisão em tempo real, à análise de desempenho da malha viária e à comunicação qualificada com o cidadão e com parceiros institucionais. Seu papel é transversal e multidisciplinar, conectando as diversas áreas da Autarquia.

3.64 Deverá ser incentivada a inovação, com adoção de métodos focados na utilização de recursos de inteligência artificial, considerando os normativos vigentes, automação de processos e análise geoespacial para aumentar a eficiência, agilidade e precisão das operações deste centro especializado.

3.65 Caberá ao contratado adquirir as licenças dos *softwares* necessários para a execução dos serviços, bem como a capacitação periódica das equipes para uso das ferramentas e aprimoramento dos processos.

3.65.1 O contratado deverá fornecer as licenças do tipo Power BI Premium por Usuário (PPU) ou Power BI Pro para a equipe de tecnologia, caso as licenças eventualmente disponibilizadas pelo DNIT sejam insuficientes para o uso de recursos avançados necessários à execução do objeto

3.66 São objetivos da Central de Inteligência:

- I - Integrar e coordenar dados, ações e comunicações relacionadas à operação rodoviária;
- II - Monitorar, em tempo real ou de forma periódica, condições de tráfego, desempenho da infraestrutura, incidentes e intervenções;
- III - Subsidiar a formulação de estratégias operacionais baseadas em evidências;
- IV - Apoiar tecnicamente a resposta a situações emergenciais;
- V - Estabelecer canais de atendimento centralizados, automatizados e acessíveis aos usuários;
- VI - Produzir conhecimento institucional e garantir sua preservação ao longo do tempo de forma contínua;
- VII - Articular com órgãos e entidades externos;
- VIII - Promover inovação contínua por meio de tecnologias emergentes.

3.67 Caberá ao contratado a estruturação de três equipes especializadas:

**3.67.1 Equipe de Tecnologia**, responsável pela coleta e tratamento das informações de infraestrutura rodoviária para suporte à análise, indicadores de desempenho dos serviços, visando subsidiar a gestão na tomada de decisões, bem como desenvolvimento de ferramentas sistêmicas, integração entre sistemas internos e externos, automatação de atividades para otimização dos serviços, dentre outras atribuições;

**3.67.2 Equipe de Comunicação**, responsável pela comunicação de assuntos relacionados a operações e eventos rodoviárias e otimização dos serviços de comunicação prestados pelo DNIT; e,

**3.67.3 Equipe de Análise de Dados**, responsável pelo levantamento, correlacionamento, cadastro, atualização e manutenção contínua dos dados operacionais da malha rodoviária federal, com foco no registro de contramedidas de engenharia, bem como gerenciamento de ocorrências nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT.

3.68 A **EQUIPE DE TECNOLOGIA** será responsável por:

- a) Consolidar, estruturar e manter os dados operacionais e institucionais, oferecendo suporte técnico e gerencial à Contratante, incluindo a coleta, tratamento, visualização e disseminação de informações estratégicas por meio de painéis digitais, mapas interativos e *dashboards* analíticos;
  - b) Modernizar e ampliar o Portal de Multas de Trânsito do DNIT, garantindo sua constante atualização conforme alterações legais, normativas e administrativas vigentes a serem analisadas pelo SERVIÇO 3, inclusive com integração ao Portal Gov.br;
  - c) Monitorar a avaliação dos serviços da área de infrações de trânsito do DNIT no Portal Gov.br (<https://www.gov.br/pt-br>) para proposição de melhorias no SERVIÇO 4.
  - d) Desenvolver e manter soluções tecnológicas avançadas e sistemas, e integração com sistemas internos e externos;
- Assegurar a rastreabilidade, segurança e integridade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e instruções do DNIT;
- e) Oferecer suporte técnico contínuo, incluindo a manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas e ferramentas implantados;

Realizar a integração com ferramentas externas, estruturando rotinas de coleta e análise de dados para subsidiar ações reativas e proativas de acionamento de intervenções nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT;

f) Desenvolver mecanismos de observabilidade e monitoramento, com indicadores de risco e desempenho e painéis gerenciais para acompanhamento das operações digitais e dos serviços.

3.68.1 A Equipe será composta por profissionais como: Analista de Dados (Sênior e Pleno), Cientista de Dados (Sênior e Pleno) e Desenvolvedor de Sistemas (Sênior).

3.69 A **EQUIPE DE COMUNICAÇÃO** será responsável por:

- a) Produzir conteúdos jornalísticos, publicitários e audiovisuais relevantes de forma contínua e integrada;
- b) Produzir campanhas de educação para o trânsito, voltadas para as mídias sociais, com foco em cidadania, segurança viária, mobilidade e mudança de comportamento;
- c) Atuar com foco na transparência, no serviço ao cidadão e no fortalecimento da imagem institucional do DNIT;
- d) Manter presença ativa e coerente nas mídias sociais, site institucional e canais oficiais;
- e) Garantir clareza, acessibilidade, legalidade e responsabilidade na comunicação pública;
- f) Integrar áreas de jornalismo, publicidade e *design* para coesão de mensagens e maior engajamento;
- g) Monitorar diariamente a mídia (TV, rádio, internet e redes sociais) e realizar *clipping* de temas estratégicos;
- h) Produzir materiais informativos sobre operações de trânsito, obras, interdições e intervenções nas rodovias federais;
- i) Apoiar ações operacionais e educativas com produção de croquis, mapas, infográficos, banners e outros materiais gráficos;
- j) Definir e acompanhar métricas de engajamento e desempenho para aprimorar campanhas e conteúdos;
- k) Articular com públicos internos e externos para coleta e validação de informações técnicas e institucionais;
- l) Atuar permanentemente (não apenas em campanhas sazonais), ampliando o diálogo com a sociedade e a imprensa;
- m) Avaliar conteúdos publicitários veiculados em espaços institucionais e mídia aberta, garantindo conformidade legal e alinhamento institucional.
- n) Apoiar na produção de *webinars*, *lives* e gravações voltadas às mídias sociais, à TV e ao rádio.

3.69.1 A Equipe será composta por profissionais como: Jornalista Pleno, Publicitário Pleno e *Designer* Gráfico.

3.70 A **EQUIPE DE ANÁLISE DE DADOS** será responsável por:

- a) Realizar o cadastro e o inventário de elementos da malha viária federal, conforme demanda da Contratante, incluindo elementos como sinalização rodoviária, dispositivos de contenção, condições da infraestrutura, serviços de manutenção e restauração, acionamentos de problemas, registro de sinistros e demais itens localizados na faixa de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT;
- b) Utilizar ferramentas da área do georreferenciamento, como sistemas GIS e ferramentas de análise espacial para a coleta, tratamento e modelagem, integração e atualização dos dados técnicos e operacionais das rodovias;
- c) Manter atualizadas as bases de dados institucionais relacionadas à Central de Inteligência, promovendo a integração com informações de outras setoriais do DNIT;
- d) Apoiar a instrução de processos administrativos internos, conduzindo as etapas necessárias para obtenção de informações ou dados junto a órgãos e entidades públicos e fontes externas, em articulação com a Equipe de Tecnologia;
- e) Inserir direto e manualmente eventos no sistema Waze via editor de Mapa, enquanto a implementação automatizada estiver em desenvolvimento pela Equipe de Tecnologia, com base em informações verificadas e confirmadas;
- f) Viabilizar o acionamento tempestivo das áreas técnicas do DNIT, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas, preferencialmente por meio de processos formalizados no SEI;
- g) Propor soluções inovadoras para aprimorar o monitoramento da malha viária, incluindo o uso de sensoriamento remoto, automação, inteligência artificial e outras tecnologias avançadas;
- h) Estabelecer interlocução com as diversas áreas técnicas e regionais do DNIT, promovendo o fluxo contínuo de informações, a validação de dados e o encaminhamento ágil das demandas operacionais;

i) Assegurar a rastreabilidade, a integridade e a qualidade das informações técnicas produzidas, em conformidade com as diretrizes institucionais e os padrões de segurança da informação.

3.70.1 A Equipe será composta por profissionais como: Engenheiro Civil (Sênior) e Técnicos Administrativos (nível médio).

3.71 A execução das atividades de coleta, tratamento e análise de dados no âmbito da Central de Inteligência deverá utilizar, preferencialmente, o ecossistema da plataforma Microsoft Fabric no tenant do DNIT. O contratado deverá estruturar o ciclo de vida dos dados adotando a Arquitetura Medalhão (Bronze, Prata, Ouro) dentro do OneLake, assegurando a segregação lógica entre dados brutos, tratados e refinados.

3.71.1 Todos os processos de transformação de dados deverão ser executados através de pipelines auditáveis, sendo vedada a manipulação manual de dados em planilhas locais para fins de produção de indicadores oficiais, garantindo-se assim a reprodutibilidade e auditabilidade da informação

3.72 Para a execução do **SERVIÇO 5**, o DNIT disponibilizará o espaço físico, que deverá ser adequado pela contratada, climatizado e os sanitários; a infraestrutura de redes e de telecomunicações e o acesso à *Internet*; as estações de trabalho e cadeiras, assim como fornecerá a energia elétrica. Além disso, o DNIT se responsabilizará pela limpeza, segurança e vigilância predial. O material de expediente necessário à execução do Contrato ficará à cargo do contratado.

#### **ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO**

3.73 A adequação de espaço físico, localizado na Sede do DNIT em Brasília/DF, compreenderá a execução de intervenções estruturais e de acabamento necessárias para adaptar o ambiente às necessidades da contratada, visando máxima eficiência na prestação dos serviços da presente contratação, em conformidade com as definições do DNIT, assim como com o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) e Anexo IV - Orçamento Referencial Adequação de espaço físico (SEI nº 22048093).

3.74 O espaço físico a ser adequado segue o conceito de *coworking*, e será ocupado pelos colaboradores da contratada, servidores do DNIT e demais terceirizados que apoiam a execução das atividades no âmbito da Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET, sendo composto por salas de trabalho abertas, sala de reunião de uso comum - inclusive por outras setoriais do DNIT, estúdio de gravação, copa, sala de descompressão, arquivo, recepção e ilhas de trabalho com foco em integração e socialização.

3.75 O contratado deverá elaborar projeto executivo e de interiores, tomando como referência o projeto básico, de forma a detalhar e orientar a execução dos serviços.

3.76 O prazo para conclusão integral do serviço será de 6 (seis) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços - OIS, observando-se todas as normas técnicas vigentes, requisitos de ergonomia, segurança do trabalho e diretrizes da instituição.

## **4. Requisitos da Contratação**

#### **Sustentabilidade**

4.1 Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

IV - Utilizar materiais que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade, no que couber;

V - No que couber, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Item 2.45 do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 30/2026 (SEI nº 23777870): Meta Quest 3.

#### **Subcontratação**

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.5 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

4.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado.

4.11 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17.4 O contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17.5 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

4.17.6 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.18 A avaliação prévia do local de execução dos serviços presenciais é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.

4.19 Os serviços presenciais deverão ser prestados na Sede Nacional do DNIT, localizada em Brasília, no Distrito Federal.

4.20 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.23 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **4.24 Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeiras:**

##### **I - Poderão participar desta licitação:**

a) Pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade do objeto desta contratação, que atendam a todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

b) Empresas em consórcio, desde que sejam atendidas as condições previstas no artigo 15, da Lei 14.133/2021, bem como demais exigências normativas, com o objetivo de facilitar a composição de uma equipe técnica com conhecimento comprovado para atender aos requisitos deste Termo de Referência;

c) Empresas em processo de recuperação extrajudicial ou judicial se comprovada, respectivamente, a aprovação pela assembléia-geral de credores ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente.

##### **II - Não poderão participar, ainda que indiretamente, desta licitação:**

a) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;

b) Direta ou indiretamente, o servidor ou dirigente vinculado ao DNIT;

- c) Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como o que esteja punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração;
- d) Sociedade ou pessoa jurídica não autorizada a funcionar no Brasil; e,
- e) Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de: (I) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública; ou (II) agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

## 5. Modelo de Execução do Objeto

### Condições de execução

- 5.1 Após a assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Início dos Serviços - OIS, o contratado deverá iniciar a execução dos serviços em até 30 dias corridos, contados a partir da data da OIS - prazo esse dedicado à mobilização do contrato, o que inclui a contratação e treinamento do pessoal, assim como a aquisição e operacionalização dos equipamentos de informática dedicados à realização das atividades.
- 5.2 Para a execução dos serviços serão observadas as previsões de execução, conforme Cronograma Físico-Financeiro - Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).
- 5.3 Caberá ao contratado controlar o fluxo de execução dos serviços e observar os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus empregados.
- 5.4 Prezando pela boa prestação dos serviços, ficará a cargo do contratado a realização de treinamento e capacitação periódica dos seus empregados.
- 5.5 O contratado e seus empregados deverão comprometer-se a manter confidencialidade e sigilo sobre quaisquer informações inerentes à prestação dos serviços no âmbito da contratação, responsabilizando-se civil e criminalmente por possíveis vazamentos de informações, bem como deverá garantir a integridade e a inviolabilidade dos documentos sob sua custódia, além disso observar o que assevera a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.
- 5.5.1 O contratado deverá garantir a segurança na transmissão dos dados, evitando sua perda ou alteração.
- 5.5.2 Não será permitido ao contratado manter qualquer tipo de cópia das informações não autorizadas expressamente neste Termo de Referência, no Edital ou Contrato. Os dados não poderão ser replicados ou copiados em nenhuma hipótese sem o conhecimento e anuência expressa do contratante, sob pena de responsabilização.
- 5.5.3 Não será permitido ao contratado disponibilizar acesso às informações a qualquer outra entidade ou pessoa que não seja vinculada ao contrato, sob pena de responsabilização.
- 5.6 O contratado deverá produzir relatórios gerenciais sobre a prestação dos serviços. Tais relatórios deverão ser apresentados, em formato digital, mensalmente ao DNIT.
- 5.7 Os serviços entregues pelo contratado serão analisados, avaliados e atestados pela Contratante, que designará os fiscais responsáveis pelo acompanhamento do contrato.
- 5.8 A critério do DNIT, ou por solicitação do contratado, poderá haver convocação para comparecimento presencial, por audioconferência ou por videoconferência para execução de atividades ou discussão de assuntos relacionados ao objeto deste Termo de Referência.
- 5.9 Caberá ao Gerente do Contrato gerenciar as equipes do contratado.
- 5.10 O contratado deverá observar a seguinte metodologia de execução e Índices de Desempenhos - ID, definidos pelo contratante.

### 5.11 SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS

- 5.11.1 O contratado deverá observar os seguintes prazos limites para processamento dos registros de infrações de trânsito em cada uma das seguintes fases do serviço, conforme Tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Prazo Limite para Processamento dos Registros de Infrações de Trânsito.

Descrição da Fase do Serviço		Prazo Limite	Forma de Contagem do Prazo
1	FASE 1: Conferência Manual/Conferência Automática	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento

2	FASE 2: Conferência Manual	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento
3	FASE 3: Arbitragem	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento
4	FASE 4: Preparação	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento

5.11.2 A prestação dos serviços em regime de teletrabalho, com os empregados do contratado em *home office*, deverá possibilitar a realização do processamento dos registros de infrações de trânsito de forma ininterrupta, 24 horas por dia, com turnos diferenciados entre os técnicos do contratado, a depender da demanda recebida.

5.11.3 O contratado será remunerado por registro de infração de trânsito processado em cada uma das fases do serviço. Ao pagamento pela prestação dos serviços incidirá o Índice de Desempenho (*ID*).

5.11.4 Pela prestação da FASE 3: Arbitragem, o contratado será remunerado nos seguintes casos:

a) Conferência de registros averiguados e invalidados em decorrência de inexatidão de placa e ensejar em retificação de maneira a identificar o veículo infrator e transverter o *status* do registro para válido, sem que haja margem para dubiedade; e,

b) Para os registros que foram apontados como inválidos, sendo classificados como válidos após inspeção no processo de preparação.

5.11.4.1 Para os registros contestados pelas operadoras e mantidos como inválidos, caberá ao DNIT solicitar ressarcimento à operadora, em razão da prestação do serviço de análise da contestação pelo contratado, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa da parte que deverá promover o ressarcimento.

5.11.5 O Índice de Desempenho (*ID*) será apurado mensalmente, a partir do terceiro mês de execução do Contrato - prazo esse dedicado à mobilização do Contrato e adaptação do contratado ao fluxo de processamento dos registros de infrações de trânsito.

5.11.6 O Índice de Desempenho (*ID*) será calculado da seguinte maneira, para cada uma das fase do serviço, conforme Tabela 9, e incidirá sobre o quantitativo total de registros processados na fase do serviço no período de medição:

**Tabela 9 - Índice de Desempenho (*ID*)**

Descrição da Fase do Serviço		ID
1	FASE 1: Conferência Manual/Conferência Automática	$ID_n = P_n / (Rn_1 1 + Rn_2 2 + Rn_3 5)$
2	FASE 2: Conferência Manual	
3	FASE 3: Arbitragem	
4	FASE 4: Preparação	

Onde:

**$ID_n$**  = Índice de Desempenho da fase do serviço.

**$P_n$**  = Quantidade total de registros processados na fase do serviço.

**$Rn_1$**  = Quantidade de registros processados na fase do serviço em até 36 horas.

**$Rn_2$**  = Quantidade de registros processados na fase do serviço, após 36 horas e em até 48 horas.

**$Rn_3$**  = Quantidade de registros processados na fase do serviço após 48 horas.

**$n$**  = Corresponde à fase do serviço.

5.11.7 Em caso de ocorrência que vier a atrapalhar o cumprimento dos prazos limites para processamento dos registros, como lentidão ou indisponibilidade comprovadas do SIOR, por exemplo, o fato deverá ser comunicado ao DNIT, com as devidas evidências e com a informação do quantitativo de registros de infrações processados com atraso, em cada uma das fases do serviço, no período da ocorrência.

5.11.7.1 Diante do comunicado do contratado e da aceitação das alegações por parte do DNIT, serão desconsiderados dos fatores  $Rn_2$  e  $Rn_3$  do  $ID$  a quantidade de registros processados no período da ocorrência, devendo o quantitativo processado fora do prazo limite ser alocado no fator  $Rn_1$ .

5.11.8 A qualidade da prestação dos serviços pelo contratado será verificada ao longo do fluxo de processamento das infrações de trânsito, e serão observados os registros processados a partir do terceiro mês de execução do Contrato, em compatibilidade com o início da apuração do  $ID$ .

5.11.8.1 Após realização do processamento completo do registro de infração de trânsito e disponibilização para lavratura do Auto de Infração de Trânsito - AIT pelo Agente da Autoridade de Trânsito, em caso de invalidação do registro por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, para cada registro, a depender da fase do processamento em que ele foi cancelado, será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente ao da média aritmética dos valores unitários para processamento dos registros em cada uma das fases do serviço, multiplicado pelo Fator de Qualidade ( $FQ$ ) discriminado na Tabela 10 abaixo :

**Tabela 10 - Fator de Qualidade ( $FQ$ )**

FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	FQ
1	Lavratura do AIT	5
2	Autuação	25
3	Penalidade	125
4	Judicial	625

5.11.9 Após apuração dos  $ID$  para cada uma das fases e levantamento dos registros de infrações de trânsito cancelados, ao longo do período de execução dos serviços, por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, a medição visando pagamento dos serviços prestados obedecerá a seguinte fórmula:

$$\text{Medição} = P_1 ID_1 v_1 + P_2 ID_2 v_2 + CI_3 ID_3 v_3 + P_4 ID_4 v_4 - [ \sum CA_m FQ_m (v_1 + v_2 + v_3 + v_4 / 4) ]$$

Onde:

$P_1$  = Quantidade total de registros processados na fase 1.

$P_2$  = Quantidade total de registros processados na fase 2.

$CI_3$  = Quantidade total de registros contestados pelos operadores do PNCV e mantidos como inválidos processados na fase 3.

$P_4$  = Quantidade total de registros processados na fase 4.

$ID_1$  = Índice de Desempenho da fase 1.

$ID_2$  = Índice de Desempenho da fase 2.

$ID_3$  = Índice de Desempenho da fase 3.

$ID_4$  = Índice de Desempenho da fase 4.

$v_1$  = Valor unitário do registro processado na fase 1.

$v_2$  = Valor unitário do registro processado na fase 2.

$v_3$  = Valor unitário do registro contestado pelo operador do PNCV e mantido como inválido ao ser processado na fase 3.

$v_4$  = Valor unitário do registro processado na fase 4.

$CA$  = Quantidade de registros cancelados por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo na Fase  $m$  ao longo do mês (serão observados os cancelamentos dos registros processados a partir do terceiro mês de execução do Contrato).

$FQ$  = Fator de Qualidade da Fase  $m$ .

$m$  = Fase em que o registro foi cancelado por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, variável de 1 até 4, conforme Tabela 10.



5.11.10 O contratado poderá substituir a execução da FASE 1: Conferência Manual pela execução da FASE 1: Conferência Automática, mantida a remuneração por registro de infração de trânsito processado, conforme a FASE 1: Conferência Manual.

5.11.10.1 Para processar os registros de infração de trânsito mediante execução da FASE 1: Conferência Automática, o contratado deverá encaminhar pedido ao DNIT com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos. O pedido deverá conter plano, contendo as especificações técnicas da solução a ser adotada, bem como um cronograma de implantação, assim como declaração expressa de que a ferramenta atende aos requisitos estabelecidos pelo DNIT.

5.11.10.2 O DNIT analisará o pedido em até 15 (quinze) dias corridos, dando autorização ou não para utilização da solução de visão computacional.

5.11.10.3 A partir da data da autorização expedida pelo DNIT, o contratado terá o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos para implantar a solução na sua rotina, calibrar e realizar o treinamento dos seus técnicos, inclusive se integrar ao Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

5.11.10.4 Para calibração da ferramenta, o contratado poderá se valer das imagens e dos dados dos registros de infrações processados a partir do início da execução do Contrato.

5.11.10.5 Caberá ao contratado informar ao DNIT a data de início da execução da FASE 1: Conferência Automática e consequente descontinuidade da FASE 1: Conferência Manual.

5.11.10.6 Será permitido reverter a forma de execução, com possibilidade de apresentação de novos e sucessivos pedidos para substituição da execução da FASE 1: Conferência Manual pela execução da FASE 1: Conferência Automática, mediante justificativa aceita pelo DNIT.

5.11.10.7 No processamento, mediante execução da FASE 1: Conferência Automática e FASE 2: Conferência Manual, para fins de validação ou invalidação do registro nessas duas fases, valerá sempre a análise realizada na FASE 2: Conferência Manual.

5.11.11 A qualquer tempo, o DNIT poderá dispensar a execução da FASE 1: Conferência Manual/Conferência Automática pelo contratado, tomando para si a execução da FASE 1, por meio de solução de visão computacional da própria Autarquia.

5.11.11.1 Caberá ao DNIT informar ao contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a dispensa, de modo que o contratado, nesse ínterim, conheça a solução disponibilizada pelo DNIT e realize o treinamento dos seus técnicos sobre o novo fluxo de processamento.

5.11.11.2 Em decorrência da dispensa da FASE 1, Conferência Manual/Conferência Automática, e tendo em vista sua execução por conta do DNIT, o contratado deixará de ser remunerado no item de serviço correspondente.

5.11.12 A execução do SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS precede a execução dos demais serviços, portanto, são dependentes entre si, uma vez que após a validação do registro de infração ocorre a lavratura do auto de infração de trânsito, sendo assim, o cidadão poderá se valer do direito ao contraditório e ampla defesa.

5.11.13 Caberá aos Supervisores supervisionar o trabalho dos Técnicos e monitorar o fluxo de processamento dos registros, bem como produzir relatórios gerenciais sobre a prestação dos serviços.

## **5.12 SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS**

5.12.1 O contratado será remunerada por documento digitalizado.

5.12.2 Entende-se por documento digitalizado, o documento processado conforme rotina estabelecida no item 3 (SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS) deste Termo de Referência.

5.12.3 O contratado deverá iniciar o processamento do documento físico imediatamente após ter sido disponibilizado pelo DNIT, devendo registrar o documento digitalizado no SIOR, SEI e demais sistemas estabelecidos, assim como restituir o documento físico, acondicionado em caixa arquivo de papelão, no menor prazo possível.

5.12.4 Para os documentos do tipo 1, conforme Tabela 6, o contratado deverá adotar triagem prioritária no momento da preparação dos documentos a fim de priorizar a disponibilização para análise e instrução.

5.12.5 É recomendável disponibilizar o documento digitalizado no SIOR ou SEI em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil, do calendário nacional, subsequente ao dia da disponibilização para processamento.

5.12.6 A restituição dos documentos físicos ao DNIT deverá ocorrer sempre que a caixa arquivo estiver totalmente preenchida, contendo espelho com a identificação e informação do seu conteúdo.

5.12.7 A execução do SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS precede a execução do SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, portanto, são dependentes entre si. Nesse sentido, caberá ao contratado controlar o fluxo de execução do SERVIÇO 2 de modo a liberar, de maneira eficiente e sem prejudicar as demais etapas do processo administrativo de trânsito, frente de trabalho para o SERVIÇO 3, tendo em vista ambos serem remunerados por unidade produzida, bem como garantir o balanceamento do trabalho entre seus empregados. Ademais, deve ser realizado com a máxima celeridade e qualidade, possibilitando, quando necessário, o acionamento tempestivo pelo SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO - para revisão e/ou complementação da documentação apresentada pelo cidadão.

5.12.8 Caberá ao contratado revisar a digitalização e/ou o registro dos documentos no SIOR e/ou SEI caso seja identificada alguma incorreção ao longo do fluxo de processamento das infrações de trânsito.

5.12.9 Caso o contratado identifique documentos ilegíveis, incompletos (com ausência de páginas), rasurados ou com inconsistências de identificação, recebidos por meio do SEI ou oriundos de outras unidades do DNIT, deverá formalizar a devolutiva à unidade de origem no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data da identificação da irregularidade, solicitando o reenvio ou a devida correção do material. O canal de comunicação e a forma de contato a serem utilizados deverão seguir diretrizes previamente estabelecidas pelo DNIT. Todas as ocorrências deverão ser registradas em sistema próprio de controle de inconsistências, a qual deverá ser periodicamente compartilhada com o DNIT para fins de acompanhamento e auditoria.

5.12.10 O contratado deverá elaborar e apresentar relatórios gerenciais mensais, em formato digital, contendo informações consolidadas e atualizadas sobre a execução dos serviços contratados. Esses relatórios deverão contemplar, no mínimo, origem do protocolo, os quantitativos produzidos, o status de execução das atividades (em andamento, concluídas, pendentes), a análise de conformidade dos documentos processados e eventuais ocorrências relevantes, como inconsistências identificadas, retrabalhos realizados ou falhas de recebimento. Os relatórios devem ser apresentados à fiscalização contratual do DNIT em modelo padronizado previamente aprovado, servindo como instrumento de controle, acompanhamento e tomada de decisão.

5.12.11 Com vistas à mensuração da qualidade e da eficiência na prestação do serviço, o contratado deverá manter e disponibilizar indicadores de desempenho consolidados, extraídos de suas bases operacionais. Tais indicadores deverão incluir, entre outros: a taxa de retrabalho, o percentual de inconformidades por tipo de processo, o tempo médio entre a disponibilização do documento e a efetiva restituição do documento físico ao arquivo, a quantidade de registros de inconsistências e a taxa de atendimento aos prazos pactuados, dentre outras informações relacionadas a qualidade da execução do serviço.

5.12.12 A execução do SERVIÇO 2 deverá ser supervisionada por um profissional Administrador (supervisor) e por um Arquivista.

5.12.13 Ao Supervisor compete monitorar e controlar o fluxo de execução das atividades, balanceando a carga de trabalho entre os técnicos do contratado responsável pela execução das atividades previstas no item 3 (SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTO). Ao Arquivista compete garantir o fiel cumprimento da legislação arquivística vigente e a preservação e inviolabilidade dos documentos sob a custódia do contratado; monitorar e controlar o crescimento dos arquivos físicos e digitais; observar o Código de Classificação de Documentos - CCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD da área fim do DNIT, devendo ainda, prestar apoio na revisão da CCD e da TTD e nas rotinas de eliminação dos documentos relativos às infrações de trânsito.

5.12.14 A qualquer tempo, o DNIT poderá dispensar a execução do SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, substituindo-o por solução de maior vantajosidade para a Administração.

5.12.15 Caberá ao DNIT informar ao contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a dispensa, de modo que o contratado, nesse ínterim, se adeque ao novo fluxo de processamento e realize o treinamento dos seus empregados

5.12.16 Em decorrência da dispensa do SERVIÇO 2, o contratado deixará de ser remunerado no item de serviço correspondente.

5.13 SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

5.13.1 O contratado será remunerado por processo analisado e instruído, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.13.2 Considera-se processo analisado e instruído aquele tratado de acordo com a rotina definida no item 3, SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, deste documento, e cuja tramitação tenha sido devidamente concluída no SIOR, SEI ou demais estabelecidos pelo DNIT, sendo o processo encaminhado à etapa subsequente do fluxo de processamento.

5.13.3 O contratado deverá observar os seguintes prazos limites para análise e instrução dos processos, contados sempre a partir do primeiro dia útil, do calendário nacional, subsequente ao dia da disponibilização do processo, conforme o tipo, devendo considerar o regramento estabelecido na Tabela 11 abaixo:

Tabela 11 - Prazos Limites para Análise e Instrução

Tipo de Processo		Descrição do Processo	Prazo Limite	GC
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"><li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li></ul>	2 dias úteis	1
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"><li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li></ul>	2 dias úteis	2
03	SA	<ul style="list-style-type: none"><li>Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li></ul>	5 dias úteis	

04	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos diversos, como solicitação de informação (LAI); solicitação de Nada Consta; solicitação de motivo de indeferimento de FICI, FIRI, SA, Defesa, Recurso, Restituição, Cancelamento; solicitação de cópia integral ou parcial de processos; dentre outros pedidos não listados pertinentes a área de multas de trânsito.</li> </ul>	2 dias úteis*	3
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>	5 dias úteis	
06	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a baixa de auto de infração de trânsito, por pagamento, prescrição, entre outros motivos.</li> </ul>	2 dias úteis	
07	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a cancelamento administrativo de auto de infração de trânsito: por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li> </ul>	2 dias úteis	
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	4
09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	
10	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a desvinculação de auto de infração de trânsito.</li> </ul>	2 dias úteis	5
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a inscrição de créditos originários de multas de trânsito e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN, SIAFI, dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT ou do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	
13	FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo de solicitação de restituição de valor pago relativo a auto de infração de trânsito.</li> <li>Processo relativo a cobrança de repasse financeiro pelos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> <li>Processo relativo a restituição de valores repassados ao FUNSET, SENATRAN e aos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> </ul>	10 dias úteis	
14	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial, o qual demanda apresentação de subsídios à PFE/DNIT; e cumprimento de demais determinação judiciais, como reativação, suspensão, desvinculação ou cancelamento de auto infração de trânsito.</li> <li>Processo oriundo do Ministério Público Federal - MPF; de órgãos de controle externo (TCU e CGU); assim como de órgãos de controle interno.</li> </ul>	10 dias úteis**	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos relacionados a sinistros ou outras ocorrências em rodovias que envolvam discussões extrajudiciais ou judiciais, bem como a elaboração de subsídios a serem encaminhados à PFE/DNIT.</li> </ul>	6
15	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos de apuração e cobrança de danos ao patrimônio do DNIT, exigindo a análise de defesas e recursos apresentados pelos autuados, com o objetivo de subsidiar a responsabilização de terceiros por prejuízos causados à infraestrutura de transportes sob gestão da Autarquia.</li> </ul>	10 dias úteis**
<p>*As solicitações de informações deverão ser respondidas observando os prazos definidos na Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI.</p> <p>**Deverá ser considerado o prazo limite de 10 dias úteis, caso não estiver definido pela PFE/DNIT ou determinado pelo MPF, pelos órgãos de controle, ou pelo juízo.</p>			

5.13.4 Ao pagamento pela análise e instrução dos processos dos tipos 01; 02; 03; 05; 08; 09; 11 e 12, elencados na Tabela 11, incidirá o Índice de Desempenho (ID), visto que são os principais no fluxo de processamento de infrações de trânsito e respondem pelo maior volume de demandas.

5.13.5 O Índice de Desempenho (ID) será apurado mensalmente, a partir do terceiro mês de execução do Contrato, prazo este dedicado à mobilização do Contrato e adaptação do contratado ao fluxo de processamento dos registros de infrações de trânsito.

5.13.6 O Índice de Desempenho (ID) para os processos dos tipos 01; 02; 03; 05; 08; 09; 11 e 12 será calculado da seguinte maneira, conforme Tabela 12.

**Tabela 12 - Forma de Apuração do ID**

Tipo de Processo		Descrição do Processo	Prazo Limite	Prazo Atrasado	GC	ID
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li> </ul>	2 dias úteis	4 dias úteis	1	
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li> </ul>	2 dias úteis	4 dias úteis	2	
03	SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis		
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis	3	
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis	4	

$$ID = \frac{Pd \times 1 + Pa \times 4}{5}$$

09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis		$\frac{2 + P_d + P_a + P_g \times 5}{P}$
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a inscrição de créditos originários de multas de trânsito e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN, SIAFI, dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis		
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT ou do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis	5	

Onde:

- $P$  = Total de processos encaminhados mensalmente;
- $P_d$  = Processos instruídos dentro do Prazo;
- $P_a$  = Processos instruídos no Prazo Atrasado;
- $P_g$  = Processos com atraso superior ao permitido.

5.13.7 Em caso de ocorrência que vier a atrapalhar o cumprimento dos prazos estabelecidos para análise e instrução dos processos, com por exemplo, lentidão ou indisponibilidade comprovadas do SIOR, SEI e demais sistemas, o fato deverá ser comunicado ao DNIT, com as devidas comprovações e com a informação dos processos tratados, no período da ocorrência.

5.13.8 Diante do comunicado do contratado e da aceitação das comprovações por parte do DNIT, será agrupado no fator  $P_d$  (processos analisados e instruídos dentro do prazo limite), para o cálculo do ID, os processos afetados no período da ocorrência.

5.13.9 A Ordem de Início dos Serviços - OIS para os tipos de processos 4 - OUTROS (relacionados à cobrança administrativa) e 11 - COBRANÇA está vinculada a data de término dos quantitativos dos GC1, GC2 e GC3 ou encerramento do Contrato TT-247/2024 (SEI nº 18093987), oriundo do Pregão Eletrônico nº 426/2023.

5.13.10 Embora o SERVIÇO 3 seja majoritariamente alimentado pelos documentos digitalizados no âmbito do SERVIÇO 2, também é responsável pelo tratamento de requerimentos e documentos oriundos de múltiplas fontes, tais como: Portal de Multas de Trânsito do DNIT (requerimentos eletrônicos de cidadãos), documentos previamente registrados no SIOR ou SEI, Superintendências Regionais e Unidades Locais, Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT, peticionamentos eletrônicos via SEI, Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e Ouvidoria.

5.13.11 O SERVIÇO 3, sempre que necessário, deve recorrer ao SERVIÇO 2 para revisão de digitalização e/ou registro de documentos no SIOR ou SEI.

5.13.12 A revisão do documento digitalizado pelo contratado no SERVIÇO 2 não será remunerada, ao passo que a realização de tal atividade decorre essencialmente de erros na execução ocasionados pelo próprio contratado.

5.13.13 A revisão de documento em formato digital, não digitalizado pelo contratado no SERVIÇO 2, será remunerada como novo documento digitalizado.

5.13.14 O acionamento para revisão e/ou complementação de requerimento apresentado pelo cidadão, motivado pelo SERVIÇO 4, deverá ser realizado pelo SERVIÇO 3.

5.13.15 Compete ao SERVIÇO 3, através dos Supervisores Bacharéis em Direito, supervisionar as análises e instruções realizadas e manter atualizadas, conforme legislação vigente, as teses, alegações e fundamentações utilizadas pelos Técnicos responsáveis pela análise e instrução dos processos; assim

como atualizar sempre que for necessário os *scripts* de atendimento utilizados no SERVIÇO 4. Ainda, deverá estabelecer a forma de ordenamento dos documentos que serão digitalizados pelo SERVIÇO 2, de modo a tornar mais ágil e eficiente a análise e instrução dos processos.

5.13.16 Caberá ao contratado a capacitação contínua, com vistas à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos no SERVIÇO 3. Recomenda-se que a capacitação contemple módulos obrigatórios voltados ao domínio da legislação de trânsito, às normas internas do DNIT, bem como à aplicação de fundamentos jurídicos atualizados, considerando mudanças legais, normativas, orientações internas e jurisprudência consolidada.

5.14 SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

5.14.1 O contratado será remunerado por posto de trabalho.

5.14.2 Em conformidade com o art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho do SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial” no Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

5.14.3 O atendimento deverá ser prestado em regime de plantão com disponibilidade operacional 24 horas por dia e 7 dias da semana, incluindo finais de semana e feriados, de forma a garantir o funcionamento ininterrupto das atividades previstas neste Termo de Referência.

5.14.4 Para fins de mobilização dos postos de trabalho, deverão ser considerados os períodos horários de 08h às 18h; 18h às 04h e 22h às 08h.

5.14.4.1 Inicialmente, deverão ser mobilizados os técnicos responsáveis pelo atendimento no horário comercial, das 8h às 18h de segunda a sexta-feira. A mobilização de atendentes para os períodos compreendidos entre 18h e 08h, bem como aos finais de semana e feriados, será realizada conforme a necessidade, mediante avaliação e solicitação da Contratante.

5.14.5 O contratado deverá observar os seguintes prazos limites para iniciar o atendimento ao usuário, contados a partir do momento do recebimento do e-mail, da ligação telefônica, ou do acionamento para atendimento humanizado via ferramenta de *chatbot*, conforme Tabela 13:

Tabela 13 - Prazos Limites para Iniciar o Atendimento

Canal de Atendimento	Prazo Limite
E-mail	24 horas
Telefone	1 minuto
Ferramenta de <i>chatbot</i>	1 minuto

5.14.6 Caberá ao contratado elaborar relatórios mensais que incluam, por exemplo, informações sobre quantidade de atendimentos, tempo médio de resposta por canal de atendimento, principais temas tratados, dúvidas frequentes e pontos de melhoria identificados a partir das interações com o usuário.

5.14.7 Ao identificar temas recorrentes ou dificuldades enfrentadas pelos usuários, caberá ao contratado informar ao DNIT, subsidiando ajustes nos sistemas ou aprimoramento dos canais de comunicação.

5.14.8 O contratado deverá adotar estratégias de revezamento de atendentes nos períodos em que houver aumento na demanda, garantindo a manutenção da qualidade e da pontualidade no atendimento, sem prejuízo à eficiência na execução do contrato.

5.14.9 Caberá ao contratado a organização dos atendentes para a manutenção da cobertura adequada durante os períodos de férias e eventuais afastamentos dos profissionais designados.

5.14.10 Em caso de ocorrência que vier a atrapalhar o cumprimento dos prazos limites para início do atendimento, como problemas na infraestrutura telefônica, problemas de acesso ao gerenciador de e-mail etc., o fato deverá ser comunicado ao DNIT, com as devidas comprovações e com a informação do quantitativo de atendimentos afetados no período da ocorrência.

5.14.11 Os técnicos do SERVIÇO 4 deverão recorrer aos supervisores Bacharéis em Direito do SERVIÇO 3, bem como ao SERVIÇO 5, de modo a complementar informações necessárias ao atendimento ao usuário.

5.14.12 A partir do acionamento para revisão e/ou complementação de requerimento apresentado pelo cidadão, motivado pelo SERVIÇO 3, deverá o SERVIÇO 4 contactar o usuário para, dentro do prazo limite estabelecido para apresentação da documentação, enviá-la de forma física ou digital.

5.14.13 Caso o usuário opte por apresentar a documentação requerida de forma física, esta deverá entrar no fluxo de digitalização do SERVIÇO 2 e será remunerada, conforme tipo de documento originário, como novo documento digitalizado.

- 5.14.14 O SERVIÇO 4 deverá se valer dos *scripts* de atendimento elaborados e atualizados pelo SERVIÇO 3, para realizar o atendimento ao usuário.
- 5.14.15 Caberá ao SERVIÇO 4 se reportar aos SERVIÇOS 2 e 3, devendo transmitir as sugestões e reclamações apresentadas pelos cidadãos durante o atendimento, visando aprimoramento da prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização.
- 5.14.16 Ao supervisor do SERVIÇO 4 compete supervisionar o atendimento prestado pelos técnicos e balancear a carga de trabalho, assim como promover a interlocução entre os SERVIÇOS 2, 3 e 5.

5.15 SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA - CI

- 5.15.1 O contratado será remunerado por posto de trabalho.
- 5.15.2 Em conformidade com o art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho do SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial” no Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904)., assim como os salários para os níveis pleno e sênior deverão respeitar a proporcionalidade de senioridade conforme tabela “Quadro Salarial”.
- 5.15.3 O contratado deverá utilizar indicadores de desempenho próprios para fins de gestão e melhoria contínua da execução contratual. A obtenção ou utilização e o monitoramento de dados do SIOR, do SEI e demais sistemas utilizados, poderão subsidiar o acompanhamento da produtividade individual e por equipe, considerando a tipologia e complexidade de cada demanda. Esses indicadores poderão embasar decisões operacionais internas do contratado, como a realocação de pessoal, o redimensionamento de esforços e a identificação de necessidades de capacitação, contribuindo para uma execução mais eficiente e estratégica do serviço.
- 5.15.4 O contratado deverá disponibilizar profissionais com experiência comprovada nas áreas, compondo 3 (três) equipes especializadas:

Tabela 14 - Profissionais da Central de Inteligência

Equipes	Profissional	Quantidade	Nível
Equipe de Tecnologia	Cientista de dados	1	Sênior
	Cientista de dados	1	Pleno
	Analista de BI	1	Sênior
	Analista de BI	1	Pleno
	Desenvolvedor de <i>Software</i>	1	Sênior
Equipe de Comunicação	Jornalista	1	Pleno
	Publicitário	1	Pleno
	<i>Designer</i> Gráfico	2	-
Equipe de Análise de dados	Engenheiro	1	Sênior
	Técnico Administrativo	4 - 8	Nível médio

- 5.15.5 A Central de Inteligência - CI deverá ser estruturada como um núcleo técnico multidisciplinar, voltado à integração de áreas estratégicas vinculadas às atribuições da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT e, de forma transversal, às demais competências institucionais da DNIT.

5.15.6 A atuação da CI deverá priorizar a produção de inteligência operacional, a integração e o tratamento de dados e informações, o desenvolvimento de soluções tecnológicas, a comunicação pública de caráter institucional e a consolidação de inventário sobre a infraestrutura rodoviária federal, entre outras atribuições conforme a necessidade da CGPERT.

5.15.7 A equipe da Central de Inteligência deverá seguir modelos de protocolo operacionais, especialmente em situações de crise, eventos excepcionais ou ocorrências que demandem resposta coordenada. Esses modelos deverão ser elaborados pelo contratado e submetidos à validação da Contratante, observando as diretrizes institucionais e os fluxos de comunicação definidos previamente.

5.15.8 Os protocolos deverão contemplar procedimentos de atuação, registro, encaminhamento e articulação com as áreas técnicas envolvidas, garantindo agilidade, rastreabilidade e conformidade com os padrões operacionais do DNIT.

5.15.9 Com o intuito de garantir uma comunicação célere com os interlocutores técnicos em campo, deverá ser disponibilizado um número de telefone para utilização de WhatsApp, assim como outras ferramentas de trocas de mensagens, destinado ao uso em grupos de crise e situações emergenciais, assim como em grupos diversos criados pela sociedade como, por exemplo, grupos de caminhoneiros; de voluntários da Waze; de motociclistas, de ciclistas, de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito etc.

#### 5.15.10 Equipe de Tecnologia:

5.15.10.1 Para a contratação da equipe de tecnologia deverão ser observados os requisitos mínimos, descritos nas Tabelas abaixo:

**Tabela 15 - Requisitos profissionais do Cientista de Dados Sênior e Pleno**

Critério	Cientista de Dados Sênior	Cientista de Dados Pleno
<b>Formação</b>	Superior em Estatística, Ciência de Dados, Engenharias ou áreas afins	Superior em Estatística, Ciência de Dados, Engenharias ou áreas afins
<b>Experiência</b>	+5 anos em projetos avançados de ciência de dados	3 a 4 anos em projetos com foco em análise e modelagem de dados
<b>Responsabilidades principais</b>	Liderar projetos de ciência de dados, supervisionar modelagem e curadoria de dados, definir estratégias analíticas	Desenvolver modelos preditivos e exploratórios, estruturar <i>pipelines</i> de dados
<b>Atuação técnica</b>	<i>Machine learning</i> avançado, <i>deep learning</i> , NLP, modelagem preditiva	Estatística aplicada, <i>clustering</i> , regressão, mineração de dados
<b>Diferencial</b>	Coordenação técnica e orientação estratégica com foco em apoio à decisão e certificações da área.	Suporte operacional à equipe e entrega de modelos prontos para produção e certificações da área.

**Tabela 16 - Requisitos profissionais do Analista de BI Sênior e Pleno**

Critério	Analista de BI Sênior	Analista de BI Pleno
<b>Formação</b>	Superior em Sistemas de Informação, Engenharia, Administração ou afins	Superior em Sistemas de Informação, Engenharia, Administração ou afins
<b>Experiência</b>	+5 anos em projetos de BI com alto grau de complexidade	3 a 4 anos em modelagem e visualização de dados
<b>Responsabilidades principais</b>	Liderar projetos de BI, criar indicadores estratégicos e propor melhorias de processos	Construir <i>dashboards</i> e relatórios gerenciais com base em dados consolidados
<b>Atuação técnica</b>	Arquitetura de BI, ETL, data <i>warehouse</i> , análise de performance	Transformação de dados, criação de KPIs, automação de relatórios
<b>Diferencial</b>	Relacionamento com <i>stakeholders</i> , definição de arquitetura de dados e certificações da área.	Domínio técnico-operacional de ferramentas e visualização e certificações da área.

**Tabela 17 - Requisitos profissionais do Desenvolvedor de Software Sênior**

Critério	Desenvolvedor de Software Sênior
<b>Formação</b>	Superior em Engenharia da Computação, Ciência da Computação ou similares
<b>Experiência</b>	+5 anos em desenvolvimento de sistemas complexos e arquiteturas escaláveis
<b>Responsabilidades principais</b>	Arquitetar soluções, supervisionar time técnico, garantir segurança e escalabilidade
<b>Atuação técnica</b>	<i>Backend</i> robusto, APIs REST, microserviços, <i>DevOps</i> , segurança da informação
<b>Diferencial</b>	Capacidade de liderar e definir padrões de desenvolvimento e certificações da área.



5.15.10.2 Os profissionais da equipe de tecnologia deverão acessar os bancos de dados autorizados exclusivamente por meio das estações de trabalho localizadas na Sede do DNIT em Brasília/DF, pois não será permitido o acesso remoto em atenção as normas de segurança e proteção dos dados institucionais.

5.15.10.3 O contratado deverá assegurar a rastreabilidade, segurança e integridade das informações, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

5.15.10.4 Caberá à equipe de tecnologia o apoio à modernização e ampliação das funcionalidades dos sistemas cuja área de negócio seja a Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET, considerando também a atualização constante das orientações sobre os serviços relacionados às infrações de trânsito no Portal Gov.br (<https://www.gov.br/pt-br>) e no Portal de Multas de Trânsito do DNIT (<https://servicos.dnit.gov.br/multas/>). As atualizações devem considerar as mudanças na legislação, nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e nas diretrizes internas do DNIT, assegurando que as informações disponibilizadas ao público sejam sempre precisas e compatíveis com a realidade normativa e administrativa vigente.

5.15.10.5 O contratado deverá prestar apoio na integração com o sistema da Waze, estruturando rotinas para envio de informações e coleta, tratamento e análise dos dados disponibilizados. Essa integração deverá subsidiar uma atuação proativa do DNIT, permitindo o acionamento ágil das áreas técnicas, preferencialmente por meio da formalização de instruções processuais no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas nas rodovias federais. Ressalta-se que já existe parceria institucional entre o DNIT e a Waze, cabendo ao contratado apenas a execução técnica e o aproveitamento funcional dos recursos disponíveis.

5.15.10.6 O contratado deverá propor estratégias para ampliar o uso estratégico dos dados e informações, com foco na identificação de padrões operacionais, no suporte à tomada de decisão e no aprimoramento da capacidade institucional de resposta a eventos que impactem a malha viária federal. A análise qualificada dessas informações deverá contribuir para a antecipação de riscos, o direcionamento de recursos, o tratamento de demandas públicas e a eficiência na gestão das ocorrências que afetam a infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do DNIT.

5.15.10.7 Caberá ao contratado a implementação de uma arquitetura de dados em camadas, garantindo a segregação entre dados brutos (imutáveis), dados tratados (higienizados) e dados refinados (agregados para negócio). Todo o código de transformação deverá ser versionado em repositório fornecido pelo DNIT, garantindo a rastreabilidade (linhagem) desde a origem até o painel final, permitindo a auditoria do ciclo de vida do dado, incluindo:

- I - *Data lineage*: rastreabilidade visual da origem e transformações do dado.
- II - *Logs* de acesso: registro imutável de qual usuário (CPF) acessou quais relatórios ou bases de dados analíticas.
- III - Retenção automatizada: configuração de regras sistêmicas para arquivamento ou exclusão física de dados temporários após o processamento, conforme política de segurança da informação do DNIT.

5.15.10.8 É vedado ao contratado a realização, por iniciativa própria, de desenvolvimento ou a implementação de ferramentas, módulos ou aplicações tecnológicas diretamente na infraestrutura da contratante, garantindo-se assim a integridade, a segurança e a governança dos sistemas institucionais. Contudo, reserva-se ao contratado a faculdade de prospectar e apresentar soluções inovadoras e modelos tecnológicos, os quais deverão ser submetidos a processo de análise técnica e deliberação por parte do contratante. A eventual integração ou execução de tais projetos estará estritamente condicionada ao interesse estratégico, à conveniência administrativa e ao planejamento formal prévio, sob a coordenação e diretrizes do DNIT.

5.15.11 Equipe de Comunicação:

5.15.11.1 Para a contratação da equipe de comunicação deverão ser observados os requisitos mínimos, descritos nas Tabelas abaixo:

Tabela 18 - Requisitos Profissionais do Jornalista Pleno

Critério	Descrição
Formação	Nível superior completo em Jornalismo
Experiência	Mínimo de 4 anos em produção de conteúdo jornalístico e institucional, incluindo atuação com vídeo, áudio e texto
Responsabilidades principais	Produzir e revisar conteúdos jornalísticos para diferentes mídias; cobrir eventos; conduzir entrevistas; redigir notas e reportagens técnicas
Atuação técnica	Captação de imagens e áudios, roteirização de vídeos, edição de conteúdo audiovisual, cobertura multimídia
Diferencial	Capacidade de comunicação institucional com clareza, sensibilidade para pautas estratégicas e domínio de linguagem multiplataforma.

Tabela 19 - Requisitos Profissionais do Publicitário Pleno

Critério	Descrição
Formação	Nível superior completo em Publicidade e Propaganda ou Comunicação Social

<b>Experiência</b>	Mínimo de 4 anos em campanhas institucionais, criação de peças e ações de engajamento
<b>Responsabilidades principais</b>	Planejar, desenvolver e monitorar campanhas de comunicação; elaborar estratégias para redes sociais e comunicação interna/externa
<b>Atuação técnica</b>	Criação de conceitos criativos, produção de peças para campanhas, <i>copywriting</i> , supervisão de mídia
<b>Diferencial</b>	Domínio em campanhas educativas e institucionais; atuação voltada à mensuração de impacto e engajamento social.

**Tabela 20** - Requisitos Profissionais do *Designer* Gráfico

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Formação</b>	Nível superior completo em <i>Design</i> Gráfico, Comunicação Visual ou áreas correlatas
<b>Experiência</b>	Mínimo de 4 anos em desenvolvimento de peças institucionais, identidades visuais e <i>design</i> para mídias digitais e impressas
<b>Responsabilidades principais</b>	Criação de <i>layouts</i> , <i>banners</i> , infográficos, identidade visual de campanhas e interfaces de sistemas
<b>Atuação técnica</b>	<i>Design</i> responsivo, adaptação para diferentes plataformas, criação de materiais acessíveis
<b>Diferencial</b>	Interface com a equipe de TI para <i>design</i> de sistemas e <i>dashboards</i> , sensibilidade estética institucional.

5.15.11.2 A atuação da equipe envolverá a produção contínua de conteúdos jornalísticos, publicitários e audiovisuais de temas relacionados às infrações de trânsito, fiscalização, cidadania no trânsito, transporte, mobilidade e segurança viária, bem como temas relacionados à educação para o trânsito. Essa produção será orientada por princípios de clareza, legalidade, acessibilidade e responsabilidade comunicacional, com foco permanente no serviço ao cidadão.

5.15.11.3 Além de atuar em demandas para promoção de comportamentos seguros e disseminação de valores como empatia, responsabilidade e respeito à vida, a equipe de comunicação será responsável por esclarecer dúvidas da sociedade sobre procedimentos administrativos, notificações, prescrição, direitos e deveres de condutores e pedestres, contribuindo para maior transparência e alinhamento institucional.

5.15.11.4 Nesse sentido, todas as ações de comunicação devem ocorrer de forma integrada entre as áreas de Jornalismo, Publicidade e *Design*, garantindo coerência nas mensagens, engajamento nos diversos canais e presença constante nas mídias sociais e institucionais. A comunicação não se restringirá a campanhas sazonais, mas atuará permanentemente na ampliação do diálogo entre o DNIT, a imprensa e a sociedade, fortalecendo a confiança pública e a efetividade das ações educativas e operacionais da CGPERT.

5.15.11.5 Nesse contexto, a atuação da equipe será organizada conforme detalhamento a seguir:

#### 5.15.11.6 **Jornalista:**

- a) Atuar de forma estratégica na construção e manutenção da imagem institucional, exercendo também atribuições de relações públicas, promovendo o diálogo transparente com a sociedade, com os meios de comunicação e os diversos públicos de interesse;
- b) Apoiar tecnicamente a concepção, elaboração, revisão, produção e divulgação de conteúdos jornalísticos e informativos relacionados às ações de Educação para o Trânsito, multas e fiscalização, desenvolvidas pela Coordenação-Geral, garantindo a disseminação contínua de mensagens educativas alinhadas às campanhas permanentes e às resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
- c) Elaborar *releases*, reportagens, notas institucionais, entrevistas, roteiros e notas técnicas para o público interno e externo, com linguagem compatível aos diferentes perfis do público-alvo;
- d) Produzir materiais sobre procedimentos administrativos envolvendo infrações de trânsito e suas consequências, tais como prazos de notificação, multas, débitos, prescrição, defesa, recursos, entre outros, com foco em transparência e orientação ao cidadão.
- e) Participar da elaboração de roteiros para vídeos institucionais, séries digitais, *webinars* e *podcasts* sobre educação, cidadania no trânsito, e temas relacionados a infrações e responsabilidades legais;
- f) Estabelecer relacionamento com a imprensa, com o propósito de amparar respostas e esclarecimentos em tempo hábil sobre atividades, serviços e programas executados do DNIT, apoiando, ainda, coletivas, entrevistas e ações de mídia espontânea sobre temas afetos à segurança viária, ao Programa Conexão DNIT e demais assuntos conforme competências regimentais da CGPERT;
- g) Realizar cobertura de eventos presenciais e virtuais promovidos pela Coordenação-Geral, incluindo a produção de matérias, entrevistas e registros audiovisuais;
- h) Participar da elaboração de roteiros de vídeos institucionais, séries digitais, *webinars* e *podcasts* educativos, alinhados às campanhas permanentes e às diretrizes do CONTRAN;

- i) Apoiar a construção de pautas e a produção de conteúdo jornalístico para mídias sociais, com foco em temas contemporâneos de segurança viária e cidadania no trânsito;
- j) Produzir conteúdo institucional para canais oficiais do DNIT, como *site*, redes sociais, boletins informativos e informes técnicos, em articulação com a setorial de Comunicação Social;
- k) Validar conteúdos informativos com base em normativos legais e educacionais de trânsito, assegurando precisão, clareza e responsabilidade comunicacional.

#### 5.15.11.7 **Publicitário:**

- a) Atuar na concepção criativa, planejamento e produção de peças publicitárias e materiais de comunicação institucional para campanhas contínuas de educação para o trânsito, com foco na disseminação das diretrizes do Programa Conexão DNIT e no cumprimento das resoluções do CONTRAN;
- b) Planejar e desenvolver campanhas educativas permanentes e sazonais, conforme as diretrizes do CONTRAN e normativos vigentes, contemplando diferentes meios de comunicação (TV, rádio, redes sociais, internet e material impresso);
- c) Criar peças visuais para divulgação institucional e educativas (*folders*, cartazes, *banners*, *cards* digitais, vídeos curtos, animações, entre outros), com identidade visual adequada à comunicação pública.
- d) Criar *slogans*, conceitos criativos e roteiros publicitários para diferentes meios;
- e) Elaborar conceitos criativos e *slogans* para campanhas de abrangência regional e nacional, com foco em segurança no trânsito e transformação de comportamentos;
- f) Produzir roteiros para peças audiovisuais e publicitárias, em parceria com equipes técnicas e de audiovisual;
- g) Apoiar estratégias de *marketing* institucional e comunicação pública, fortalecendo a imagem dos Programas educativos junto a parceiros e sociedade civil.
- h) Colaborar na adaptação de campanhas para públicos e regiões diversas, considerando aspectos culturais, linguísticos e contextuais;
- i) Adaptar campanhas para diferentes públicos e regiões, considerando aspectos culturais e contextuais, especialmente em temas sensíveis como penalidades e direitos dos condutores;
- j) Planejar e definir estratégias de divulgação para alcançar públicos prioritários com eficácia e eficiência.

#### 5.15.11.8 **Designer Gráfico:**

- a) Desenvolver narrativas visuais e digitais envolventes, com linguagem contemporânea e formatos dinâmicos, para redes sociais, campanhas audiovisuais contínuas e ações de engajamento ligadas às iniciativas do DNIT;
- b) Criar e editar conteúdos audiovisuais curtos e impactantes, com foco em *stories*, *reels*, vídeos verticais, animações e chamadas interativas para redes sociais;
- c) Desenvolver roteiros visuais e narrativas criativas que promovam comportamentos seguros no trânsito, com linguagem acessível e estética atual;
- d) Captar imagens e vídeos em eventos e ações presenciais, produzindo registros com abordagem humanizada e institucional;
- e) Auxiliar na edição de materiais informativos e educativos para ambientes digitais, respeitando diretrizes de acessibilidade, identidade visual e coerência comunicacional;
- f) Monitorar tendências e adaptar linguagens e formatos contemporâneos;
- g) Trabalhar em colaboração com jornalistas e publicitários para garantir coesão entre texto, imagem e som, potencializando o impacto das campanhas;
- h) Monitorar tendências em formatos e linguagem de comunicação digital para aplicar nas ações estratégicas voltadas à educação para o trânsito e à fiscalização;
- i) Gerenciar e organizar banco de vídeos e imagens para reuso institucional, otimizando recursos e ampliando o alcance das ações da CGPERT.

5.15.11.9 Os conteúdos produzidos devem atender simultaneamente às necessidades de informação técnica, modernização, engajamento público e uniformidade institucional.

#### 5.15.11.10 Responsabilidades integradas:

- a) Alinhamento mensal com o calendário de campanhas nacionais e regionais;
- b) Desenvolvimento de pautas que integrem educação, fiscalização, operações e orientação ao cidadão sobre infrações de trânsito;
- c) Criação de materiais segmentados por público (ex: jovens, condutores profissionais, pedestres, ciclistas, motociclistas etc);
- d) Criação de pautas integradas e segmentadas para públicos distintos;
- e) Produção de artigos técnicos para portal institucional;
- f) Conteúdos para *newsletters* setoriais;
- g) Diagramação de materiais para diferentes suportes;
- h) Definir métricas de acompanhamento do engajamento, análise de desempenho e conversão desses dados em materiais educativos e melhorias de alcance.
- i) Apoiar na produção de *webinars*, *lives* e gravações voltadas às mídias sociais, à TV e ao rádio.

5.15.11.11 Ainda, o profissional de jornalismo deverá ser qualificado para captação de imagens e áudio, condução de entrevistas, produção e roteirização de conteúdo audiovisual, edição e pós-produção, e cobertura multimídia e digital.

5.15.11.12 No campo da comunicação, o contratado atuará de forma integrada com a equipe técnica do DNIT, sendo responsável pelo monitoramento diário de mídia (televisão, rádio, *web* e redes sociais), *clipping* de assuntos estratégicos, produção de conteúdo visual e textual para alertas, campanhas, *banners*, formulários e notificações. Os *designers* também deverão atuar no apoio à modelagem de interfaces de sistemas e apoiar a equipe de tecnologia no que for necessário.

5.15.11.13 Caberá à equipe de comunicação o apoio à produção de materiais de comunicação institucional relacionado à área de operações rodoviárias, com intuito de auxiliar de forma articulada a setorial de Comunicação Social da Autarquia, incluindo croquis, mídias, banners, mapas e infográficos.

5.15.11.14 Compete à equipe de comunicação a análise das peças publicitárias, assegurando sua conformidade com os princípios institucionais, a legislação vigente e os interesses do DNIT.

5.15.11.15 Caberá à equipe realizar a articulação com os públicos interno e externo da Autarquia para viabilizar a produção de conteúdos informativos relacionados a eventualidades e intervenções nas rodovias federais sob a responsabilidade do DNIT. Essa atuação inclui o levantamento de informações sobre obras, interdições e demais ações operacionais, com o objetivo de subsidiar a elaboração de matérias de comunicação.

5.15.11.16 Ainda, caberá à equipe manter diálogo constante com setores técnicos, garantindo que os conteúdos produzidos sejam claros, precisos e de interesse público.

#### 5.15.12 Equipe de Análise de dados:

5.15.12.1 Para a contratação da equipe de tecnologia deverão ser observados os requisitos mínimos, descritos nas Tabelas abaixo.

**Tabela 21 - Requisitos Profissionais do Engenheiro Sênior**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Formação</b>	Curso superior completo em Engenharia Civil, de Transportes, Cartográfica ou áreas correlatas, com registro no CREA
<b>Experiência</b>	Mínimo de 8 anos em obras públicas, planejamento viário, geoprocessamento ou projetos de infraestrutura rodoviária
<b>Responsabilidades principais</b>	Atuar no monitoramento técnico da malha viária, avaliar riscos operacionais, propor planos de contingência e interpretar dados espaciais
<b>Atuação técnica</b>	Utilização de GIS ( <i>Geographic Information System</i> ), análise de mapas, atualização de base georreferenciada e elaboração de relatórios técnicos
<b>Diferencial</b>	Capacidade de integrar dados técnicos ao processo decisório institucional, com atuação estratégica e visão sistêmica

**Tabela 23 - Requisitos Profissionais dos Técnicos**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Formação</b>	Ensino médio completo.
<b>Experiência</b>	Experiência em atividades operacionais, administrativas ou de apoio técnico em órgãos públicos ou privados.

<b>Responsabilidades principais</b>	Inserir dados em sistemas, operar rotinas de envio de alertas e edição de mapas no sistema da Waze, apoiar instruções de processos e atuar na comunicação com unidades regionais
<b>Atuação técnica</b>	Alimentação de sistemas, execução de rotinas padronizadas, organização de arquivos e auxílio em análises básicas
<b>Diferencial</b>	Proatividade no cumprimento de rotinas operacionais e apoio direto à equipe técnica e gerencial

5.15.12.2 A atuação da equipe deverá ser coordenada com as diversas áreas do DNIT, promovendo interlocução eficaz para análise, encaminhamento e solução das demandas, utilizando os sistemas institucionais.

5.15.12.3 O contratado deverá manter essa equipe em conformidade com a evolução das atividades, podendo ajustar sua composição de forma proporcional e compatível com as necessidades do DNIT.

5.15.12.4 O contratado deverá elaborar e entregar relatórios periódicos que contemplem todas as atividades executadas no âmbito da Central de Inteligência - CI, abrangendo as áreas de atendimento ao usuário, tecnologia da informação, engenharia, comunicação, cadastro técnico e inventário, apoio administrativo e, estatística e ciência de dados.

5.15.12.5 Nesse contexto, a atuação da equipe será organizada conforme detalhamento a seguir:

#### 5.15.12.6 Engenheiro:

- a) O Engenheiro deverá ter experiência na área civil e/ou transportes e/ou cartográfica ou afins, para a interpretação qualificada de mapas, com a utilização de ferramentas da área do georreferenciamento, como sistemas GIS (*Geographic Information System*) e ferramentas de análise espacial para atualização, integração e manutenção dos dados;
- b) Caberá ao Engenheiro o monitoramento e avaliação técnica de riscos operacionais e apoiar a implementação de planos de contingência, assegurando a continuidade dos serviços e minimizando impactos de eventos inesperados nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT;
- c) O engenheiro deverá atuar em articulação com a equipe técnica da Central de Inteligência, contribuindo com análises especializadas para subsidiar decisões estratégicas, elaboração de relatórios técnicos e validação de soluções voltadas à infraestrutura rodoviária. Também poderá ser demandado para propor melhorias nos processos de coleta e tratamento de dados espaciais;
- d) O engenheiro deverá realizar a avaliação técnica de ocorrências rodoviárias, interpretando dados de campo e imagens georreferenciadas para identificar riscos estruturais ou geométricos, pontos críticos e necessidades de intervenção. Também contribuirá na construção de modelos preditivos voltados à antecipação de falhas, sinistros de trânsito ou impactos climáticos sobre a malha viária, apoiando a inteligência operacional da Central.
- e) Supervisionar as análises e instruções de processos internos para a obtenção de dados junto a órgãos e entidades públicos e bases externas, incluindo a condução de procedimentos administrativos necessários para a coleta e tratamento das informações captadas pelos técnicos responsáveis pela análise e instrução dos processos;
- f) Coordenação da execução das atividades da equipe técnica, garantindo o cumprimento dos prazos, a qualidade das entregas e a conformidade com os protocolos operacionais. Também será responsabilidade do Engenheiro consolidar relatórios gerenciais, propor ajustes nos fluxos de trabalho, acompanhar indicadores de desempenho e assegurar a comunicação eficiente entre os técnicos e as demais áreas envolvidas;
- g) O Engenheiro deverá garantir a acurácia dos dados coletados, realizar validações cruzadas com bases oficiais e assegurar que os registros estejam atualizados conforme o padrão definido pela Contratante;
- h) Também caberá ao Engenheiro o monitoramento de indicadores operacionais, acompanhando métricas como tempo de resposta, taxa de resolução e recorrência de eventos, com o objetivo de propor ajustes e melhorias nos fluxos de trabalho.

#### 5.15.12.7 Técnicos:

- a) Compete aos técnicos envio de alertas e edição de mapas no sistema da Waze, com base nas informações levantadas e confirmadas. Essas informações deverão possibilitar o acionamento tempestivo das áreas técnicas do DNIT, preferencialmente por meio da formalização de instruções processuais no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas nas rodovias federais sob responsabilidade da Autarquia. Ressalta-se que já existe parceria formal entre o DNIT e o Waze, cabendo ao contratado apenas a operacionalização e o aproveitamento funcional dos recursos dessa integração. Os técnicos deverão acompanhar a evolução das ocorrências registradas, mantendo comunicação ativa com as áreas envolvidas e atualizando os registros conforme o andamento das ações;
- b) Promover interlocução direta com as Superintendências Regionais do DNIT. Essa equipe deverá realizar o registro dos alertas e acompanhar as ocorrências relacionadas a interdições, restrições e demais condições de tráfego. Deverão também consolidar informações recebidas das unidades descentralizadas, organizando os dados para posterior integração aos sistemas institucionais;
- c) A equipe será responsável pelo cadastro e inventário da malha viária federal sob responsabilidade do DNIT, utilizando tecnologias georreferenciadas, sistemas GIS, ferramentas de análise espacial e, preferencialmente, soluções inovadoras como sensoriamento remoto, automação e inteligência artificial. As atividades incluem o levantamento detalhado de elementos da infraestrutura rodoviária, como sinalização,

defensas, faixas de domínio e curvas críticas, com coleta, georreferenciamento, classificação e integração dos dados em painéis interativos e mapas dinâmicos, assegurando que as informações estejam organizadas, auditáveis e compatíveis com os requisitos técnicos para alimentação de soluções digitais;

d) Caberá à equipe apoiar na instrução de processos internos para a obtenção de dados junto a órgãos e entidades públicos e bases externas, incluindo a condução de procedimentos administrativos necessários para a coleta e tratamento das informações com apoio da equipe de tecnologia.

## **5.16 ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO**

5.16.1 O contratado será remunerado por etapa concluída da adequação do espaço, conforme o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) e Anexo IV - Orçamento Referencial Adequação de espaço físico (SEI nº 22048093).

5.16.2 Caberá ao contratado apresentar projeto executivo, em até 30 (trinta) dias a contar da Ordem de Início dos Serviços - OIS, que deverá ser analisado pela Contratante em até 15 (quinze) dias após o recebimento.

5.16.2.1 No Projeto Executivo o contratado deverá considerar todos os detalhes técnicos necessários para a execução de uma obra, detalhando o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) com informações adicionais como cálculos estruturais, especificações técnicas, quantitativos de materiais, orçamentos e preços negociados.

5.16.2.2 Em caso de reprovação, o contratado deverá entregar novo projeto em até 15 (quinze) dias após a devolutiva da Contratante.

5.16.3 Após aprovação do Projeto Executivo, o contratado terá até 15 (quinze) dias para apresentação do Projeto de Interiores, que será analisado pela Contratante em até 15 (quinze) dias após o recebimento.

5.16.3.1 No Projeto de Interiores o contratado deverá apresentar o detalhado de todos os elementos que compõem o espaço interno do ambiente.

5.16.3.2 Em caso de reprovação, o contratado deverá entregar novo projeto em até 15 (quinze) dias após a devolutiva da Contratante.

5.16.4 O contratado deverá apresentar o Projeto Executivo e de Interiores, conforme os padrões estabelecidos pelo DNIT e a obra deverá ser executada em conformidade com os projetos aprovados pela Contratante.

5.16.5 Deverá ser considerada a execução dos serviços em até 6 meses após a Ordem de Início dos Serviços - OIS da presente contratação.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.17 Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá adquirir, manter e disponibilizar serviço de internet banda larga de 500 Mbps (cem megabits por segundo) ou superior, bem como disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição sempre que necessário:

#### **5.17.1 SERVIÇO 1:**

5.17.1.1 Computador com as especificações mínimas:

- a) Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente;
- b) Memória 16GB DDR 4 ou maior;
- c) Windows 11 Pro pré instalado;
- d) SSD NVMe 512 GB ou maior;
- e) Mouse óptico com fio;
- f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- g) Monitor LED/FHD 23-24";
- h) Monitor extra LED/FHD 23-24".

5.17.1.2 Kit *Home Office* contendo câmera e *headset*.

#### **5.17.2 SERVIÇO 2:**

5.17.2.1 Computador com as especificações mínimas:

- a) Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente;
- b) Memória 16GB DDR 4 ou maior;

- c) Windows 11 Pro pré instalado;
- d) SSD NVMe 512 GB ou maior;
- e) Mouse óptico com fio;
- f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- g) Monitor LED/FHD 23-24";
- h) Monitor extra LED/FHD 23-24".

5.17.2.2 Kit *Home Office* contendo câmera e *headset*.

5.17.2.3 *Scanner* com as especificações mínimas:

- a) Resolução ótica de captura mínima de 600 dpi;
- b) Resolução de saída de 100 a 600 dpi;
- c) Capacidade de processamento de um volume diário de 10.000 (dez mil) páginas;
- d) Modos de digitalização simplex (frente) e duplex (frente e verso) em uma única passagem de papel;
- e) Sistema de transporte de documentos com capacidade de aceitar papéis de tamanho e gramaturas diferentes entre 27 a 413g/m2;
- f) Aceitar papéis nos formatos A4, Carta, Ofício, A3;
- g) Mecanismo de detecção automática de dupla alimentação de documentos por ultrassom;
- h) Suporte ao formato de saída PDF/A via pacote de *software*;
- i) Velocidade no modo P&B, tons de cinza com resolução de saída a 200 dpi, papel A4, orientação retrato: 80 (oitenta) PPM (páginas por minuto) ou 160 (cento e sessenta) IPM (imagens por minuto);
- j) Capacidade de detecção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco, no processo de digitalização;
- k) Detecção e eliminação automática de folhas em branco;
- l) Permitir o ajuste manual e automático da orientação das imagens digitalizadas;
- m) Realizar rotação de imagens, permitindo a alimentação de documentos diferentes;
- n) Capacidade de recorte automático de tamanho da imagem dos documentos;
- o) Permitir a gravação de múltiplas saídas de imagem (P&B, Colorido, Tons de Cinza) a partir de uma única digitalização;
- p) Permitir eliminação de bordas pretas; Capacidade de conversão automática de documentos digitalizados com recursos de OCR com suporte em Português do Brasil, em aplicativos como o Word; e,
- q) Acompanhar *software* de digitalização com recursos de OCR.

5.17.2.4 Caixa Arquivo de papelão com as especificações mínimas:

- a) Material Kraft;
- b) Estrutura de parede dupla, de espessura de 7mm;
- c) Opacidade interna e externa de 100%; e,
- d) Dimensões (largura x altura x comprimento): 140/250/360mm.

### 5.17.3 **SERVIÇO 3:**

5.173.1 Computador com as especificações mínimas:

- a) Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente;
- b) Memória 16GB DDR 4 ou maior;

- c) Windows 11 Pro pré instalado;
- d) SSD NVMe 512 GB ou maior;
- e) Mouse óptico com fio;
- f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- g) Monitor LED/FHD 23-24";
- h) Monitor extra LED/FHD 23-24".

5.17.3.2 Kit *Home Office* contendo câmera e *headset*.

#### 5.17.4 **SERVIÇO 4:**

5.17.4.1 Computador com as especificações mínimas:

- a) Memória 16GB DDR 4 ou maior;
- b) Windows 11 Pro pré instalado;
- c) SSD NVMe 512 GB ou maior;
- d) Mouse óptico com fio;
- e) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- f) Monitor LED/FHD 23-24";
- g) Monitor extra LED/FHD 23-24".

5.17.4.2 Kit *Home Office* contendo câmera e *headset*.

#### 5.17.5 **SERVIÇO 5:**

5.17.4.1 Para a composição física da Central de Inteligência, caberá ao contratado a aquisição, manutenção e disponibilização de 3 (três) Meta Quest 3 ou similar, conforme especificações técnicas mínimas:

- a) Processador Qualcomm Snapdragon XR2 Gen 2 (CPU 6 núcleos, GPU Adreno 740);
- b) Memória 8 GB;
- c) Armazenamento 512 GB;
- d) Interação com olhos (lentes de grau, quando necessário), mãos e voz com suporte a acessórios Bluetooth.

5.17.4.1 Ainda, caberá ao contratado adquirir, manter e disponibilizar *desktops* necessários à prestação dos serviços da Central de Inteligência, conforme especificações técnicas mínimas:

- a) Processador Intel Core i5-12500T ou equivalente;
- b) Memória RAM de 32 GB DDR5 ou maior;
- c) Windows 11 Pro pré instalado;
- d) SSD NVMe 1T ou maior;
- e) Mouse óptico com fio;
- f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- g) Monitor LED/FHD 23-24";
- h) Monitor extra LED/FHD 23-24".

5.17.4.3 Ademais, o contratado deverá disponibilizar licenças de *softwares* para a execução dos serviços.

#### **Especificação da garantia do serviço**



5.18 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Transição e finalização do contrato**

5.19 Toda a infraestrutura dos sistemas desenvolvidos pelo contratado para a execução dos serviços – incluindo ambientes em nuvem, configurações, contas de acesso e demais componentes implantados – deverá ser transferida e ficar sob gestão direta da Contratante ao final do Contrato, assegurando a continuidade dos serviços sem dependência do contratado.

5.19.1 É terminantemente proibido o empréstimo, o compartilhamento, a cópia total ou parcial de dados ou quaisquer informações acessadas, adquiridas ou tratadas no âmbito deste contrato, independentemente do meio utilizado.

## **6. Modelo de Gestão do Contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o DNIT poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico do contratado ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pelo contratado, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- 6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, o contratado deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - 6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo contratado;
  - 6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços; e
- 6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 6.33.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
  - 6.33.1.2.2 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - 6.33.1.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - 6.33.1.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.33.1.3 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.33.1.3.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
  - 6.33.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
  - 6.33.1.3.3 cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - 6.33.1.3.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
  - 6.33.1.3.5 comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
  - 6.33.1.3.6 documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 6.33.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.33.1.4.1 termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - 6.33.1.4.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 6.33.1.4.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - 6.33.1.4.4 exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.34 Sempre que houver admissão de novos empregados pelo contratado, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.35 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.36 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.37 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.38 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.39 Não haverá pagamento adicional pela Contratante ao contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.40 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.44 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.45 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.47 Não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.48 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.49 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do contratado.

6.50 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.51 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.52 A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.53 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.54 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.55 A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.55.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.55.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.56 As compensações de jornada limitam-se:

6.56.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.56.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.57 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

## **Gestor do Contrato**

6.58 Cabe ao gestor do contrato:

6.58.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.58.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- 6.58.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.58.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.58.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.58.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.58.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.58.8 Receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.58.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.58.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 6.59 Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. Critérios de Medição e Pagamento

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 7.2. Fica estabelecido como meios de comunicação entre o contratado e o contratante:
- I - Documentos oficiais: para comunicações de relevância contratual;
  - II - Correspondência eletrônica, contato telefônico, aplicativo de mensagem e videoconferência: fiscalização do contrato;
  - III - Comunicação Interna de Contrato - CIC: para comunicações pertinentes a fiscalização do contrato; e,
  - IV - Outros mecanismos na rede mundial de computadores.
- 7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:
- 7.3.1. Não produziu os resultados acordados;
- 7.3.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.3.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.5. Para fins de verificação e auxílio nos aceites provisório e definitivo, será realizado registro de ocorrências e controle das medições contratuais.
- 7.6. Além do disposto acima, serão observados os critérios de medição pormenorizados em conformidade com a Instrução Normativa do DNIT vigente, sobre o tema.
- 7.7. O valor de medição, quando não houver nenhuma irregularidade constatada na medição, será dado pela equação:

7.7.1. **Medição do SERVIÇO 1:**

$$M_{S1} = P_1 \cdot ID_1 \cdot V_1 + P_2 \cdot ID_2 \cdot V_2 + P_3 \cdot ID_3 \cdot V_3 + P_4 \cdot ID_4 \cdot V_4 + P_5 \cdot V_5 - [ \sum CA_m FQ_m (V_1 + V_2 + V_3 + V_4 / 4) ]$$

Onde:

$P_1$  = Quantidade total de registros processados na Fase 1.

$P_2$  = Quantidade total de registros processados na Fase 2.

$CI_3$  = Quantidade total de registros contestados pelos Operadores do PNCV e mantidos como inválidos processados na Fase 3.

$P_4$  = Quantidade total de registros processados na Fase 4.

$P_5$  = Quantidade total de imagens contestadas analisadas.

$ID_1$  = Índice de Desempenho da Fase 1.

$ID_2$  = Índice de Desempenho da Fase 2.

$ID_3$  = Índice de Desempenho da Fase 3.

$ID_4$  = Índice de Desempenho da Fase 4.

$V_1$  = Valor unitário do registro processado na Fase 1.

$V_2$  = Valor unitário do registro processado na Fase 2.

$V_3$  = Valor unitário do registro contestado pelo Operador do PNCV e mantido como inválido ao ser processado na Fase 3.

$V_4$  = Valor unitário do registro processado na Fase 4.

$V_5$  = Valor unitário da imagem contestada analisada.

$CA$  = Quantidade de registros cancelados por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo na Fase  $m$  ao longo do mês (serão observados os cancelamentos dos registros processados a partir do terceiro mês de execução do Contrato).

$FQ$  = Fator de Qualidade da Fase  $m$ .

$m$  = Fase em que o registro foi cancelado por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, variável de 1 até 4, conforme Tabela 9.

#### 7.7.2. Medição do SERVIÇO 2:

$$M_{S2} = P_D \cdot V_D$$

Onde:

$M_{S2}$  = Medição do Serviço 2.

$P_D$  = Quantidade de documentos digitalizados.

$V_D$  = valor unitário por documento digitalizado.

#### 7.7.3. Medição do SERVIÇO 3:

$$M_{S3} = (\sum PA_n \times ID_n \times VGC_n) + (\sum PA_z \times VGC_z)$$

Onde:

$M_{S3}$  = Medição do Serviço 3.

$PA_n$  = Quantidade de processos analisados e instruídos por tipo  $n$ .

$ID_n$  = Índice de Desempenho relativo à análise e instrução do processo do tipo  $n$ .

$VGC_n$  = valor unitário por processo analisado e instruído, conforme o Grau de Complexidade atribuído ao tipo  $n$ .

$n$  = Corresponde ao tipo de processo, podendo ser dos tipos 01; 02; 03; 05; 08; 09; 11 e 12, conforme Tabela 7.

$PA_z$  = Quantidade de processos analisados e instruídos por tipo  $z$ .

$VGC_z$  = valor unitário por processo analisado e instruído, conforme o Grau de Complexidade atribuído ao tipo  $z$ .

$z$  = Corresponde ao tipo de processo, podendo ser dos tipos 04; 06; 07; 10; 13 e 14, conforme Tabela 7.

#### 7.7.4. Medição do SERVIÇO 4:

$$M_{S4} = (QM_D \times V_D) + (QM_{N1} \times V_{N1}) + (QM_{N2} \times V_{N2})$$

Onde:

$M_{S4}$  = Medição do Serviço 4.

$QM_D$  = Quantidade mobilizada de atendentes no período diurno.

$QM_{N1}$  = Quantidade mobilizada de atendentes no período noturno com adicional de 6h.

$QM_{N2}$  = Quantidade mobilizada de atendentes no período noturno com adicional de 7h.

$V$  = valor unitário.

#### 7.7.5. Medição do SERVIÇO 5:

$$M_{S5} = PM \times V$$

Onde:

$M_{S5}$  = Medição do Serviço 5.

$PM$  = Posto mobilizado.

$V$  = valor unitário.

#### 7.7.6. Medição relativa à adequação de Espaço Físico:

$$M_{PE} = V_E$$

Onde:

$M_{PE}$  = Medição do Projeto Executivo.

$V_E$  = valor unitário do Projeto Executivo.

$$M_{PI} = V_I$$

Onde:

$M_{PI}$  = Medição do Projeto de Interiores.

$V_I$  = valor unitário do Projeto de Interiores.

$$M_o = P_o \times V_o$$

Onde:

$M_o$  = Medição de execução da obra.

$P_o$  = Percentual executado.

$V_o$  = Valor unitário.

#### 7.7.7. Medição Final:

$$\text{Medição} = M_{S1} + M_{S2} + M_{S3} + M_{S4} + M_{S5} + M_{PE} + M_{PI} + M_o$$

#### Do recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento será considerado o estipulado no Cronograma Físico-Financeiro do Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

7.14. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.14.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.14.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.20. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.21. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.21.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



7.21.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.21.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.21.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.21.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma a desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.26. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.27. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e,

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.29. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.30. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.30.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.30.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.31. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.33. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.35. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.36. No caso de atraso pelo DNIT, considerando o item 5 do Anexo XI da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017, em caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo DNIT, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$ , sendo:
  - EM = Encargos moratórios;
  - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
  - VP = Valor da parcela a ser paga.
  - $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:
    - $I = f(TX) = (TX/100) / 365 = (6/100)/365 = 0,00016438$ , onde:
    - TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### **Forma de pagamento**

7.37. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.39. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.39.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.40. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Repactuação**

7.41. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.42. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.42.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.42.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.43. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.43.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.44. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.45. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.46. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.47. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.48. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.48.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.48.28. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.49. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.49.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.49.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.49.2.1. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.50. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **IGP-DI**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994):

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

onde:

**R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;**

**I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;**

**I<sub>1</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;**

**V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.**

7.51. A adoção do IGP-DI se deu em virtude de ser o índice setorial considerado mais apropriado para correção dos insumos relacionados. A relação de índices de reajustamento atualizados é publicada recorrentemente pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa, conforme Instrução Normativa nº 01, de 24/01/2023, disponível no seguinte link: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviaras>.

7.52. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.53. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.54. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.55. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.56. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.57. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.58. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.59. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.60. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.61. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.62. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.63. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.64. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.65. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.66. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.67. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.68. Caso o contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.69. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.69.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Reajuste**

7.70. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em outubro de 2025, conforme Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020 e seus anexos (Disponíveis em: <Engenharia Consultiva - DNIT>).

7.71. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice utilizado pelo DNIT, apurado e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com fundamento no art. 3º da Lei nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.72. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.73. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.74. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.75. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.76. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.77. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.78. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.78.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.78.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.78.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.78.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.79. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.80. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada, a que se refere o Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017, aplicável por força do art. 1º da Instrução Normativa nº 98, de 26/12/2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência, sendo viabilizada sua abertura em decorrência do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2020-CGLOG (SEI nº 20984944), celebrado entre o DNIT e o Banco do Brasil.

7.81. O futuro contratado deve autorizar o DNIT, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.82. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.83. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo DNIT em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017.

7.84. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do DNIT e será feita, exclusivamente, para o pagamento das respectivas obrigações:

7.84.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.84.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.84.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.84.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.85. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017.

7.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.87. Os valores referentes às provisões mencionadas no ato convocatório, que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.88. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

7.89. O contratado poderá solicitar a autorização do DNIT para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.90. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.91. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.92. O contratado deverá apresentar ao DNIT, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.93. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017.

## 8. Infrações e Sanções Administrativas

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 **Multa**:

8.2.5 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.6 Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos) por dia de atraso injustificado, calculada sobre a parcela inadimplida dos valores não pagos referentes a salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias;

8.2.7 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.7.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para para a apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.8 Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. Forma e Critérios de Seleção do Forneced

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Modo de disputa a ser adotado: **Aberto**.

9.3. Os intervalos mínimos dos valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, são apresentados na Tabela abaixo.

Tabela 23 – Intervalo Mínimo dos Valores entre os Lances

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	INTERVALO MÍNIMO ENTRE PROPOSTAS (R\$) (em algarismos e por extenso)
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	0,01 (um centavo)
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	0,01 (um centavo)
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.386.455	0,01 (um centavo)
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	0,01 (um centavo)
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	0,02 (dois centavos)
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	0,02 (dois centavos)
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	0,04 (quatro centavos)
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	0,08 (oito centavos)
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	0,10 (dez centavos)
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	0,10 (dez centavos)
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	0,24 (vinte e quatro centavos)
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 28,26	80.406	0,28 (vinte e sete centavos)



		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	21,84 (vinte e um reais e oitenta e quatro centavos)
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	6,99 (seis reais e noventa e nove centavos)
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	8,12 (oito reais e doze centavos)
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	8,29 (oito reais e vinte e nove centavos)
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282694,98	59	282,69 (duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos)
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	60 (sessenta reais)
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	30,50 (trinta reais e cinquenta centavos)
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,57	4	228,27 (duzentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos)

9.4. Prazo de validade da proposta será de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

#### Regime de Execução

9.5. O regime de execução do objeto será de empreitada por Preço Unitário para os SERVIÇO 1 a 5 e Preço Global para a Adequação do espaço físico.

#### Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.7. Em conformidade com o art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho dos SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO e SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial”, assim como os salários para os níveis pleno e sênior deverão respeitar a proporcionalidade de senioridade conforme tabela “Quadro Salarial”, Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

#### Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.11. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.16. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- 9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral - LG, Liquidez Corrente - LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido de 10% do [valor total estimado da contratação.

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.33.1 A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, relativa ao último exercício social; e

9.33.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.35. Em atendimento ao § 1º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

#### **Qualificação Técnica**

9.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.36.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.36.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.38. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade compatível em características e quantidades dos SERVIÇOS 1, 3 e 5, por intermédio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica - ACT, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, identificada pelo responsável com telefone, e-mail e endereço.

9.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.1.1. SERVIÇO 1: deverá ser considerado o percentual mínimo de 1,35% do quantitativo total previsto (101.666.670) para a FASE 1: Manual e FASE 2: Manual, devendo o ACT apresentar um quantitativo mínimo de **1.372.500 registros de infrações de trânsito processados**, correspondente ao quantitativo aproximado previsto para ser processado ao longo de pouco mais de 3 semanas de execução do Contrato.

9.38.1.2. SERVIÇO 3: deverá ser considerado o percentual mínimo de 1% do quantitativo total previsto (11.261.734), devendo o ACT apresentar um quantitativo de **112.617 de processos relacionados ao processo administrativo de infração trânsito** analisados e instruídos ao longo da Contratação.

9.38.1.3. SERVIÇO 5: O ACT deverá comprovar que executou pelo menos **1 projeto** envolvendo georreferenciamento, análise de dados de sinistros de trânsito, análise de dados de tráfego e de fatores de risco em vias terrestres.

9.38.2. Serão admitidos contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 5 (cinco) anos do fornecedor na prestação dos serviços acima, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.38.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.38.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.41. Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes:

9.41.1. Para o Gerente Geral do Contrato: responsável pela coordenação da execução contratual, devendo atuar como interlocutor principal entre o contratado e a Contratante.

9.41.2. Para o Supervisor Geral: responsável por supervisionar o SERVIÇO 3 - Análise e instrução de processos, devendo atuar no acompanhamento da execução das atividades, assegurando o cumprimento dos prazos, a qualidade técnica das análises e a conformidade com os normativos e legislações vigentes.

9.41.3. Os profissionais acima indicados deverão participar dos serviços objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.42. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.43. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**Documentação complementar para cooperativas**

9.49. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.49.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.49.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.49.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.49.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.49.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.49.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.49.6.1. Ata de fundação;

9.49.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.49.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.49.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.49.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.49.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.49.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**10. Estimativa do Valor da Contratação**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 137.140.666,45 (cento e trinta e sete milhões, cento e quarenta mil seiscientos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme preços unitários apostos na tabela abaixo.

**Tabela 24 – Preços Unitários e Total**

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.016.640	R\$ 1.128.470,40
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	R\$ 7.959.148,62
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	R\$ 2.294.392,39
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	R\$ 13.018.845,30
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				

7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	R\$ 22.694.156,48
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	R\$ 1.153.646,01
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	R\$ 14.803.491,15
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	R\$ 6.934.614,06
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	R\$ 20.070.145,14
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 27,37	80.406	R\$ 2.200.712,22
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	R\$ 1.310.642,40
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	R\$ 1.552.736,82
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	R\$ 975.306,00
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	R\$ 995.070,00
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282.694,98	59	R\$ 16.679.003,82
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	R\$ 30.500,00
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,56	4	R\$ 913.118,24
					TOTAL	R\$ 137.140.666,45

## 11. Adequação Orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 393003;

II - Fonte de Recursos: 1000;

III - Programa de Trabalho: 26.782.3108.21IR.0001 / 0000 - Operações de Trânsito nas Rodovias Federais; 26.782.3108.2036 - Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal; 26.782.3108.4482 - Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito; e, 26.782.3106.2325 - Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito;

IV - Elemento de Despesa: 33903501; e,

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. Fundamentação Legal

12.1. Este Termo de Referência foi elaborado à luz do ordenamento jurídico vigente, destacando-se o conjunto normativo relacionado no Tabela 26:

**Tabela 25 - Legislação de Referência**

<b>NORMATIVO</b>	<b>EMENTA</b>
<b>Lei nº 10.406 /2002</b>	Institui o Código Civil.
<b>Lei nº 14.133 /2021</b>	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
<b>Decreto nº 10.024/2019</b>	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
<b>Lei nº 9.503 /1997</b>	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
<b>Normativos de Trânsito do CONTRAN /SENATRAN</b>	Compreende as Resoluções e Deliberações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, assim como as Portarias da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN - relacionadas ao processamento das infrações de trânsito.
<b>Súmula STJ nº 312</b>	No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração.
<b>Lei nº 10.233 /2001</b>	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.
<b>Decreto nº 9.507/2018</b>	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
<b>IN nº 05/2017 e alterações</b>	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b>Lei nº 9.873 /1999</b>	Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

<b>Lei nº 9.784 /1999</b>	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
<b>Resolução DNIT nº 20 /2020</b>	Aprova a 2ª atualização do texto do Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âmbito do DNIT.
<b>Resolução DNIT nº 11 /2020</b>	Institui a Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
<b>Decreto nº 9.756/2019</b>	Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.
<b>Lei nº 12.527 /2011</b>	Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
<b>Instruções Normativas do DNIT</b>	Instruções normativas que versam sobre procedimentos para a cobrança de danos causados ao patrimônio sob responsabilidade do DNIT e demais orientações correlatas.
<b>Orientações Normativas da AGU</b>	Consolidam entendimentos vinculantes para toda a AGU e Administração Pública Federal.

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **JULIO CESAR DONELLI PELLIZZON**

Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 11:23:18.

### **LEONARDO SILVA RODRIGUES**

Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 09:14:15.





Termo de Referência

Processo nº 50600.004765/2025-94

1. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a serem executados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Tabela 1** - Resumo do orçamento

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.016.640	R\$ 1.128.470,40
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	R\$ 7.959.148,62
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	R\$ 2.294.392,39
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	R\$ 13.018.845,30
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	R\$ 22.694.156,48
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	R\$ 1.153.646,01
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	R\$ 14.803.491,15
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	R\$ 6.934.614,06
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	R\$ 20.070.145,14
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 27,37	80.406	R\$ 2.200.712,22
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	R\$ 1.310.642,40
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	R\$ 1.552.736,82
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	R\$ 975.306,00
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	R\$ 995.070,00
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282.694,98	59	R\$ 16.679.003,82
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	R\$ 30.500,00
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,56	4	R\$ 913.118,24
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 137.140.666,45</b>

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 030/2026 (SEI nº 23777870).

1.3. A presente contratação adotarà como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário e Global.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Tem-se a vigência plurianual como mais vantajosa para a Administração Pública, considerando os termos da Nota Técnica nº 25/2026 (SEI nº 23762945).

1.6. Relação de Índices Contábeis (qualificação econômico-financeira): Declara-se concordância com a utilização da relação de Índices Contábeis exigidos no edital padrão para fins de qualificação econômico-financeira.

1.7. Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar 123/2006): Não se aplica a exclusividade, pois o valor da contratação é superior à previsão legal e não se aplica à reserva de cota, pois não se trata de aquisição de bens.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. Contato do responsável: Julio Cesar Donelli Pellizzon, Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito, telefone: (61) 3315-4438, correio eletrônico: [julio.pellizzon@dnit.gov.br](mailto:julio.pellizzon@dnit.gov.br).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 030/2026 (SEI nº 23777870), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 393003;
- II - Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
- III - ID do item no PCA: 275, 276 e 277;
- IV - Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO;
- V - Identificador da Futura Contratação: 109/2026.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. A contratação considera a execução de cinco serviços distintos e dependentes entre si, quais sejam:

- I - **SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS:** consiste no processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito, realizados por equipamentos de fiscalização do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) e do Plano Nacional de Pesagem (PNP), utilizando sistemas de visão computacional e validação manual, conforme padrões do DNIT.
- II - **SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS:** consiste na recepção, classificação, preparação e digitalização de documentos físicos para arquivos digitais, inserção dos documentos digitalizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e demais sistemas estabelecidos pelo DNIT, e acondicionamento dos originais físicos em caixas arquivo para destinação final pelo DNIT, devolução ao remetente ou encaminhamento para outros entes.
- III - **SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS:** consiste no suporte à análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações de trânsito, danos ao patrimônio público e apuração de sinistros de trânsito, utilizando o Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e demais sistemas estabelecidos pelo DNIT, em conformidade com a legislação aplicada (Lei nº 9.503/1997, Resoluções do CONTRAN, Deliberações e Portarias da SENATRAN, Súmula STJ nº 312, etc).
- IV - **SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO:** consiste na realização do atendimento ao público interno e externo do DNIT, de forma virtual ou telefônica, abrangendo as infrações de trânsito, os processos de danos ao patrimônio público e apuração de sinistros de trânsito, e informações sobre infraestrutura rodoviária.
- V - **SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA:** consiste na coleta e tratamento de dados sobre infraestrutura rodoviária para suporte às análises de processos e atendimentos, produção de materiais de comunicação e otimização de serviços do DNIT. Este serviço também inclui o gerenciamento de ocorrências e comunicações internas e externas, integrando os demais serviços desta contratação.

3.2. O ciclo de vida do objeto inicia-se com o registro das infrações de trânsito realizado por meio dos equipamentos do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) e do Plano Nacional de Pesagem (PNP) em operação nas rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), capturando imagens e dados necessários para a caracterização e comprovação das infrações. Esses registros são recepcionados pelo Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), sendo disponibilizados para processamento, conforme padrões definidos pela Autarquia.

3.3. No SERVIÇO 1, o processamento das imagens pode ocorrer através de solução tecnológica de visão computacional, cuja utilização é considerada como possibilidade. A utilização desta tecnologia visa aprimorar a precisão e eficiência na análise das imagens, agilizando a identificação e validação inicial dos registros infracionais. Independentemente do uso da solução automatizada, será obrigatório um processo rigoroso de validação manual subsequente. Essa validação deverá ser realizada por técnicos treinados que conferirão manualmente cada registro, garantindo precisão na identificação da Placa de Identificação Veicular (PIV) e demais elementos relevantes, tornando-o apto ou inapto para a lavratura do auto de infração de trânsito.

3.4. Após a lavratura do auto de infração de trânsito pelo Agente da Autoridade de Trânsito, momento em que é inaugurado o processo administrativo de trânsito, a Autoridade de Trânsito, nos termos do artigo 281 do CTB, julgará sua consistência. Se for verificado qualquer problema ou inconsistência, o auto é cancelado e seu registro arquivado, caso contrário, será expedida a Notificação da Autuação (NA), devendo ser postada no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do cometimento da infração, oportunizando, principalmente, a indicação do real infrator; a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito; e a interposição de Defesa da Autuação pugnando pela não imposição da penalidade de multa. Encerrada a fase de autuação, a fase de penalidade é iniciada após a expedição da Notificação da Penalidade (NP), a qual oportuniza a interposição de Recurso Administrativo para julgamento pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, principalmente. Da decisão da JARI, ainda é possível recorrer na 2ª instância administrativa. Em última tramitação, em caso de não pagamento da multa de trânsito, o crédito é encaminhado para cobrança, podendo ensejar a inscrição em Dívida Ativa.

3.5. O fluxo apresentado pode levar meses para ser completado, tendo em vista o rito estabelecido na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo na Administração Pública Federal, assim como os prazos prescricionais estabelecidos na Lei nº 9.873/99.

3.6. No curso do processo administrativo de trânsito é possível a apresentação de documentos físicos, os quais são encaminhados para a etapa de digitalização. Neste estágio, o SERVIÇO 2 é acionado, resultando na inserção dos documentos digitalizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR) ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os documentos originais que ficarão sob a guarda do DNIT, devem ser cuidadosamente organizados e acondicionados em caixas arquivo, para garantir sua preservação e fácil localização, permitindo destinação adequada e eficiente pela Autarquia. É possível, ainda, a devolução dos documentos originais ao remetente, assim como o encaminhamento para outros entes.

3.7. Diante dos requerimentos recepcionados pelo DNIT, o SERVIÇO 3 fornece apoio essencial para a análise e instrução dos processos administrativos. Neste serviço, equipes especializadas realizam verificações detalhadas das infrações, dos processos de danos patrimoniais e de sinistros, sempre em conformidade com a legislação específica aplicável.

3.8. O SERVIÇO 4 oferece suporte direto ao público interno e externo ao DNIT, fornecendo informações detalhadas sobre os processos, esclarecendo dúvidas e oferecendo orientação sobre procedimentos relacionados às infrações, danos patrimoniais e sinistros. Esse atendimento contribui significativamente para a transparência e eficácia da comunicação institucional da Autarquia.

3.9. Todos os serviços mencionados devem ser permanentemente acompanhados pelo SERVIÇO 5, que desempenha papel fundamental na coleta e tratamento contínuo de dados relacionados à infraestrutura rodoviária, proporcionando insumos estratégicos para aprimorar o atendimento ao usuário e a instrução dos processos. O SERVIÇO 5 destaca-se especialmente pela sua função integradora, coordenando e gerenciando as informações e ocorrências geradas pelos demais serviços, otimizando os fluxos operacionais internos e garantindo uma prestação de serviço mais eficiente e transparente por parte do DNIT. O SERVIÇO 5 responde pela identificação de indicadores de desempenho, assim como pelo desenvolvimento e manutenção de painéis gerenciais e produção de relatórios.

3.9.1. Todos os artefatos produzidos no âmbito do SERVIÇO 5, incluindo consultas, códigos, modelos de dados, painéis, relatórios e demais produtos intelectuais, constituem propriedade exclusiva do DNIT.

3.9.2. A obtenção de dados e informações para a produção de painéis, identificação de indicadores de desempenho e geração de relatórios deverá ocorrer exclusivamente a partir do Acesso e Consultas ao Sistema SIOR e demais definidos pelo DNIT. Enquanto essa funcionalidade não estiver disponível ou o método de coleta direta for inacessível, o contratante providenciará o conjunto de informações necessárias para apoiar a execução e desenvolvimento desta atividade.

3.10. Para a prestação dos serviços deverá ser observada a Lei nº 14.437, de 15 de agosto de 2022, a qual autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal.

3.10.1. Ainda, em observância ao disposto no inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.430/2023, o contratado deverá manter durante a vigência contratual o percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica.

3.11. A prestação dos serviços ocorrerá, em parcela, presencialmente em espaço físico designado pelo DNIT em sua Sede Nacional em Brasília, o qual deverá ser adequado pelo contratado conforme previsão contida neste Termo de Referência, assim como em regime de teletrabalho.

3.12. A vantajosidade da prestação dos serviços em regime de teletrabalho foi demonstrada na Nota Técnica nº: 61/2022/CMET/CGPERT/DIR/DNIT SEDE (SEI nº 12603266), inserta no Processo nº 50600.034283/2022-16, a qual se debruçou na análise da execução do Contrato TT-084/2021 (SEI nº 7876315), firmado entre o DNIT e a empresa Serget Mobilidade Viária Ltda., cuja característica da prestação dos serviços se amolda ao objeto do presente Termo de Referência.

3.13. Na prestação dos serviços em regime de teletrabalho, o contratado deverá prever a possibilidade de execução das atividades durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, sendo possível a adoção de turnos diferenciados entre os empregados, a depender da demanda recebida e dos prazos de atendimento, ficando a cargo do contratado a gestão da execução das atividades e o correto balanceamento da carga de trabalho entre seus colaboradores.

3.13.1. Durante ou em decorrência da execução das atividades em teletrabalho é terminantemente proibida a reprodução, cópia, resumo e armazenamento em dispositivos não autorizados, compartilhamento, transmissão ou divulgação, por qualquer meio físico ou digital, de toda e qualquer informação, dado, base de conhecimento, metodologia ou expertise técnica de propriedade do contratante, abrangendo integralmente seus segredos de negócio e dados protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.13.2. O acesso aos sistemas e documentos devem ser pautados exclusivamente pela necessidade de estrito cumprimento das funções laborais, sendo vedada a utilização de qualquer informação para fins pessoais ou alheios ao objeto desta contratação ou para proveito próprio ou de terceiros. O dever de sigilo absoluto e a obrigação de não retenção de informações permanecem vigentes mesmo após o encerramento do vínculo com o contratante, sujeitando o infrator, em caso de descumprimento, à sanções administrativas, civis e criminais cabíveis, além das penalidades contratuais previstas.

3.14. Para a execução das atividades em regime de teletrabalho, caberá ao contratado adquirir, disponibilizar e manter: serviço de *Internet* de banda larga e *desktop* munido de duas telas para cada empregado, necessários à execução das atividades que compõem o objeto da contratação, conforme especificações técnicas mínimas definidas em tópico específico deste Termo de Referência.

3.14.1. Os dispositivos utilizados em teletrabalho e seus usuários não terão acesso direto a nenhuma Base de Dados da Autarquia. Toda e qualquer necessidade informacional vinculada com as atividades será obtida através de autenticação e login nos Sistemas Institucionais disponibilizados, exigindo-se excepcionalmente o Acesso via VPN, quando for o caso.

3.15. Caberá ao empregado dispor de mobiliário e ambiente adequados à execução das atividades em regime de teletrabalho, os quais deverão ser verificados pelo contratado quanto ao atendimento aos requisitos mínimos de ergonomia e salubridade.

3.16. Ficará a cargo do contratado a aquisição de licenças de softwares necessários para a execução dos serviços, bem como à disponibilização de licenças VPN (*Virtual Private Network*), aquisição de certificados digitais, dentre outros voltados ao atendimento à política de segurança da informação estabelecida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do DNIT.

3.16.1. A aquisição de Licença VPN e utilização de Certificado Digital não são garantia de autorização e concessão de acesso ao ambiente tecnológico do DNIT, sistemas e ferramentas do contratado, titular dos dados e informações públicas. Competirá ao contratado viabilizar o meio padrão de acesso às informações e a avaliação das permissões excepcionais, segundo seus critérios e conforme a necessidade.

3.17. Caberá ao contratado a disponibilização de licenças de ferramentas para viabilizar a comunicação remota entre seus empregados, de gestão de demandas, dentre outras pertinentes à boa execução das atividades, no prazo, quantidade e qualidade estabelecidos.

## **SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS**

3.18. O serviço consiste no processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito realizados por equipamentos de fiscalização de trânsito no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e do Programa Nacional de Pesagem - PNP. A contratação considera o processamento por meio da execução de quatro fases distintas e dependentes entre si, onde, na FASE 1, o contratado poderá se valer de solução de visão computacional, cujos requisitos serão especificados a seguir, para processar de forma totalmente automatizada, cada uma das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito disponibilizados, enquanto que, nas três fases subsequentes, é obrigatória a alocação de mão de obra para execução das atividades, de forma manual, por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

3.19. Os registros de infrações de trânsito, compostos de no mínimo uma imagem de flagrante infracional, são encaminhados, dentro dos prazos e em conformidade com os protocolos de comunicação estabelecidos pelo DNIT, para o SIOR, pelo operador dos equipamentos de fiscalização de trânsito.

3.20. Os registros de infrações de trânsito encaminhados ao SIOR, pelo operador dos equipamentos de fiscalização de trânsito, serão disponibilizados imediatamente ao contratado para processamento.

3.21. O Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR disponibilizará os registros por data de recebimento, priorizando os registros mais antigos para processamento.

3.22. Os registros deverão ser analisados, um a um, e serão classificados em válidos ou inválidos, mediante execução das seguintes fases de processamento:

### **3.22.1. FASE 1: Conferência Automática**

3.22.1.1. A FASE 1: Conferência Automática consiste na execução de serviço de processamento das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito, de forma automatizada com disponibilização de solução de visão computacional a cargo do contratado.

3.22.1.2. Para execução da FASE 1: Conferência Automática, a solução de visão computacional deverá ter capacidade de processamento ininterrupto dos registros, assim como acurácia mínima de 90% na identificação das Placas de Identificação Veicular - PIV.

3.22.1.3. A solução de visão computacional deverá processar cada uma das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito disponibilizados por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

3.22.1.3.1. A solução deverá ter capacidade de aprendizado, considerando para fins de calibração o banco de dados de registros infracionais analisados a partir do início da execução do contrato.

3.22.1.3.2. Ao optar pelo processo de automatização da FASE 1, o contratado deverá apresentar à contratante um plano, contendo as especificações técnicas da solução a ser adotada, bem como um cronograma de implantação.

3.22.1.3.3. Para a implementação do processo de automatização da FASE 1, a solução deverá ser previamente submetida a testes, de modo a verificar a funcionalidade e a eficácia de cada componente responsável pelo processamento das imagens no sistema. Constatada a conformidade da ferramenta, bem como o atendimento às necessidades estabelecidas pelo DNIT, a solução poderá receber a outorga da Contratante.

3.22.1.3.4. A automatização deverá ser executada de forma ininterrupta, sob a supervisão do contratado, ao qual caberá o monitoramento da execução e do desempenho do processamento das imagens, bem como a identificação de eventuais anormalidades sistêmicas. Sempre que ocorrer qualquer fato relevante relacionado à solução automatizada, o contratado deverá dar imediata ciência à Contratante e, quando necessário, adotar ações corretivas, de modo a minimizar os impactos no processamento das imagens.

3.22.1.4. Durante a vigência do contrato, o contratado poderá suspender a utilização da solução automatizada, mediante aviso prévio devidamente justificado e após concordância da Contratante.

3.22.1.5. O contratado poderá utilizar sua experiência e conhecimento técnico adquiridos na operação da ferramenta para aperfeiçoá-la. Tais implementações deverão ter como finalidade o aprimoramento contínuo dos resultados da solução automatizada, de modo a atender integralmente às demandas e especificidades do processo de verificação dos registros de infração que venham a surgir durante a vigência contratual.

- 3.22.1.6. A solução de visão computacional deverá registrar e armazenar *logs* técnicos e funcionais completos de cada inferência realizada, incluindo, no mínimo: data e hora do processamento; identificador do registro; versão do modelo utilizado; resultado da classificação (válido ou inválido); motivo da invalidação, quando aplicável; e *score* de confiança da inferência.
- 3.22.1.7. Os metadados de inferência deverão ser disponibilizados ao contratante para fins de auditoria técnica, controle de qualidade, análise de desempenho e defesa administrativa ou judicial.
- 3.22.1.8. A solução deverá possibilitar a emissão de relatórios gerenciais, por meio de interface gráfica disponibilizada pelo contratado, a partir da extração dos dados armazenados.
- 3.22.1.9. O contratado deverá assegurar a segurança na transmissão dos dados, preservando sua confidencialidade e integridade, de modo a evitar acessos não autorizados, perdas ou alterações indevidas.
- 3.22.1.10. Os dados gerados no processamento dos registros e nas consultas aos bancos de dados deverão permanecer integralmente disponíveis para acesso pela Contratante, a qualquer tempo.
- 3.22.1.11. Não será permitido ao contratado manter cópias das informações que não estejam expressamente autorizadas neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato. Em nenhuma hipótese os dados poderão ser replicados ou copiados sem o conhecimento e a anuência expressa da Contratante, sob pena de responsabilização.
- 3.22.1.12. O acesso às interfaces, registros e relatórios deverá ser controlado por meio de perfis de acesso baseados em papéis, observando o princípio do menor privilégio.
- 3.22.1.13. O sistema deverá manter *logs* de acesso individualizados, contendo identificação do usuário, data, hora e ação realizada, os quais deverão ser preservados para fins de auditoria.
- 3.22.1.14. Não será permitido ao contratado disponibilizar acesso às informações a qualquer outra entidade ou pessoa que não seja a Contratante, sob pena de responsabilização.
- 3.22.1.15. O acesso à interface de monitoramento e aos relatórios gerenciais deverá ocorrer mediante níveis de acesso específicos e configuráveis, de forma a garantir a segurança e o controle das informações.
- 3.22.1.16. De forma integrada, a solução de visão computacional deverá acessar as imagens disponibilizadas, no padrão JPG ou similar, e priorizará o processamento dos registros de infrações por ordem de recebimento. O prazo para processamento será contado a partir do momento da disponibilização do registro para processamento.
- 3.22.1.16.1. Os registros deverão ser segmentados por tipo de equipamento de origem, conforme Tabela 2, e posteriormente por tipo de infração, conforme Tabela 3:

**Tabela 2 - Tipos de Equipamentos**

Equipamento	Descrição
CEV	Controlador Eletrônico de Velocidade
REV	Redutor Eletrônico de Velocidade
CEM	Controlador Eletrônico Misto
CFR	Controle de Fuga na Rodovia
BS	Balança Seletiva
BL	Balança Lenta

I - Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV: medidor de velocidade (metrológico) do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho (art. 218 do CTB), por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB.

II - Redutor Eletrônico de Velocidade - REV: medidor de velocidade (metrológico), do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, e *display* de velocidade, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em segmentos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo regulamentado para a via ou para o segmento em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19). Conforme especificações no âmbito do PNCV, esse equipamento deve ser munido de:

- Foco luminoso intermitente de cor amarela ou âmbar situado no topo do equipamento, indicando sua presença.
- Foco luminoso de cor verde, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando dentro do limite de velocidade permitido.
- Foco luminoso de cor amarela, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando acima do limite de velocidade permitido.
- O foco luminoso deve ser visível a uma distância de, no mínimo, 120 (cento e vinte) metros.
- Display* de velocidade, que seja visível a qualquer hora do dia ou da noite e sob quaisquer condições climáticas, com dígitos de dimensões de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) centímetros de altura, e intensidade luminosa com condições de legibilidade a uma distância de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

III - Controlador Eletrônico Misto - CEM: Equipamento do tipo CEV, ou seja, com funcionalidade metrológica de fiscalização do excesso de velocidade (art. 218 do CTB), acrescido das funcionalidades não metrológicas para detecção do avanço de sinal vermelho do semáforo (art. 208 do CTB) e da parada sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (art. 183 do CTB).

IV - Controle de Fuga na Rodovia - CFR: Equipamento que funciona com sistema automático, com a funcionalidade não metrológica, do tipo fixo. Dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar as infrações de trânsito cometidas pelos veículos que deixam de adentrar às áreas sinalizadas destinadas à pesagem nos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs (art. 209 do CTB).

V - Balança Seletiva - BS: Dispositivo que utiliza sensores sob o pavimento, que afere o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos em movimento que adentram às áreas dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs, identificando possíveis infratores que estejam com excesso de peso (art. 231,V do CTB).

VI - Balança Lenta - BL: Equipamento que afere com precisão em uma plataforma de pesagem o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos que passaram pela Balança Seletiva do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF possibilitando a confirmação do excesso de peso (art. 231,V do CTB).

**Tabela 3 - Tipos de Infrações**

Tipo Infração	Enquadramento/Desdobramento	Descrição
V	745-5/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%
	746-3/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%
	747-1/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%
AVANÇO	605-0/3	Avançar o sinal vermelho do semáforo (fiscalização eletrônica)
PARADA	567-3/2	Parar sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (fiscalização eletrônica)

EVASÃO	570-3/0	Deixar de conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação
	606-8/1	Transpor bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares
	606-8/2	Deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos
PESO	683-1/1	Transitar com o veículo com excesso de peso PBT/PBTC
	683-1/2	Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo
	683-1/3	Transitar com o veículo com excesso de peso - PBT/PBTC e Por Eixo

3.22.1.17. Após a segmentação dos registros infracionais, a solução de visão computacional deverá analisar os registros e classificá-los em válidos ou inválidos, indicando um motivo em caso de invalidação.

3.22.1.18. Os motivos de invalidação dos registros de infrações serão os parametrizados pela Contratante para a execução das FASES 1, 2 e 3.

3.22.1.19. A solução de visão computacional deverá ter capacidade de identificar as Placas de Identificação Veicular - PIV no padrão "Mercosul" ou anterior. O padrão da PIV "Mercosul" observa Resolução do CONTRAN e é composto de 7 (sete) caracteres alfanuméricos com fonte *FE Engschrift*, na sequência LLLNLLN, com espaçamento equidistante e combinação aleatória. Enquanto o modelo anterior, também regulamentado pelo CONTRAN, é composto de 7 (sete) caracteres alfanuméricos com fonte *Mandatory*, na sequência LLLNNNN. Em ambos os casos, "L" é uma letra e "N" um numeral.

3.22.1.20. Para os registros oriundos de equipamentos do tipo CEV, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.21. Para registros de equipamentos do tipo REV, os quais trazem até duas imagens para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional poderá identificar o *display* de velocidade e seus caracteres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.22. Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.23. Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo AVANÇO, a solução de visão computacional poderá identificar os focos luminosos do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela linha de retenção e faixa de travessia de pedestres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.24. Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo PARADA, a solução de visão computacional poderá identificar o foco luminoso vermelho aceso do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela faixa de travessia de pedestres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.25. Para os registros dos equipamentos do tipo CFR, os quais trazem uma ou mais imagens panorâmicas que caracterizem a infração e o veículo, a solução de visão computacional poderá identificar a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso nos casos dos acessos e saídas do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF e deverá identificar a placa do veículo do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.25.1. As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos do tipo CFR mostram a seção transversal da via, de forma a visualizar a faixa de tráfego do local fiscalizado.

3.22.1.26. Para os registros dos equipamentos do tipo BS, os quais trazem a imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário exibindo a imposição não atendida da área destinada à pesagem de veículos do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.1.26.1. A imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário mostra a imposição não atendida por meio de dispositivo luminoso.

3.22.1.26.2. A solução de visão computacional deverá identificar na imagem da infração o veículo na posição frontal e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, bem como poderá identificar o dispositivo luminoso de aviso e indicativo.

3.22.1.27. Para os registros dos equipamentos do tipo BL, os quais trazem a imagem frontal e a panorâmica do veículo no momento da pesagem, a configuração do veículo pesado na forma definida pelo SENATRAN, Peso Bruto Total - PBT, Peso Bruto Total Combinado - PBTC e peso por eixo ou conjunto de eixos, obtidos durante o processo de pesagem e repesagem do veículo expresso em quilograma, a identificação do instrumento de pesagem e de sua regularidade metrológica e os limites regulares de peso por eixo, PBT, PBTC e dimensões para a configuração do veículo fiscalizado, a solução de visão computacional deverá identificar na imagem frontal e panorâmica a placa do veículo e poderá verificar os dados acerca do peso obtidos na pesagem.

3.22.1.28. Para todas as situações acima descritas, em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.1.29. Para todas as situações acima descritas, em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.1.30. A solução de visão computacional deverá ter capacidade de comunicação com Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, por meio do SIOR, a partir da placa do veículo identificada no registro infracional, visando obtenção das informações de marca, modelo e cor.

3.22.1.30.1. Para todos os registros, a partir das informações obtidas, a solução de visão computacional poderá verificar automaticamente a correspondência entre o veículo da imagem e os dados oriundos do RENAVAM, devendo as informações de correspondência ou não serem transmitidas ao SIOR.

## 3.22.2. FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual

3.22.2.1. Consiste na execução de serviço de processamento, de forma manual, das imagens, no padrão JPG ou similar, que compõem os registros de infrações de trânsito, mediante utilização do SIOR.

3.22.2.2. Cada um dos registros disponibilizados pelo SIOR serão analisados e conferidos em duas fases distintas e serão classificados em válidos ou inválidos, caracterizando a execução das FASES 1 e 2.

3.22.2.3. Os motivos de invalidação dos registros de infrações serão os parametrizados pela Contratante para a execução das FASES 1, 2 e 3.

3.22.2.4. Os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento.

3.22.2.5. O prazo para execução da FASE 1: Conferência Manual será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

3.22.2.6. O prazo para execução da FASE 2: Conferência Manual será contado a partir do momento da disponibilização do registro para processamento na FASE 2.

3.22.2.7. A FASE 1: Conferência Manual poderá ser substituída pela execução da FASE 1: Conferência Automática, em caso de atendimento aos requisitos estabelecidos pelo DNIT para a solução de visão computacional.

3.22.2.8. Em caso de processamento mediante execução da FASE 1: Conferência Automática e FASE 2: Conferência Manual, para fins de validação ou invalidação dos registros nessas duas fases, valerá sempre a análise realizada na FASE 2: Conferência Manual.

3.22.2.9. Os registros nas FASES 1 e 2, manuais, serão classificados em válidos ou inválidos, conforme requisitos de processamento:

3.22.2.10. Os registros variam por tipo de equipamento de origem, conforme Tabela 4, e por tipo de infração, conforme Tabela 5:

**Tabela 4 - Tipos de Equipamentos**

Equipamento	Descrição
CEV	Controlador Eletrônico de Velocidade
REV	Redutor Eletrônico de Velocidade
CEM	Controlador Eletrônico Misto

CFR	Controle de Fuga na Rodovia
BS	Balança Seletiva
BL	Balança Lenta

I - Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV: medidor de velocidade (metrológico) do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho (art. 218 do CTB), por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB.

II - Redutor Eletrônico de Velocidade - REV: medidor de velocidade (metrológico), do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, e *display* de velocidade, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em segmentos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo regulamentado para a via ou para o segmento em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19). Conforme especificações no âmbito do PNCV, esse equipamento deve ser munido de:

- a) Foco luminoso intermitente de cor amarela ou âmbar situado no topo do equipamento, indicando sua presença.
- b) Foco luminoso de cor verde, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando dentro do limite de velocidade permitido.
- c) Foco luminoso de cor amarela, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando acima do limite de velocidade permitido.
- d) O foco luminoso deve ser visível a uma distância de, no mínimo, 120 (cento e vinte) metros.
- e) *Display* de velocidade, que seja visível a qualquer hora do dia ou da noite e sob quaisquer condições climáticas, com dígitos de dimensões de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) centímetros de altura, e intensidade luminosa com condições de legibilidade a uma distância de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

III - Controlador Eletrônico Misto - CEM: Equipamento do tipo CEV, ou seja, com funcionalidade metrológica de fiscalização do excesso de velocidade (art. 218 do CTB), acrescido das funcionalidades não metrológicas para detecção do avanço de sinal vermelho do semáforo (art. 208 do CTB) e da parada sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (art. 183 do CTB).

IV - Controle de Fuga na Rodovia - CFR: Equipamento que funciona com sistema automático, com a funcionalidade não metrológica, do tipo fixo. Dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar as infrações de trânsito cometidas pelos veículos que deixam de adentrar às áreas sinalizadas destinadas à pesagem nos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs (art. 209 do CTB).

V - Balança Seletiva - BS: Dispositivo que utiliza sensores sob o pavimento, que afere o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos em movimento que adentram às áreas dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs, identificando possíveis infratores que estejam com excesso de peso (art. 231,V do CTB).

VI - Balança Lenta - BL: Equipamento que afere com precisão em uma plataforma de pesagem o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos que passaram pela Balança Seletiva do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF possibilitando a confirmação do excesso de peso (art. 231,V do CTB).

**Tabela 5 - Tipos de Infrações**

Tipo Infração	Enquadramento/Desdobramento	Descrição
V	745-5/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%
	746-3/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%
	747-1/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%
AVANÇO	605-0/3	Avançar o sinal vermelho do semáforo (fiscalização eletrônica)
PARADA	567-3/2	Parar sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (fiscalização eletrônica)
EVASÃO	570-3/0	Deixar de conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação
	606-8/1	Transpor bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares
	606-8/2	Deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos
PESO	683-1/1	Transitar com o veículo com excesso de peso PBT/PBTC
	683-1/2	Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo
	683-1/3	Transitar com o veículo com excesso de peso - PBT/PBTC e Por Eixo

3.22.2.11. Para os registros oriundos de equipamentos do tipo CEV, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.11.1. Em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e a informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.11.2. Em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas SIOR.

3.22.2.12. Para registros de equipamentos do tipo REV, os quais trazem até duas imagens para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar o *display* de velocidade e seus caracteres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.12.1. Em caso de sucesso na identificação da informação apresentada pelo *display*, a qual deve ser compatível com a velocidade considerada na infração, e na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.12.2. Em caso de insucesso na identificação da informação apresentada pelo *display*, ou mesmo se a velocidade considerada apresentada no *display* for incompatível com a da infração, ou na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.13. Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.13.1. Em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.13.2. Em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.14. Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo AVANÇO, o técnico deverá identificar os focos luminosos do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela linha de retenção e faixa de travessia de pedestres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.14.1. Em caso de sucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via ou, na sua ausência, a linha de retenção, assim como da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.14.2. Em caso de insucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via ou, na sua ausência, a linha de retenção, ou da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.15. Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo PARADA, o técnico deverá identificar o foco luminoso vermelho aceso do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela faixa de travessia de pedestres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.15.1. Em caso de sucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via, assim como da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.15.2. Em caso de insucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via, ou da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.16. Para os registros dos equipamentos do tipo CFR, os quais trazem uma ou mais imagens panorâmicas que caracterizam a infração e o veículo, mostrando a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso nos casos dos acessos e saídas do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, o técnico deverá identificar na imagem a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.16.1. As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos do tipo CFR mostraram a seção transversal da via, de forma a visualizar a faixa de tráfego do local fiscalizado.

3.22.2.16.2. O técnico deverá identificar na imagem da infração o veículo e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, assim como a sinalização de trânsito indicativa escrita ou luminosa.

3.22.2.16.3. Em caso de sucesso no registro das imagens panorâmicas mostrando a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso que caracterizam a infração e o registro do veículo e da sua placa, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.2.16.4. Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de forma que inviabilize a identificação da sinalização, ou do veículo e da sua placa, o registro será considerado inválido, devendo ser indicado a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

3.22.2.17. Para os registros dos equipamentos do tipo BS, os quais trazem a imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário exibindo a imposição não atendida da área destinada à pesagem de veículos do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, o técnico deverá identificar na imagem a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

3.22.2.17.1. A imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário mostra a imposição não atendida por meio de dispositivo luminoso.

3.22.2.17.2. O técnico deverá identificar na imagem da infração o veículo na posição frontal, e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, bem como o dispositivo luminoso de aviso e indicativo.

3.22.2.17.3. Em caso de sucesso no registro das imagens da placa do veículo ao transpor o bloqueio viário e do dispositivo luminoso exibindo a imposição não atendida, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.2.17.4. Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de maneira que inviabilize o reconhecimento do veículo por imagem frontal, e da sua placa, ou do dispositivo luminoso de aviso e indicativo, o registro será considerado inválido, devendo ser indicada a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

3.22.2.18. Para os registros dos equipamentos do tipo BL, os quais trazem a imagem frontal e a panorâmica do veículo no momento da pesagem, a configuração do veículo pesado na forma definida pelo SENATRAN, Peso Bruto Total - PBT, Peso Bruto Total Combinado - PBTC e peso por eixo ou conjunto de eixos, obtidos durante o processo de pesagem e repesagem do veículo expresso em quilograma, a identificação do instrumento de pesagem e de sua regularidade metrológica e os limites regulares de peso por eixo, PBT, PBTC e dimensões para a configuração do veículo fiscalizado, o técnico deverá identificar na imagem frontal e panorâmica a placa do veículo e analisar os dados acerca do peso obtidos na pesagem.

3.22.2.18.1. Em caso de sucesso no registro das imagens frontal e panorâmica capturadas e na identificação da placa de forma legível do veículo, constando as informações em relação ao peso aferido por eixo, PBT, PBTC e relação ao limite regular, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

3.22.2.18.2. Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de maneira que inviabilize o reconhecimento do veículo por imagem frontal ou panorâmica, e da identificação da placa, ou informações incompletas ou ausentes acerca do peso aferido por eixo, PBT, PBTC, o registro será considerado inválido, devendo ser indicada a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

3.22.2.19. Para todos os registros, a partir das informações obtidas do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e apresentadas pelo SIOR, o técnico deverá verificar a correspondência entre o veículo das imagens e os dados fornecidos pelo RENAVAM.

3.22.2.19.1. Em caso de correspondência, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.19.2. Em caso de não correspondência, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

3.22.2.20. Os registros invalidados, por motivo de responsabilidade das operadoras do PNCV ou do PNP, poderão ser encaminhados para análise de contestação.

3.22.2.21. Prezando pela boa prestação da FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual, ficará a cargo do contratado a realização rotineira de treinamento dos seus técnicos.

3.22.2.22. Caberá ao contratado, por meio do SIOR, controlar o fluxo de processamento dos registros e os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus técnicos.

### 3.22.3. FASE 3: Arbitragem

3.22.3.1. Consiste na execução de serviço de processamento, de forma manual, dos registros de infrações de trânsito com divergências entre as análises na FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual, mediante utilização do SIOR.

3.22.3.2. Na FASE 3: Arbitragem, os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento, e o prazo para execução será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

3.22.3.3. Os registros serão processados nos seguintes casos:

I - em caso de divergências entre as análises nas FASES 1 e 2, manuais, e;

II - em caso de qualquer incorreção na validação do registro de infração identificada na execução do FASE 4: Preparação.

3.22.3.4. Os requisitos de processamento para a FASE 3 são idênticos aos das FASES 1 e 2, manuais.

3.22.3.5. O resultado da análise do registro de infração promovida na FASE 3 é soberano ao das demais análises.

### 3.22.4. FASE 4: Preparação

3.22.4.1. Consiste na execução de serviço de preparação das imagens dos registros de infrações de trânsito, de forma manual, mediante utilização do SIOR, com obliteração do condutor e passageiros do veículo infrator e destaque da placa, sem qualquer adulteração das suas informações originais através de manipulação e comprometimento da visualização dos elementos que comprovam a infração de trânsito.



3.22.4.2. Os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento, e o prazo para execução será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

3.22.4.3. Durante a execução da FASE 4, caso seja identificada qualquer inconsistência na validação, o registro de infração deverá ser encaminhado para reanálise na FASE 3: Arbitragem.

3.22.4.4. As premissas para análise dos registros na FASE 4 são idênticas as das FASES 1 e 2, manuais.

3.22.4.5. Prezando pela boa prestação dos serviços na FASE 4, ficará a cargo do contratado a realização rotineira de treinamento dos seus técnicos, os quais serão distintos daqueles que executam os serviços nas FASES 1 e 2 manuais, e 3.

#### 3.22.5. **Contestação**

3.22.5.1. Consiste na execução do serviço de análise da contestação, originada a partir de questionamento realizado pelo operador do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e do Plano Nacional de Pesagem - PNP, em caso de invalidação atribuída no processamento dos registros nas FASES 1 e 2.

3.22.5.2. Havendo discordância por parte do operador do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV ou do Plano Nacional de Pesagem - PNP, acerca da imputação de responsabilidade pela invalidação, o mesmo poderá realizar contestação do resultado do processamento da imagem.

3.22.5.3. O prazo para o operador contestar as imagens é de 24 horas, a partir da invalidação atribuída no processamento dos registros nas FASES 1 e 2.

3.22.5.4. O contratado também terá 24 horas, a partir da contestação realizada pelo operador, para analisar o registro.

3.22.5.5. Na análise da contestação, o contratado será remunerado apenas quando mantiver o motivo de invalidação original. Havendo alteração do motivo de invalidação, ainda que seja imputado às operadoras, ou tornando-se a imagem válida, o contratado não será remunerado pelo serviço de análise da contestação.

3.22.5.6. O contratado deverá administrar a sua força de trabalho de modo a garantir a execução do serviço de análise da contestação, promovendo capacitação rotineira.

3.23. O contratado deverá confeccionar relatório mensal acerca dos serviços executados.

3.24. Os registros analisados serão arquivados e posteriormente descartados, respeitando-se a legislação arquivística pertinente.

3.25. Caberá ao contratado, por meio do SIOR, controlar o fluxo de processamento dos registros e os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus técnicos.

3.26. O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 1** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

### **SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS**

3.27. A execução consiste na execução das atividades de recepção, classificação, e preparação para transformar os documentos em papel em arquivos digitais, por meio de digitalização, assim como o registro dos documentos no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e demais estabelecidos pelo DNIT. Por último, o acondicionamento dos documentos físicos em caixas arquivo de papelão, para destinação final pela setorial responsável pelos arquivos.

3.28. Os documentos físicos, relativos os tipos de documentos elencados na Tabela 6, originários dos protocolos físicos da Autarquia; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT; e de outros órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, serão recepcionados pelo DNIT e disponibilizados para tratamento pelo contratado.

3.29. Caberá ao contratado, após o recebimento dos documentos físicos, executar as seguintes atividades:

- Receber os documentos, identificando aqueles que são da competência do DNIT; assim como preencher eventuais Avisos de Recebimento - AR, devolvendo-os à EBCT; como também providenciar o encaminhamento daqueles de competência de outros órgãos e entidades;
- Realizar a classificação por tipo de documento, conforme Tabela 6, e preparar os documentos para digitalização, priorizando a disponibilização para análise e instrução os documentos do tipo 1.

**Tabela 6 - Tipos de Documentos**

<b>Tipo de Documento</b>		<b>Descrição</b>
01	FICI	• Formulário de Identificação do Condutor Infrator.
02	FIRI	• Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.
03	SA	• Solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.
04	DA	• Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.
05	RECURSO 1	• Recurso Administrativo em 1ª Instância ou solicitação de desistência de Recurso.
06	RECURSO 2	• Recurso Administrativo em 2ª Instância ou solicitação de desistência de Recurso.
07	RESTITUIÇÃO	• Requerimento de restituição de valor pago relativo a auto infração de trânsito.
08	BAIXA	• Requerimento de baixa de auto de infração de trânsito.
09	DESVINCULAÇÃO	• Requerimento de desvinculação de auto de infração de trânsito.
10	CANCELAMENTO	• Requerimento de cancelamento de auto de infração de trânsito: por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.
11	JURÍDICO	• Requerimento relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial.
12	DOC. FORA DO PAZO	• Requerimento protocolado após fim dos prazos administrativos.

13	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requerimento de defesa e/ou recurso de apuração de responsabilidade de terceiros por prejuízos causados à rodovia de responsabilidade do DNIT.</li> </ul>
14	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requerimentos diversos de competência do DNIT não listados.</li> </ul>

- c) Digitalizar os documentos assegurando a legibilidade, fidelidade ao original e conformidade com os padrões técnicos estabelecidos;
- d) Efetuar a conferência dos documentos digitalizados, garantindo que estejam completos, íntegros e sem falhas de digitalização;
- e) Converter os documentos para o formato PDF/A, garantindo a compatibilidade com normas de arquivamento de longo prazo, e renomeá-los conforme protocolo de comunicação com o SIOR;
- f) Disponibilizar os documentos digitalizados em repositório adequado para importação automática pelo SIOR ou, quando necessário, proceder ao registro manual no SIOR, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro sistema estabelecido pelo DNIT;
- g) Organizar e acondicionar os documentos físicos em caixas arquivo fornecidas pelo contratado, identificando-os de forma padronizada para facilitar a rastreabilidade e disponibilizá-los ao DNIT para a devida destinação final;
- h) Elaborar e registrar documentos oficiais no SEI, garantindo a rastreabilidade e conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo DNIT. Além disso, realizar o devido encaminhamento dos documentos de competência de outros órgãos e entidades, assegurando sua correta tramitação e destinação.

3.30. A preparação dos documentos envolve remover grampos, cliques, e qualquer outro material que possa prejudicar a digitalização e o arquivamento dos documentos; desamassar e ordenar a fim de torná-los aptos à digitalização.

3.31. Extrair documentos armazenados em mídias diversas, tais como CDs e *pendrives*, convertendo-os para o formato digital acessível, quando possível, de modo a viabilizar sua posterior análise.

3.32. Deverá ser digitalizado um documento por vez, conforme o tipo.

3.33. Devem ser digitalizados os versos das páginas que tiverem algum tipo de informação, enquanto eventual página em branco digitalizada, ou seja, sem qualquer tipo de informação, deve ser eliminada.

3.34. Para documentos com texto, o *scanner* deve permitir a aplicação de OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres), de modo a possibilitar a pesquisa no arquivo PDF/A.

3.35. A conferência dos documentos digitalizados deve garantir a fidelidade ao original, a legibilidade do conteúdo e a correspondência à quantidade de páginas. Devem ser verificadas possíveis falhas, como cortes indevidos, distorções e desalinhamentos. Caso o arquivo não atenda às especificações, uma nova digitalização deverá ser realizada. Recomenda-se que a conferência seja feita por pessoa distinta daquela que executou a digitalização, assegurando a qualidade e integridade dos documentos.

3.36. Os procedimentos e as tecnologias utilizados na digitalização deverão estar de acordo com as prerrogativas do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, e suas alterações.

3.37. Os documentos digitalizados deverão ser devidamente organizados e acondicionados em caixas arquivo de papelão fornecidas pelo contratado. Cada caixa arquivo deverá conter um espelho, com a devida identificação e descrição clara do conteúdo armazenado, incluindo informações relevantes como o número ou categorias dos documentos, para facilitar a localização e consulta futura. É imprescindível que as caixas sejam de material resistente, apropriado para o armazenamento de documentos, a fim de assegurar sua integridade ao longo do tempo.

3.38. Para a execução do **SERVIÇO 2**, o DNIT disponibilizará o espaço físico, que deverá ser adequado pelo contratado, climatizado e os sanitários; a infraestrutura de redes e de telecomunicações e o acesso à *Internet*; as estações de trabalho e cadeiras, assim como fornecerá a energia elétrica. Além disso, o DNIT se responsabilizará pela limpeza, segurança e vigilância predial. O material de expediente necessário à execução do Contrato ficará à cargo do contratado.

### SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

3.39. Consiste na execução do serviço de apoio à análise e instrução, mediante utilização do SIOR, SEI, dentre outros sistemas estabelecidos pelo DNIT, de processos administrativos relativos às infrações de trânsito, danos causados por terceiros ao patrimônio público - visando a responsabilização e eventual ressarcimento ao erário - e apuração de sinistros de trânsito, de competência da Autarquia, à luz, principalmente, da Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e suas alterações; das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; Portarias e Deliberações da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN; e da Súmula STJ nº 312.

3.40. O contratado será responsável pela análise e instrução dos processos após sua disponibilização no SIOR ou SEI, conforme o caso. O processo de instrução deverá seguir os preceitos legais, normativos e administrativos pertinentes, garantindo a correção e a adequação dos atos. A Tabela 7, a seguir, apresenta os tipos de processos que deverão ser analisados e instruídos, com a respectiva atribuição de Grau de Complexidade - GC, que varia de 1 a 6. O contratado deve observar, de forma minuciosa, os prazos e as diretrizes estabelecidas, de modo a garantir a eficiência, legalidade e integridade dos processos administrativos envolvidos.

3.41. Caberá ao contratado, após a disponibilização no SIOR ou SEI, iniciar a análise e instrução dos seguintes tipos de processos elencados na Tabela 7 abaixo, a qual estabelece o Grau de Complexidade - GC - variável de 1 até 6, relacionado à análise e instrução de cada um deles.

**Tabela 7 - Tipos de Processos**

Tipo de Processo		Descrição do Processo
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li> </ul>
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li> </ul>
03	SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li> </ul>
04	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos diversos, como solicitação de informação (LAI); solicitação de Nada Consta; solicitação de motivo de indeferimento de FICI, FIRI, SA, Defesa, Recurso, Restituição, Cancelamento; solicitação de cópia integral ou parciais dos processos; documentos encaminhados fora do prazo administrativo; dentre outros pedidos não listados pertinentes da contratação.</li> </ul>
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>
06	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a baixa de auto de infração de trânsito, por pagamento, prescrição, entre outros motivos.</li> </ul>

07	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a cancelamento administrativo de auto de infração de trânsito: por falha na identificação da placa do veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li> </ul>
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>
09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>
10	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a desvinculação de auto de infração de trânsito.</li> </ul>
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a inscrição de créditos e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT, solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>
13	FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de solicitação de restituição de valor pago relativo a auto de infração de trânsito.</li> <li>• Processo relativo a cobrança de repasse financeiro pelos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> <li>• Processo relativo a restituição de valores repassados ao FUNSET, SENATRAN e aos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> </ul>
14	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial, o qual demanda apresentação de sentença pelo PFE/DNIT; e cumprimento de demais determinações judiciais, como reativação, suspensão, desvinculação e cancelamento de auto de infração de trânsito.</li> <li>• Processo oriundo do Ministério Público Federal - MPF; de órgãos de controle externo (TCU e CGU); assim como de órgãos de controle interno.</li> <li>• Processos relacionados a sinistros ou outras ocorrências em rodovias que envolvam discussões extrajudiciais ou bem como a elaboração de subsídios a serem encaminhados à PFE/DNIT.</li> </ul>
15	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de apuração e cobrança de danos ao patrimônio do DNIT, exigindo a análise de defesas e recursos apresentados pelos autuados, com o objetivo de subsidiar a responsabilização de terceiros por prejuízos causados à infraestrutura de transportes sob gestão da Autarquia.</li> </ul>

3.42. O serviço de apoio à análise e instrução envolve, ainda, a realização de análise de dados e informações disponíveis no SIOR, bem como de informações e de documentos provenientes de fontes diversas, como do próprio SIOR e do SEI, e também do Sistema de Acompanhamento de Contratos - SIAC; SAPIENS; Sistema de Gestão Financeira - SGF; Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; dentre outros utilizados na Autarquia.

3.43. Os procedimentos a serem realizados na cobrança e recuperação dos créditos (11 - COBRANÇA) oriundos das atividades inerentes ao gerenciamento da faixa de domínio e da Autorização Especial de Trânsito - AET necessitarão da atuação conjunta entre o contratado e o contratante, conforme os normativos vigentes e suas atualizações.

3.44. Caberá ao contratado elaborar, atualizar e manter as teses jurídicas, alegações e fundamentações pertinentes, assegurando que os registros sejam realizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR sempre que necessário. A elaboração dessas teses deverá ser fundamentada no acompanhamento constante da legislação de trânsito e nas demais normas legais aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Portarias e Deliberações da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, e outras legislações correlatas que regem as tipologias de processos elencados e a atuação do DNIT.

3.45. O contratado deverá realizar o monitoramento constante das principais alegações e fundamentações apresentadas pelos cidadãos, identificando as mais recorrentes, visando aprimoramento da fiscalização no âmbito do PNCV e do PNP, assim como do processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

3.46. O contratado será responsável pelo monitoramento contínuo da tramitação dos processos administrativos analisados e instruídos, garantindo que todas as informações pertinentes sejam devidamente registradas e atualizadas no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR sempre que necessário. O monitoramento deve ser realizado de forma sistemática, assegurando que os processos evoluam dentro dos prazos estabelecidos, e que qualquer alteração ou nova informação seja inserida corretamente no sistema.

3.47. No âmbito da execução do SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, o contratado também terá a incumbência de elaborar, revisar e manter atualizados os *scripts* de atendimento utilizados no SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO. Esses *scripts* devem ser ajustados conforme a evolução das práticas e procedimentos internos, bem como as orientações legais pertinentes, a fim de garantir uma comunicação clara, precisa e eficiente com o público interno e externo ao DNIT.

3.48. O contratado deverá monitorar as sugestões, reclamações e elogios dos cidadãos durante o atendimento no SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO, identificando áreas de aprimoramento no atendimento e na análise e instrução processual, com foco na melhoria contínua, eficiência e desburocratização. Quaisquer padrões ou questões relevantes identificados devem ser reportados ao DNIT, com recomendações para ajustes ou melhorias nos processos, a fim de otimizar a experiência do cidadão e a gestão das atividades.

3.49. O contratado deverá prestar o SERVIÇO 3 em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

#### SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

3.50. Consiste na realização de atendimento ao público interno e externo do DNIT, com base nos dados do SIOR e demais bancos de dados aos quais o contratado tiver acesso, de forma virtual ou por meio de telefone. O atendimento abrangerá temas relacionados a infrações de trânsito, processos de danos ao patrimônio público, apuração de sinistros de trânsito e informações sobre infraestrutura rodoviária.

3.50.1. O público interno envolve os demais setores do DNIT, inclusive as Superintendências Regionais e Unidades Locais. Enquanto, o público externo, além de envolver o usuário, também considera o atendimento aos demais órgãos e entidades que se relacionam com a Autarquia.

3.51. O atendimento será realizado de forma remota, por meio dos seguintes canais e instrumentos, observadas as diretrizes previamente estabelecidas pela Contratante:

- I - **Telefone institucional:** atendimento por meio de número disponibilizado pela Contratante;
- II - **Correio eletrônico:** atendimento por meio de e-mail institucional a ser fornecido pela Contratante;
- III - **Sistema institucional:** atendimento humanizado de questão complexa não tratada ou direcionada por *chatbot* disponibilizado pela Contratante;

3.52. A Contratante será responsável pela disponibilização dos canais de atendimento (telefone, e-mail e *chatbot*). Ao contratado caberá fornecer toda a infraestrutura necessária para a execução do atendimento remoto, incluindo equipamentos, conectividade, licença para acesso via VPN, certificados digitais e demais recursos técnicos que se façam necessários para garantir a continuidade e a segurança dos serviços.

3.53. Os e-mails, as chamadas e acionamentos do *chatbot* serão gerenciados pelo contratado por meio de ferramentas desenvolvidas e disponibilizadas pelo DNIT.

3.54. O atendimento deverá ser prestado em regime de plantão, com disponibilidade operacional de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, de forma a garantir o funcionamento ininterrupto das atividades previstas neste Termo de Referência.

3.55. O contratado deverá observar os *scripts*, elaborados e atualizados pelo SERVIÇO 3, para a realização do atendimento aos usuários que buscarem atendimento junto ao DNIT.

3.56. O atendimento ao público envolve a prestação de informações; esclarecimentos sobre os processos e legislação que os rege; o comando de transações do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, visando atualizar as bases de dados locais e dos demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e o registros de sugestões, reclamações e elogios pertinentes à área de atuação da Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET; demandas e dúvidas dos usuários das rodovias federais sob responsabilidade do DNIT, abrangendo temas diversos como: condições da via, obras, sinalização, sinistros de trânsito, dentre outros - incluindo eventuais ocorrências imprevistas ou de caráter contingencial, como quedas de barreira, alagamentos, manifestações e sinistros de trânsito.

3.56.1. Os registros de sugestões, reclamações e elogios apresentados pelos usuários durante o atendimento deverão ser coletados e tratados pelo SERVIÇO 5, para apresentar ao SERVIÇO 3 visando aprimorar a prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização, devendo o contratado, no âmbito do SERVIÇO 3, propor melhorias no fluxo de processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

3.57. O atendimento ao público deverá se pautar nos seguintes princípios:

- I - Princípio da competência: o usuário espera que o atendente possua informações detalhadas sobre o funcionamento da organização e do setor que ele procurou.
- II - Princípio da legitimidade: o usuário deve ser atendido com ética, respeito, imparcialidade, sem discriminações, com justiça e colaboração.
- III - Princípio da disponibilidade: o atendente representa, para o usuário, a imagem da organização. Assim, deve haver empenho para que o usuário não se sinta abandonado, desamparado, sem assistência. O atendimento deve ocorrer de forma personalizada, atingindo-se a satisfação do usuário.
- IV - Princípio da flexibilidade: o atendente deve procurar identificar claramente as necessidades do usuário e se esforçar para ajudá-lo, orientá-lo, conduzi-lo a quem possa ajudá-lo adequadamente.

3.58. O monitoramento da qualidade do atendimento será realizado por meio de *dashboards* gerenciais desenvolvidos e mantidos pelo SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA, com base nos dados estruturados e periodicamente atualizados pelo SERVIÇO 4. Esses painéis deverão consolidar indicadores como tempo médio de atendimento, taxa de resolutividade na primeira resposta, tipos recorrentes de demandas e níveis de satisfação dos usuários, podendo ser ampliados com outros parâmetros, conforme as necessidades da Contratante.

3.59. O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 4** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. Eventualmente, de acordo com a necessidade da demanda, a equipe deverá estar preparada para prestar o serviço em regime presencial.

#### **SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA - CI**

3.60. O serviço consiste na realização da coleta e tratamento de dados e informações de infraestrutura rodoviária com potencial para dar suporte à análise e instrução de processos e ao atendimento ao usuário interno e externo ao DNIT, assim como para a produção de materiais de comunicação e otimização dos serviços prestados pela Autarquia. Contempla também o gerenciamento das ocorrências e comunicações internas e externas ao Departamento, além de funcionar como integrador dos demais serviços que integram o objeto da presente contratação.

3.61. A Central de Inteligência constitui-se como unidade estratégica a ser implantada e operada com a finalidade de aprimorar a coordenação institucional, assegurar o monitoramento contínuo de indicadores operacionais e fortalecer a resposta a eventos frequentes, inesperados e críticos, promovendo uma gestão integrada, proativa e embasada em dados nas rodovias federais de responsabilidade do DNIT.

3.62. Caberá ao contratado utilizar indicadores de desempenho para fins de gestão e melhoria contínua da execução contratual. A obtenção ou utilização e o monitoramento de dados do SIOR, do SEI e demais sistemas a que tiver acesso, podem subsidiar o acompanhamento da produtividade individual e por equipe, considerando a complexidade e o tipo dos processos instruídos e analisados. Esses indicadores poderão embasar decisões operacionais internas do contratado, como a realocação de pessoal, o redimensionamento de esforços e a identificação de necessidades de capacitação, contribuindo para uma execução mais eficiente e estratégica do serviço.

3.63. Trata-se de uma estrutura físico-tecnológica voltada à gestão inteligente das informações operacionais, com apoio à tomada de decisão em tempo real, à análise de desempenho da malha viária e à comunicação qualificada com o cidadão e com parceiros institucionais. Seu papel é transversal e multidisciplinar, conectando as diversas áreas da Autarquia.

3.64. Deverá ser incentivada a inovação, com adoção de métodos focados na utilização de recursos de inteligência artificial, considerando os normativos vigentes, automação de processos e análise geoespacial para aumentar a eficiência, agilidade e precisão das operações deste centro especializado.

3.65. Caberá ao contratado adquirir as licenças dos *softwares* necessários para a execução dos serviços, bem como a capacitação periódica das equipes para uso das ferramentas e aprimoramento dos processos.

3.65.1. O contratado deverá fornecer as licenças do tipo Power BI Premium por Usuário (PPU) ou Power BI Pro para a equipe de tecnologia, caso as licenças eventualmente disponibilizadas pelo DNIT sejam insuficientes para o uso de recursos avançados necessários à execução do objeto.

3.66. São objetivos da Central de Inteligência:

- I - Integrar e coordenar dados, ações e comunicações relacionadas à operação rodoviária;
- II - Monitorar, em tempo real ou de forma periódica, condições de tráfego, desempenho da infraestrutura, incidentes e intervenções;
- III - Subsidiar a formulação de estratégias operacionais baseadas em evidências;
- IV - Apoiar tecnicamente a resposta a situações emergenciais;
- V - Estabelecer canais de atendimento centralizados, automatizados e acessíveis aos usuários;
- VI - Produzir conhecimento institucional e garantir sua preservação ao longo do tempo de forma contínua;
- VII - Articular com órgãos e entidades externos;
- VIII - Promover inovação contínua por meio de tecnologias emergentes.

3.67. Caberá ao contratado a estruturação de três equipes especializadas:

3.67.1. **Equipe de Tecnologia**, responsável pela coleta e tratamento das informações de infraestrutura rodoviária para suporte à análise, indicadores de desempenho dos serviços, visando subsidiar a gestão na tomada de decisões, bem como desenvolvimento de ferramentas sistêmicas, integração entre sistemas internos e externos, automatização de atividades para otimização dos serviços, dentre outras atribuições;

3.67.2. **Equipe de Comunicação**, responsável pela comunicação de assuntos relacionados a operações e eventos rodoviárias e otimização dos serviços de comunicação prestados pelo DNIT; e,

3.67.3. **Equipe de Análise de Dados**, responsável pelo levantamento, correlacionamento, cadastro, atualização e manutenção contínua dos dados operacionais da malha rodoviária federal, com foco no registro de contramedidas de engenharia, bem como gerenciamento de ocorrências nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT.

3.68. A **EQUIPE DE TECNOLOGIA** será responsável por:

- a) Consolidar, estruturar e manter os dados operacionais e institucionais, oferecendo suporte técnico e gerencial à Contratante, incluindo a coleta, tratamento, visualização e disseminação de informações estratégicas por meio de painéis digitais, mapas interativos e *dashboards* analíticos;
- b) Modernizar e ampliar o Portal de Multas de Trânsito do DNIT, garantindo sua constante atualização conforme alterações legais, normativas e administrativas vigentes a serem analisadas pelo SERVIÇO 3, inclusive com integração ao Portal Gov.br;
- c) Monitorar a avaliação dos serviços da área de infrações de trânsito do DNIT no Portal Gov.br (<https://www.gov.br/pt-br>) para proposição de melhorias no SERVIÇO 4.
- d) Desenvolver e manter soluções tecnológicas avançadas e sistemas, e integração com sistemas internos e externos;
- e) Assegurar a rastreabilidade, segurança e integridade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e instruções do DNIT;
- f) Oferecer suporte técnico contínuo, incluindo a manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas e ferramentas implantados;
- g) Realizar a integração com ferramentas externas, estruturando rotinas de coleta e análise de dados para subsidiar ações reativas e proativas de acionamento de intervenções nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT;
- h) Desenvolver mecanismos de observabilidade e monitoramento, com indicadores de risco e desempenho e painéis gerenciais para acompanhamento das operações digitais e dos serviços.

3.68.1. A Equipe será composta por profissionais como: Analista de Dados (Sênior e Pleno), Cientista de Dados (Sênior e Pleno) e Desenvolvedor de Sistemas (Sênior).

3.69. A **EQUIPE DE COMUNICAÇÃO** será responsável por:

- a) Produzir conteúdos jornalísticos, publicitários e audiovisuais relevantes de forma contínua e integrada;
- b) Produzir campanhas de educação para o trânsito, voltadas para as mídias sociais, com foco em cidadania, segurança viária, mobilidade e mudança de comportamento;
- c) Atuar com foco na transparência, no serviço ao cidadão e no fortalecimento da imagem institucional do DNIT;
- d) Manter presença ativa e coerente nas mídias sociais, site institucional e canais oficiais;
- e) Garantir clareza, acessibilidade, legalidade e responsabilidade na comunicação pública;
- f) Integrar áreas de jornalismo, publicidade e *design* para coesão de mensagens e maior engajamento;
- g) Monitorar diariamente a mídia (TV, rádio, internet e redes sociais) e realizar *clipping* de temas estratégicos;
- h) Produzir materiais informativos sobre operações de trânsito, obras, interdições e intervenções nas rodovias federais;
- i) Apoiar ações operacionais e educativas com produção de croquis, mapas, infográficos, banners e outros materiais gráficos;
- j) Definir e acompanhar métricas de engajamento e desempenho para aprimorar campanhas e conteúdos;
- k) Articular com públicos internos e externos para coleta e validação de informações técnicas e institucionais;
- l) Atuar permanentemente (não apenas em campanhas sazonais), ampliando o diálogo com a sociedade e a imprensa;
- m) Avaliar conteúdos publicitários veiculados em espaços institucionais e mídia aberta, garantindo conformidade legal e alinhamento institucional.
- n) Apoiar na produção de *webinars*, *lives* e gravações voltadas às mídias sociais, à TV e ao rádio.

3.69.1. A Equipe será composta por profissionais como: Jornalista Pleno, Publicitário Pleno e *Designer* Gráfico.

3.70. A **EQUIPE DE ANÁLISE DE DADOS** será responsável por:

- a) Realizar o cadastro e o inventário de elementos da malha viária federal, conforme demanda da Contratante, incluindo elementos como sinalização rodoviária, dispositivos de contenção, condições da infraestrutura, serviços de manutenção e restauração, acionamentos de problemas, registro de sinistros e demais itens localizados na faixa de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT;
- b) Utilizar ferramentas da área do georreferenciamento, como sistemas GIS e ferramentas de análise espacial para a coleta, tratamento e modelagem, integração e atualização dos dados técnicos e operacionais das rodovias;
- c) Manter atualizadas as bases de dados institucionais relacionadas à Central de Inteligência, promovendo a integração com informações de outras setoriais do DNIT;
- d) Apoiar a instrução de processos administrativos internos, conduzindo as etapas necessárias para obtenção de informações ou dados junto a órgãos e entidades públicos e fontes externas, em articulação com a Equipe de Tecnologia;
- e) Inserir direto e manualmente eventos no sistema Waze via editor de Mapa, enquanto a implementação automatizada estiver em desenvolvimento pela Equipe de Tecnologia, com base em informações verificadas e confirmadas;
- f) Viabilizar o acionamento tempestivo das áreas técnicas do DNIT, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas, preferencialmente por meio de processos formalizados no SEL;
- g) Propor soluções inovadoras para aprimorar o monitoramento da malha viária, incluindo o uso de sensoriamento remoto, automação, inteligência artificial e outras tecnologias avançadas;
- h) Estabelecer interlocução com as diversas áreas técnicas e regionais do DNIT, promovendo o fluxo contínuo de informações, a validação de dados e o encaminhamento ágil das demandas operacionais;
- i) Assegurar a rastreabilidade, a integridade e a qualidade das informações técnicas produzidas, em conformidade com as diretrizes institucionais e os padrões de segurança da informação.

3.70.1. A Equipe será composta por profissionais como: Engenheiro Civil (Sênior) e Técnicos Administrativos (nível médio).

3.71. A execução das atividades de coleta, tratamento e análise de dados no âmbito da Central de Inteligência deverá utilizar, preferencialmente, o ecossistema da plataforma *Microsoft Fabric* no *tenant* do DNIT. O contratado deverá estruturar o ciclo de vida dos dados adotando a Arquitetura Medalhão (Bronze, Prata, Ouro) dentro do *OneLake*, assegurando a segregação lógica entre dados brutos, tratados e refinados.

3.71.1. Todos os processos de transformação de dados deverão ser executados através de *pipelines* auditáveis, sendo vedada a manipulação manual de dados em planilhas locais para fins de produção de indicadores oficiais, garantindo-se assim a reprodutibilidade e auditabilidade da informação.

3.72. Para a execução do **SERVIÇO 5**, o DNIT disponibilizará o espaço físico, que deverá ser adequado pelo contratado, climatizado e os sanitários; a infraestrutura de redes e de telecomunicações e o acesso à *Internet*; as estações de trabalho e cadeiras, assim como fornecerá a energia elétrica. Além disso, o DNIT se responsabilizará pela limpeza, segurança e vigilância predial. O material de expediente necessário à execução do Contrato ficará à cargo do contratado.

#### **ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO**

3.73. A adequação de espaço físico, localizado na Sede do DNIT em Brasília/DF, compreenderá a execução de intervenções estruturais e de acabamento necessárias para adaptar o ambiente às necessidades do contratado, visando máxima eficiência na prestação dos serviços da presente contratação, em conformidade com as definições do DNIT, assim como com o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) e Anexo IV - Orçamento Referencial Adequação de espaço físico (SEI nº 22048093).

3.74. O espaço físico a ser adequado segue o conceito de *coworking*, e será ocupado pelos colaboradores do contratado, servidores do DNIT e demais terceirizados que apoiam a execução das atividades no âmbito da Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET, sendo composto por salas de trabalho abertas, sala de reunião de uso comum - inclusive por outras setoriais do DNIT, estúdio de gravação, copa, sala de descompressão, arquivo, recepção e ilhas de trabalho com foco em integração e socialização.

3.75. O contratado deverá elaborar projeto executivo e de interiores, tomando como referência o projeto básico, de forma a detalhar e orientar a execução dos serviços.

3.76. O prazo para conclusão integral do serviço será de 6 (seis) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços - OIS, observando-se todas as normas técnicas vigentes, requisitos de ergonomia, segurança do trabalho e diretrizes da instituição.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

4.1. Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- IV - Utilizar materiais que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade, no que couber;
- V - No que couber, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

##### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Item 2.45 do Estudo Técnico Preliminar Digital nº 30/2026 (SEI nº 23777870): Meta Quest 3.

##### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **Garantia da contratação**

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17.4. O contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

4.17.6. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.18. A avaliação prévia do local de execução dos serviços presenciais é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.

4.19. Os serviços presenciais deverão ser prestados na Sede Nacional do DNIT, localizada em Brasília, no Distrito Federal.

4.20. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.23. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.24. **Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeiras:**

#### **I - Poderão participar desta licitação:**

a) Pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade do objeto desta contratação, que atendam a todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

b) Empresas em consórcio, desde que sejam atendidas as condições previstas no artigo 15, da Lei 14.133/2021, bem como demais exigências normativas, com o objetivo de facilitar a composição de uma equipe técnica com conhecimento comprovado para atender aos requisitos deste Termo de Referência;

c) Empresas em processo de recuperação extrajudicial ou judicial se comprovada, respectivamente, a aprovação pela assembléia-geral de credores ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente.

#### **II - Não poderão participar, ainda que indiretamente, desta licitação:**

a) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;

b) Direta ou indiretamente, o servidor ou dirigente vinculado ao DNIT;

c) Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como o que esteja punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração;

d) Sociedade ou pessoa jurídica não autorizada a funcionar no Brasil; e,

e) Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de: (I) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública; ou (II) agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. Após a assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Início dos Serviços - OIS, o contratado deverá iniciar a execução dos serviços em até 30 dias corridos, contados a partir da data da OIS - prazo esse dedicado à mobilização do contrato, o que inclui a contratação e treinamento do pessoal, assim como a aquisição e operacionalização dos equipamentos de informática dedicados à realização das atividades.

5.2. Para a execução dos serviços serão observadas as previsões de execução, conforme Cronograma Físico-Financeiro - Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

5.3. Caberá ao contratado controlar o fluxo de execução dos serviços e observar os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus empregados.

5.4. Prezando pela boa prestação dos serviços, ficará a cargo do contratado a realização de treinamento e capacitação periódica dos seus empregados.

5.5. O contratado e seus empregados deverão comprometer-se a manter confidencialidade e sigilo sobre quaisquer informações inerentes à prestação dos serviços no âmbito da contratação, responsabilizando-se civil e criminalmente por possíveis vazamentos de informações, bem como deverá garantir a integridade e a inviolabilidade dos documentos sob sua custódia, além disso observar o que assevera a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

5.5.1. O contratado deverá garantir a segurança na transmissão dos dados, evitando sua perda ou alteração.

5.5.2. Não será permitido ao contratado manter qualquer tipo de cópia das informações não autorizadas expressamente neste Termo de Referência, no Edital ou Contrato. Os dados não poderão ser replicados ou copiados em nenhuma hipótese sem o conhecimento e anuência expressa do contratante, sob pena de responsabilização.

5.5.3. Não será permitido ao contratado disponibilizar acesso às informações a qualquer outra entidade ou pessoa que não seja vinculada ao contrato, sob pena de responsabilização.

5.6. O contratado deverá produzir relatórios gerenciais sobre a prestação dos serviços. Tais relatórios deverão ser apresentados, em formato digital, mensalmente ao DNIT.

5.7. Os serviços entregues pelo contratado serão analisados, avaliados e atestados pela Contratante, que designará os fiscais responsáveis pelo acompanhamento do contrato.

5.8. A critério do DNIT, ou por solicitação do contratado, poderá haver convocação para comparecimento presencial, por audioconferência ou por videoconferência para execução de atividades ou discussão de assuntos relacionados ao objeto deste Termo de Referência.

5.9. Caberá ao Gerente do Contrato gerenciar as equipes do contratado.

5.10. O contratado deverá observar a seguinte metodologia de execução e Índices de Desempenhos - ID, definidos pelo contratante.

#### 5.11. SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS

5.11.1. O contratado deverá observar os seguintes prazos limites para processamento dos registros de infrações de trânsito em cada uma das seguintes fases do serviço, conforme Tabela 8 abaixo:

**Tabela 8 - Prazo Limite para Processamento dos Registros de Infrações de Trânsito.**

	Descrição da Fase do Serviço	Prazo Limite	Forma de Contagem do Prazo
1	FASE 1: Conferência Manual/Conferência Automática	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento
2	FASE 2: Conferência Manual	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento
3	FASE 3: Arbitragem	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento
4	FASE 4: Preparação	até 36 horas	A partir do momento do recebimento do registro para processamento

5.11.2. A prestação dos serviços em regime de teletrabalho, com os empregados do contratado em *home office*, deverá possibilitar a realização do processamento dos registros de infrações de trânsito de forma ininterrupta, 24 horas por dia, com turnos diferenciados entre os técnicos do contratado, a depender da demanda recebida.

5.11.3. O contratado será remunerado por registro de infração de trânsito processado em cada uma das fases do serviço. Ao pagamento pela prestação dos serviços incidirá o Índice de Desempenho (ID).

5.11.4. Pela prestação da FASE 3: Arbitragem, o contratado será remunerado nos seguintes casos:

- Conferência de registros averiguados e invalidados em decorrência de inexistência de placa e ensejar em retificação de maneira a identificar o veículo infrator e transverter o *status* do registro para válido, sem que haja margem para dúvida; e,
- Para os registros que foram apontados como inválidos, sendo classificados como válidos após inspeção no processo de preparação.

5.11.4.1. Para os registros contestados pelas operadoras e mantidos como inválidos, caberá ao DNIT solicitar ressarcimento à operadora, em razão da prestação do serviço de análise da contestação pelo contratado, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa da parte que deverá promover o ressarcimento.

5.11.5. O Índice de Desempenho (ID) será apurado mensalmente, a partir do terceiro mês de execução do Contrato - prazo esse dedicado à mobilização do Contrato e adaptação do contratado ao fluxo de processamento dos registros de infrações de trânsito.

5.11.6. O Índice de Desempenho (ID) será calculado da seguinte maneira, para cada uma das fase do serviço, conforme Tabela 9, e incidirá sobre o quantitativo total de registros processados na fase do serviço no período de medição:

**Tabela 9 - Índice de Desempenho (ID)**

	Descrição da Fase do Serviço	ID
1	FASE 1: Conferência Manual/Conferência Automática	$IDn = Pn / (Rn_1 \times 1 + Rn_2 \times 2 + Rn_3 \times 5)$
2	FASE 2: Conferência Manual	
3	FASE 3: Arbitragem	
4	FASE 4: Preparação	

Onde:

**ID<sub>n</sub>** = Índice de Desempenho da fase do serviço.

**P<sub>n</sub>** = Quantidade total de registros processados na fase do serviço.

**R<sub>n1</sub>** = Quantidade de registros processados na fase do serviço em até 36 horas.

**R<sub>n2</sub>** = Quantidade de registros processados na fase do serviço, após 36 horas e em até 48 horas.

**R<sub>n3</sub>** = Quantidade de registros processados na fase do serviço após 48 horas.

**n** = Corresponde à fase do serviço.

5.11.7. Em caso de ocorrência que vier a atrapalhar o cumprimento dos prazos limites para processamento dos registros, como lentidão ou indisponibilidade comprovadas do SIOR, por exemplo, o fato deverá ser comunicado ao DNIT, com as devidas evidências e com a informação do quantitativo de registros de infrações processados com atraso, em cada uma das fases do serviço, no período da ocorrência.



5.11.7.1. Diante do comunicado do contratado e da aceitação das alegações por parte do DNIT, serão desconsiderados dos fatores  $Rn_2$  e  $Rn_3$  do  $ID$  a quantidade de registros processados no período da ocorrência, devendo o quantitativo processado fora do prazo limite ser alocado no fator  $Rn_1$ .

5.11.8. A qualidade da prestação dos serviços pelo contratado será verificada ao longo do fluxo de processamento das infrações de trânsito, e serão observados os registros processados a partir do terceiro mês de execução do Contrato, em compatibilidade com o início da apuração do  $ID$ .

5.11.8.1. Após realização do processamento completo do registro de infração de trânsito e disponibilização para lavratura do Auto de Infração de Trânsito - AIT pelo Agente da Autoridade de Trânsito, em caso de invalidação do registro por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, para cada registro, a depender da fase do processamento em que ele foi cancelado, será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente ao da média aritmética dos valores unitários para processamento dos registros em cada uma das fases do serviço, multiplicado pelo Fator de Qualidade ( $FQ$ ) discriminado na Tabela 10 abaixo :

**Tabela 10 - Fator de Qualidade ( $FQ$ )**

FASE		DESCRIÇÃO DA FASE
1	Lavratura do AIT	Registro cancelado no momento da lavratura do Auto de Infração de Trânsito pelo Agente da Autoridade de Trânsito
2	Autuação	Registro cancelado após a expedição da Notificação da Autuação
3	Penalidade	Registro cancelado após a expedição da Notificação da Penalidade
4	Judicial	Registro relativo a Auto de Infração de Trânsito cancelado por determinação judicial, independente da fase em que se encontrar

5.11.9. Após apuração dos  $ID$  para cada uma das fases e levantamento dos registros de infrações de trânsito cancelados, ao longo do período de execução dos serviços, por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, a medição visando pagamento dos serviços prestados obedecerá a seguinte fórmula:

$$\text{Medição} = P_1 \times ID_1 \times v_1 + P_2 \times ID_2 \times v_2 + CI_3 \times ID_3 \times v_3 + P_4 \times ID_4 \times v_4 - [ \sum CA_m \times FQ_m \times (v_1 + v_2 + v_3 + v_4 / 4) ]$$

Onde:

$P_1$  = Quantidade total de registros processados na fase 1.

$P_2$  = Quantidade total de registros processados na fase 2.

$CI_3$  = Quantidade total de registros contestados pelos operadores do PNCV e mantidos como inválidos processados na fase 3.

$P_4$  = Quantidade total de registros processados na fase 4.

$ID_1$  = Índice de Desempenho da fase 1.

$ID_2$  = Índice de Desempenho da fase 2.

$ID_3$  = Índice de Desempenho da fase 3.

$ID_4$  = Índice de Desempenho da fase 4.

$v_1$  = Valor unitário do registro processado na fase 1.

$v_2$  = Valor unitário do registro processado na fase 2.

$v_3$  = Valor unitário do registro contestado pelo operador do PNCV e mantido como inválido ao ser processado na fase 3.

$v_4$  = Valor unitário do registro processado na fase 4.

$CA$  = Quantidade de registros cancelados por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo na Fase  $m$  ao longo do mês (serão observados os cancelamentos dos registros processados a partir do terceiro mês de execução do Contrato).

$FQ$  = Fator de Qualidade da Fase  $m$ .

$m$  = Fase em que o registro foi cancelado por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, variável de 1 até 4, conforme Tabela 10.

5.11.10. O contratado poderá substituir a execução da FASE 1: Conferência Manual pela execução da FASE 1: Conferência Automática, mantida a remuneração por registro de infração de trânsito processado, conforme a FASE 1: Conferência Manual.

5.11.10.1. Para processar os registros de infração de trânsito mediante execução da FASE 1: Conferência Automática, o contratado deverá encaminhar pedido ao DNIT com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos. O pedido deverá conter plano, contendo as especificações técnicas da solução a ser adotada, bem como um cronograma de implantação, assim como declaração expressa de que a ferramenta atende aos requisitos estabelecidos pelo DNIT.

5.11.10.2. O DNIT analisará o pedido em até 15 (quinze) dias corridos, dando autorização ou não para utilização da solução de visão computacional.

5.11.10.3. A partir da data da autorização expedida pelo DNIT, o contratado terá o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos para implantar a solução na sua rotina, calibrar e realizar o treinamento dos seus técnicos, inclusive se integrar ao Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

5.11.10.4. Para calibração da ferramenta, o contratado poderá se valer das imagens e dos dados dos registros de infrações processados a partir do início da execução do Contrato.

5.11.10.5. Caberá ao contratado informar ao DNIT a data de início da execução da FASE 1: Conferência Automática e consequente descontinuidade da FASE 1: Conferência Manual.

5.11.10.6. Será permitido reverter a forma de execução, com possibilidade de apresentação de novos e sucessivos pedidos para substituição da execução da FASE 1: Conferência Manual pela execução da FASE 1: Conferência Automática, mediante justificativa aceita pelo DNIT.

5.11.10.7. No processamento, mediante execução da FASE 1: Conferência Automática e FASE 2: Conferência Manual, para fins de validação ou invalidação do registro nessas duas fases, valerá sempre a análise realizada na FASE 2: Conferência Manual.

5.11.11. A qualquer tempo, o DNIT poderá dispensar a execução da FASE 1: Conferência Manual/Conferência Automática pelo contratado, tomando para si a execução da FASE 1, por meio de solução de visão computacional da própria Autarquia.

5.11.11.1. Caberá ao DNIT informar ao contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a dispensa, de modo que o contratado, nesse ínterim, conheça a solução disponibilizada pelo DNIT e realize o treinamento dos seus técnicos sobre o novo fluxo de processamento.

5.11.11.2. Em decorrência da dispensa da FASE 1, Conferência Manual/Conferência Automática, e tendo em vista sua execução por conta do DNIT, o contratado deixará de ser remunerado no item de serviço correspondente.

5.11.12. A execução do SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS precede a execução dos demais serviços, portanto, são dependentes entre si, uma vez que após a validação do registro de infração ocorre a lavratura do auto de infração de trânsito, sendo assim, o cidadão poderá se valer do direito ao contraditório e ampla defesa.

5.11.13. Caberá aos Supervisores supervisionar o trabalho dos Técnicos e monitorar o fluxo de processamento dos registros, bem como produzir relatórios gerenciais sobre a prestação dos serviços.

## 5.12. SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

5.12.1. O contratado será remunerado por documento digitalizado.

5.12.2. Entende-se por documento digitalizado, o documento processado conforme rotina estabelecida no item 3 (SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS) deste Termo de Referência.

5.12.3. O contratado deverá iniciar o processamento do documento físico imediatamente após ter sido disponibilizado pelo DNIT, devendo registrar o documento digitalizado no SIOR, SEI e demais sistemas estabelecidos, assim como restituir o documento físico, acondicionado em caixa arquivo de papelão, no menor prazo possível.

5.12.4. Para os documentos do tipo 1, conforme Tabela 6, o contratado deverá adotar triagem prioritária no momento da preparação dos documentos a fim de priorizar a disponibilização para análise e instrução.

5.12.5. É recomendável disponibilizar o documento digitalizado no SIOR ou SEI em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil, do calendário nacional, subsequente ao dia da disponibilização para processamento.

5.12.6. A restituição dos documentos físicos ao DNIT deverá ocorrer sempre que a caixa arquivo estiver totalmente preenchida, contendo espelho com a identificação e informação do seu conteúdo.

5.12.7. A execução do SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS precede a execução do SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, portanto, são dependentes entre si. Nesse sentido, caberá ao contratado controlar o fluxo de execução do SERVIÇO 2 de modo a liberar, de maneira eficiente e sem prejudicar as demais etapas do processo administrativo de trânsito, frente de trabalho para o SERVIÇO 3, tendo em vista ambos serem remunerados por unidade produzida, bem como garantir o balanceamento do trabalho entre seus empregados. Ademais, deve ser realizado com a máxima celeridade e qualidade, possibilitando, quando necessário, o acionamento tempestivo pelo SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO - para revisão e/ou complementação da documentação apresentada pelo cidadão.

5.12.8. Caberá ao contratado revisar a digitalização e/ou o registro dos documentos no SIOR e/ou SEI caso seja identificada alguma incorreção ao longo do fluxo de processamento das infrações de trânsito.

5.12.9. Caso o contratado identifique documentos ilegíveis, incompletos (com ausência de páginas), rasurados ou com inconsistências de identificação, recebidos por meio do SEI ou oriundos de outras unidades do DNIT, deverá formalizar a devolutiva à unidade de origem no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data da identificação da irregularidade, solicitando o reenvio ou a devida correção do material. O canal de comunicação e a forma de contato a serem utilizados deverão seguir diretrizes previamente estabelecidas pelo DNIT. Todas as ocorrências deverão ser registradas em sistema próprio de controle de inconsistências, a qual deverá ser periodicamente compartilhada com o DNIT para fins de acompanhamento e auditoria.

5.12.10. O contratado deverá elaborar e apresentar relatórios gerenciais mensais, em formato digital, contendo informações consolidadas e atualizadas sobre a execução dos serviços contratados. Esses relatórios deverão contemplar, no mínimo, origem do protocolo, os quantitativos produzidos, o status de execução das atividades (em andamento, concluídas, pendentes), a análise de conformidade dos documentos processados e eventuais ocorrências relevantes, como inconsistências identificadas, retrabalhos realizados ou falhas de recebimento. Os relatórios devem ser apresentados à fiscalização contratual do DNIT em modelo padronizado previamente aprovado, servindo como instrumento de controle, acompanhamento e tomada de decisão.

5.12.11. Com vistas à mensuração da qualidade e da eficiência na prestação do serviço, o contratado deverá manter e disponibilizar indicadores de desempenho consolidados, extraídos de suas bases operacionais. Tais indicadores deverão incluir, entre outros: a taxa de retrabalho, o percentual de inconformidades por tipo de processo, o tempo médio entre a disponibilização do documento e a efetiva restituição do documento físico ao arquivo, a quantidade de registros de inconsistências e a taxa de atendimento aos prazos pactuados, dentre outras informações relacionadas a qualidade da execução do serviço.

5.12.12. A execução do SERVIÇO 2 deverá ser supervisionada por um profissional Administrador (supervisor) e por um Arquivista.

5.12.13. Ao Supervisor compete monitorar e controlar o fluxo de execução das atividades, balanceando a carga de trabalho entre os técnicos do contratado responsável pela execução das atividades previstas no item 3 (SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTO). Ao Arquivista compete garantir o fiel cumprimento da legislação arquivística vigente e a preservação e inviolabilidade dos documentos sob a custódia do contratado; monitorar e controlar o crescimento dos arquivos físicos e digitais; observar o Código de Classificação de Documentos - CCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD da área fim do DNIT, devendo ainda, prestar apoio na revisão da CCD e da TTD e nas rotinas de eliminação dos documentos relativos às infrações de trânsito.

5.12.14. A qualquer tempo, o DNIT poderá dispensar a execução do SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, substituindo-o por solução de maior vantajosidade para a Administração.

5.12.15. Caberá ao DNIT informar ao contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a dispensa, de modo que o contratado, nesse ínterim, se adeque ao novo fluxo de processamento e realize o treinamento dos seus empregados

5.12.16. Em decorrência da dispensa do SERVIÇO 2, o contratado deixará de ser remunerado no item de serviço correspondente.

## 5.13. SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

5.13.1. O contratado será remunerado por processo analisado e instruído, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.13.2. Considera-se processo analisado e instruído aquele tratado de acordo com a rotina definida no item 3, SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, deste documento, e cuja tramitação tenha sido devidamente concluída no SIOR, SEI ou demais estabelecidos pelo DNIT, sendo o processo encaminhado à etapa subsequente do fluxo de processamento.

5.13.3. O contratado deverá observar os seguintes prazos limites para análise e instrução dos processos, contados sempre a partir do primeiro dia útil, do calendário nacional, subsequente ao dia da disponibilização do processo, conforme o tipo, devendo considerar o regramento estabelecido na Tabela 11 abaixo:

**Tabela 11 - Prazos Limites para Análise e Instrução**

Tipo de Processo		Descrição do Processo	Prazo Limite	GC
01	FICI	• Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.	2 dias úteis	1
02	FIRI	• Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.	2 dias úteis	2
03	SA	• Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.	5 dias úteis	
04	OUTROS	• Processos diversos, como solicitação de informação (LAI); solicitação de Nada Consta; solicitação de motivo de indeferimento de FICI, FIRI, SA, Defesa,	2 dias úteis*	3

		Recurso, Restituição, Cancelamento; solicitação de cópia integral ou parcial de processos; dentre outros pedidos não listados pertinentes a área de multas de trânsito.		
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>	5 dias úteis	
06	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a baixa de auto de infração de trânsito, por pagamento, prescrição, entre outros motivos.</li> </ul>	2 dias úteis	
07	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a cancelamento administrativo de auto de infração de trânsito: por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li> </ul>	2 dias úteis	
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	4
09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	
10	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a desvinculação de auto de infração de trânsito.</li> </ul>	2 dias úteis	5
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a inscrição de créditos originários de multas de trânsito e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN, SIAFI, dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT ou do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	
13	FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo de solicitação de restituição de valor pago relativo a auto de infração de trânsito.</li> <li>Processo relativo a cobrança de repasse financeiro pelos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> <li>Processo relativo a restituição de valores repassados ao FUNSET, SENATRAN e aos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> </ul>	10 dias úteis	
14	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial, o qual demanda apresentação de subsídios à PFE/DNIT; e cumprimento de demais determinação judiciais, como reativação, suspensão, desvinculação ou cancelamento de auto infração de trânsito.</li> <li>Processo oriundo do Ministério Público Federal - MPF; de órgãos de controle externo (TCU e CGU); assim como de órgãos de controle interno.</li> <li>Processos relacionados a sinistros ou outras ocorrências em rodovias que envolvam discussões extrajudiciais ou judiciais, bem como a elaboração de subsídios a serem encaminhados à PFE/DNIT.</li> </ul>	10 dias úteis**	6
15	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos de apuração e cobrança de danos ao patrimônio do DNIT, exigindo a análise de defesas e recursos apresentados pelos autuados, com o objetivo de subsidiar a responsabilização de terceiros por prejuízos causados à infraestrutura de transportes sob gestão da Autarquia.</li> </ul>	10 dias úteis**	

\*As solicitações de informações deverão ser respondidas observando os prazos definidos na Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI.

\*\*Deverá ser considerado o prazo limite de 10 dias úteis, caso não estiver definido pela PFE/DNIT ou determinado pelo MPF, pelos órgãos de controle, ou pelo juízo.

5.13.4. Ao pagamento pela análise e instrução dos processos dos tipos 01; 02; 03; 05; 08; 09; 11 e 12, elencados na Tabela 11, incidirá o Índice de Desempenho (ID), visto que são os principais no fluxo de processamento de infrações de trânsito e respondem pelo maior volume de demandas.

5.13.5. O Índice de Desempenho (ID) será apurado mensalmente, a partir do terceiro mês de execução do Contrato, prazo este dedicado à mobilização do Contrato e adaptação do contratado ao fluxo de processamento dos registros de infrações de trânsito.

5.13.6. O Índice de Desempenho (ID) para os processos dos tipos 01; 02; 03; 05; 08; 09; 11 e 12 será calculado da seguinte maneira, conforme Tabela 12.

**Tabela 12 - Forma de Apuração do ID**

Tipo de Processo		Descrição do Processo	Prazo Limite	Prazo Atrasado
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li> </ul>	2 dias úteis	4 dias úteis
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li> </ul>	2 dias úteis	4 dias úteis

03	SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis
09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a inscrição de créditos originários de multas de trânsito e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN, SIAFI, dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT ou do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	5 dias úteis	7 dias úteis

Onde:

- **P** = Total de processos encaminhados mensalmente;
- **P<sub>d</sub>** = Processos instruídos dentro do Prazo;
- **P<sub>a</sub>** = Processos instruídos no Prazo Atrasado;
- **P<sub>g</sub>** = Processos com atraso superior ao permitido.

5.13.7. Em caso de ocorrência que vier a atrapalhar o cumprimento dos prazos estabelecidos para análise e instrução dos processos, com por exemplo, lentidão ou indisponibilidade comprovadas do SIOR, SEI e demais sistemas, o fato deverá ser comunicado ao DNIT, com as devidas comprovações e com a informação dos processos tratados, no período da ocorrência.

5.13.8. Diante do comunicado do contratado e da aceitação das comprovações por parte do DNIT, será agrupado no fator  $P_d$  (processos analisados e instruídos dentro do prazo limite), para o cálculo do ID, os processos afetados no período da ocorrência.

5.13.9. A Ordem de Início dos Serviços - OIS para os tipos de processos 4 - OUTROS (relacionados à cobrança administrativa) e 11 - COBRANÇA está vinculada a data de término dos quantitativos dos GC1, GC2 e GC3 ou encerramento do Contrato TT-247/2024 (SEI nº 18093987), oriundo do Pregão Eletrônico nº 426/2023.

5.13.10. Embora o SERVIÇO 3 seja majoritariamente alimentado pelos documentos digitalizados no âmbito do SERVIÇO 2, também é responsável pelo tratamento de requerimentos e documentos oriundos de múltiplas fontes, tais como: Portal de Multas de Trânsito do DNIT (requerimentos eletrônicos de cidadãos), documentos previamente registrados no SIOR ou SEI, Superintendências Regionais e Unidades Locais, Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT, petições eletrônicas via SEI, Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e Ouvidoria.

5.13.11. O SERVIÇO 3, sempre que necessário, deve recorrer ao SERVIÇO 2 para revisão de digitalização e/ou registro de documentos no SIOR ou SEI.

5.13.12. A revisão do documento digitalizado pelo contratado no SERVIÇO 2 não será remunerada, ao passo que a realização de tal atividade decorre essencialmente de erros na execução ocasionados pelo próprio contratado.

5.13.13. A revisão de documento em formato digital, não digitalizado pelo contratado no SERVIÇO 2, será remunerada como novo documento digitalizado.

5.13.14. O acionamento para revisão e/ou complementação de requerimento apresentado pelo cidadão, motivado pelo SERVIÇO 4, deverá ser realizado pelo SERVIÇO 3.

5.13.15. Compete ao SERVIÇO 3, através dos Supervisores Bacharéis em Direito, supervisionar as análises e instruções realizadas e manter atualizadas, conforme legislação vigente, as teses, alegações e fundamentações utilizadas pelos Técnicos responsáveis pela análise e instrução dos processos; assim como atualizar sempre que for necessário os *scripts* de atendimento utilizados no SERVIÇO 4. Ainda, deverá estabelecer a forma de ordenamento dos documentos que serão digitalizados pelo SERVIÇO 2, de modo a tornar mais ágil e eficiente a análise e instrução dos processos.

5.13.16. Caberá ao contratado a capacitação contínua, com vistas à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos no SERVIÇO 3. Recomenda-se que a capacitação contemple módulos obrigatórios voltados ao domínio da legislação de trânsito, às normas internas do DNIT, bem como à aplicação de fundamentos jurídicos atualizados, considerando mudanças legais, normativas, orientações internas e jurisprudência consolidada.

#### 5.14. SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

5.14.1. O contratado será remunerado por posto de trabalho.

5.14.2. Em conformidade com o art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho do SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial” no Anexo I - Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

5.14.3. O atendimento deverá ser prestado em regime de plantão com disponibilidade operacional 24 horas por dia e 7 dias da semana, incluindo finais de semana e feriados, de forma a garantir o funcionamento ininterrupto das atividades previstas neste Termo de Referência.

5.14.4. Para fins de mobilização dos postos de trabalho, deverão ser considerados os períodos horários de 08h às 18h; 18h às 04h e 22h às 08h.

5.14.4.1. Inicialmente, deverão ser mobilizados os técnicos responsáveis pelo atendimento no horário comercial, das 8h às 18h de segunda a sexta-feira. A mobilização de atendentes para os períodos compreendidos entre 18h e 08h, bem como aos finais de semana e feriados, será realizada conforme a necessidade, mediante avaliação e solicitação da Contratante.

5.14.5. O contratado deverá observar os seguintes prazos limites para iniciar o atendimento ao usuário, contados a partir do momento do recebimento do e-mail, da ligação telefônica, ou do acionamento para atendimento humanizado via ferramenta de *chatbot*, conforme Tabela 13:

**Tabela 13 - Prazos Limites para Iniciar o Atendimento**

Canal de Atendimento	Prazo Limite
E-mail	24 horas
Telefone	1 minuto

5.14.6. Caberá ao contratado elaborar relatórios mensais que incluam, por exemplo, informações sobre quantidade de atendimentos, tempo médio de resposta por canal de atendimento, principais temas tratados, dúvidas frequentes e pontos de melhoria identificados a partir das interações com o usuário.

5.14.7. Ao identificar temas recorrentes ou dificuldades enfrentadas pelos usuários, caberá ao contratado informar ao DNIT, subsidiando ajustes nos sistemas ou aprimoramento dos canais de comunicação.

5.14.8. O contratado deverá adotar estratégias de revezamento de atendentes nos períodos em que houver aumento na demanda, garantindo a manutenção da qualidade e da pontualidade no atendimento, sem prejuízo à eficiência na execução do contrato.

5.14.9. Caberá ao contratado a organização dos atendentes para a manutenção da cobertura adequada durante os períodos de férias e eventuais afastamentos dos profissionais designados.

5.14.10. Em caso de ocorrência que vier a atrapalhar o cumprimento dos prazos limites para início do atendimento, como problemas na infraestrutura telefônica, problemas de acesso ao gerenciador de e-mail etc., o fato deverá ser comunicado ao DNIT, com as devidas comprovações e com a informação do quantitativo de atendimentos afetados no período da ocorrência.

5.14.11. Os técnicos do SERVIÇO 4 deverão recorrer aos supervisores Bacharéis em Direito do SERVIÇO 3, bem como ao SERVIÇO 5, de modo a complementar informações necessárias ao atendimento ao usuário.

5.14.12. A partir do acionamento para revisão e/ou complementação de requerimento apresentado pelo cidadão, motivado pelo SERVIÇO 3, deverá o SERVIÇO 4 contactar o usuário para, dentro do prazo limite estabelecido para apresentação da documentação, enviá-la de forma física ou digital.

5.14.13. Caso o usuário opte por apresentar a documentação requerida de forma física, esta deverá entrar no fluxo de digitalização do SERVIÇO 2 e será remunerada, conforme tipo de documento originário, como novo documento digitalizado.

5.14.14. O SERVIÇO 4 deverá se valer dos *scripts* de atendimento elaborados e atualizados pelo SERVIÇO 3, para realizar o atendimento ao usuário.

5.14.15. Caberá ao SERVIÇO 4 se reportar aos SERVIÇOS 2 e 3, devendo transmitir as sugestões e reclamações apresentadas pelos cidadãos durante o atendimento, visando aprimoramento da prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização.

5.14.16. Ao supervisor do SERVIÇO 4 compete supervisionar o atendimento prestado pelos técnicos e balancear a carga de trabalho, assim como promover a interlocução entre os SERVIÇOS 2, 3 e 5.

## 5.15. SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA - CI

5.15.1. O contratado será remunerado por posto de trabalho.

5.15.2. Em conformidade com o art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho do SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial” no Anexo I - Orçamento Referencial (SEI nº 23777904), assim como os salários para os níveis pleno e sênior deverão respeitar a proporcionalidade de senioridade conforme tabela “Quadro Salarial”.

5.15.3. O contratado deverá utilizar indicadores de desempenho próprios para fins de gestão e melhoria contínua da execução contratual. A obtenção ou utilização e o monitoramento de dados do SIOR, do SEI e demais sistemas utilizados, poderão subsidiar o acompanhamento da produtividade individual e por equipe, considerando a tipologia e complexidade de cada demanda. Esses indicadores poderão embasar decisões operacionais internas do contratado, como a realocação de pessoal, o redimensionamento de esforços e a identificação de necessidades de capacitação, contribuindo para uma execução mais eficiente e estratégica do serviço.

5.15.4. O contratado deverá disponibilizar profissionais com experiência comprovada nas áreas, compondo 3 (três) equipes especializadas:

**Tabela 14 - Profissionais da Central de Inteligência**

Equipes	Profissional	Quantidade	Nível
Equipe de Tecnologia	Cientista de dados	1	Sênior
	Cientista de dados	1	Pleno
	Analista de BI	1	Sênior
	Analista de BI	1	Pleno
	Desenvolvedor de <i>Software</i>	1	Sênior
Equipe de Comunicação	Jornalista	1	Pleno
	Publicitário	1	Pleno
	<i>Designer</i> Gráfico	2	-
Equipe de Análise de dados	Engenheiro	1	Sênior
	Técnico Administrativo	4 - 8	Nível médio

5.15.5. A Central de Inteligência - CI deverá ser estruturada como um núcleo técnico multidisciplinar, voltado à integração de áreas estratégicas vinculadas às atribuições da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT e, de forma transversal, às demais competências institucionais da DNIT.

5.15.6. A atuação da CI deverá priorizar a produção de inteligência operacional, a integração e o tratamento de dados e informações, o desenvolvimento de soluções tecnológicas, a comunicação pública de caráter institucional e a consolidação de inventário sobre a infraestrutura rodoviária federal, entre outras atribuições conforme a necessidade da CGPERT.

5.15.6.1. O contratado deverá manter as ferramentas de governança para assegurar:

I - Classificação: aplicação de rótulos de sensibilidade (*sensitivity labels*) em todos os conjuntos de dados e relatórios produzidos.

II - Retenção e Descarte: configuração de políticas de retenção automáticas no *OneLake/SharePoint* que garantam a preservação dos dados durante o prazo legal e a sua destruição segura e auditável após o término do ciclo, conforme Tabela de Temporalidade do DNIT.

III - Auditoria: manutenção de *logs* de auditoria ativos e acessíveis à fiscalização, registrando todas as operações de acesso, modificação e exportação de dados.

IV - Linhagem: manutenção da documentação de linhagem de dados (*data lineage*) atualizada, permitindo o rastreamento desde a origem até o produto final de inteligência.

5.15.7. A equipe da Central de Inteligência deverá seguir modelos de protocolo operacionais, especialmente em situações de crise, eventos excepcionais ou ocorrências que demandem resposta coordenada. Esses modelos deverão ser elaborados pelo contratado e submetidos à validação da Contratante, observando as diretrizes institucionais e os fluxos de comunicação definidos previamente.

5.15.8. Os protocolos deverão contemplar procedimentos de atuação, registro, encaminhamento e articulação com as áreas técnicas envolvidas, garantindo agilidade, rastreabilidade e conformidade com os padrões operacionais do DNIT.

5.15.9. Com o intuito de garantir uma comunicação célere com os interlocutores técnicos em campo, deverá ser disponibilizado um número de telefone para utilização de WhatsApp, assim como outras ferramentas de trocas de mensagens, destinado ao uso em grupos de crise e situações emergenciais, assim como em grupos diversos criados pela sociedade como, por exemplo, grupos de caminhoneiros; de voluntários da Waze; de motociclistas, de ciclistas, de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito etc.

## 5.15.10. Equipe de Tecnologia:

5.15.10.1. Para a contratação da equipe de tecnologia deverão ser observados os requisitos mínimos, descritos nas Tabelas abaixo:

Tabela 15 - Requisitos profissionais do Cientista de Dados Sênior e Pleno

Critério	Cientista de Dados Sênior	Cientista de Dados Pleno
<b>Formação</b>	Superior em Estatística, Ciência de Dados, Engenharias ou áreas afins	Superior em Estatística, Ciência de Dados, Engenharias ou áreas afins
<b>Experiência</b>	+5 anos em projetos avançados de ciência de dados	3 a 4 anos em projetos com foco em análise e modelagem de dados
<b>Responsabilidades principais</b>	Liderar projetos de ciência de dados, supervisionar modelagem e curadoria de dados, definir estratégias analíticas	Desenvolver modelos preditivos e exploratórios, estruturar <i>pipelines</i> de dados
<b>Atuação técnica</b>	<i>Machine learning</i> avançado, <i>deep learning</i> , NLP, modelagem preditiva	Estatística aplicada, <i>clustering</i> , regressão, mineração de dados
<b>Diferencial</b>	Coordenação técnica e orientação estratégica com foco em apoio à decisão e certificações da área.	Suporte operacional à equipe e entrega de modelos prontos para produção e certificações da área.

Tabela 16 - Requisitos profissionais do Analista de BI Sênior e Pleno

Critério	Analista de BI Sênior	Analista de BI Pleno
<b>Formação</b>	Superior em Sistemas de Informação, Engenharia, Administração ou afins	Superior em Sistemas de Informação, Engenharia, Administração ou afins
<b>Experiência</b>	+5 anos em projetos de BI com alto grau de complexidade	3 a 4 anos em modelagem e visualização de dados
<b>Responsabilidades principais</b>	Liderar projetos de BI, criar indicadores estratégicos e propor melhorias de processos	Construir <i>dashboards</i> e relatórios gerenciais com base em dados consolidados
<b>Atuação técnica</b>	Arquitetura de BI, ETL, data <i>warehouse</i> , análise de performance	Transformação de dados, criação de KPIs, automação de relatórios
<b>Diferencial</b>	Relacionamento com <i>stakeholders</i> , definição de arquitetura de dados e certificações da área.	Domínio técnico-operacional de ferramentas e visualização e certificações da área.

Tabela 17 - Requisitos profissionais do Desenvolvedor de Software Sênior

Critério	Desenvolvedor de Software Sênior
<b>Formação</b>	Superior em Engenharia da Computação, Ciência da Computação ou similares
<b>Experiência</b>	+5 anos em desenvolvimento de sistemas complexos e arquiteturas escaláveis
<b>Responsabilidades principais</b>	Arquitetar soluções, supervisionar time técnico, garantir segurança e escalabilidade
<b>Atuação técnica</b>	<i>Backend</i> robusto, APIs REST, <i>microserviços</i> , <i>DevOps</i> , segurança da informação
<b>Diferencial</b>	Capacidade de liderar e definir padrões de desenvolvimento e certificações da área.

5.15.10.2. Os profissionais da equipe de tecnologia deverão acessar os bancos de dados autorizados exclusivamente por meio das estações de trabalho localizadas na Sede do DNIT em Brasília/DF, pois não será permitido o acesso remoto em atenção as normas de segurança e proteção dos dados institucionais.

5.15.10.3. O contratado deverá assegurar a rastreabilidade, segurança e integridade das informações, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

5.15.10.4. Caberá à equipe de tecnologia o apoio à modernização e ampliação das funcionalidades dos sistemas cuja área de negócio seja a Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET, considerando também a atualização constante das orientações sobre os serviços relacionados às infrações de trânsito no Portal Gov.br (<https://www.gov.br/pt-br>) e no Portal de Multas de Trânsito do DNIT (<https://servicos.dnit.gov.br/multas/>). As atualizações devem considerar as mudanças na legislação, nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e nas diretrizes internas do DNIT, assegurando que as informações disponibilizadas ao público sejam sempre precisas e compatíveis com a realidade normativa e administrativa vigente.

5.15.10.5. O contratado deverá prestar apoio na integração com o sistema da Waze, estruturando rotinas para envio de informações e coleta, tratamento e análise dos dados disponibilizados. Essa integração deverá subsidiar uma atuação proativa do DNIT, permitindo o acionamento ágil das áreas técnicas, preferencialmente por meio da formalização de instruções processuais no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas nas rodovias federais. Ressalta-se que já existe parceria institucional entre o DNIT e a Waze, cabendo ao contratado apenas a execução técnica e o aproveitamento funcional dos recursos disponíveis.

5.15.10.6. O contratado deverá propor estratégias para ampliar o uso estratégico dos dados e informações, com foco na identificação de padrões operacionais, no suporte à tomada de decisão e no aprimoramento da capacidade institucional de resposta a eventos que impactem a malha viária federal. A análise qualificada dessas informações deverá contribuir para a antecipação de riscos, o direcionamento de recursos, o tratamento de demandas públicas e a eficiência na gestão das ocorrências que afetam a infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do DNIT.

5.15.10.7. Caberá ao contratado a implementação de uma arquitetura de dados em camadas, garantindo a segregação entre dados brutos (imutáveis), dados tratados (higienizados) e dados refinados (agregados para negócio). Todo o código de transformação deverá ser versionado em repositório fornecido pelo DNIT, garantindo a rastreabilidade (linhagem) desde a origem até o painel final, permitindo a auditoria do ciclo de vida do dado, incluindo:

I - *Data lineage*: rastreabilidade visual da origem e transformações do dado.

II - *Logs* de acesso: registro imutável de qual usuário (CPF) acessou quais relatórios ou bases de dados analíticas.

III - Retenção automatizada: configuração de regras sistêmicas para arquivamento ou exclusão física de dados temporários após o processamento, conforme política de segurança da informação do DNIT.

5.15.10.8. É vedado ao contratado a realização, por iniciativa própria, de desenvolvimento ou a implementação de ferramentas, módulos ou aplicações tecnológicas diretamente na infraestrutura da contratante, garantindo-se assim a integridade, a segurança e a governança dos sistemas institucionais. Contudo, reserva-se ao contratado a faculdade de prospectar e apresentar soluções inovadoras e modelos tecnológicos, os quais deverão ser submetidos a processo de análise técnica e deliberação por parte do contratante. A eventual integração ou execução de tais projetos estará estritamente condicionada ao interesse estratégico, à conveniência administrativa e ao planejamento formal prévio, sob a coordenação e diretrizes do DNIT.

5.15.11. **Equipe de Comunicação:**

5.15.11.1. Para a contratação da equipe de comunicação deverão ser observados os requisitos mínimos, descritos nas Tabelas abaixo:

Tabela 18 - Requisitos Profissionais do Jornalista Pleno

Critério	Descrição
<b>Formação</b>	Nível superior completo em Jornalismo
<b>Experiência</b>	Mínimo de 4 anos em produção de conteúdo jornalístico e institucional, incluindo atuação com vídeo, áudio e texto
<b>Responsabilidades principais</b>	Produzir e revisar conteúdos jornalísticos para diferentes mídias; cobrir eventos; conduzir entrevistas; redigir notas e reportagens técnicas
<b>Atuação técnica</b>	Captação de imagens e áudios, roteirização de vídeos, edição de conteúdo audiovisual, cobertura multimídia
<b>Diferencial</b>	Capacidade de comunicação institucional com clareza, sensibilidade para pautas estratégicas e domínio de linguagem multiplataforma.

Tabela 19 - Requisitos Profissionais do Publicitário Pleno

Critério	Descrição
<b>Formação</b>	Nível superior completo em Publicidade e Propaganda ou Comunicação Social

Critério	Descrição
<b>Experiência</b>	Mínimo de 4 anos em campanhas institucionais, criação de peças e ações de engajamento
<b>Responsabilidades principais</b>	Planejar, desenvolver e monitorar campanhas de comunicação; elaborar estratégias para redes sociais e comunicação interna/externa
<b>Atuação técnica</b>	Criação de conceitos criativos, produção de peças para campanhas, <i>copywriting</i> , supervisão de mídia
<b>Diferencial</b>	Domínio em campanhas educativas e institucionais; atuação voltada à mensuração de impacto e engajamento social.

**Tabela 20** - Requisitos Profissionais do *Designer* Gráfico

Critério	Descrição
<b>Formação</b>	Nível superior completo em <i>Design</i> Gráfico, Comunicação Visual ou áreas correlatas
<b>Experiência</b>	Mínimo de 4 anos em desenvolvimento de peças institucionais, identidades visuais e <i>design</i> para mídias digitais e impressas
<b>Responsabilidades principais</b>	Criação de <i>layouts</i> , <i>banners</i> , infográficos, identidade visual de campanhas e interfaces de sistemas
<b>Atuação técnica</b>	<i>Design</i> responsivo, adaptação para diferentes plataformas, criação de materiais acessíveis
<b>Diferencial</b>	Interface com a equipe de TI para <i>design</i> de sistemas e <i>dashboards</i> , sensibilidade estética institucional.

5.15.11.2. A atuação da equipe envolverá a produção contínua de conteúdos jornalísticos, publicitários e audiovisuais de temas relacionados às infrações de trânsito, fiscalização, cidadania no trânsito, transporte, mobilidade e segurança viária, bem como temas relacionados à educação para o trânsito. Essa produção será orientada por princípios de clareza, legalidade, acessibilidade e responsabilidade comunicacional, com foco permanente no serviço ao cidadão.

5.15.11.3. Além de atuar em demandas para promoção de comportamentos seguros e disseminação de valores como empatia, responsabilidade e respeito à vida, a equipe de comunicação será responsável por esclarecer dúvidas da sociedade sobre procedimentos administrativos, notificações, prescrição, direitos e deveres de condutores e pedestres, contribuindo para maior transparência e alinhamento institucional.

5.15.11.4. Nesse sentido, todas as ações de comunicação devem ocorrer de forma integrada entre as áreas de Jornalismo, Publicidade e *Design*, garantindo coerência nas mensagens, engajamento nos diversos canais e presença constante nas mídias sociais e institucionais. A comunicação não se restringirá a campanhas sazonais, mas atuará permanentemente na ampliação do diálogo entre o DNIT, a imprensa e a sociedade, fortalecendo a confiança pública e a efetividade das ações educativas e operacionais da CGPERT.

5.15.11.5. Nesse contexto, a atuação da equipe será organizada conforme detalhamento a seguir:

**5.15.11.6. Jornalista:**

- a) Atuar de forma estratégica na construção e manutenção da imagem institucional, exercendo também atribuições de relações públicas, promovendo o diálogo transparente com a sociedade, com os meios de comunicação e os diversos públicos de interesse;
- b) Apoiar tecnicamente a concepção, elaboração, revisão, produção e divulgação de conteúdos jornalísticos e informativos relacionados às ações de Educação para o Trânsito, multas e fiscalização, desenvolvidas pela Coordenação-Geral, garantindo a disseminação contínua de mensagens educativas alinhadas às campanhas permanentes e às resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
- c) Elaborar *releases*, reportagens, notas institucionais, entrevistas, roteiros e notas técnicas para o público interno e externo, com linguagem compatível aos diferentes perfis do público-alvo;
- d) Produzir materiais sobre procedimentos administrativos envolvendo infrações de trânsito e suas consequências, tais como prazos de notificação, multas, débitos, prescrição, defesa, recursos, entre outros, com foco em transparência e orientação ao cidadão.
- e) Participar da elaboração de roteiros para vídeos institucionais, séries digitais, *webinars* e *podcasts* sobre educação, cidadania no trânsito, e temas relacionados a infrações e responsabilidades legais;
- f) Estabelecer relacionamento com a imprensa, com o propósito de amparar respostas e esclarecimentos em tempo hábil sobre atividades, serviços e programas executados do DNIT, apoiando, ainda, coletivas, entrevistas e ações de mídia espontânea sobre temas afetos à segurança viária, ao Programa Conexão DNIT e demais assuntos conforme competências regimentais da CGPERT;
- g) Realizar cobertura de eventos presenciais e virtuais promovidos pela Coordenação-Geral, incluindo a produção de matérias, entrevistas e registros audiovisuais;
- h) Participar da elaboração de roteiros de vídeos institucionais, séries digitais, *webinars* e *podcasts* educativos, alinhados às campanhas permanentes e às diretrizes do CONTRAN;
- i) Apoiar a construção de pautas e a produção de conteúdo jornalístico para mídias sociais, com foco em temas contemporâneos de segurança viária e cidadania no trânsito;
- j) Produzir conteúdo institucional para canais oficiais do DNIT, como *site*, redes sociais, boletins informativos e informes técnicos, em articulação com a setorial de Comunicação Social;
- k) Validar conteúdos informativos com base em normativos legais e educacionais de trânsito, assegurando precisão, clareza e responsabilidade comunicacional.

**5.15.11.7. Publicitário:**

- a) Atuar na concepção criativa, planejamento e produção de peças publicitárias e materiais de comunicação institucional para campanhas contínuas de educação para o trânsito, com foco na disseminação das diretrizes do Programa Conexão DNIT e no cumprimento das resoluções do CONTRAN;
- b) Planejar e desenvolver campanhas educativas permanentes e sazonais, conforme as diretrizes do CONTRAN e normativos vigentes, contemplando diferentes meios de comunicação (TV, rádio, redes sociais, internet e material impresso);
- c) Criar peças visuais para divulgação institucional e educativas (*folders*, cartazes, *banners*, *cards* digitais, vídeos curtos, animações, entre outros), com identidade visual adequada à comunicação pública.
- d) Criar *slogans*, conceitos criativos e roteiros publicitários para diferentes meios;
- e) Elaborar conceitos criativos e *slogans* para campanhas de abrangência regional e nacional, com foco em segurança no trânsito e transformação de comportamentos;
- f) Produzir roteiros para peças audiovisuais e publicitárias, em parceria com equipes técnicas e de audiovisual;
- g) Apoiar estratégias de *marketing* institucional e comunicação pública, fortalecendo a imagem dos Programas educativos junto a parceiros e sociedade civil.
- h) Colaborar na adaptação de campanhas para públicos e regiões diversas, considerando aspectos culturais, linguísticos e contextuais;
- i) Adaptar campanhas para diferentes públicos e regiões, considerando aspectos culturais e contextuais, especialmente em temas sensíveis como penalidades e direitos dos condutores;
- j) Planejar e definir estratégias de divulgação para alcançar públicos prioritários com eficácia e eficiência.

**5.15.11.8. Designer Gráfico:**

- a) Desenvolver narrativas visuais e digitais envolventes, com linguagem contemporânea e formatos dinâmicos, para redes sociais, campanhas audiovisuais contínuas e ações de engajamento ligadas às iniciativas do DNIT;
- b) Criar e editar conteúdos audiovisuais curtos e impactantes, com foco em *stories*, *reels*, vídeos verticais, animações e chamadas interativas para redes sociais;
- c) Desenvolver roteiros visuais e narrativas criativas que promovam comportamentos seguros no trânsito, com linguagem acessível e estética atual;
- d) Captar imagens e vídeos em eventos e ações presenciais, produzindo registros com abordagem humanizada e institucional;
- e) Auxiliar na edição de materiais informativos e educativos para ambientes digitais, respeitando diretrizes de acessibilidade, identidade visual e coerência comunicacional;
- f) Monitorar tendências e adaptar linguagens e formatos contemporâneos;
- g) Trabalhar em colaboração com jornalistas e publicitários para garantir coesão entre texto, imagem e som, potencializando o impacto das campanhas;
- h) Monitorar tendências em formatos e linguagem de comunicação digital para aplicar nas ações estratégicas voltadas à educação para o trânsito e à fiscalização;
- i) Gerenciar e organizar banco de vídeos e imagens para reuso institucional, otimizando recursos e ampliando o alcance das ações da CGPERT;

5.15.11.9. Os conteúdos produzidos devem atender simultaneamente às necessidades de informação técnica, modernização, engajamento público e uniformidade institucional.

5.15.11.10. Responsabilidades integradas:

- a) Alinhamento mensal com o calendário de campanhas nacionais e regionais;
- b) Desenvolvimento de pautas que integrem educação, fiscalização, operações e orientação ao cidadão sobre infrações de trânsito;
- c) Criação de materiais segmentados por público (ex: jovens, condutores profissionais, pedestres, ciclistas, motociclistas etc);
- d) Criação de pautas integradas e segmentadas para públicos distintos;
- e) Produção de artigos técnicos para portal institucional;
- f) Conteúdos para *newsletters* setoriais;
- g) Diagramação de materiais para diferentes suportes;
- h) Definir métricas de acompanhamento do engajamento, análise de desempenho e conversão desses dados em materiais educativos e melhorias de alcance.
- i) Apoiar na produção de *webinars*, *lives* e gravações voltadas às mídias sociais, à TV e ao rádio.

5.15.11.11. Ainda, o profissional de jornalismo deverá ser qualificado para captação de imagens e áudio, condução de entrevistas, produção e roteirização de conteúdo audiovisual, edição e pós-produção, e cobertura multimídia e digital.

5.15.11.12. No campo da comunicação, o contratado atuará de forma integrada com a equipe técnica do DNIT, sendo responsável pelo monitoramento diário de mídia (televisão, rádio, *web* e redes sociais), *clipping* de assuntos estratégicos, produção de conteúdo visual e textual para alertas, campanhas, *banners*, formulários e notificações. Os *designers* também deverão atuar no apoio à modelagem de interfaces de sistemas e apoiar a equipe de tecnologia no que for necessário.

5.15.11.13. Caberá à equipe de comunicação o apoio à produção de materiais de comunicação institucional relacionado à área de operações rodoviárias, com intuito de auxiliar de forma articulada a setorial de Comunicação Social da Autarquia, incluindo croquis, mídias, banners, mapas e infográficos.

5.15.11.14. Compete à equipe de comunicação a análise das peças publicitárias, assegurando sua conformidade com os princípios institucionais, a legislação vigente e os interesses do DNIT.

5.15.11.15. Caberá à equipe realizar a articulação com os públicos interno e externo da Autarquia para viabilizar a produção de conteúdos informativos relacionados a eventualidades e intervenções nas rodovias federais sob a responsabilidade do DNIT. Essa atuação inclui o levantamento de informações sobre obras, interdições e demais ações operacionais, com o objetivo de subsidiar a elaboração de matérias de comunicação.

5.15.11.16. Ainda, caberá à equipe manter diálogo constante com setores técnicos, garantindo que os conteúdos produzidos sejam claros, precisos e de interesse público.

#### **Equipe de Análise de dados:**

5.15.12.1. Para a contratação da equipe de tecnologia deverão ser observados os requisitos mínimos, descritos nas Tabelas abaixo.

**Tabela 21 - Requisitos Profissionais do Engenheiro Sênior**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Formação</b>	Curso superior completo em Engenharia Civil, de Transportes, Cartográfica ou áreas correlatas, com registro no CREA
<b>Experiência</b>	Mínimo de 8 anos em obras públicas, planejamento viário, geoprocessamento ou projetos de infraestrutura rodoviária
<b>Responsabilidades principais</b>	Atuar no monitoramento técnico da malha viária, avaliar riscos operacionais, propor planos de contingência e interpretar dados espaciais
<b>Atuação técnica</b>	Utilização de GIS ( <i>Geographic Information System</i> ), análise de mapas, atualização de base georreferenciada e elaboração de relatórios técnicos
<b>Diferencial</b>	Capacidade de integrar dados técnicos ao processo decisório institucional, com atuação estratégica e visão sistêmica

**Tabela 22 - Requisitos Profissionais dos Técnicos**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Formação</b>	Ensino médio completo.
<b>Experiência</b>	Experiência em atividades operacionais, administrativas ou de apoio técnico em órgãos públicos ou privados.
<b>Responsabilidades principais</b>	Inserir dados em sistemas, operar rotinas de envio de alertas e edição de mapas no sistema da Waze, apoiar instruções de processos e atuar na comunicação com unidades regionais
<b>Atuação técnica</b>	Alimentação de sistemas, execução de rotinas padronizadas, organização de arquivos e auxílio em análises básicas
<b>Diferencial</b>	Proatividade no cumprimento de rotinas operacionais e apoio direto à equipe técnica e gerencial

5.15.12.2. A atuação da equipe deverá ser coordenada com as diversas áreas do DNIT, promovendo interlocução eficaz para análise, encaminhamento e solução das demandas, utilizando os sistemas institucionais.

5.15.12.3. O contratado deverá manter essa equipe em conformidade com a evolução das atividades, podendo ajustar sua composição de forma proporcional e compatível com as necessidades do DNIT.

5.15.12.4. O contratado deverá elaborar e entregar relatórios periódicos que contemplem todas as atividades executadas no âmbito da Central de Inteligência - CI, abrangendo as áreas de atendimento ao usuário, tecnologia da informação, engenharia, comunicação, cadastro técnico e inventário, apoio administrativo e, estatística e ciência de dados.

5.15.12.5. Nesse contexto, a atuação da equipe será organizada conforme detalhamento a seguir:



#### 5.15.12.6. **Engenheiro:**

- a) O Engenheiro deverá ter experiência na área civil e/ou transportes e/ou cartográfica ou afins, para a interpretação qualificada de mapas, com a utilização de ferramentas da área do georreferenciamento, como sistemas GIS (*Geographic Information System*) e ferramentas de análise espacial para atualização, integração e manutenção dos dados;
- b) Caberá ao Engenheiro o monitoramento e avaliação técnica de riscos operacionais e apoiar a implementação de planos de contingência, assegurando a continuidade dos serviços e minimizando impactos de eventos inesperados nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT;
- c) O engenheiro deverá atuar em articulação com a equipe técnica da Central de Inteligência, contribuindo com análises especializadas para subsidiar decisões estratégicas, elaboração de relatórios técnicos e validação de soluções voltadas à infraestrutura rodoviária. Também poderá ser demandado para propor melhorias nos processos de coleta e tratamento de dados espaciais;
- d) O engenheiro deverá realizar a avaliação técnica de ocorrências rodoviárias, interpretando dados de campo e imagens georreferenciadas para identificar riscos estruturais ou geométricos, pontos críticos e necessidades de intervenção. Também contribuirá na construção de modelos preditivos voltados à antecipação de falhas, sinistros de trânsito ou impactos climáticos sobre a malha viária, apoiando a inteligência operacional da Central.
- e) Supervisionar as análises e instruções de processos internos para a obtenção de dados junto a órgãos e entidades públicos e bases externas, incluindo a condução de procedimentos administrativos necessários para a coleta e tratamento das informações captadas pelos técnicos responsáveis pela análise e instrução dos processos;
- f) Coordenação da execução das atividades da equipe técnica, garantindo o cumprimento dos prazos, a qualidade das entregas e a conformidade com os protocolos operacionais. Também será responsabilidade do Engenheiro consolidar relatórios gerenciais, propor ajustes nos fluxos de trabalho, acompanhar indicadores de desempenho e assegurar a comunicação eficiente entre os técnicos e as demais áreas envolvidas;
- g) O Engenheiro deverá garantir a acurácia dos dados coletados, realizar validações cruzadas com bases oficiais e assegurar que os registros estejam atualizados conforme o padrão definido pela Contratante;
- h) Também caberá ao Engenheiro o monitoramento de indicadores operacionais, acompanhando métricas como tempo de resposta, taxa de resolução e recorrência de eventos, com o objetivo de propor ajustes e melhorias nos fluxos de trabalho.

#### 5.15.12.7. **Técnicos:**

- a) Compete aos técnicos envio de alertas e edição de mapas no sistema da Waze, com base nas informações levantadas e confirmadas. Essas informações deverão possibilitar o acionamento tempestivo das áreas técnicas do DNIT, preferencialmente por meio da formalização de instruções processuais no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas nas rodovias federais sob responsabilidade da Autarquia. Ressalta-se que já existe parceria formal entre o DNIT e o Waze, cabendo ao contratado apenas a operacionalização e o aproveitamento funcional dos recursos dessa integração. Os técnicos deverão acompanhar a evolução das ocorrências registradas, mantendo comunicação ativa com as áreas envolvidas e atualizando os registros conforme o andamento das ações;
- b) Promover interlocução direta com as Superintendências Regionais do DNIT. Essa equipe deverá realizar o registro dos alertas e acompanhar as ocorrências relacionadas a interdições, restrições e demais condições de tráfego. Deverão também consolidar informações recebidas das unidades descentralizadas, organizando os dados para posterior integração aos sistemas institucionais;
- c) A equipe será responsável pelo cadastro e inventário da malha viária federal sob responsabilidade do DNIT, utilizando tecnologias georreferenciadas, sistemas GIS, ferramentas de análise espacial e, preferencialmente, soluções inovadoras como sensoriamento remoto, automação e inteligência artificial. As atividades incluem o levantamento detalhado de elementos da infraestrutura rodoviária, como sinalização, defensas, faixas de domínio e curvas críticas, com coleta, georreferenciamento, classificação e integração dos dados em painéis interativos e mapas dinâmicos, assegurando que as informações estejam organizadas, auditáveis e compatíveis com os requisitos técnicos para alimentação de soluções digitais;
- d) Caberá à equipe apoiar na instrução de processos internos para a obtenção de dados junto a órgãos e entidades públicos e bases externas, incluindo a condução de procedimentos administrativos necessários para a coleta e tratamento das informações com apoio da equipe de tecnologia.

#### 5.16. **ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO**

- 5.16.1. O contratado será remunerado por etapa concluída da adequação do espaço, conforme o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) e Anexo IV - Orçamento Referencial Adequação de espaço físico (SEI nº 22048093).
- 5.16.2. Caberá ao contratado apresentar projeto executivo, em até 30 (trinta) dias a contar da Ordem de Início dos Serviços - OIS, que deverá ser analisado pela Contratante em até 15 (quinze) dias após o recebimento.
  - 5.16.2.1. No Projeto Executivo o contratado deverá considerar todos os detalhes técnicos necessários para a execução de uma obra, detalhando o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) com informações adicionais como cálculos estruturais, especificações técnicas, quantitativos de materiais, orçamentos e preços negociados.
  - 5.16.2.2. Em caso de reprovação, o contratado deverá entregar novo projeto em até 15 (quinze) dias após a devolutiva da Contratante.
- 5.16.3. Após aprovação do Projeto Executivo, o contratado terá até 15 (quinze) dias para apresentação do Projeto de Interiores, que será analisado pela Contratante em até 15 (quinze) dias após o recebimento.
  - 5.16.3.1. No Projeto de Interiores o contratado deverá apresentar o detalhado de todos os elementos que compõem o espaço interno do ambiente.
  - 5.16.3.2. Em caso de reprovação, o contratado deverá entregar novo projeto em até 15 (quinze) dias após a devolutiva da Contratante.
- 5.16.4. O contratado deverá apresentar o Projeto Executivo e de Interiores, conforme os padrões estabelecidos pelo DNIT e a obra deverá ser executada em conformidade com os projetos aprovados pela Contratante.
- 5.16.5. Deverá ser considerada a execução dos serviços em até 6 meses após a Ordem de Início dos Serviços - OIS da presente contratação.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.17. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá adquirir, manter e disponibilizar serviço de internet banda larga de 500 Mbps (quinhentos megabits por segundo) ou superior, bem como disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição sempre que necessário:

#### 5.17.1. **SERVIÇO 1:**

- 5.17.1.1. Computador com as especificações mínimas:

- a) Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente;
- b) Memória 16GB DDR 4 ou maior;
- c) Windows 11 Pro pré instalado;
- d) SSD NVMe 512 GB ou maior;
- e) Mouse óptico com fio;
- f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- g) Monitor LED/FHD 23-24";

- h) Monitor extra LED/FHD 23-24".
- 5.17.1.2. Kit *Home Office* contendo câmera e headset.
- 5.17.2. **SERVIÇO 2:**
- 5.17.2.1. Computador com as especificações mínimas:
- a) Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente;
  - b) Memória 16GB DDR 4 ou maior;
  - c) Windows 11 Pro pré instalado;
  - d) SSD NVMe 512 GB ou maior;
  - e) Mouse óptico com fio;
  - f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
  - g) Monitor LED/FHD 23-24";
  - h) Monitor extra LED/FHD 23-24".
- 5.17.2.2. Kit *Home Office* contendo câmera e headset.
- 5.17.2.3. Scanner com as especificações mínimas:
- a) Resolução ótica de captura mínima de 600 dpi;
  - b) Resolução de saída de 100 a 600 dpi;
  - c) Capacidade de processamento de um volume diário de 10.000 (dez mil) páginas;
  - d) Modos de digitalização simplex (frente) e duplex (frente e verso) em uma única passagem de papel;
  - e) Sistema de transporte de documentos com capacidade de aceitar papéis de tamanho e gramaturas diferentes entre 27 a 413g/m2;
  - f) Aceitar papéis nos formatos A4, Carta, Ofício, A3;
  - g) Mecanismo de detecção automática de dupla alimentação de documentos por ultrassom;
  - h) Suporte ao formato de saída PDF/A via pacote de *software*;
  - i) Velocidade no modo P&B, tons de cinza com resolução de saída a 200 dpi, papel A4, orientação retrato: 80 (oitenta) PPM (páginas por minuto) ou 160 (cento e sessenta) IPM (imagens por minuto);
  - j) Capacidade de detecção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco, no processo de digitalização;
  - k) Detecção e eliminação automática de folhas em branco;
  - l) Permitir o ajuste manual e automático da orientação das imagens digitalizadas;
  - m) Realizar rotação de imagens, permitindo a alimentação de documentos diferentes;
  - n) Capacidade de recorte automático de tamanho da imagem dos documentos;
  - o) Permitir a gravação de múltiplas saídas de imagem (P&B, Colorido, Tons de Cinza) a partir de uma única digitalização;
  - p) Permitir eliminação de bordas pretas; Capacidade de conversão automática de documentos digitalizados com recursos de OCR com suporte em Português do Brasil, em aplicativos como o Word; e,
  - q) Acompanhar *software* de digitalização com recursos de OCR.
- 5.17.2.4. Caixa Arquivo de papelão com as especificações mínimas:
- a) Material Kraft;
  - b) Estrutura de parede dupla, de espessura de 7mm;
  - c) Opacidade interna e externa de 100%; e,
  - d) Dimensões (largura x altura x comprimento): 140/250/360mm.
- 5.17.3. **SERVIÇO 3:**
- 5.17.3.1. Computador com as especificações mínimas:
- a) Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente;
  - b) Memória 16GB DDR 4 ou maior;
  - c) Windows 11 Pro pré instalado;
  - d) SSD NVMe 512 GB ou maior;
  - e) Mouse óptico com fio;
  - f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
  - g) Monitor LED/FHD 23-24";
  - h) Monitor extra LED/FHD 23-24".
- 5.17.3.2. Kit *Home Office* contendo câmera e headset.
- 5.17.3.3. **SERVIÇO 4:**
- 5.17.3.4. Computador com as especificações mínimas:
- a) Memória 16GB DDR 4 ou maior;
  - b) Windows 11 Pro pré instalado;
  - c) SSD NVMe 512 GB ou maior;
  - d) Mouse óptico com fio;
  - e) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
  - f) Monitor LED/FHD 23-24";
  - g) Monitor extra LED/FHD 23-24".
- 5.17.3.5. Kit *Home Office* contendo câmera e headset.
- 5.17.4. **SERVIÇO 5:**

5.17.4.1. Para a composição física da Central de Inteligência, caberá ao contratado a aquisição, manutenção e disponibilização de 3 (três) Meta Quest 3 ou similar, conforme especificações técnicas mínimas:

- a) Processador Qualcomm Snapdragon XR2 Gen 2 (CPU 6 núcleos, GPU Adreno 740);
- b) Memória 8 GB;
- c) Armazenamento 512 GB;
- d) Interação com olhos (lentes de grau, quando necessário), mãos e voz com suporte a acessórios Bluetooth.

5.17.4.2. Ainda, caberá ao contratado adquirir, manter e disponibilizar *desktops* necessários à prestação dos serviços da Central de Inteligência, conforme especificações técnicas mínimas:

- a) Processador Intel Core i5-12500T ou equivalente;
- b) Memória RAM de 32 GB DDR5 ou maior;
- c) Windows 11 Pro pré instalado;
- d) SSD NVMe 1T ou maior;
- e) Mouse óptico com fio;
- f) Teclado padrão ABNT 2 com fio;
- g) Monitor LED/FHD 23-24";
- h) Monitor extra LED/FHD 23-24".

5.17.4.3. Ademais, o contratado deverá disponibilizar licenças de *softwares* para a execução dos serviços.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.18. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Transição e finalização do contrato**

5.19. Toda a infraestrutura dos sistemas desenvolvidos pelo contratado para a execução dos serviços – incluindo ambientes em nuvem, configurações, contas de acesso e demais componentes implantados – deverá ser transferida e ficar sob gestão direta da Contratante ao final do Contrato, assegurando a continuidade dos serviços sem dependência do contratado.

5.19.1. É terminantemente proibido o empréstimo, o compartilhamento, a cópia total ou parcial de dados ou quaisquer informações acessadas, adquiridas ou tratadas no âmbito deste contrato, independentemente do meio utilizado.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o DNIT poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico do contratado ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

- 6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pelo contratado, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, o contratado deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo contratado;
- 6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços; e
- 6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 6.33.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- 6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- 6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 6.33.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pelo contratado, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante ao contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do contratado.

6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.51. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.52. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.55.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.56. As compensações de jornada limitam-se:

6.56.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

#### **Gestor do Contrato**

6.58. Cabe ao gestor do contrato:

6.58.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.58.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.58.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.58.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.58.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.58.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.58.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.58.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.58.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.58.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.59. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Fica estabelecido como meios de comunicação entre o contratado e o contratante:

- I - Documentos oficiais: para comunicações de relevância contratual;
- II - Correspondência eletrônica, contato telefônico, aplicativo de mensagem e videoconferência: fiscalização do contrato;
- III - Comunicação Interna de Contrato - CIC: para comunicações pertinentes a fiscalização do contrato; e,
- IV - Outros mecanismos na rede mundial de computadores.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

7.3.1. Não produziu os resultados acordados,

7.3.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5. Para fins de verificação e auxílio nos aceites provisório e definitivo, será realizado registro de ocorrências e controle das medições contratuais.

7.6. Além do disposto acima, serão observados os critérios de medição pormenorizados em conformidade com a Instrução Normativa do DNIT vigente, sobre o tema.

7.7. O valor de medição, quando não houver nenhuma irregularidade constatada na medição, será dado pela equação:

### 7.7.1. Medição do SERVIÇO 1:

$$M_{S1} = P_1 \times ID_1 \times V_1 + P_2 \times ID_2 \times V_2 + CI_3 \times ID_3 \times V_3 + P_4 \times ID_4 \times V_4 + P_5 \times V_5 - [ \sum CA_m \times FQ_m \times (V_1 + V_2 + V_3 + V_4 / 4) ]$$

Onde:

$P_1$  = Quantidade total de registros processados na Fase 1.

$P_2$  = Quantidade total de registros processados na Fase 2.

$CI_3$  = Quantidade total de registros contestados pelos Operadores do PNCV e mantidos como inválidos processados na Fase 3.

$P_4$  = Quantidade total de registros processados na Fase 4.

$P_5$  = Quantidade total de imagens contestadas analisadas.

$ID_1$  = Índice de Desempenho da Fase 1.

$ID_2$  = Índice de Desempenho da Fase 2.

$ID_3$  = Índice de Desempenho da Fase 3.

$ID_4$  = Índice de Desempenho da Fase 4.

$V_1$  = Valor unitário do registro processado na Fase 1.

$V_2$  = Valor unitário do registro processado na Fase 2.

$V_3$  = Valor unitário do registro contestado pelo Operador do PNCV e mantido como inválido ao ser processado na Fase 3.

$V_4$  = Valor unitário do registro processado na Fase 4.

$V_5$  = Valor unitário da imagem contestada analisada.

$CA$  = Quantidade de registros cancelados por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo na Fase  $m$  ao longo do mês (serão observados os cancelamentos dos registros processados a partir do terceiro mês de execução do Contrato).

$FQ$  = Fator de Qualidade da Fase  $m$ .

$m$  = Fase em que o registro foi cancelado por motivo de falha na identificação da placa ou divergência de veículo, variável de 1 até 4, conforme

Tabela 9.

### 7.7.2. Medição do SERVIÇO 2:

$$M_{S2} = P_D \times V_D$$

Onde:

$M_{S2}$  = Medição do Serviço 2.

$P_D$  = Quantidade de documentos digitalizados.

$V_D$  = valor unitário por documento digitalizado.

### 7.7.3. Medição do SERVIÇO 3:

$$M_{S3} = (\sum PA_n \times ID_n \times VGC_n) + (\sum PA_z \times VGC_z)$$

Onde:

$M_{S3}$  = Medição do Serviço 3.

$PA_n$  = Quantidade de processos analisados e instruídos por tipo  $n$ .

$ID_n$  = Índice de Desempenho relativo à análise e instrução do processo do tipo  $n$ .

$VGC_n$  = valor unitário por processo analisado e instruído, conforme o Grau de Complexidade atribuído ao tipo  $n$ .

$n$  = Corresponde ao tipo de processo, podendo ser dos tipos 01; 02; 03; 05; 08; 09; 11 e 12, conforme Tabela 7.

$PA_z$  = Quantidade de processos analisados e instruídos por tipo  $z$ .

$VGC_z$  = valor unitário por processo analisado e instruído, conforme o Grau de Complexidade atribuído ao tipo  $z$ .

$z$  = Corresponde ao tipo de processo, podendo ser dos tipos 04; 06; 07; 10; 13 e 14, conforme Tabela 7.

**7.7.4. Medição do SERVIÇO 4:**

$$M_{S4} = (QM_D \times V_D) + (QM_{NI} \times V_{NI}) + (QM_{N2} \times V_{N2})$$

Onde:

$M_{S4}$  = Medição do Serviço 4.

$QM_D$  = Quantidade mobilizada de atendentes no período diurno.

$QM_{NI}$  = Quantidade mobilizada de atendentes no período noturno com adicional de 6h.

$QM_{N2}$  = Quantidade mobilizada de atendentes no período noturno com adicional de 7h.

$V$  = valor unitário.

**7.7.5. Medição do SERVIÇO 5:**

$$M_{S5} = PM \times V$$

Onde:

$M_{S5}$  = Medição do Serviço 5.

$PM$  = Posto mobilizado.

$V$  = valor unitário.

**7.7.6. Medição relativa à adequação de Espaço Físico:**

$$M_{PE} = V_E$$

Onde:

$M_{PE}$  = Medição do Projeto Executivo.

$V_E$  = valor unitário do Projeto Executivo.

$$M_{PI} = V_I$$

Onde:

$M_{PI}$  = Medição do Projeto de Interiores.

$V_I$  = valor unitário do Projeto de Interiores.

$$M_o = P_o \times V_o$$

Onde:

$M_o$  = Medição de execução da obra.

$P_o$  = Percentual executado.

$V_o$  = Valor unitário.

**7.7.7. Medição Final:**

$$\text{Medição} = M_{SI} + M_{S2} + M_{S3} + M_{S4} + M_{S5} + M_{PE} + M_{PI} + M_o$$

**Do recebimento**

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento será considerado o estipulado no Cronograma Físico-Financeiro do Anexo I - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

7.14. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.14.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.14.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.20. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.21. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.21.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.21.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.21.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.21.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.21.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma a desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.26. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.27. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e,
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.29. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.30. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.30.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.30.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.31. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.33. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.35. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.36. No caso de atraso pelo DNIT, considerando o item 5 do Anexo XI da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017, em caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo DNIT, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$ , sendo:



- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = f(TX) = (TX/100) / 365 = (6/100)/365 = 0,00016438$ , onde:
- TX = Percentual da taxa anual = 6%.

#### **Forma de pagamento**

- 7.37. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.39. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.39.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.40. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Repactuação**

- 7.41. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.
- 7.42. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 7.42.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 7.42.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.43. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.43.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.44. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 7.45. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 7.46. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.47. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 7.48. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.48.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.48.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.
- 7.49. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.
- 7.49.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.
- 7.49.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.
- 7.49.2.1. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).
- 7.50. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **IGP-DI**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994):

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;  
 $I_0$  = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;  
 $I_1$  = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;  
V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

7.51. A adoção do IGP-DI se deu em virtude de ser o índice setorial considerado mais apropriado para correção dos insumos relacionados. A relação de índices de reajustamento atualizados é publicada recorrentemente pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa, conforme Instrução Normativa nº 01, de 24/01/2023, disponível no seguinte link: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviaras>.

7.52. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.53. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.54. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.55. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.56. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.57. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.58. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.59. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.60. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.61. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.62. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.63. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.64. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.65. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.66. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.67. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.68. Caso o contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.69. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.69.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

#### **Reajuste**

7.70. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em outubro de 2025, conforme Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020 e seus anexos (Disponíveis em: <[Engenharia Consultiva - DNIT](#)>).

7.71. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice utilizado pelo DNIT, apurado e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com fundamento no art. 3º da Lei nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.72. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.73. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.74. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.75. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.76. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.77. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.78. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.78.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.78.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.78.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.78.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.79. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.80. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada, a que se refere o Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017, aplicável por força do art. 1º da Instrução Normativa nº 98, de 26/12/2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência, sendo viabilizada sua abertura em decorrência do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2020-CGLOG (SEI nº 20984944), celebrado entre o DNIT e o Banco do Brasil.

7.81. O futuro contratado deve autorizar o DNIT, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.82. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.83. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo DNIT em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017.

7.84. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do DNIT e será feita, exclusivamente, para o pagamento das respectivas obrigações:

7.84.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.84.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.84.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.84.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.85. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017.

7.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.87. Os valores referentes às provisões mencionadas no ato convocatório, que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.88. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

7.89. O contratado poderá solicitar a autorização do DNIT para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.90. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.91. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.92. O contratado deverá apresentar ao DNIT, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.93. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa/SEGES nº 05, de 25/05/2017.

#### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.5. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.6. Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos) por dia de atraso injustificado, calculada sobre a parcela inadimplida dos valores não pagos referentes a salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias;

8.2.7. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.7.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 8.2.8. Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Os débitos do contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 9.2. Modo de disputa a ser adotado: **Aberto**.
- 9.3. Os intervalos mínimos dos valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, são apresentados na Tabela abaixo.

**Tabela 23 – Intervalo Mínimo dos Valores entre os Lances**

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	INTERVALO MÍNIMO ENTRE PROPOS (em algarismos e por exten
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	0,01 (um centavo)
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	0,01 (um centavo)
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.386.455	0,01 (um centavo)
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	0,01 (um centavo)
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	0,02 (dois centavos)
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	0,02 (dois centavos)
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	0,04 (quatro centavos)
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	0,08 (oito centavos)
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	0,10 (dez centavos)
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	0,10 (dez centavos)
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	0,24 (vinte e quatro centavos)

12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 28,26	80.406	0,28 (vinte e sete centavos)
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	21,84 (vinte e um reais e oitenta e quatro
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	6,99 (seis reais e noventa e nove cer
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	8,12 (oito reais e doze centavos
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	8,29 (oito reais e vinte e nove cent
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282694,98	59	282,69 (duzentos e oitenta e dois reais e sessent
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	60 (sessenta reais)
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	30,50 (trinta reais e cinquenta cent
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,57	4	228,27 (duzentos e vinte e oito reais e vinte e

9.4. Prazo de validade da proposta será de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

#### **Regime de Execução**

9.5. O regime de execução do objeto será de empreitada por Preço Unitário para os SERVIÇO 1 a 5 e Preço Global para a Adequação do espaço físico.

#### **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.7. Em conformidade com o art. 5º, do Decreto n.º 12.174, de 2024, bem como do art. 4º, § 2º e § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 176, de 25 de novembro de 2024, o salário base dos postos de trabalho dos SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO e SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e especificação da tabela “Quadro Salarial”, assim como os salários para os níveis pleno e sênior deverão respeitar a proporcionalidade de senioridade conforme tabela “Quadro Salarial”, Anexo I - Orçamento Referencial (SEI nº 23777904).

#### **Habilitação jurídica**

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.16. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral - LG, Liquidez Corrente - LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.33.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, relativa ao último exercício social; e

9.33.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.35. Em atendimento ao § 1º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

#### Qualificação Técnica

9.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.36.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.36.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### Qualificação Técnico-Operacional

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.38. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade compatível em características e quantidades dos SERVIÇOS 1, 3 e 5, por intermédio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica - ACT, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, identificada pelo responsável com telefone, e-mail e endereço.

9.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.1.1. SERVIÇO 1: deverá ser considerado o percentual mínimo de 1,35% do quantitativo total previsto (101.666.670) para a FASE 1: Manual e FASE 2: Manual, devendo o ACT apresentar um quantitativo mínimo de **1.372.500 registros de infrações de trânsito processados**, correspondente ao quantitativo aproximado previsto para ser processado ao longo de pouco mais de 3 semanas de execução do Contrato.

9.38.1.2. SERVIÇO 3: deverá ser considerado o percentual mínimo de 1% do quantitativo total previsto (11.261.734), devendo o ACT apresentar um quantitativo de **112.617 de processos relacionados ao processo administrativo de infração trânsito** analisados e instruídos ao longo da Contratação.

9.38.1.3. SERVIÇO 5: O ACT deverá comprovar que executou pelo menos **1 projeto** envolvendo georreferenciamento, análise de dados de sinistros de trânsito, análise de dados de tráfego e de fatores de risco em vias terrestres.

9.38.2. Serão admitidos contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 5 (cinco) anos do fornecedor na prestação dos serviços acima, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.38.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.38.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### Qualificação Técnico-Profissional

9.41. Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, detentores de atestado de capacidade técnica por execução de serviço de características semelhantes:

9.41.1. Para o Gerente Geral do Contrato: responsável pela coordenação da execução contratual, devendo atuar como interlocutor principal entre o contratado e a Contratante.

9.41.2. Para o Supervisor Geral: responsável por supervisionar o SERVIÇO 3 - Análise e instrução de processos, devendo atuar no acompanhamento da execução das atividades, assegurando o cumprimento dos prazos, a qualidade técnica das análises e a conformidade com os normativos e legislações vigentes.

9.41.3. Os profissionais acima indicados deverão participar dos serviços objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.42. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.43. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.49. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.49.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.49.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.49.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.49.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.49.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.49.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.49.6.1. Ata de fundação;

9.49.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.49.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.49.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.49.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.49.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.49.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 137.140.666,45 (cento e trinta e sete milhões, cento e quarenta mil secentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme preços unitários apostos na tabela abaixo.

**Tabela 24 – Preços Unitários e Total**

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.016.640	R\$ 1.128.470,40
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	R\$ 7.959.148,62
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	R\$ 2.294.392,39
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	R\$ 13.018.845,30
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	R\$ 22.694.156,48
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	R\$ 1.153.646,01
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	R\$ 14.803.491,15
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	R\$ 6.934.614,06
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	R\$ 20.070.145,14
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 27,37	80.406	R\$ 2.200.712,22
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	R\$ 1.310.642,40
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	R\$ 1.552.736,82

15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	R\$ 975.306,00
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	R\$ 995.070,00
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282.694,98	59	R\$ 16.679.003,82
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	R\$ 30.500,00
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,56	4	R\$ 913.118,24
					<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 137.140.666,45</b>

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 393003;

II - Fonte de Recursos: 1000;

III - Programa de Trabalho: 26.782.3108.21IR.0001 / 0000 - Operações de Trânsito nas Rodovias Federais; 26.782.3108.2036 - Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal; 26.782.3108.4482 - Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito; e, 26.782.3106.2325 - Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito;

IV - Elemento de Despesa: 33903501; e,

V - Plano Inter o: MT 00825 e MT 00218.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

12.1. Este Termo de Referência foi elaborado à luz do ordenamento jurídico vigente, destacando-se o conjunto normativo relacionado na Tabela 26:

**Tabela 25 - Legislação de Referência**

<b>NORMATIVO</b>	<b>EMENTA</b>
<b>Lei nº 10.406/2002</b>	Institui o Código Civil.
<b>Lei nº 14.133/2021</b>	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e estabelece princípios, papéis, procedimentos e diretrizes para melhoria de governança, transparência e controle interno, bem como mecanismos de prevenção e combate a riscos no âmbito da administração pública federal.
<b>Decreto nº 10.024/2019</b>	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços com dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
<b>Lei nº 9.503/1997</b>	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
<b>Normativos de Trânsito do CONTRAN/SENATRAN</b>	Compreende as Resoluções e Deliberações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, assim como as Portarias da Secretaria de Trânsito ao processamento das infrações de trânsito.
<b>Súmula STJ nº 312</b>	No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da multa.
<b>Lei nº 10.233/2001</b>	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.
<b>Decreto nº 9.507/2018</b>	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e economia mista controladas pela União.
<b>IN nº 05/2017 e alterações</b>	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito fundacional.



<b>Lei nº 9.873/1999</b>	Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá c
<b>Lei nº 9.784/1999</b>	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
<b>Resolução DNIT nº 20/2020</b>	Aprova a 2ª atualização do texto do Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âm
<b>Resolução DNIT nº 11/2020</b>	Institui a Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
<b>Decreto nº 9.756/2019</b>	Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.
<b>Lei nº 12.527/2011</b>	Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8
<b>Instruções Normativas do DNIT</b>	Instruções normativas que versam sobre procedimentos para a cobrança de danos causados ao patrimônio sob responsabilidade
<b>Orientações Normativas da AGU</b>	Consolidam entendimentos vinculantes para toda a AGU e Administração Pública Federal.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do presente Termo de Referência, que corresponde à contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

13.2. Declaro ainda que sou responsável pela elaboração das planilhas orçamentárias, bem como sua compatibilidade com o presente Termo de Referência e com os custos de referência da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT.

13.3. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

(Assinado eletronicamente)  
JULIO CESAR DONELLI PELLIZZON  
Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito

13.4. **De acordo.** Aprovo o presente Termo de Referência.

(Assinado eletronicamente)  
LEONARDO SILVA RODRIGUES  
Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Donelli Pellizzon, Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito**, em 11/03/2026, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva Rodrigues, Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias**, em 11/03/2026, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24083477** e o código CRC **F79C11EB**.

## DEPARTAMENTO NACIONAL INFRAEST.DE TRANSPORTES

**Estudo Técnico Preliminar 30/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 50600.004765/2025-94

**2. Descrição da necessidade****CONTEXTO**

2.1. O trânsito, que no Brasil é organizado pelos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, abarca um conjunto de deslocamentos de pessoas e veículos nas vias públicas, dentro de um sistema convencional de normas.

2.2. Neste sentido, o art. 6º do CTB, expõe os objetivos básico do SNT:

Art. 6º São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

2.3. Desse modo, visando assegurar o cumprimento da legislação de trânsito, o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, têm por obrigação adotar medidas de fiscalização e aplicar as sanções legais. No país, a legislação de trânsito está explícita na Constituição Federal - CF de 1988, no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, instituído por meio da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, em legislações complementares, resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e portarias da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN.

**COMPETÊNCIAS DO DNIT**

2.4. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, criado pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, com atribuições impostas pelo Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, revogado pelo Decreto nº 111.225, de 07 de outubro de 2022, figura como entidade executiva rodoviária da União e compõe o Sistema Nacional de Trânsito – SNT, devendo, em sua esfera de atuação, exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

2.5. Nesse passo, o art. 21 do CTB estabelece as competências específicas do DNIT:

Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados e elaborar estudos sobre os sinistros de trânsito e suas causas; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento ostensivo de trânsito, as respectivas diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de advertência, por escrito, e ainda as multas e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VII - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

VIII - fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X - implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XI - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIII - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos ambientais locais, quando solicitado;

XIV - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

XV - aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir, quando prevista de forma específica para a infração cometida, e comunicar a aplicação da penalidade ao órgão máximo executivo de trânsito da União. (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Parágrafo único. (VETADO)

2.6. O DNIT atualmente conta com uma unidade administrativa central, a sua Sede Nacional, localizada em Brasília, no Distrito Federal, e atua em âmbito nacional, sendo responsável, além de outras competências, pela administração da malha rodoviária federal não concedida. Conta, ainda, com Órgãos Descentralizados, sendo 26 Superintendências Regionais, localizadas nas capitais dos Estados, além de Unidades Locais posicionadas estrategicamente no território do país.

2.7. Por meio da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT, subordinada à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR, e com o apoio dos seus Órgãos Descentralizados, o DNIT desenvolve diversas ações voltadas ao cumprimento do mandamento constitucional da segurança viária, dentre elas, em sua esfera de atuação, a fiscalização do cumprimento das normas de trânsito, a expedição de Autorização Especial de Trânsito - AET, o controle e gestão da Faixa de Domínio, bem como aplicação de sanções e a educação para o trânsito.

## **PENALIZAÇÃO DO INFRATOR**

2.8. De acordo como o art. 161 do CTB, constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer um dos seus preceitos, da legislação complementar, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas cabíveis.

Art. 161. Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito deste Código ou da legislação complementar, e o infrator sujeita-se às penalidades e às medidas administrativas indicadas em cada artigo deste Capítulo e às punições previstas no Capítulo XIX deste Código. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

2.9. O caráter punitivo da penalidade de multa de trânsito é instrumento de prevenção e de educação ao infrator. Sua finalidade é, portanto, desestimular a prática das condutas que trazem perigo de dano à sociedade. Por esse motivo, quando uma sanção é prevista, e seguramente aplicada, o que se pretende é fazer com que o transgressor não reincida no erro, gerando uma mudança de comportamento através de mecanismos gerais e específicos de dissuasão, os quais configuram importantes medidas para a redução da sinistralidade e preservação de vidas no trânsito.

2.10. Os mecanismos de dissuasão gerais são utilizados para prevenir transgressões por parte dos cidadãos em geral, através da educação para o trânsito e da previsão de punição. Na dissuasão específica, a punição é personalizada e recai apenas sobre o infrator, a fim de que o indivíduo punido não venha a cometer atos infracionais no futuro.

2.11. O mecanismo específico de dissuasão adotado pelo DNIT figura na notificação dos flagrantes das infrações de trânsito cometidas nas rodovias federais sob sua circunscrição, e na aplicação das penalidades de advertência por escrito e de multa de trânsito previstas no CTB. Para cumprir com suas obrigações legais e regimentais, autarquia se vale do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR, de sua propriedade, para processar e gerir o fluxo de vida das infrações, conforme previsto na legislação vigente.

## **HISTÓRICO DA FISCALIZAÇÃO**

### **Programa Nacional de Controle de Velocidade - PNCV**

2.12. O DNIT, no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV, desenvolve a fiscalização de trânsito voltada à promoção da segurança viária, mediante instalação, operação e manutenção de equipamentos medidores de velocidade; detectores de avanço do sinal vermelho do semáforo e de parada sobre a faixa de pedestres. Para o processamento e gestão das infrações de trânsito, a Autarquia conta com o Sistema Integrado de Operações Rodoviárias – SIOR.

2.13. O processamento das infrações de trânsito requer estrutura e capacidade adequadas, de modo que seja possível cumprir o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do cometimento da infração, para expedição das Notificações da Autuação, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução CONTRAN nº 918, de 28 de março de 2022, a qual consolida as normas sobre procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

2.14. Atualmente, o Edital nº 519/2023 prevê 2.743 faixas para o controle da velocidade e, a detecção do avanço do sinal vermelho do semáforo e registro da parada sobre a faixa de pedestres, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Faixas PNCV

EDITAL	LOTE	CONTRATO	INÍCIO VIGÊNCIA	ENCERRAMENTO VIGÊNCIA	FAIXAS
519/2023-00	1	TT-081/2024-00	02/04/2024	02/04/2029	193
519/2023-00	2	TT-082/2024-00	28/03/2024	28/03/2029	348
519/2023-00	3	TT-083/2024-00	02/04/2024	02/04/2029	291
519/2023-00	4	TT-084/2024-00	27/03/2024	27/03/2029	337
519/2023-00	6	TT-086/2024-00	28/03/2024	28/03/2029	266
519/2023-00	7	TT-087/2024-00	02/04/2024	02/04/2029	179
519/2023-00	8	TT-088/2024-00	02/04/2024	02/04/2029	283
519/2023-00	9	TT-089/2024-00	02/04/2024	02/04/2029	239
519/2023-00	10	TT-090/2024-00	25/03/2024	25/03/2029	314
519/2023-00	11	TT-091/2024-00	02/04/2024	02/04/2029	293
				TOTAL	2743

2.15. Afim de manter a fiscalização, por meio do Edital nº 054/2025 ainda em andamento, estima-se a disponibilização, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego em 1.302 faixas.

Tabela 2 - Faixas previstas no Edital 054/2025

EDITAL	LOTE	FAIXAS
054/2025	1	154
054/2025	2	352
054/2025	3	243
054/2025	4	318
054/2025	5	235
	TOTAL	1302

Plano Nacional de Pesagem - PNP

2.16. No âmbito do Plano Nacional de Pesagem, e tendo em vista o fim das operações de pesagem que se realizavam por meio de 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV), o DNIT procedeu, em 2015, com a contratação de 35 Postos Integrados Automatizados de Fiscalização – PIAF. Os PIAF marcaram o início de um novo modelo para a coleta de dados de veículos pesados, sendo esse modelo caracterizado pela automatização e integração de sistemas e de informações e, também, pela atuação remota de Agentes da Autoridade de Trânsito, a partir de Centro de Controle Operacional. Os PIAF passaram a contemplar diferentes unidades. Além das unidades e infraestruturas referentes ao posto de pesagem propriamente dito, de caráter fixo, então destinadas à verificação de irregularidades de peso previamente indicadas por sistema e à realização de medidas administrativas de remanejamento e transbordo, destaca-se a Estação de Controle em Pista – ECP – instalada na própria rodovia. A ECP, dentre as possíveis funcionalidades, foi prevista para pré-selecionar veículos com indícios de irregularidade de peso, na velocidade regulamentar de fiscalização da rodovia, e para coletar os dados de todos os veículos passantes, sendo tudo realizado de forma automatizada e integrada.

Tabela 3 - PIAFs em operação

								Eq. de Fuga	Eq. de Transpor	Eq. Deixar de conservar o veículo na faixa a ele
Edital	Lote	Contrato	Início	Término	Código	Rodovia	Eq. de Peso -			

			Vigência	Vigência			683-11 /12/13	e m Pista - 606-82	Bloqueio Viário - 606-81	destinada pela sinalização de regul. - 570-30
	1	TT-448 /2024- 00	12/12 /2024	12/12 /2029	14.01.101. RN	101	1	1	1	1
	1	TT-448 /2024- 00	12/12 /2024	12/12 /2029	14.02.304. RN	304	1	1	1	0
693 /2014	3	TT-493 /2024- 00	10/12 /2024	10/12 /2029	15.01.135. MA	135	1	1	1	0
	4	TT-565 /2024- 00	06/12 /2024	06/12 /2029	15.04.316. MA	316	1	1	1	0
	4	TT-565 /2024- 00	06/12 /2024	06/12 /2029	15.05.316. MA	316	1	1	1	0

2.17. Em complementariedade aos PIAF, o DNIT também procedeu, em 2018, com a contratação de 61 Unidades Móveis Operacionais – UMO – dotadas com equipamentos de pesagem portáteis. As UMO têm como características principais, portanto, a mobilidade e a portabilidade, permitindo que a coleta de dados e as operações de pesagem sejam realizadas em pontos diversos da malha rodoviária. Nas UMO, a verificação de um veículo acontece somente a partir da pré-seleção e da indicação de necessidade apontada exclusivamente por um Agentes da Autoridade de Trânsito, não havendo a necessidade, para tanto, de implantação de infraestruturas de apoio, como os postos de pesagem e as instalações prediais de cunho administrativo.

2.18. Do exposto, compreendendo-se as potencialidades e limitações inerentes a cada um dos modelos prévios, bem como tendo em vista os avanços tecnológicos e de pesquisas científicas referentes aos sistemas de pesagem em alta velocidade, com foco na coleta de dados e fiscalização de veículos pesados, por meio dos Editais nºs 175/2024 e 196/2024 deu início ao modelo configurado pelos Postos de Pesagem Mistos – PPM, os quais se caracterizam pela atribuição de um avanço com relação ao desenvolvimento das operações de pesagem, na medida em que estabelece uma junção entre os modelos definidos pelos PIAF e pelas UMO, combinando a pré-seleção automatizada, prevista segundo a ECP dos PIAF, com a mobilidade e a praticidade das UMOs, e sendo a atuação dos Agentes de Trânsito realizada de forma remota, a partir de um Centro de Controle Operacional - CCO.

**Tabela 4 - Postos de Pesagem Mistas em operação**

Nº EDITAL	LOTES	CONTRATO Nº	DATA ASSINATURA	DATA TÉRMINO VIGÊNCIA	Qtd ECP	Qtd UMO	Qtd Pátio
175/2024-00	1	TT-783/2024-00	09/01/2025	14/01/2030	3	4	4
	2	TT-784/2024-00	22/01/2025	28/01/2030	6	8	9
	3	TT-785/2024-00	09/01/2025	14/01/2030	2	3	3
	4	TT-786/2024-00	22/01/2025	28/01/2030	2	3	4
	5	TT-787/2024-00	09/01/2025	14/01/2030	2	3	3
	6	TT-788/2024-00	09/01/2025	14/01/2030	6	9	11
	7	TT-789/2024-00	16/01/2025	23/01/2030	2	5	4
	8	TT-790/2024-00	23/01/2025	29/01/2030	2	3	3
	9	TT-791/2024-00	23/01/2025	28/01/2030	2	4	6
196/2024-00	1	TT-792/2024-00	22/01/2025	28/01/2030	7	7	9
	2	TT-793/2024-00	10/01/2024	14/01/2030	6	11	9
	3	TT-821/2024-00	09/01/2024	14/01/2030	1	3	2
	4	TT-794/2024-00	09/01/2025	15/01/2030	1	3	2
	5	TT-795/2024-00	10/01/2025	14/01/2030	3	5	5
	6	TT-796/2024-00	22/01/2025	28/01/2030	2	3	3
				TOTAL	47	74	77

## DO PROCESSAMENTO DOS REGIISTRO DE IMAGENS E DO APOIO AO PROCESSAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

2.19. No sentido de garantir a continuidade do processamento de imagens e do processamento das infrações, o DNIT iniciou em 2020 os procedimentos para contratação de dois objetos, "prestação dos serviços de processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV" e "prestação dos serviços de apoio ao processamento das infrações de trânsito de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT", configurando os Editais nº 404/2020 e 405/2020.

2.20. Os contratos tiveram o início da vigência em 08/04/2021 e têm previsão de encerramento em 08/04/2026.

#### Processamento dos registros de imagens

2.21. Por meio do Contrato nº 070/2021, oriundo do Edital nº 404/2020, firmado entre o DNIT e o Consórcio EGL Engenharia LTDA. / DCT Tecnologia e Serviços LTDA., o qual tem por objeto a prestação dos serviços de processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV, que teve início em 08/04/2021 e encerrará em 08/04/2026, ao longo de 49 meses (de 08/04/2021 à 30/04/2025) foram executados os seguintes serviços e quantitativos:

**Tabela 5 - Execução Contrato nº 070/2021**

Mês/Ano	Fase 1	Fase 2	Preparação	Arbitragem
04/2021	0	299.774	171.487	0
05/2021	254.033	2.095.540	1.102.228	0
06/2021	1.258.895	1.266.144	703.171	0
07/2021	1.161.573	1.171.032	694.409	0
08/2021	1.026.059	1.007.812	602.635	0
9/2021	1.069.040	1.084.340	649.590	0
10/2021	1.139.785	1.133.039	672.439	13.760
11/2021	951.177	949.072	560.932	12.096
12/2021	1.135.488	1.137.139	653.962	18.107
01/2022	1.122.726	1.134.120	686.992	16.318
02/2022	885.237	882.234	471.674	13.244
03/2022	918.147	896.950	491.598	13.292
04/2022	953.224	957.703	512.477	13.895
05/2022	931.885	933.563	481.857	11.840
06/2022	933.229	921.848	463.333	10.502
07/2022	965.553	972.849	516.429	10.615
08/2022	1.006.043	995.488	519.111	10.372
09/2022	1.018.345	1.021.885	543.581	8.458
10/2022	1.052.614	1.081.879	555.987	9.337
11/2022	1.010.218	979.325	504.449	8.771
12/2022	1.107.527	1.130.377	580.394	11.435
01/2023	1.139.605	1.118.664	568.782	9.799
02/2023	925.638	913.148	439.876	10.878
03/2023	1.067.436	1.096.028	537.023	13.764
04/2023	983.568	993.013	468.691	18.508
05/2023	971.188	974.608	487.620	10.420
06/2023	956.576	951.706	463.141	12.449
07/2023	998.906	976.852	464.768	15.006
08/2023	926.520	944.475	437.443	14.997
09/2023	943.471	948.569	439.630	10.315
10/2023	1.009.742	1.007.214	461.672	10.859
11/2023	979.884	964.490	422.934	12.930
12/2023	1.011.380	993.704	470.954	12.047
01/2024	1.104.280	1.110.187	526.956	13.153
02/2024	944.913	968.421	430.227	11.970

03/2024	949.659	945.062	391.559	8.522
04/2024	980.300	970.055	404.445	10.151
05/2024	759.077	769.292	307.923	10.939
06/2024	429.874	436.806	186.983	5.829
07/2024	477.538	477.148	204.920	8.371
08/2024	481.631	479.907	212.395	8.165
09/2024	490.211	481.723	220.622	10.376
10/2024	786.824	781.136	332.629	12.552
11/2024	778.105	764.970	338.869	8.656
12/2024	935.516	911.550	423.447	9.406
01/2025	1.049.165	1.090.278	535.192	13.290
02/2025	863.531	836.389	363.074	11.796
03/2025	1.101.008	1.105.500	495.789	12.225
04/2025	1.213.968	1.186.243	18.587	548.032

#### Apoio ao processamento de infrações de trânsito

2.22. Em relação ao Contrato nº 084/2021, oriundo do Edital nº 405/2020, firmado entre o DNIT e a SERGET Mobilidade Viária LTDA., o qual tem por objeto a prestação de serviços de apoio ao processamento das infrações de trânsito de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, que teve início em do dia 08/04/2021 até 30/04/2025, ou seja, ao longo de 49 meses de execução, foram executados os seguintes serviços e quantitativos:

**Tabela 6 - Execução Contrato nº 084/2021**

Mês /Ano	S1	S2 - GC 1	S2 - GC 2	S2 - GC 3	S2 - GC 4	S2 - GC 5	S2 - GC 6	S3 - E-mail	S3 - Telefone	S3 - Chat	S2 - GC 5 Aditivo	S3 - E-mail Aditivo	S3 - Telefone Aditivo
04 /2021	4.008	1.966	102	433	293	2	1	1.992	908	0	0	0	0
05 /2021	28.402	40.897	967	10.631	1.167	2.683	329	5.962	2.589	0	0	0	0
06 /2021	42.760	45.293	654	12.052	576	9.870	215	5.170	3.505	0	0	0	0
07 /2021	45.127	47.212	811	13.237	2.143	12.199	314	6.139	4.311	0	0	0	0
08 /2021	46.915	44.383	618	11.334	5.210	16.291	190	11.035	7.024	0	0	0	0
09 /2021	37.456	36.502	733	13.419	7.086	19.524	283	8.101	5.409	0	0	0	0
10 /2021	37.523	34.791	716	9.979	8.424	27.737	405	7.005	5.230	0	0	0	0
11 /2021	38.877	35.780	883	10.018	7.947	35.107	289	6.274	5.429	0	0	0	0
12 /2021	49.594	42.227	607	10.084	12.364	28.030	220	5.333	4.409	0	0	0	0
01 /2022	53.001	42.694	493	8.547	11.393	56.158	219	5.195	4.022	0	0	0	0
02 /2022	47.717	43.274	594	10.916	7.896	45.832	278	5.507	4.342	0	0	0	0
03 /2022	56.801	55.546	949	14.222	8.346	49.981	340	7.037	5.842	0	0	0	0
04 /2022	52.774	50.531	561	10.072	5.219	44.048	262	6.057	4.945	0	0	0	0
05 /2022	28.033	35.305	500	9.188	8.085	56.556	388	7.005	4.882	0	0	0	0

0 6 /2022	39.790	27.153	546	9.461	6.807	57.403	358	6.016	4.610	0	0	0	0
0 7 /2022	49.126	34.250	600	8.864	8.657	55.282	410	6.674	4.747	1.548	0	0	0
0 8 /2022	42.380	34.342	569	8.865	10.365	64.980	388	6.122	2.505	4.218	0	0	0
0 9 /2022	37.111	36.220	558	8.094	11.752	33.606	388	5.210	3.263	2.017	0	0	0
1 0 /2022	28.533	35.053	349	6.410	8.242	29.815	360	5.962	3.281	1.892	0	0	0
1 1 /2022	19.462	25.571	281	6.356	4.504	34.339	307	5.520	3.097	2.011	0	0	0
1 2 /2022	27.142	34.793	519	7.421	3.780	43.163	340	6.258	3.131	1.846	0	0	0
0 1 /2023	30.090	35.552	437	7.466	3.551	50.103	298	7.466	4.373	2.396	0	0	0
0 2 /2023	19.405	25.157	495	6.648	2.732	37.946	435	5.060	4.260	1.837	0	0	0
0 3 /2023	43.994	47.334	575	11.753	4.579	55.020	530	6.439	3.904	1.607	0	224	0
0 4 /2023	36.845	37.911	921	11.802	5.979	42.415	386	0	2.936	1.302	0	4.794	0
0 5 /2023	47.238	44.263	730	9.249	6.717	13.553	574	0	3.278	1.429	41.673	5.449	0
0 6 /2023	33.501	32.645	796	9.052	6.001	0	600	0	3.055	1.336	47.997	5.020	0
0 7 /2023	28.260	32.294	606	8.499	4.773	0	604	0	3.236	1.459	26.584	4.963	0
0 8 /2023	34.377	37.685	915	7.355	6.337	0	661	0	3.443	1.624	34.181	5.603	0
0 9 /2023	29.584	27.289	667	7.224	5.226	0	575	0	2.698	1.326	60.982	4.463	0
1 0 /2023	25.908	29.770	580	6.531	4.240	0	592	0	2.946	1.044	68.503	4.600	0
1 1 /2023	23.110	28.091	616	4.965	2.410	0	593	0	2.967	953	47.662	4.384	0
1 2 /2023	19.971	26.664	555	6.162	2.315	0	620	0	3.482	832	49.555	5.029	0
0 1 /2024	33.990	43.784	825	7.252	4.764	0	627	0	3.544	970	46.603	5.510	0
0 2 /2024	27.918	27.180	501	4.781	2.612	0	549	0	2.449	1.006	21.306	4.607	0
0 3 /2024	27.728	32.078	594	21.303	3.191	0	622	0	2.332	893	15.053	3.749	0
0 4 /2024	35.081	32.654	605	6.766	2.721	0	599	0	1.289	801	10.034	4.726	1.224
0 5 /2024	27.043	24.692	536	6.763	2.666	0	532	0	0	655	5.385	3.752	2.143
0 6 /2024	26.028	26.315	495	5.633	1.964	0	488	0	0	907	2.832	3.478	2.048
0 7 /2024	16.411	19.597	483	3.561	2.718	3.537	548	0	1.713	876	0	3.808	738
0 8 /2024	16.573	12.894	466	3.582	3.030	2.553	373	0	0	978	0	3.766	2.061
0 9 /2024	13.277	13.777	335	2.614	2.193	5.355	475	0	0	1.013	0	3.797	1.728



1 0 /2024	12.213	12.885	344	2.787	2.377	1.699	403	0	0	1.059	678	3.925	1.718
1 1 /2024	9.041	11.095	287	2.069	1.303	0	377	0	0	698	2.142	3.107	1.464
1 2 /2024	16.863	23.569	419	2.694	1.244	0	340	0	0	585	2.332	3.100	1.354
0 1 /2025	23.652	23.343	468	3.192	2.123	0	199	0	0	732	3.065	3.887	1.913
0 2 /2025	23.314	22.925	565	3.597	1.161	0	348	0	0	594	1.186	3.110	1.657
0 3 /2025	24.458	28.436	762	3.885	1.328	0	345	0	0	615	2.012	3.108	1.594
0 4 /2025	21.635	28.417	691	4.073	373	0	342	0	0	665	1.174	3.192	2.131

### Apoio à cobrança e recuperação de créditos

2.23. Após 16 meses de execução do Contrato nº 084/2021, observou-se o elevado dos quantitativos previstos inicialmente para as atividades do Serviço 2 - Apoio à análise e instrução de processos - Grau de Complexidade - GC 5 e Serviço 3 - Atendimento ao Público, tornando necessária a avaliação quanto a necessidade de modificação dos quantitativos pactuados.

2.24. Assim, por meio do 2º Aditivo (SEI nº 13841184), em razão da pretensão de aumento dos quantitativos com reflexo financeiro positivo do Contrato TT-084/2021, decorreu um acréscimo de **R\$ 12.834.081,4677 (doze milhões, oitocentos e trinta e quatro mil oitenta e um reais e quarenta e seis centavos)**, alterando-se o valor do contrato a Preços Iniciais Vigentes, que passou de **R\$ 51.775.033,0800 (cinquenta e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil trinta e três reais e oito centavos) para R\$ 64.609.114,5477 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e nove mil cento e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos)**, com isso houve um aumento de **24,78%**, dentro da margem prevista na legislação.

2.25. Entretanto, mesmo com a aditivação contratual o quantitativo não foi suficiente para o cumprimento dos serviços até o encerramento do Contrato nº 084/2021. Assim, em abril de 2023, afim de afastar a ocorrência da prescrição, deu início aos procedimentos para uma nova contratação para a realização do apoio à cobrança e recuperação dos créditos.

2.26. Por meio do Contrato nº 247/2024, oriundo do Edital nº 426/2023, firmado entre o DNIT e a empresa G4F Soluções Corporativas LTDA, teve início em 17/06/2024 e encerrará no dia 17/06/2029, e tem como objeto a prestação de serviços de apoio administrativo à cobrança e recuperação de créditos para atender as necessidades da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

2.27. Atualmente, é possível realizar à análise e instrução dos processos relativos às infrações de trânsito, fiscalização da faixa de domínio e Autorização Especial de Trânsito - AET, de competência do DNIT, especialmente na fase de cobrança dos débitos não pagos, após a constituição definitiva dos créditos.

2.28. Durante os 10 meses de execução do referido contrato, de 17/06/2024 a 30/04/2025, é possível observar que o item GC1 - Rotineiro (processos relativos às baixa, suspensão ou reativação de Autos de Infração de Trânsito por débitos, bem como consiste na identificação dos respectivos débitos e processos, levantamento e análise de dados e registro da ação nos sistemas de informação, emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU, dentre outros inerentes à rotina relacionada à atividade de cobrança e recuperação de créditos não discriminado nas demais tipologias) já está em aproximadamente 34% do quantitativo previsto para execução total do contrato. Com previsão de encerramento dos quantitativos em 16 meses de execução do Contrato nº 247/2024.

### CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

2.29. As atuações realizadas no PNCV respondem por 99% da carga atribuída ao processamento das infrações de trânsito do DNIT, enquanto o PNP responde por apenas 1%. Esse dado pode ser explicado, uma vez que a quantidade de fiscalizações realizadas no PNCV é muito maior que no PNP, seja pela quantidade de equipamentos em operação, pelo número e espécie dos veículos que são fiscalizados, assim como pela maneira como a fiscalização é realizada.

2.30. Considerando que a fiscalização de trânsito, exercida por meio do PNCV e no PNP, configura instrumento imprescindível ao DNIT na defesa do interesse público e manutenção da segurança viária, e, por conseguinte, no atendimento das suas competências como entidade executiva rodoviária da União, conforme estabelece o art. 21, do CTB, vislumbra-se a continuidade do PNCV, com a manutenção do número de faixas monitoradas até 2029, com o encerramento dos contratos oriundos do Edital nº 519/2023, bem como os contratos que serão firmados por meio do Edital nº 54/2025 que poderão ter vigência até 2030; assim como do PNP, com operacionalização de novas balanças, seja por meio de prorrogação dos atuais contratos ou realização de contratações, bem como mediante operação dos PIAFs.

2.31. Nesse cenário de continuidade, com a contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e operação

integrada dos dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, pelo prazo de 60 meses (de abril de 2026 a abril de 2031), objetiva-se assegurar a efetiva continuidade e aprimoramento dos serviços atualmente executados, garantindo a eficiência no processamento de imagens, a recepção e digitalização de documentos, a análise e instrução de processos administrativos, além da prestação de atendimento qualificado ao usuário, compatibilizando rapidez, qualidade na execução dos serviços e observância ao devido processo legal.

2.32. Nesse sentido, cabe esclarecer que foi celebrado o Contrato nº 810-2020 (SEI nº 7142927), entre a Associação Centro de Treinamento de Educação Física Especial - CETEFE e o DNIT, oriundo da Dispensa de Licitação nº 169/2020, o qual tem por objeto a execução de serviços referentes à digitalização, tratamento de imagens, indexação, microfilmagem, gestão arquivística e documental e guarda externa do acervo de documentos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, por meio de contratação de associação de pessoas portadoras de deficiência, compreendendo o fornecimento de mão de obra qualificada e toda infraestrutura tecnológica, bem como scanners, computadores, servidor de armazenamento de imagens, servidor de processamento e reconhecimento ótico de caracteres (OCR), infraestrutura de rede e backup, os materiais de consumo, equipamentos de proteção individual - EPI e demais equipamentos adequados/necessários à execução dos trabalhos, para atender as demandas deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

2.33. Ademais, cabe mencionar que a vigência do referido contrato se finda em meados de 22/12/2026, uma vez que conforme CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA, o prazo do contrato é de 20 meses com início em 22/12/2020 e término em 22/08/2022, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração das condições e dos preços contratados, bem como, em caráter excepcional, poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, na forma estabelecida no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

2.34. Entretanto, cabe destacar que os documentos relativos às infrações de trânsito não se enquadram no escopo de execução do referido contrato. Isso se deve à especificidade do serviço de processamento de infrações, o qual demanda tratamento técnico especializado, com requisitos operacionais e prazos rígidos, além de envolvimento direto com Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR, sistemas responsável pela gestão de autos de infração, normas de trânsito e atendimento ao público, o que extrapola o objeto contratado com a CETEFE.

2.35. Adicionalmente, deve-se considerar a natureza sensível das informações relacionadas a infrações de trânsito, que exigem tratamento diferenciado quanto à segurança da informação, sigilo dos dados pessoais dos cidadãos, e a rastreabilidade de ações administrativas. Tais exigências são regulamentadas por normativos específicos, como o Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503/1997), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), além das diretrizes estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

2.36. Ressalta-se, ainda, que a gestão de documentos dessa natureza requer infraestrutura integrada com os canais de atendimento ao cidadão, de forma a viabilizar respostas tempestivas às demandas, recursos, defesas e demais procedimentos administrativos relacionados às notificações de autuação e penalidade. Assim, a ausência de interface adequada entre o contratado e o sistema de atendimento ao público implicaria riscos operacionais e institucionais ao DNIT.

2.37. Dessa forma, em razão da incompatibilidade técnica e funcional entre o escopo do Contrato nº 810/2020 e as especificidades do SERVIÇO 2 – DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS relacionados a infrações de trânsito, revela-se necessária a celebração de novo instrumento contratual que contemple de forma adequada as particularidades operacionais.

2.38. Ainda, destaca-se que o SERVIÇO 4 – ATENDIMENTO AO USUÁRIO passa a ter escopo ampliado, com o objetivo de contemplar todas as demandas e dúvidas dos usuários das rodovias federais sob responsabilidade do DNIT, não se limitando mais apenas aos assuntos relacionados aos Autos de Infração de Trânsito – AIT, como ocorre atualmente. Embora o histórico do Contrato nº 084/2021 evidencie a execução de atendimentos relevantes, este se restringiu às autuações de trânsito, o que impossibilita a medição da demanda potencial considerando o novo escopo proposto. Dessa forma, na nova contratação, o atendimento será realizado com base em postos de trabalho, justamente por não haver, no modelo atual, parâmetros suficientes para estimar o volume total de demandas esperadas, permitindo maior controle operacional e flexibilidade na alocação da força de trabalho conforme as necessidades do serviço.

2.39. Com essa ampliação, o atendimento ao usuário passará a abranger temas diversos como: condições da via, obras, sinalização, sinistros de trânsito, interdições, tráfego de veículos pesados, dúvidas regulatórias, emergências, reclamações, sugestões, informações sobre infraestrutura de apoio, entre outros — incluindo eventuais ocorrências imprevistas ou de caráter contingencial, como quedas de barreira, alagamentos, manifestações e sinistros de grandes proporções. Trata-se de um canal estratégico que fortalecerá o vínculo entre o DNIT e o cidadão, aprimorando a escuta ativa e a capacidade de resposta da Administração.

2.40. Adicionalmente, a celeridade no processamento das infrações, aliada à certeza da responsabilização, são elementos essenciais para a dissuasão de condutas irregulares no trânsito. Essa abordagem reduz a probabilidade de reincidência e a ocorrência de sinistros de trânsito, ao mesmo tempo em que desestimula a apresentação de manifestações meramente protelatórias, contribuindo para a desafogamento das instâncias de julgamento e permitindo que o cidadão de boa-fé receba respostas mais ágeis e adequadas por parte da Administração Pública.

## **CENTRAL DE INTELIGÊNCIA - CI**

2.41. Além de dar continuidade aos serviços executados pelos Contratos nº 070/2021, 084/2021 e 247/2024, que são essenciais para a fiscalização das rodovias federais de competência desta Autarquia, a inserção do serviço Central de Inteligência nesta nova contratação visa aprimorar a eficiência e a efetividade dos processos de monitoramento, análise de dados e resposta a ocorrências nas rodovias.

2.42. A criação da Central de Inteligência constitui-se como unidade estratégica a ser implantada e operada com a finalidade de aprimorar a coordenação institucional, assegurar o monitoramento contínuo de indicadores operacionais e fortalecer a resposta a eventos frequentes, inesperados e críticos, promovendo uma gestão integrada, proativa e embasada em dados nas rodovias federais de responsabilidade do DNIT.

2.43. Ainda, reunirá profissionais especializados em áreas cruciais para o gerenciamento e a análise em tempo real das condições das rodovias. O serviço contará com uma equipe composta por Analistas de BI, Cientistas de Dados, Desenvolvedores de *Softwares*, Engenheiro especializado em Georeferenciamento, Jornalista, Publicitário e *Designers* Gráficos, permitindo uma abordagem multidisciplinar na coleta, processamento e disseminação de informações relevantes a segurança viária. A presença dos profissionais mencionados permitirá não apenas a otimização na coleta e análise de dados, mas também facilitará a comunicação eficiente de informações para o público em geral e as autoridades competentes. A integração desses serviços resultará em uma resposta mais ágil e precisa a incidentes, uma fiscalização mais robusta e uma melhoria contínua nas operações, contribuindo diretamente para a segurança e manutenção das rodovias federais.

2.44. Portanto, a implementação da Central de Inteligência se justifica pela necessidade de consolidar e expandir os serviços já prestados, com foco na inovação e na aplicação de tecnologias avançadas que permitem uma gestão mais eficiente e integrada da infraestrutura rodoviária.

**2.45. Indicação de marcas ou modelos**

2.45.1. Na atual era da transformação digital, a incorporação de tecnologias imersivas configura-se como um diferencial competitivo expressivo, capaz de elevar a qualidade das análises, a precisão das decisões e a eficiência operacional. Nesse contexto, o Meta Quest 3, ou similar com especificações iguais ou superiores, destaca-se como um dispositivo de realidade aumentada e virtual de última geração, concebido para integrar computação espacial e interação tridimensional em processos corporativos, proporcionando um nível de imersão, desempenho e confiabilidade significativamente superior ao de soluções similares disponíveis no mercado.

2.45.2. Para a execução dos serviços, a Central de Inteligência fará uso do Meta Quest 3, ou similar com especificações iguais ou superiores, com o objetivo de aproximar os colaboradores por meio de imersão aplicada diretamente ao contexto das rodovias federais, possibilitando visualizações realistas e interativas de diversas situações. Essa abordagem viabiliza uma compreensão mais profunda das condições operacionais e de infraestrutura, favorecendo diagnósticos mais precisos e respostas mais ágeis.

2.45.3. Em relação a outras opções e concorrentes como Apple Vision Pro, Microsoft HoloLens 2 e Magic Leap 2, o Meta Quest 3 apresenta vantagens técnicas competitivas e operacionais relevantes, incluindo:

- Custo-benefício por embarcar tecnologias avançadas de realidade mista (AR) combinando o ambiente real com elementos virtuais;
- Resolução de imagem detalhada, com 9 milhões de pixels em tecnologia LCD, garantindo nitidez visual;
- Poder de processamento avançado, com chip Snapdragon XR2 Gen 2 para resposta otimizada aos movimentos e comandos;
- Conectividade, sincronização e interoperabilidade com PC, mídias e outros softwares;
- Conforto e ergonomia aprimorados, com design ajustável e suporte a lentes corretivas personalizadas.

2.45.4. Diante desse conjunto de atributos, o Meta Quest 3 configura-se como uma escolha estratégica para projetos que demandam colaboração imersiva, inovação tecnológica e excelência operacional, contribuindo para a modernização e a efetividade das atividades da Central de Inteligência.

2.46. Isto posto, justifica-se a contratação de prestação de serviços de apoio ao processamento de infrações de trânsito; coleta e tratamento de tráfego; e atendimento aos usuários das rodovias federais de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, proporcionando a efetiva implantação e operacionalização de medidas e ações que auxiliem e apoiem a fiscalização das rodovias federais com vista a atender as necessidades desta Autarquia.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET	Julio Cesar Donelli Pellizzon
Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT	Leonardo Silva Rodrigues.

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Grupo: Lote Único.

4.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, relacionado à fiscalização de trânsito, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, criado pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, com atribuições impostas pelo Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, alterado pelo Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, figura como entidade executiva rodoviária da União e compõe o Sistema Nacional de Trânsito – SNT, devendo, em sua esfera de atuação, exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Os órgãos e entidades componentes do SNT, que visam assegurar o cumprimento da legislação de trânsito, têm por obrigação adotar medidas de fiscalização e aplicação das sanções legais. Por sua vez, a dissuasão dos atos infracionais nas rodovias é alcançada através da cobrança da obediência às leis e normas de trânsito, de estratégias de fiscalização, assim como de mecanismos eficazes e eficientes para administrar a aplicação das penalidades.

**4.3. Poderão participar desta licitação:**

- a) Pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade do objeto desta contratação, que atendam a todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Empresas em consórcio, desde que sejam atendidas as condições previstas no artigo 15, da Lei 14.133/2021, bem como demais exigências normativas, com o objetivo de facilitar a composição de uma equipe técnica com conhecimento comprovado para atender aos requisitos deste Termo de Referência.
- c) Empresas em processo de recuperação extrajudicial ou judicial se comprovada, respectivamente, a aprovação pela assembleia-geral de credores ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente.

#### **4.4. Não poderão participar, ainda que indiretamente, desta licitação:**

- a) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;
- b) Direta ou indiretamente, o servidor ou dirigente vinculado ao DNIT;
- c) Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como o que esteja punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração;
- d) Sociedade ou pessoa jurídica não autorizada a funcionar no Brasil; e,
- e) Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de: (I) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública; ou (II) agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. O valor estimado do objeto da contratação é de **R\$ 137.140.666,45 (cento e trinta e sete milhões, cento e quarenta mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)**.

4.7. O orçamento referencial para a contratação foi calculado com base no valor estimado, bem como em pesquisas de mercado. A metodologia para a obtenção do valor referencial encontra-se na Nota Técnica 25 (SEI nº 23762945).

4.8. Modalidade da licitação: Pregão Eletrônico.

4.9. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, de amplo conhecimento no mercado, existindo diversas empresas que prestam os serviços elencados no Termo de Referência com padrão usual de execução, conforme justificativa constante neste Estudo Técnico Preliminar.

4.10. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. Assim, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os termos da Nota Técnica 25 (SEI nº 23762945).

4.12. Relação de Índices Contábeis (qualificação econômico-financeira): Declaro que concordo com a utilização da relação de Índices Contábeis exigidas no edital padrão para fins de qualificação econômico-financeira. A supressão ou inclusão de índices do edital padrão exige justificativa técnica.

4.13. Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar 123/2006): Não se aplica a exclusividade pois o valor da contratação é superior a previsão legal e não se aplica a reserva de cota, pois não se trata de aquisição de bens.

4.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.15. Contato do responsável: **Julio Cesar Donelli Pellizzon**, Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito, telefone: (61) 3315-4419, correio eletrônico: [julio.pellizzon@dnit.gov.br](mailto:julio.pellizzon@dnit.gov.br).

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Para a precificação dos serviços, seguiu-se as seguintes etapas: estimativa dos quantitativos da contratação; aferição da produtividade para cada bloco de serviço com base nos dados históricos; dimensionamento estimado das equipes de trabalho; dimensionamento e precificação de insumos e equipamentos de informática necessários para a execução dos serviços; e, obtenção do valor referencial da contratação.

5.2. Foram considerados os valores e métodos expostos na Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020 e seus anexos (Disponíveis em: <Engenharia Consultiva - DNIT>), com data base de outubro de 2025.

5.3. Com o intuito de atender a recomendação do Acórdão nº 1.508/2020-TCU-Plenário, normatizando a contratação dos serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, foi publicada a Portaria SGD/MGI nº 750, de 20/03/2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.679, de 17 de setembro de 2024, a qual estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. Assim sendo, a referida portaria foi utilizada para estimar os custos com o Serviço 5 - Central de Inteligência.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. A contratação considera a execução de cinco serviços distintos e dependentes entre si, quais sejam:

**I - SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS:** consiste no processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito, realizados por equipamentos de fiscalização do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) e do Plano Nacional de Pesagem (PNP), utilizando sistemas de visão computacional e validação manual, conforme padrões do DNIT.

**II - SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS:** consiste na recepção, classificação, preparação e digitalização de documentos físicos para arquivos digitais, inserção dos documentos digitalizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e demais sistemas estabelecidos pelo DNIT, e acondicionamento dos originais físicos em caixas arquivo para destinação final pelo DNIT, devolução ao remetente ou encaminhamento para outros entes.

**III - SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS:** consiste no suporte à análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações de trânsito, danos ao patrimônio público e apuração de sinistros de trânsito, utilizando o Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e demais sistemas estabelecidos pelo DNIT, em conformidade com a legislação aplicada (Lei nº 9.503/1997, Resoluções do CONTRAN, Deliberações e Portarias da SENATRAN, Súmula STJ nº 312, etc).

**IV - SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO:** consiste na realização do atendimento ao público interno e externo do DNIT, de forma virtual ou telefônica, abrangendo as infrações de trânsito, os processos de danos ao patrimônio público e apuração de sinistros de trânsito, e informações sobre infraestrutura rodoviária.

**V - SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA:** consiste na coleta e tratamento de dados sobre infraestrutura rodoviária para suporte às análises de processos e atendimentos, produção de materiais de comunicação e otimização de serviços do DNIT. Este serviço também inclui o gerenciamento de ocorrências e comunicações internas e externas, integrando os demais serviços desta contratação.

6.2 O ciclo de vida do objeto inicia-se com o registro das infrações de trânsito realizado por meio dos equipamentos do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) e do Plano Nacional de Pesagem (PNP) em operação nas rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), capturando imagens e dados necessários para a caracterização e comprovação das infrações. Esses registros são recepcionados pelo Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), sendo disponibilizados para processamento, conforme padrões definidos pela Autarquia.

6.3 No SERVIÇO 1, o processamento das imagens pode ocorrer através de solução tecnológica de visão computacional, cuja utilização é considerada como possibilidade. A utilização desta tecnologia visa aprimorar a precisão e eficiência na análise das imagens, agilizando a identificação e validação inicial dos registros infracionais. Independentemente do uso da solução automatizada, será obrigatório um processo rigoroso de validação manual subsequente. Essa validação deverá ser realizada por técnicos treinados que conferirão manualmente cada registro, garantindo precisão na identificação da Placa de Identificação Veicular (PIV) e demais elementos relevantes, tornando-o apto ou inapto para a lavratura do auto de infração de trânsito.

6.4 Após a lavratura do auto de infração de trânsito pelo Agente da Autoridade de Trânsito, momento em que é inaugurado o processo administrativo de trânsito, a Autoridade de Trânsito, nos termos do artigo 281 do CTB, julgará sua consistência. Se for verificado qualquer problema ou inconsistência, o auto é cancelado e seu registro arquivado, caso contrário, será expedida a Notificação da Autuação (NA), devendo ser postada no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do cometimento da infração, oportunizando, principalmente, a indicação do real infrator; a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito; e a interposição de Defesa da Autuação pugnando pela não imposição da penalidade de multa. Encerrada a fase de autuação, a fase de penalidade é iniciada após a expedição da Notificação da Penalidade (NP), a qual oportuniza a interposição de Recurso Administrativo para julgamento pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, principalmente. Da decisão da JARI, ainda é possível recorrer na 2ª instância administrativa. Em última tramitação, em caso de não pagamento da multa de trânsito, o crédito é encaminhado para cobrança, podendo ensejar a inscrição em Dívida Ativa.

6.5 O fluxo apresentado pode levar meses para ser completado, tendo em vista o rito estabelecido na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo na Administração Pública Federal, assim como os prazos prescricionais estabelecidos na Lei nº 9.873/99.

6.6 No curso do processo administrativo de trânsito é possível a apresentação de documentos físicos, os quais são encaminhados para a etapa de digitalização. Neste estágio, o SERVIÇO 2 é acionado, resultando na inserção dos documentos digitalizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR) ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os documentos originais que ficarão sob a guarda do DNIT, devem ser

cuidadosamente organizados e acondicionados em caixas arquivo, para garantir sua preservação e fácil localização, permitindo destinação adequada e eficiente pela Autarquia. É possível, ainda, a devolução dos documentos originais ao remetente, assim como o encaminhamento para outros entes.

6.7 Diante dos requerimentos recepcionados pelo DNIT, o SERVIÇO 3 fornece apoio essencial para a análise e instrução dos processos administrativos. Neste serviço, equipes especializadas realizam verificações detalhadas das infrações, dos processos de danos patrimoniais e de sinistros, sempre em conformidade com a legislação específica aplicável.

6.8 O SERVIÇO 4 oferece suporte direto ao público interno e externo ao DNIT, fornecendo informações detalhadas sobre os processos, esclarecendo dúvidas e oferecendo orientação sobre procedimentos relacionados às infrações, danos patrimoniais e sinistros. Esse atendimento contribui significativamente para a transparência e eficácia da comunicação institucional da Autarquia.

6.9 Todos os serviços mencionados devem ser permanentemente acompanhados pelo SERVIÇO 5, que desempenha papel fundamental na coleta e tratamento contínuo de dados relacionados à infraestrutura rodoviária, proporcionando insumos estratégicos para aprimorar o atendimento ao usuário e a instrução dos processos. O SERVIÇO 5 destaca-se especialmente pela sua função integradora, coordenando e gerenciando as informações e ocorrências geradas pelos demais serviços, otimizando os fluxos operacionais internos e garantindo uma prestação de serviço mais eficiente e transparente por parte do DNIT. O SERVIÇO 5 responde pela identificação de indicadores de desempenho, assim como pelo desenvolvimento e manutenção de painéis gerenciais e produção de relatórios.

6.9.1 Todos os artefatos produzidos no âmbito do SERVIÇO 5, incluindo consultas, códigos, modelos de dados, painéis, relatórios e demais produtos intelectuais, constituem propriedade exclusiva do DNIT. A obtenção de dados e informações para a produção de painéis, identificação de indicadores de desempenho e geração de relatórios deverá ocorrer exclusivamente a partir do Acesso e Consultas ao Sistema SIOR e demais definidos pelo DNIT. Enquanto essa funcionalidade não estiver disponível ou o método de coleta direta for inacessível, o contratante providenciará o conjunto de informações necessárias para apoiar a execução e desenvolvimento desta atividade.

6.10 Para a prestação dos serviços deverá ser observada a Lei nº 14.437, de 15 de agosto de 2022, a qual autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal.

6.10.1 Ainda, em observância ao disposto no inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.430/2023, o contratado deverá manter durante a vigência contratual o percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica.

6.11 A prestação dos serviços ocorrerá, em parcela, presencialmente em espaço físico designado pelo DNIT em sua Sede Nacional em Brasília, o qual deverá ser adequado pelo contratado conforme previsão contida neste Termo de Referência, assim como em regime de teletrabalho.

6.12 A vantajosidade da prestação dos serviços em regime de teletrabalho foi demonstrada na Nota Técnica nº: 61/2022/CMET/CGPERT/DIR/DNIT SEDE (SEI nº 12603266), inserta no Processo nº 50600.034283/2022-16, a qual se debruçou na análise da execução do Contrato TT-084/2021 (SEI nº 7876315), firmado entre o DNIT e a empresa Serget Mobilidade Viária Ltda., cuja característica da prestação dos serviços se amolda ao objeto do presente Termo de Referência.

6.13 Na prestação dos serviços em regime de teletrabalho, o contratado deverá prever a possibilidade de execução das atividades durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, sendo possível a adoção de turnos diferenciados entre os empregados, a depender da demanda recebida e dos prazos de atendimento, ficando a cargo do contratado a gestão da execução das atividades e o correto balanceamento da carga de trabalho entre seus colaboradores.

6.13.1 Durante ou em decorrência da execução das atividades em teletrabalho é terminantemente proibida a reprodução, cópia, resumo e armazenamento em dispositivos não autorizados, compartilhamento, transmissão ou divulgação, por qualquer meio físico ou digital, de toda e qualquer informação, dado, base de conhecimento, metodologia ou expertise técnica de propriedade do contratante, abrangendo integralmente seus segredos de negócio e dados protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.13.2 O acesso aos sistemas e documentos devem ser pautados exclusivamente pela necessidade de estrito cumprimento das funções laborais, sendo vedada a utilização de qualquer informação para fins pessoais ou alheios ao objeto desta contratação ou para proveito próprio ou de terceiros. O dever de sigilo absoluto e a obrigação de não retenção de informações permanecem vigentes mesmo após o encerramento do vínculo com o contratante, sujeitando o infrator, em caso de descumprimento, à sanções administrativas, civis e criminais cabíveis, além das penalidades contratuais previstas.

6.14 Para a execução das atividades em regime de teletrabalho, caberá ao contratado adquirir, disponibilizar e manter: serviço de *Internet* de banda larga e *desktop* munido de duas telas para cada empregado, necessários à execução das atividades que compõem o objeto da contratação, conforme especificações técnicas mínimas definidas em tópico específico do Termo de Referência.

6.14.1 Os dispositivos utilizados em teletrabalho e seus usuários não terão acesso direto a nenhuma Base de Dados da Autarquia. Toda e qualquer necessidade informacional vinculada com as atividades será obtida através de autenticação e login nos Sistemas Institucionais disponibilizados, exigindo-se excepcionalmente o Acesso via VPN, quando for o caso.

6.15 Caberá ao empregado dispor de mobiliário e ambiente adequados à execução das atividades em regime de teletrabalho, os quais deverão ser verificados pelo contratado quanto ao atendimento aos requisitos mínimos de ergonomia e salubridade.

6.16 Ficará a cargo do contratado a aquisição de licenças de softwares necessários para a execução dos serviços, bem como à disponibilização de licenças VPN (*Virtual Private Network*), aquisição de certificados digitais, dentre outros voltados ao atendimento à política de segurança da informação estabelecida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do DNIT.

6.16.1 A aquisição de Licença VPN e utilização de Certificado Digital não são garantia de autorização e concessão de acesso ao ambiente tecnológico do DNIT, sistemas e ferramentas do contratado, titular dos dados e informações públicas. Competirá ao contratado viabilizar o meio padrão de acesso às informações e a avaliação das permissões excepcionais, segundo seus critérios e conforme a necessidade.

6.17 Caberá ao contratado a disponibilização de licenças de ferramentas para viabilizar a comunicação remota entre seus empregados, de gestão de demandas, dentre outras pertinentes à boa execução das atividades, no prazo, quantidade e qualidade estabelecidos.

## **SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS**

6.18 O serviço consiste no processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito realizados por equipamentos de fiscalização de trânsito no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e do Programa Nacional de Pesagem - PNP. A contratação considera o processamento por meio da execução de quatro fases distintas e dependentes entre si, onde, na FASE 1, o contratado poderá se valer de solução de visão computacional, cujos requisitos serão especificados a seguir, para processar de forma totalmente automatizada, cada uma das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito disponibilizados, enquanto que, nas três fases subsequentes, é obrigatória a alocação de mão de obra para execução das atividades, de forma manual, por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

6.19 Os registros de infrações de trânsito, compostos de no mínimo uma imagem de flagrante infracional, são encaminhados, dentro dos prazos e em conformidade com os protocolos de comunicação estabelecidos pelo DNIT, para o SIOR, pelo operador dos equipamentos de fiscalização de trânsito.

6.20 Os registros de infrações de trânsito encaminhados ao SIOR, pelo operador dos equipamentos de fiscalização de trânsito, serão disponibilizados imediatamente ao contratado para processamento.

6.21 O Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR disponibilizará os registros por data de recebimento, priorizando os registros mais antigos para processamento.

6.22 Os registros deverão ser analisados, um a um, e serão classificados em válidos ou inválidos, mediante execução das seguintes fases de processamento:

### **6.22.1 FASE 1: Conferência Automática**

6.22.1.1 A FASE 1: Conferência Automática consiste na execução de serviço de processamento das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito, de forma automatizada com disponibilização de solução de visão computacional a cargo do contratado.

6.22.1.2 Para execução da FASE 1: Conferência Automática, a solução de visão computacional deverá ter capacidade de processamento ininterrupto dos registros, assim como acurácia mínima de 90% na identificação das Placas de Identificação Veicular - PIV.

6.22.1.3 A solução de visão computacional deverá processar cada uma das imagens que compõem os registros de infrações de trânsito disponibilizados por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

6.22.1.3.1 A solução deverá ter capacidade de aprendizado, considerando para fins de calibração o banco de dados de registros infracionais analisados a partir do início da execução do contrato.

6.22.1.3.2 Ao optar pelo processo de automatização da FASE 1, o contratado deverá apresentar à contratante um plano, contendo as especificações técnicas da solução a ser adotada, bem como um cronograma de implantação.

6.22.1.3.3 Para a implementação do processo de automatização da FASE 1, a solução deverá ser previamente submetida a testes, de modo a verificar a funcionalidade e a eficácia de cada componente responsável pelo processamento das imagens no sistema. Constatada a conformidade da ferramenta, bem como o atendimento às necessidades estabelecidas pelo DNIT, a solução poderá receber a outorga da Contratante.

6.22.1.3.4 A automatização deverá ser executada de forma ininterrupta, sob a supervisão do contratado, ao qual caberá o monitoramento da execução e do desempenho do processamento das imagens, bem como a identificação de eventuais anormalidades sistêmicas. Sempre que ocorrer qualquer fato relevante relacionado à solução automatizada, o contratado deverá dar imediata ciência à Contratante e, quando necessário, adotar ações corretivas, de modo a minimizar os impactos no processamento das imagens.

6.22.1.4 Durante a vigência do contrato, o contratado poderá suspender a utilização da solução automatizada, mediante aviso prévio devidamente justificado e após concordância da Contratante.

6.22.1.5 O contratado poderá utilizar sua experiência e conhecimento técnico adquiridos na operação da ferramenta para aperfeiçoá-la. Tais implementações deverão ter como finalidade o aprimoramento contínuo dos resultados da solução automatizada, de modo a atender integralmente às demandas e especificidades do processo de verificação dos registros de infração que venham a surgir durante a vigência contratual.

6.22.1.6 A solução de visão computacional deverá registrar e armazenar *logs* técnicos e funcionais completos de cada inferência realizada, incluindo, no mínimo: data e hora do processamento; identificador do registro; versão do modelo utilizado; resultado da classificação (válido ou inválido); motivo da invalidação, quando aplicável; e *score* de confiança da inferência.

6.22.1.7 Os metadados de inferência deverão ser disponibilizados ao contratante para fins de auditoria técnica, controle de qualidade, análise de desempenho e defesa administrativa ou judicial.

6.22.1.8 A solução deverá possibilitar a emissão de relatórios gerenciais, por meio de interface gráfica disponibilizada pelo contratado, a partir da extração dos dados armazenados.

6.22.1.9 O contratado deverá assegurar a segurança na transmissão dos dados, preservando sua confidencialidade e integridade, de modo a evitar acessos não autorizados, perdas ou alterações indevidas.

6.22.1.10 Os dados gerados no processamento dos registros e nas consultas aos bancos de dados deverão permanecer integralmente disponíveis para acesso pela Contratante, a qualquer tempo.

6.22.1.11 Não será permitido ao contratado manter cópias das informações que não estejam expressamente autorizadas neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato. Em nenhuma hipótese os dados poderão ser replicados ou copiados sem o conhecimento e a anuência expressa da Contratante, sob pena de responsabilização.

6.22.1.12 O acesso às interfaces, registros e relatórios deverá ser controlado por meio de perfis de acesso baseados em papéis, observando o princípio do menor privilégio.

6.22.1.13 O sistema deverá manter *logs* de acesso individualizados, contendo identificação do usuário, data, hora e ação realizada, os quais deverão ser preservados para fins de auditoria.

6.22.1.14 Não será permitido ao contratado disponibilizar acesso às informações a qualquer outra entidade ou pessoa que não seja a Contratante, sob pena de responsabilização.

6.22.1.15 O acesso à interface de monitoramento e aos relatórios gerenciais deverá ocorrer mediante níveis de acesso específicos e configuráveis, de forma a garantir a segurança e o controle das informações.

6.22.1.16 De forma integrada, a solução de visão computacional deverá acessar as imagens disponibilizadas, no padrão JPG ou similar, e priorizará o processamento dos registros de infrações por ordem de recebimento. O prazo para processamento será contado a partir do momento da disponibilização do registro para processamento.

6.22.1.16.1 Os registros deverão ser segmentados por tipo de equipamento de origem, conforme Tabela 2, e posteriormente por tipo de infração, conforme Tabela 3:

**Tabela 2 - Tipos de Equipamentos**

Equipamento	Descrição
CEV	Controlador Eletrônico de Velocidade
REV	Redutor Eletrônico de Velocidade
CEM	Controlador Eletrônico Misto
CFR	Controle de Fuga na Rodovia
BS	Balança Seletiva
BL	Balança Lenta

I - Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV: medidor de velocidade (metrológico) do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho (art. 218 do CTB), por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB.

II - Redutor Eletrônico de Velocidade - REV: medidor de velocidade (metrológico), do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, e *display* de velocidade, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em segmentos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo regulamentado para a via ou para o segmento em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19). Conforme especificações no âmbito do PNCV, esse equipamento deve ser munido de:

a) Foco luminoso intermitente de cor amarela ou âmbar situado no topo do equipamento, indicando sua presença.

b) Foco luminoso de cor verde, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando dentro do limite de velocidade permitido.

c) Foco luminoso de cor amarela, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando acima do limite de velocidade permitido.

d) O foco luminoso deve ser visível a uma distância de, no mínimo, 120 (cento e vinte) metros.



e) *Display* de velocidade, que seja visível a qualquer hora do dia ou da noite e sob quaisquer condições climáticas, com dígitos de dimensões de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) centímetros de altura, e intensidade luminosa com condições de legibilidade a uma distância de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

III - Controlador Eletrônico Misto - CEM: Equipamento do tipo CEV, ou seja, com funcionalidade metrológica de fiscalização do excesso de velocidade (art. 218 do CTB), acrescido das funcionalidades não metrológicas para detecção do avanço de sinal vermelho do semáforo (art. 208 do CTB) e da parada sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (art. 183 do CTB).

IV - Controle de Fuga na Rodovia - CFR: Equipamento que funciona com sistema automático, com a funcionalidade não metrológica, do tipo fixo. Dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar as infrações de trânsito cometidas pelos veículos que deixam de adentrar às áreas sinalizadas destinadas à pesagem nos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs (art. 209 do CTB).

V - Balança Seletiva - BS: Dispositivo que utiliza sensores sob o pavimento, que afere o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos em movimento que adentram às áreas dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs, identificando possíveis infratores que estejam com excesso de peso (art. 231,V do CTB).

VI - Balança Lenta - BL: Equipamento que afere com precisão em uma plataforma de pesagem o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos que passaram pela Balança Seletiva do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF possibilitando a confirmação do excesso de peso (art. 231,V do CTB).

**Tabela 3 - Tipos de Infrações**

<b>Tipo Infração</b>	<b>Enquadramento /Desdobramento</b>	<b>Descrição</b>
V	745-5/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%
	746-3/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%
	747-1/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%
AVANÇO	605-0/3	Avançar o sinal vermelho do semáforo (fiscalização eletrônica)
PARADA	567-3/2	Parar sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (fiscalização eletrônica)
EVASÃO	570-3/0	Deixar de conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação
	606-8/1	Transpor bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares
	606-8/2	Deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos
PESO	683-1/1	Transitar com o veículo com excesso de peso PBT/PBTC
	683-1/2	Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo
	683-1/3	Transitar com o veículo com excesso de peso - PBT/PBTC e Por Eixo

6.22.1.14 Após a segmentação dos registros infracionais, a solução de visão computacional deverá analisar os registros e classificá-los em válidos ou inválidos, indicando um motivo em caso de invalidação.

6.22.1.15 Os motivos de invalidação dos registros de infrações serão os parametrizados pela Contratante para a execução das FASES 1, 2 e 6.

6.22.1.16 A solução de visão computacional deverá ter capacidade de identificar as Placas de Identificação Veicular - PIV no padrão "Mercosul" ou anterior. O padrão da PIV "Mercosul" observa Resolução do CONTRAN e é composto de 7 (sete) caracteres alfanuméricos com fonte *FE Engschrift*, na sequência LLLNLNN, com espaçamento equidistante e combinação aleatória. Enquanto o modelo anterior, também regulamentado pelo CONTRAN, é composto de 7 (sete) caracteres alfanuméricos com fonte *Mandatory*, na sequência LLLNNNN. Em ambos os casos, "L" é uma letra e "N" um numeral.

6.22.1.17 Para os registros oriundos de equipamentos do tipo CEV, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.18 Para registros de equipamentos do tipo REV, os quais trazem até duas imagens para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional poderá identificar o *display* de velocidade e seus caracteres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.19 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.20 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo AVANÇO, a solução de visão computacional poderá identificar os focos luminosos do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela linha de retenção e faixa de travessia de pedestres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.21 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo PARADA, a solução de visão computacional poderá identificar o foco luminoso vermelho aceso do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela faixa de travessia de pedestres, e deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.22 Para os registros dos equipamentos do tipo CFR, os quais trazem uma ou mais imagens panorâmicas que caracterizem a infração e o veículo, a solução de visão computacional poderá identificar a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso nos casos dos acessos e saídas do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF e deverá identificar a placa do veículo do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.22.1 As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos do tipo CFR mostram a seção transversal da via, de forma a visualizar a faixa de tráfego do local fiscalizado.

6.22.1.23 Para os registros dos equipamentos do tipo BS, os quais trazem a imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário exibindo a imposição não atendida da área destinada à pesagem de veículos do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, a solução de visão computacional deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.1.23.1 A imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário mostra a imposição não atendida por meio de dispositivo luminoso.

6.22.1.23.2 A solução de visão computacional deverá identificar na imagem da infração o veículo na posição frontal e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, bem como poderá identificar o dispositivo luminoso de aviso e indicativo.

6.22.1.24 Para os registros dos equipamentos do tipo BL, os quais trazem a imagem frontal e a panorâmica do veículo no momento da pesagem, a configuração do veículo pesado na forma definida pelo SENATRAN, Peso Bruto Total - PBT, Peso Bruto Total Combinado - PBTC e peso por eixo ou conjunto de eixos, obtidos durante o processo de pesagem e repesagem do veículo expresso em quilograma, a identificação do instrumento de pesagem e de sua regularidade metrológica e os limites regulares de peso por eixo, PBT, PBTC e dimensões para a configuração do veículo fiscalizado, a solução de visão computacional deverá identificar na imagem frontal e panorâmica a placa do veículo e poderá verificar os dados acerca do peso obtidos na pesagem.

6.22.1.25 Para todas as situações acima descritas, em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

6.22.1.26 Para todas as situações acima descritas, em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão transmitidas ao SIOR.

6.22.1.27 A solução de visão computacional deverá ter capacidade de comunicação com Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, por meio do SIOR, a partir da placa do veículo identificada no registro infracional, visando obtenção das informações de marca, modelo e cor.

6.22.1.27.1 Para todos os registros, a partir das informações obtidas, a solução de visão computacional poderá verificar automaticamente a correspondência entre o veículo da imagem e os dados oriundos do RENAVAM, devendo as informações de correspondência ou não serem transmitidas ao SIOR.

## **6.22.2 FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual**

6.22.2.1 Consiste na execução de serviço de processamento, de forma manual, das imagens, no padrão JPG ou similar, que compõem os registros de infrações de trânsito, mediante utilização do SIOR.

6.22.2.2 Cada um dos registros disponibilizados pelo SIOR serão analisados e conferidos em duas fases distintas e serão classificados em válidos ou inválidos, caracterizando a execução das FASES 1 e 2.

6.22.2.3 Os motivos de invalidação dos registros de infrações serão os parametrizados pela Contratante para a execução das FASES 1, 2 e 6.

6.22.2.4 Os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento.

6.22.2.5 O prazo para execução da FASE 1: Conferência Manual será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

6.22.2.6 O prazo para execução da FASE 2: Conferência Manual será contado a partir do momento da disponibilização do registro para processamento na FASE 2.

6.22.2.7 A FASE 1: Conferência Manual poderá ser substituída pela execução da FASE 1: Conferência Automática, em caso de atendimento aos requisitos estabelecidos pelo DNIT para a solução de visão computacional.

6.22.2.8 Em caso de processamento mediante execução da FASE 1: Conferência Automática e FASE 2: Conferência Manual, para fins de validação ou invalidação dos registros nessas duas fases, valerá sempre a análise realizada na FASE 2: Conferência Manual.

6.22.2.9 Os registros nas FASES 1 e 2, manuais, serão classificados em válidos ou inválidos, conforme requisitos de processamento:

**Tabela 4** - Tipos de Equipamentos

Equipamento	Descrição
CEV	Controlador Eletrônico de Velocidade
REV	Redutor Eletrônico de Velocidade
CEM	Controlador Eletrônico Misto
CFR	Controle de Fuga na Rodovia
BS	Balança Seletiva
BL	Balança Lenta

I - Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV: medidor de velocidade (metrológico) do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho (art. 218 do CTB), por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB.

II - Redutor Eletrônico de Velocidade - REV: medidor de velocidade (metrológico), do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, e *display* de velocidade, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em segmentos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo regulamentado para a via ou para o segmento em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19). Conforme especificações no âmbito do PNCV, esse equipamento deve ser munido de:

- a) Foco luminoso intermitente de cor amarela ou âmbar situado no topo do equipamento, indicando sua presença.
- b) Foco luminoso de cor verde, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando dentro do limite de velocidade permitido.
- c) Foco luminoso de cor amarela, que seja acionado automaticamente quando for detectado veículo trafegando acima do limite de velocidade permitido.
- d) O foco luminoso deve ser visível a uma distância de, no mínimo, 120 (cento e vinte) metros.
- e) *Display* de velocidade, que seja visível a qualquer hora do dia ou da noite e sob quaisquer condições climáticas, com dígitos de dimensões de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) centímetros de altura, e intensidade luminosa com condições de legibilidade a uma distância de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

III - Controlador Eletrônico Misto - CEM: Equipamento do tipo CEV, ou seja, com funcionalidade metrológica de fiscalização do excesso de velocidade (art. 218 do CTB), acrescido das funcionalidades não metrológicas para detecção do avanço de sinal vermelho do semáforo (art. 208 do CTB) e da parada sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (art. 183 do CTB).

IV - Controle de Fuga na Rodovia - CFR: Equipamento que funciona com sistema automático, com a funcionalidade não metrológica, do tipo fixo. Dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar as infrações de trânsito cometidas pelos veículos que deixam de adentrar às áreas sinalizadas destinadas à pesagem nos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs (art. 209 do CTB).

V - Balança Seletiva - BS: Dispositivo que utiliza sensores sob o pavimento, que afere o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos em movimento que adentram às áreas dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização - PIAFs, identificando possíveis infratores que estejam com excesso de peso (art. 231,V do CTB).

VI - Balança Lenta - BL: Equipamento que afere com precisão em uma plataforma de pesagem o Peso Bruto Total - PBT e por eixo dos veículos que passam pela Balança Seletiva do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF possibilitando a confirmação do excesso de peso (art. 231,V do CTB).

**Tabela 5** - Tipos de Infrações

Tipo Infração	Enquadramento /Desdobramento	Descrição
V	745-5/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%
	746-3/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%
	747-1/0	Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%
AVANÇO	605-0/3	Avançar o sinal vermelho do semáforo (fiscalização eletrônica)

PARADA	567-3/2	Parar sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso (fiscalização eletrônica)
EVASÃO	570-3/0	Deixar de conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação
	606-8/1	Transpor bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares
	606-8/2	Deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos
PESO	683-1/1	Transitar com o veículo com excesso de peso PBT/PBTC
	683-1/2	Transitar com o veículo com excesso de peso - Por Eixo
	683-1/3	Transitar com o veículo com excesso de peso - PBT/PBTC e Por Eixo

6.22.2.11 Para os registros oriundos de equipamentos do tipo CEV, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.11.1 Em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e a informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.11.2 Em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas SIOR.

6.22.2.12 Para registros de equipamentos do tipo REV, os quais trazem até duas imagens para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar o *display* de velocidade e seus caracteres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.12.1 Em caso de sucesso na identificação da informação apresentada pelo *display*, a qual deve ser compatível com a velocidade considerada na infração, e na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.12.2 Em caso de insucesso na identificação da informação apresentada pelo *display*, ou mesmo se a velocidade considerada apresentada no *display* for incompatível com a da infração, ou na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.13 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem somente uma imagem para as infrações do tipo V, o técnico deverá identificar a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.13.1 Em caso de sucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.13.2 Em caso de insucesso na identificação da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.14 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo AVANÇO, o técnico deverá identificar os focos luminosos do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela linha de retenção e faixa de travessia de pedestres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.14.1 Em caso de sucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via ou, na sua ausência, a linha de retenção, assim como da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.14.2 Em caso de insucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via ou, na sua ausência, a linha de retenção, ou da placa do veículo e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.15 Para os registros de equipamentos do tipo CEM, os quais trazem três imagens para as infrações do tipo PARADA, o técnico deverá identificar o foco luminoso vermelho aceso do semáforo e a ocorrência de sinalização horizontal pintada junto à aproximação fiscalizada, caracterizada pela faixa de travessia de pedestres, além da placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.15.1 Em caso de sucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via, assim como da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.15.2 Em caso de insucesso na identificação do foco luminoso vermelho aceso do semáforo e da faixa de pedestres pintada na via, ou da placa e dos seus caracteres, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.16 Para os registros dos equipamentos do tipo CFR, os quais trazem uma ou mais imagens panorâmicas que caracterizam a infração e o veículo, mostrando a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso nos casos dos acessos e saídas do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, o técnico deverá identificar na imagem a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.16.1 As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos do tipo CFR mostraram a seção transversal da via, de forma a visualizar a faixa de tráfego do local fiscalizado.

6.22.2.16.2 O técnico deverá identificar na imagem da infração o veículo e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, assim como a sinalização de trânsito indicativa escrita ou luminosa.

6.22.2.16.3 Em caso de sucesso no registro das imagens panorâmicas mostrando a placa de Passagem Obrigatória ou dispositivo luminoso que caracterizem a infração e o registro do veículo e da sua placa, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

6.22.2.16.4 Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de forma que inviabilize a identificação da sinalização, ou do veículo e da sua placa, o registro será considerado inválido, devendo ser indicado a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

6.22.2.17 Para os registros dos equipamentos do tipo BS, os quais trazem a imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário exibindo a imposição não atendida da área destinada à pesagem de veículos do Posto Integrado Automatizado de Fiscalização - PIAF, o técnico deverá identificar na imagem a placa do veículo infrator e seus caracteres alfanuméricos.

6.22.2.17.1 A imagem frontal do veículo ao transpor o bloqueio viário mostra a imposição não atendida por meio de dispositivo luminoso.

6.22.2.17.2 O técnico deverá identificar na imagem da infração o veículo na posição frontal, e sua placa e seus caracteres alfanuméricos, bem como o dispositivo luminoso de aviso e indicativo.

6.22.2.17.3 Em caso de sucesso no registro das imagens da placa do veículo ao transpor o bloqueio viário e do dispositivo luminoso exibindo a imposição não atendida, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

6.22.2.17.4 Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de maneira que inviabilize o reconhecimento do veículo por imagem frontal, e da sua placa, ou do dispositivo luminoso de aviso e indicativo, o registro será considerado inválido, devendo ser indicada a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

6.22.2.18 Para os registros dos equipamentos do tipo BL, os quais trazem a imagem frontal e a panorâmica do veículo no momento da pesagem, a configuração do veículo pesado na forma definida pelo SENATRAN, Peso Bruto Total - PBT, Peso Bruto Total Combinado - PBTC e peso por eixo ou conjunto de eixos, obtidos durante o processo de pesagem e repesagem do veículo expresso em quilograma, a identificação do instrumento de pesagem e de sua regularidade metrológica e os limites regulares de peso por eixo, PBT, PBTC e dimensões para a configuração do veículo fiscalizado, o técnico deverá identificar na imagem frontal e panorâmica a placa do veículo e analisar os dados acerca do peso obtidos na pesagem.

6.22.2.18.1 Em caso de sucesso no registro das imagens frontal e panorâmica capturadas e na identificação da placa de forma legível do veículo, constando as informações em relação ao peso aferido por eixo, PBT, PBTC e relação ao limite regular, o registro será considerado válido e as informações serão transmitidas ao SIOR.

6.22.2.18.2 Em caso de insucesso, ocorrendo a ausência ou comprometimento da qualidade visual da imagem capturada, de maneira que inviabilize o reconhecimento do veículo por imagem frontal ou panorâmica, e da identificação da placa, ou informações incompletas ou ausentes acerca do peso aferido por eixo, PBT, PBTC, o registro será considerado inválido, devendo ser indicada a motivação, e as informações serão enviadas ao SIOR.

6.22.2.19 Para todos os registros, a partir das informações obtidas do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e apresentadas pelo SIOR, o técnico deverá verificar a correspondência entre o veículo das imagens e os dados fornecidos pelo RENAVAM.

6.22.2.19.1 Em caso de correspondência, o registro será considerado válido e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.19.2 Em caso de não correspondência, o registro será considerado inválido, um motivo de invalidação deverá ser indicado, e as informações serão registradas no SIOR.

6.22.2.20 Os registros invalidados, por motivo de responsabilidade das operadoras do PNCV ou do PNP, poderão ser encaminhados para análise de contestação.

6.22.2.21 Prezando pela boa prestação da FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual, ficará a cargo do contratado a realização rotineira de treinamento dos seus técnicos.

6.22.2.22 Caberá ao contratado, por meio do SIOR, controlar o fluxo de processamento dos registros e os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus técnicos.

### **6.22.3 FASE 3: Arbitragem**

6.22.3.1 Consiste na execução de serviço de processamento, de forma manual, dos registros de infrações de trânsito com divergências entre as análises na FASE 1 e FASE 2: Conferência Manual, mediante utilização do SIOR.

6.22.3.2 Na FASE 3: Arbitragem, os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento, e o prazo para execução será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

6.22.3.3 Os registros serão processados nos seguintes casos:

I - em caso de divergências entre as análises nas FASES 1 e 2, manuais, e;

II - em caso de qualquer incorreção na validação do registro de infração identificada na execução do FASE 4: Preparação.

6.22.3.4 Os requisitos de processamento para a FASE 3 são idênticos aos das FASES 1 e 2, manuais.

6.22.3.5 O resultado da análise do registro de infração promovida na FASE 3 é soberano ao das demais análises.

#### 6.22.4 FASE 4: Preparação

6.22.4.1 Consiste na execução de serviço de preparação das imagens dos registros de infrações de trânsito, de forma manual, mediante utilização do SIOR, com obliteração do condutor e passageiros do veículo infrator e destaque da placa, sem qualquer adulteração das suas informações originais através de manipulação e comprometimento da visualização dos elementos que comprovam a infração de trânsito.

6.22.4.2 Os registros serão disponibilizados para processamento por ordem de recebimento, e o prazo para execução será contado a partir do momento do recebimento do registro para processamento.

6.22.4.3 Durante a execução da FASE 4, caso seja identificada qualquer inconsistência na validação, o registro de infração deverá ser encaminhado para reanálise na FASE 3: Arbitragem.

6.22.4.4 As premissas para análise dos registros na FASE 4 são idênticas as das FASES 1 e 2, manuais.

6.22.4.5 Prezando pela boa prestação dos serviços na FASE 4, ficará a cargo do contratado a realização rotineira de treinamento dos seus técnicos, os quais serão distintos daqueles que executam os serviços nas FASES 1 e 2 manuais, e 6.

#### 6.22.5 Contestação

6.22.5.1 Consiste na execução do serviço de análise da contestação, originada a partir de questionamento realizado pelo operador do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e do Plano Nacional de Pesagem - PNP, em caso de invalidação atribuída no processamento dos registros nas FASES 1 e 2.

6.22.5.2 Havendo discordância por parte do operador do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV ou do Plano Nacional de Pesagem - PNP, acerca da imputação de responsabilidade pela invalidação, o mesmo poderá realizar contestação do resultado do processamento da imagem.

6.22.5.3 O prazo para o operador contestar as imagens é de 24 horas, a partir da invalidação atribuída no processamento dos registros nas FASES 1 e 2.

6.22.5.4 O contratado também terá 24 horas, a partir da contestação realizada pelo operador, para analisar o registro.

6.22.5.5 Na análise da contestação, o contratado será remunerado apenas quando mantiver o motivo de invalidação original. Havendo alteração do motivo de invalidação, ainda que seja imputado às operadoras, ou tornando-se a imagem válida, o contratado não será remunerado pelo serviço de análise da contestação.

6.22.5.6 O contratado deverá administrar a sua força de trabalho de modo a garantir a execução do serviço de análise da contestação, promovendo capacitação rotineira.

6.23 O contratado deverá confeccionar relatório mensal acerca dos serviços executados.

6.24 Os registros analisados serão arquivados e posteriormente descartados, respeitando-se a legislação arquivística pertinente.

6.25 Caberá ao contratado, por meio do SIOR, controlar o fluxo de processamento dos registros e os prazos de entrega, bem como garantir o balanceamento das atividades e os turnos de trabalho dos seus técnicos.

6.26 O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 1** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

#### SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

6.27 A execução consiste na execução das atividades de recepção, classificação, e preparação para transformar os documentos em papel em arquivos digitais, por meio de digitalização, assim como o registro dos documentos no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias (SIOR), no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e demais estabelecidos pelo DNIT. Por último, o acondicionamento dos documentos físicos em caixas arquivo de papelão, para destinação final pela setorial responsável pelos arquivos.

6.28 Os documentos físicos, relativos os tipos de documentos elencados na Tabela 6, originários dos protocolos físicos da Autarquia; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT; e de outros órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, serão recepcionados pelo DNIT e disponibilizados para tratamento pelo contratado.

6.29 Caberá ao contratado, após o recebimento dos documentos físicos, executar as seguintes atividades:

- a) Receber os documentos, identificando aqueles que são da competência do DNIT; assim como preencher eventuais Avisos de Recebimento - AR, devolvendo-os à EBCT; como também providenciar o encaminhamento daqueles de competência de outros órgãos e entidades;
- b) Realizar a classificação por tipo de documento, conforme Tabela 6, e preparar os documentos para digitalização, priorizando a disponibilização para análise e instrução os documentos do tipo 1.

**Tabela 6 - Tipos de Documentos**

Tipo de Documento		Descrição
01	FICI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li> </ul>
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li> </ul>
03	SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li> </ul>
04	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>
05	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recurso Administrativo em 1ª Instância ou solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>
06	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recurso Administrativo em 2ª Instância ou solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>
07	RESTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento de restituição de valor pago relativo a auto infração de trânsito.</li> </ul>
08	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento de baixa de auto de infração de trânsito.</li> </ul>
09	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento de desvinculação de auto de infração de trânsito.</li> </ul>
10	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento de cancelamento de auto de infração de trânsito: por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li> </ul>
11	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial.</li> </ul>
12	DOC. FORA DO PAZO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento protocolado após fim dos prazos administrativos.</li> </ul>
13	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento de defesa e/ou recurso de apuração de responsabilidade de terceiros por prejuízos causados à rodovia de responsabilidade do DNIT.</li> </ul>
14	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimentos diversos de competência do DNIT não listados.</li> </ul>

- c) Digitalizar os documentos assegurando a legibilidade, fidelidade ao original e conformidade com os padrões técnicos estabelecidos;
- d) Efetuar a conferência dos documentos digitalizados, garantindo que estejam completos, íntegros e sem falhas de digitalização;

- e) Converter os documentos para o formato PDF/A, garantindo a compatibilidade com normas de arquivamento de longo prazo, e renomeá-los conforme protocolo de comunicação com o SIOR;
- f) Disponibilizar os documentos digitalizados em repositório adequado para importação automática pelo SIOR ou, quando necessário, proceder ao registro manual no SIOR, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro sistema estabelecido pelo DNIT;
- g) Organizar e acondicionar os documentos físicos em caixas arquivo fornecidas pelo contratado, identificando-os de forma padronizada para facilitar a rastreabilidade e disponibilizá-los ao DNIT para a devida destinação final;
- h) Elaborar e registrar documentos oficiais no SEI, garantindo a rastreabilidade e conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo DNIT. Além disso, realizar o devido encaminhamento dos documentos de competência de outros órgãos e entidades, assegurando sua correta tramitação e destinação.

6.30 A preparação dos documentos envolve remover grampos, cliques, e qualquer outro material que possa prejudicar a digitalização e o arquivamento dos documentos; desamassar e ordenar a fim de torná-los aptos à digitalização.

6.31 Extrair documentos armazenados em mídias diversas, tais como CDs e *pendrives*, convertendo-os para o formato digital acessível, quando possível, de modo a viabilizar sua posterior análise.

6.32 Deverá ser digitalizado um documento por vez, conforme o tipo.

6.33 Devem ser digitalizados os versos das páginas que tiverem algum tipo de informação, enquanto eventual página em branco digitalizada, ou seja, sem qualquer tipo de informação, deve ser eliminada.

6.34 Para documentos com texto, o *scanner* deve permitir a aplicação de OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres), de modo a possibilitar a pesquisa no arquivo PDF/A.

6.35 A conferência dos documentos digitalizados deve garantir a fidelidade ao original, a legibilidade do conteúdo e a correspondência à quantidade de páginas. Devem ser verificadas possíveis falhas, como cortes indevidos, distorções e desalinhamentos. Caso o arquivo não atenda às especificações, uma nova digitalização deverá ser realizada. Recomenda-se que a conferência seja feita por pessoa distinta daquela que executou a digitalização, assegurando a qualidade e integridade dos documentos.

6.36 Os procedimentos e as tecnologias utilizados na digitalização deverão estar de acordo com as prerrogativas do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, e suas alterações.

6.37 Os documentos digitalizados deverão ser devidamente organizados e acondicionados em caixas arquivo de papelão fornecidas pelo contratado. Cada caixa arquivo deverá conter um espelho, com a devida identificação e descrição clara do conteúdo armazenado, incluindo informações relevantes como o número ou categorias dos documentos, para facilitar a localização e consulta futura. É imprescindível que as caixas sejam de material resistente, apropriado para o armazenamento de documentos, a fim de assegurar sua integridade ao longo do tempo.

6.38 Para a execução do **SERVIÇO 2**, o DNIT disponibilizará o espaço físico, que deverá ser adequado pela contratada, climatizado e os sanitários; a infraestrutura de redes e de telecomunicações e o acesso à *Internet*; as estações de trabalho e cadeiras, assim como fornecerá a energia elétrica. Além disso, o DNIT se responsabilizará pela limpeza, segurança e vigilância predial. O material de expediente necessário à execução do Contrato ficará à cargo do contratado.

### SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

6.39 Consiste na execução do serviço de apoio à análise e instrução, mediante utilização do SIOR, SEI, dentre outros sistemas estabelecidos pelo DNIT, de processos administrativos relativos às infrações de trânsito, danos causados por terceiros ao patrimônio público - visando a responsabilização e eventual ressarcimento ao erário - e apuração de sinistros de trânsito, de competência da Autarquia, à luz, principalmente, da Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e suas alterações; das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; Portarias e Deliberações da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN; e da Súmula STJ nº 312.

6.40 O contratado será responsável pela análise e instrução dos processos após sua disponibilização no SIOR ou SEI, conforme o caso. O processo de instrução deverá seguir os preceitos legais, normativos e administrativos pertinentes, garantindo a correção e a adequação dos atos. A Tabela 7, a seguir, apresenta os tipos de processos que deverão ser analisados e instruídos, com a respectiva atribuição de Grau de Complexidade - GC, que varia de 1 a 6. O contratado deve observar, de forma minuciosa, os prazos e as diretrizes estabelecidas, de modo a garantir a eficiência, legalidade e integridade dos processos administrativos envolvidos.

6.41 Caberá ao contratado, após a disponibilização no SIOR ou SEI, iniciar a análise e instrução dos seguintes tipos de processos elencados na Tabela 7 abaixo, a qual estabelece o Grau de Complexidade - GC - variável de 1 até 6, relacionado à análise e instrução de cada um deles.

**Tabela 7 - Tipos de Processos**

Tipo de Processo	Descrição do Processo	GC



01	FICI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Formulário de Identificação do Condutor Infrator.</li> </ul>	1
02	FIRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Formulário de Identificação do Responsável pela Infração.</li> </ul>	2
03	SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a solicitação de conversão de multa em penalidade de advertência por escrito.</li> </ul>	
04	OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos diversos, como solicitação de informação (LAI); solicitação de Nada Consta; solicitação de motivo de indeferimento de FICI, FIRI, SA, Defesa, Recurso, Restituição, Cancelamento; solicitação de cópia integral ou parcial de processos; documentos encaminhados fora do prazo administrativo; dentre outros pedidos não listados pertinentes ao objeto da contratação.</li> </ul>	3
05	DA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Defesa da Autuação ou solicitação de desistência de Defesa.</li> </ul>	
06	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a baixa de auto de infração de trânsito, por pagamento, prescrição, entre outros motivos.</li> </ul>	
07	CANCELAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a cancelamento administrativo de auto de infração de trânsito; por falha na identificação da placa e/ou veículo; com fulcro no art. 280, §6º do CTB; e por clonagem, roubo ou furto de veículo.</li> </ul>	
08	RECURSO 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Recurso Administrativo em 1ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT; solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	4
09	RECURSO AUTORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrução e minuta de Recurso Administrativo em 2ª Instância a ser interposto pela Autoridade de Trânsito do DNIT.</li> </ul>	
10	DESVINCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a desvinculação de auto de infração de trânsito.</li> </ul>	5
11	COBRANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a inscrição de créditos e de devedores em sistemas de proteção ao crédito, Dívida Ativa, CADIN, SIAFI, dentre outros estabelecidos pelo DNIT.</li> </ul>	
12	RECURSO 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a Recurso Administrativo em 2ª Instância, o qual requer análise, instrução e minuta de relatório para posterior julgamento pelos membros do Colegiado Especial - CE/DNIT, solicitação de aplicação de efeito suspensivo; e solicitação de desistência de Recurso.</li> </ul>	
13	FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de solicitação de restituição de valor pago relativo a auto de infração de trânsito.</li> <li>• Processo relativo a cobrança de repasse financeiro pelos órgão e entidades de trânsito estaduais.</li> <li>• Processo relativo a restituição de valores repassados ao FUNSET, SENATRAN e aos órgãos e entidades de trânsito estaduais.</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo relativo a auto de infração em discussão extrajudicial ou judicial, o qual demanda apresentação de subsídios à PFE/DNIT; e cumprimento de demais determinação judiciais, como reativação, suspensão, desvinculação ou cancelamento de auto infração de trânsito.</li> </ul>	

14	JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo oriundo do Ministério Público Federal - MPF; de órgãos de controle externo (TCU e CGU); assim como de órgãos de controle interno.</li> <li>• Processos relacionados a sinistros ou outras ocorrências em rodovias que envolvam discussões extrajudiciais ou judiciais, bem como a elaboração de subsídios a serem encaminhados à PFE/DNIT.</li> </ul>	6
15	DANOS AO PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de apuração e cobrança de danos ao patrimônio do DNIT, exigindo a análise de defesas e recursos apresentados pelos autuados, com o objetivo de subsidiar a responsabilização de terceiros por prejuízos causados à infraestrutura de transportes sob gestão da Autarquia.</li> </ul>	

6.42 O serviço de apoio à análise e instrução envolve, ainda, a realização de análise de dados e informações disponíveis no SIOR, bem como de informações e de documentos provenientes de fontes diversas, como do próprio SIOR e do SEI, e também do Sistema de Acompanhamento de Contratos - SIAC; SAPIENS; Sistema de Gestão Financeira - SGF; Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; dentre outros utilizados na Autarquia.

6.43 Os procedimentos a serem realizados na cobrança e recuperação dos créditos (11 - COBRANÇA) oriundos das atividades inerentes ao gerenciamento da faixa de domínio e da Autorização Especial de Trânsito - AET necessitarão da atuação conjunta entre o contratado e o contratante, conforme os normativos vigentes e suas atualizações.

6.44 Caberá ao contratado elaborar, atualizar e manter as teses jurídicas, alegações e fundamentações pertinentes, assegurando que os registros sejam realizados no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR sempre que necessário. A elaboração dessas teses deverá ser fundamentada no acompanhamento constante da legislação de trânsito e nas demais normas legais aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Portarias e Deliberações da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, e outras legislações correlatas que regem as tipologias de processos elencados e a atuação do DNIT.

6.45 O contratado deverá realizar o monitoramento constante das principais alegações e fundamentações apresentadas pelos cidadãos, identificando as mais recorrentes, visando aprimoramento da fiscalização no âmbito do PNCV e do PNP, assim como do processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

6.46 O contratado será responsável pelo monitoramento contínuo da tramitação dos processos administrativos analisados e instruídos, garantindo que todas as informações pertinentes sejam devidamente registradas e atualizadas no Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR sempre que necessário. O monitoramento deve ser realizado de forma sistemática, assegurando que os processos evoluam dentro dos prazos estabelecidos, e que qualquer alteração ou nova informação seja inserida corretamente no sistema.

6.47 No âmbito da execução do SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, o contratado também terá a incumbência de elaborar, revisar e manter atualizados os *scripts* de atendimento utilizados no SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO. Esses *scripts* devem ser ajustados conforme a evolução das práticas e procedimentos internos, bem como as orientações legais pertinentes, a fim de garantir uma comunicação clara, precisa e eficiente com o público interno e externo ao DNIT.

6.48 O contratado deverá monitorar as sugestões, reclamações e elogios dos cidadãos durante o atendimento no SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO, identificando áreas de aprimoramento no atendimento e na análise e instrução processual, com foco na melhoria contínua, eficiência e desburocratização. Quaisquer padrões ou questões relevantes identificados devem ser reportados ao DNIT, com recomendações para ajustes ou melhorias nos processos, a fim de otimizar a experiência do cidadão e a gestão das atividades.

6.49 O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 3** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

#### SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

6.50 Consiste na realização de atendimento ao público interno e externo do DNIT, com base nos dados do SIOR e demais bancos de dados aos quais o contratado tiver acesso, de forma virtual ou por meio de telefone. O atendimento abrangerá temas relacionados a infrações de trânsito, processos de danos ao patrimônio público, apuração de sinistros de trânsito e informações sobre infraestrutura rodoviária.

6.50.1 O público interno envolve os demais setores do DNIT, inclusive as Superintendências Regionais e Unidades Locais. Enquanto, o público externo, além de envolver o usuário, também considera o atendimento aos demais órgãos e entidades que se relacionam com a Autarquia.

6.51 O atendimento será realizado de forma remota, por meio dos seguintes canais e instrumentos, observadas as diretrizes previamente estabelecidas pela Contratante:

**a) Telefone institucional:** atendimento por meio de número disponibilizado pela Contratante;

**b) Correio eletrônico:** atendimento por meio de e-mail institucional a ser fornecido pela Contratante;

**c) Sistema institucional:** atendimento humanizado de questão complexa não tratada ou direcionada por *chatbot* disponibilizado pela Contratante;

6.52 A Contratante será responsável pela disponibilização dos canais de atendimento (telefone, e-mail e *chatbot*). Ao contratado caberá fornecer toda a infraestrutura necessária para a execução do atendimento remoto, incluindo equipamentos, conectividade, licença para acesso via VPN, certificados digitais e demais recursos técnicos que se façam necessários para garantir a continuidade e a segurança dos serviços.

6.53 Os e-mails, as chamadas e acionamentos do *chatbot* serão gerenciados pelo contratado por meio de ferramentas desenvolvidas e disponibilizadas pelo DNIT.

6.54 O atendimento deverá ser prestado em regime de plantão, com disponibilidade operacional de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, de forma a garantir o funcionamento ininterrupto das atividades previstas neste Termo de Referência.

6.55 O contratado deverá observar os *scripts*, elaborados e atualizados pelo SERVIÇO 3, para a realização do atendimento aos usuários que buscarem atendimento junto ao DNIT.

6.56 O atendimento ao público envolve a prestação de informações; esclarecimentos sobre os processos e legislação que os rege; o comando de transações do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, visando atualizar as bases de dados locais e dos demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e o registros de sugestões, reclamações e elogios pertinentes à área de atuação da Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET; demandas e dúvidas dos usuários das rodovias federais sob responsabilidade do DNIT, abrangendo temas diversos como: condições da via, obras, sinalização, sinistros de trânsito, dentre outros - incluindo eventuais ocorrências imprevistas ou de caráter contingencial, como quedas de barreira, alagamentos, manifestações e sinistros de trânsito.

6.56.1 Os registros de sugestões, reclamações e elogios apresentados pelos usuários durante o atendimento deverão ser coletados e tratados pelo SERVIÇO 5, para apresentar ao SERVIÇO 3 visando aprimorar a prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização, devendo o contratado, no âmbito do SERVIÇO 3, propor melhorias no fluxo de processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

6.57 O atendimento ao público deverá se pautar nos seguintes princípios:

I - Princípio da competência: o usuário espera que o atendente possua informações detalhadas sobre o funcionamento da organização e do setor que ele procurou.

II - Princípio da legitimidade: o usuário deve ser atendido com ética, respeito, imparcialidade, sem discriminações, com justiça e colaboração.

III - Princípio da disponibilidade: o atendente representa, para o usuário, a imagem da organização. Assim, deve haver empenho para que o usuário não se sinta abandonado, desamparado, sem assistência. O atendimento deve ocorrer de forma personalizada, atingindo-se a satisfação do usuário.

IV - Princípio da flexibilidade: o atendente deve procurar identificar claramente as necessidades do usuário e se esforçar para ajudá-lo, orientá-lo, conduzi-lo a quem possa ajudá-lo adequadamente.

6.58 O monitoramento da qualidade do atendimento será realizado por meio de *dashboards* gerenciais desenvolvidos e mantidos pelo SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA, com base nos dados estruturados e periodicamente atualizados pelo SERVIÇO 4. Esses painéis deverão consolidar indicadores como tempo médio de atendimento, taxa de resolatividade na primeira resposta, tipos recorrentes de demandas e níveis de satisfação dos usuários, podendo ser ampliados com outros parâmetros, conforme as necessidades da Contratante.

6.59 O contratado deverá prestar o **SERVIÇO 4** em regime de teletrabalho, mantendo seus empregados em *home office*. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. Eventualmente, de acordo com a necessidade da demanda, a equipe deverá estar preparada para prestar o serviço em regime presencial.

## **SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA - CI**

6.60 O serviço consiste na realização da coleta e tratamento de dados e informações de infraestrutura rodoviária com potencial para dar suporte à análise e instrução de processos e ao atendimento ao usuário interno e externo ao DNIT, assim como para a produção de materiais de comunicação e otimização dos serviços prestados pela Autarquia. Contempla também o gerenciamento das ocorrências e comunicações internas e externas ao Departamento, além de funcionar como integrador dos demais serviços que integram o objeto da presente contratação.

6.61 A Central de Inteligência constitui-se como unidade estratégica a ser implantada e operada com a finalidade de aprimorar a coordenação institucional, assegurar o monitoramento contínuo de indicadores operacionais e fortalecer a resposta a eventos frequentes, inesperados e críticos, promovendo uma gestão integrada, proativa e embasada em dados nas rodovias federais de responsabilidade do DNIT.

6.62 Caberá ao contratado utilizar indicadores de desempenho para fins de gestão e melhoria contínua da execução contratual. A obtenção ou utilização e o monitoramento de dados do SIOR, do SEI e demais sistemas a que tiver acesso, podem subsidiar o acompanhamento da produtividade individual e por equipe, considerando a complexidade e o tipo dos processos instruídos e analisados. Esses indicadores poderão embasar decisões operacionais internas do contratado, como a realocação de pessoal, o redimensionamento de esforços e a identificação de necessidades de capacitação, contribuindo para uma execução mais eficiente e estratégica do serviço.

6.63 Trata-se de uma estrutura físico-tecnológica voltada à gestão inteligente das informações operacionais, com apoio à tomada de decisão em tempo real, à análise de desempenho da malha viária e à comunicação qualificada com o cidadão e com parceiros institucionais. Seu papel é transversal e multidisciplinar, conectando as diversas áreas da Autarquia.

6.64 Deverá ser incentivada a inovação, com adoção de métodos focados na utilização de recursos de inteligência artificial, considerando os normativos vigentes, automação de processos e análise geoespacial para aumentar a eficiência, agilidade e precisão das operações deste centro especializado.

6.65 Caberá ao contratado adquirir as licenças dos *softwares* necessários para a execução dos serviços, bem como a capacitação periódica das equipes para uso das ferramentas e aprimoramento dos processos.

6.65.1 O contratado deverá fornecer as licenças do tipo Power BI Premium por Usuário (PPU) ou Power BI Pro para a equipe de tecnologia, caso as licenças eventualmente disponibilizadas pelo DNIT sejam insuficientes para o uso de recursos avançados necessários à execução do objeto.

6.66 São objetivos da Central de Inteligência:

- I - Integrar e coordenar dados, ações e comunicações relacionadas à operação rodoviária;
- II - Monitorar, em tempo real ou de forma periódica, condições de tráfego, desempenho da infraestrutura, incidentes e intervenções;
- III - Subsidiar a formulação de estratégias operacionais baseadas em evidências;
- IV - Apoiar tecnicamente a resposta a situações emergenciais;
- V - Estabelecer canais de atendimento centralizados, automatizados e acessíveis aos usuários;
- VI - Produzir conhecimento institucional e garantir sua preservação ao longo do tempo de forma contínua;
- VII - Articular com órgãos e entidades externos;
- VIII - Promover inovação contínua por meio de tecnologias emergentes.

6.67 Caberá ao contratado a estruturação de três equipes especializadas:

**6.67.1 Equipe de Tecnologia**, responsável pela coleta e tratamento das informações de infraestrutura rodoviária para suporte à análise, indicadores de desempenho dos serviços, visando subsidiar a gestão na tomada de decisões, bem como desenvolvimento de ferramentas sistêmicas, integração entre sistemas internos e externos, automatização de atividades para otimização dos serviços, dentre outras atribuições;

**6.67.2 Equipe de Comunicação**, responsável pela comunicação de assuntos relacionados a operações e eventos rodoviárias e otimização dos serviços de comunicação prestados pelo DNIT; e,

**6.67.3 Equipe de Análise de Dados**, responsável pelo levantamento, correlacionamento, cadastro, atualização e manutenção contínua dos dados operacionais da malha rodoviária federal, com foco no registro de contramedidas de engenharia, bem como gerenciamento de ocorrências nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT.

6.68 A **EQUIPE DE TECNOLOGIA** será responsável por:

- a) Consolidar, estruturar e manter os dados operacionais e institucionais, oferecendo suporte técnico e gerencial à Contratante, incluindo a coleta, tratamento, visualização e disseminação de informações estratégicas por meio de painéis digitais, mapas interativos e *dashboards* analíticos;
- b) Modernizar e ampliar o Portal de Multas de Trânsito do DNIT, garantindo sua constante atualização conforme alterações legais, normativas e administrativas vigentes a serem analisadas pelo SERVIÇO 3, inclusive com integração ao Portal Gov.br;
- c) Monitorar a avaliação dos serviços da área de infrações de trânsito do DNIT no Portal Gov.br (<https://www.gov.br/pt-br>) para proposição de melhorias no SERVIÇO 4.
- d) Desenvolver e manter soluções tecnológicas avançadas e sistemas, e integração com sistemas internos e externos;

Assegurar a rastreabilidade, segurança e integridade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e instruções do DNIT;

- e) Oferecer suporte técnico contínuo, incluindo a manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas e ferramentas implantados;

Realizar a integração com ferramentas externas, estruturando rotinas de coleta e análise de dados para subsidiar ações reativas e proativas de acionamento de intervenções nas rodovias federais sob responsabilidade do DNIT;

- f) Desenvolver mecanismos de observabilidade e monitoramento, com indicadores de risco e desempenho e painéis gerenciais para acompanhamento das operações digitais e dos serviços.

6.68.1 A Equipe será composta por profissionais como: Analista de Dados (Sênior e Pleno), Cientista de Dados (Sênior e Pleno) e Desenvolvedor de Sistemas (Sênior).

6.69 A **EQUIPE DE COMUNICAÇÃO** será responsável por:

- a) Produzir conteúdos jornalísticos, publicitários e audiovisuais relevantes de forma contínua e integrada;
- b) Produzir campanhas de educação para o trânsito, voltadas para as mídias sociais, com foco em cidadania, segurança viária, mobilidade e mudança de comportamento;
- c) Atuar com foco na transparência, no serviço ao cidadão e no fortalecimento da imagem institucional do DNIT;
- d) Manter presença ativa e coerente nas mídias sociais, site institucional e canais oficiais;
- e) Garantir clareza, acessibilidade, legalidade e responsabilidade na comunicação pública;
- f) Integrar áreas de jornalismo, publicidade e *design* para coesão de mensagens e maior engajamento;
- g) Monitorar diariamente a mídia (TV, rádio, internet e redes sociais) e realizar *clipping* de temas estratégicos;
- h) Produzir materiais informativos sobre operações de trânsito, obras, interdições e intervenções nas rodovias federais;
- i) Apoiar ações operacionais e educativas com produção de croquis, mapas, infográficos, banners e outros materiais gráficos;
- j) Definir e acompanhar métricas de engajamento e desempenho para aprimorar campanhas e conteúdos;
- k) Articular com públicos internos e externos para coleta e validação de informações técnicas e institucionais;
- l) Atuar permanentemente (não apenas em campanhas sazonais), ampliando o diálogo com a sociedade e a imprensa;
- m) Avaliar conteúdos publicitários veiculados em espaços institucionais e mídia aberta, garantindo conformidade legal e alinhamento institucional.
- n) Apoiar na produção de *webinars*, *lives* e gravações voltadas às mídias sociais, à TV e ao rádio.

6.69.1 A Equipe será composta por profissionais como: Jornalista Pleno, Publicitário Pleno e *Designer* Gráfico.

6.70 A **EQUIPE DE ANÁLISE DE DADOS** será responsável por:

- a) Realizar o cadastro e o inventário de elementos da malha viária federal, conforme demanda da Contratante, incluindo elementos como sinalização rodoviária, dispositivos de contenção, condições da infraestrutura, serviços de manutenção e restauração, acionamentos de problemas, registro de sinistros e demais itens localizados na faixa de domínio das rodovias sob responsabilidade do DNIT;
- b) Utilizar ferramentas da área do georreferenciamento, como sistemas GIS e ferramentas de análise espacial para a coleta, tratamento e modelagem, integração e atualização dos dados técnicos e operacionais das rodovias;
- c) Manter atualizadas as bases de dados institucionais relacionadas à Central de Inteligência, promovendo a integração com informações de outras setoriais do DNIT;
- d) Apoiar a instrução de processos administrativos internos, conduzindo as etapas necessárias para obtenção de informações ou dados junto a órgãos e entidades públicos e fontes externas, em articulação com a Equipe de Tecnologia;
- e) Inserir direto e manualmente eventos no sistema Waze via editor de Mapa, enquanto a implementação automatizada estiver em desenvolvimento pela Equipe de Tecnologia, com base em informações verificadas e confirmadas;
- f) Viabilizar o acionamento tempestivo das áreas técnicas do DNIT, sempre que forem identificadas ocorrências relevantes, anomalias operacionais ou situações críticas, preferencialmente por meio de processos formalizados no SEI;
- g) Propor soluções inovadoras para aprimorar o monitoramento da malha viária, incluindo o uso de sensoriamento remoto, automação, inteligência artificial e outras tecnologias avançadas;
- h) Estabelecer interlocução com as diversas áreas técnicas e regionais do DNIT, promovendo o fluxo contínuo de informações, a validação de dados e o encaminhamento ágil das demandas operacionais;
- i) Assegurar a rastreabilidade, a integridade e a qualidade das informações técnicas produzidas, em conformidade com as diretrizes institucionais e os padrões de segurança da informação.

6.70.1 A Equipe será composta por profissionais como: Engenheiro Civil (Sênior) e Técnicos Administrativos (nível médio).

6.71 A execução das atividades de coleta, tratamento e análise de dados no âmbito da Central de Inteligência deverá utilizar, preferencialmente, o ecossistema da plataforma Microsoft Fabric no tenant do DNIT. O contratado deverá estruturar o ciclo de vida dos dados adotando a Arquitetura Medalhão (Bronze, Prata, Ouro) dentro do OneLake, assegurando a segregação lógica entre dados brutos, tratados e refinados.

6.71.1 Todos os processos de transformação de dados deverão ser executados através de pipelines auditáveis, sendo vedada a manipulação manual de dados em planilhas locais para fins de produção de indicadores oficiais, garantindo-se assim a reprodutibilidade e auditabilidade da informação.

6.72 Para a execução do **SERVIÇO 5**, o DNIT disponibilizará o espaço físico, que deverá ser adequado pela contratada, climatizado e os sanitários; a infraestrutura de redes e de telecomunicações e o acesso à *Internet*; as estações de trabalho e cadeiras, assim como fornecerá a energia elétrica. Além disso, o DNIT se responsabilizará pela limpeza, segurança e vigilância predial. O material de expediente necessário à execução do Contrato ficará à cargo do contratado.

ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO

6.73 A adequação de espaço físico, localizado na Sede do DNIT em Brasília/DF, compreenderá a execução de intervenções estruturais e de acabamento necessárias para adaptar o ambiente às necessidades da contratada, visando máxima eficiência na prestação dos serviços da presente contratação, em conformidade com as definições do DNIT, assim como com o Anexo III - Projeto Adequação de espaço físico (SEI nº 23540068) e Anexo IV - Orçamento Referencial Adequação de espaço físico (SEI nº 22048093).

6.74 O espaço físico a ser adequado segue o conceito de *coworking*, e será ocupado pelos colaboradores da contratada, servidores do DNIT e demais terceirizados que apoiam a execução das atividades no âmbito da Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito - CMET, sendo composto por salas de trabalho abertas, sala de reunião de uso comum - inclusive por outras setoriais do DNIT, estúdio de gravação, copa, sala de descompressão, arquivo, recepção e ilhas de trabalho com foco em integração e socialização.

6.75 O contratado deverá elaborar projeto executivo e de interiores, tomando como referência o projeto básico, de forma a detalhar e orientar a execução dos serviços.

6.76 O prazo para conclusão integral do serviço será de 6 (seis) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços - OIS, observando-se todas as normas técnicas vigentes, requisitos de ergonomia, segurança do trabalho e diretrizes da instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Informa-se que estimativa foi realizada com base na análise do Contrato nº 070/2021, oriundo do Edital nº 404/2020, firmado entre o DNIT e o Consórcio EGL Engenharia Ltda e DCT Tecnologia e Serviços Ltda, objeto o qual tem por objeto a prestação dos serviços de processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV e Contrato nº 084/2021, oriundo do Edital nº 405/2020, firmado entre o DNIT e a SERGET Mobilidade Viária Ltda, o qual tem por objeto a prestação de serviços de apoio ao processamento das infrações de trânsito de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

7.2 Para a referida análise foi considerado o histórico do período de 04/2021 a 04/2025. Além disso, foram realizadas consultas ao banco de dados do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR, por meio das quais foi possível identificar parâmetros técnicos consistentes para a projeção dos novos quantitativos. Para essa projeção, foi utilizado um modelo estatístico de séries temporais com a inclusão de variáveis exógenas.

7.3 Apresenta-se os quantitativos estimados para a presente contratação, conforme Tabela abaixo.

Tabela 13 - Quantitativos estimados do Serviço 1 ao 3

				SERVIÇO 1					SERVIÇO 2
MÊS	Faixas	Registros Infracionais	Taxa de Aproveitamento	FASE 1 - MANUAL /AUTOMÁTICO	FASE 2 - MANUAL	FASE 3 - ARBITRAGEM	FASE 4 - PREPARAÇÃO	CONTESTAÇÃO	SERVIÇO 2 DIGITALIZAÇÃO D E DOCUMENTOS
MÊS 01	3.329	1.319.220	50,00%	1.319.220	1.319.220	13.192	659.610	13.192	16.490
MÊS 02	3.387	1.410.500	50,19%	1.410.500	1.410.500	14.246	707.930	14.105	18.902
MÊS 03	3.235	1.398.180	50,38%	1.398.180	1.398.180	14.261	704.403	13.981	19.934
MÊS 04	3.235	1.469.958	50,57%	1.469.958	1.469.958	15.140	743.358	14.846	22.384
MÊS 05	3.235	1.403.990	50,76%	1.403.990	1.403.990	14.741	712.665	14.180	22.604

MÊS 06	3.131	1.358.700	50,95%	1.358.700	1.358.700	14.402	692.258	13.858	23.138
MÊS 07	2.356	1.403.990	51,14%	1.403.990	1.403.990	15.022	718.000	14.320	25.223
MÊS 08	2.356	1.315.020	51,33%	1.315.020	1.315.020	14.202	675.000	13.544	24.796
MÊS 09	2.717	1.022.504	51,52%	1.022.504	1.022.504	11.145	526.794	10.531	20.250
MÊS 10	3.045	1.022.504	51,71%	1.022.504	1.022.504	11.247	528.737	10.634	21.227
MÊS 11	3.308	1.065.064	51,90%	1.065.064	1.065.064	11.928	552.768	11.076	23.079
MÊS 12	3.556	1.321.530	52,09%	1.321.530	1.321.530	14.933	688.385	13.876	29.915
MÊS 13	3.708	1.389.360	52,28%	1.389.360	1.389.360	15.838	726.357	14.588	32.804
MÊS 14	3.826	1.543.304	52,47%	1.543.304	1.543.304	17.747	809.772	16.359	37.872
MÊS 15	3.931	1.557.360	52,66%	1.557.360	1.557.360	18.065	820.106	16.508	39.754
MÊS 16	4.031	1.660.484	52,85%	1.660.484	1.660.484	19.593	877.566	17.767	44.036
MÊS 17	4.124	1.706.054	53,04%	1.706.054	1.706.054	20.302	904.891	18.254	46.859
MÊS 18	4.202	1.693.020	53,23%	1.693.020	1.693.020	20.316	901.195	18.284	48.205
MÊS 19	4.248	1.789.816	53,42%	1.789.816	1.789.816	21.656	956.120	19.330	52.773
MÊS 20	4.274	1.764.840	53,61%	1.764.840	1.764.840	21.531	946.131	19.236	53.740
MÊS 21	4.288	1.843.632	53,80%	1.843.632	1.843.632	22.676	991.874	20.095	58.030
MÊS 22	4.289	1.854.916	53,99%	1.854.916	1.854.916	23.000	1.001.469	20.404	60.299
MÊS 23	4.289	1.740.928	54,18%	1.740.928	1.740.928	21.935	943.235	19.150	58.307
MÊS 24	4.289	1.861.426	54,37%	1.861.426	1.861.426	23.640	1.012.057	20.661	64.287
MÊS 25	4.289	1.801.380	54,56%	1.801.380	1.801.380	23.057	982.833	19.995	64.106
MÊS 26	4.289	1.861.426	54,75%	1.861.426	1.861.426	24.012	1.019.131	20.847	68.109
MÊS 27	4.289	1.801.380	54,94%	1.801.380	1.801.380	23.417	989.678	20.175	67.828
MÊS 28	4.289	1.861.426	55,13%	1.861.426	1.861.426	24.570	1.026.204	21.034	72.081
MÊS 29	4.289	1.861.426	55,32%	1.861.426	1.861.426	24.756	1.029.741	21.034	73.982
MÊS 30	4.289	1.801.380	55,51%	1.801.380	1.801.380	24.138	999.946	20.535	73.533
MÊS 31	4.289	1.861.426	55,69%	1.861.426	1.861.426	25.129	1.036.628	21.220	78.012
MÊS 32	4.289	1.801.380	55,88%	1.801.380	1.801.380	24.498	1.006.611	20.715	77.368
MÊS 33	4.289	1.861.426	56,07%	1.861.426	1.861.426	25.501	1.043.702	21.406	81.998

MÊS 34	4.289	1.861.426	56,26%	1.861.426	1.861.426	25.687	1.047.238	21.592	84.061
MÊS 35	4.289	1.681.288	56,45%	1.681.288	1.681.288	23.538	949.087	19.502	77.706
MÊS 36	4.289	1.861.426	56,64%	1.861.426	1.861.426	26.246	1.054.312	21.778	88.118
MÊS 37	4.289	1.801.380	56,83%	1.801.380	1.801.380	25.579	1.023.724	21.076	87.307
MÊS 38	4.289	1.861.426	57,02%	1.861.426	1.861.426	26.618	1.061.385	21.964	92.222
MÊS 39	4.289	1.801.380	57,21%	1.801.380	1.801.380	25.939	1.030.569	21.256	91.301
MÊS 40	4.289	1.861.426	57,40%	1.861.426	1.861.426	27.176	1.068.459	22.150	96.479
MÊS 41	4.289	1.861.426	57,59%	1.861.426	1.861.426	27.362	1.071.995	22.150	98.518
MÊS 42	4.289	1.801.380	57,78%	1.801.380	1.801.380	26.660	1.040.837	21.616	97.429
MÊS 43	4.289	1.861.426	57,97%	1.861.426	1.861.426	27.735	1.079.069	22.337	102.847
MÊS 44	4.289	1.801.380	58,16%	1.801.380	1.801.380	27.020	1.047.683	21.616	101.536
MÊS 45	4.289	1.861.426	58,35%	1.861.426	1.861.426	28.107	1.086.142	22.337	107.115
MÊS 46	4.289	1.861.426	58,54%	1.861.426	1.861.426	28.293	1.089.679	22.337	109.321
MÊS 47	4.289	1.681.288	58,73%	1.681.288	1.681.288	25.891	987.420	20.175	100.646
MÊS 48	4.289	1.861.426	58,92%	1.861.426	1.861.426	28.852	1.096.752	22.337	113.659
MÊS 49	4.289	1.801.380	59,11%	1.801.380	1.801.380	28.101	1.064.796	21.616	112.162
MÊS 50	4.289	1.861.426	59,30%	1.861.426	1.861.426	29.224	1.103.826	22.337	118.044
MÊS 51	4.289	1.801.380	59,49%	1.801.380	1.801.380	28.461	1.071.641	21.616	116.429
MÊS 52	4.289	1.861.426	59,68%	1.861.426	1.861.426	29.782	1.110.899	22.337	122.587
MÊS 53	4.289	1.861.426	59,87%	1.861.426	1.861.426	29.968	1.114.436	22.337	124.765
MÊS 54	4.289	1.801.380	60,06%	1.801.380	1.801.380	29.182	1.081.909	21.616	122.968
MÊS 55	4.289	1.861.426	60,25%	1.861.426	1.861.426	30.341	1.121.509	22.337	129.380
MÊS 56	4.289	1.801.380	60,44%	1.801.380	1.801.380	29.542	1.088.754	21.616	127.347
MÊS 57	4.289	1.861.426	60,63%	1.861.426	1.861.426	30.713	1.128.583	22.337	133.929
MÊS 58	4.289	1.861.426	60,82%	1.861.426	1.861.426	30.899	1.132.119	22.337	136.278
MÊS 59	4.289	1.681.288	61,01%	1.681.288	1.681.288	28.245	1.025.754	20.175	123.272
MÊS 60	4.289	1.861.426	61,10%	1.861.426	1.861.426	31.458	1.137.331	22.337	136.479
TOTAL				101.666.670	101.666.670	1.386.455	56.851.062	1.152.961	4.473.830



**Tabela 14 - Produtividade**

SERVIÇOS	Produtividade mensal	Produtividade Diária
SERVIÇO 1		
Fase 1 - Manual/Automático	33.000	1.571
Fase 2 - Manual	33.000	1.571
Fase 3 - Arbitragem	15.000	714
Fase 4 - Preparação	50.000	2.381
Contestação	3.000	143
SERVIÇO 2		
Digitalização de Documentos	4.675	223
SERVIÇO 3		
Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC 1	82.591	3.933
Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC 2	2.393	114
Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC 3	23.842	1.135
Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC 4	11.180	532
Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC 5	5.470	260
Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC 6	1.140	54

7.4 De posse destes dados, para a composição das equipes, tendo em vista os volumes previstos e as especificações dos serviços necessários, foram definidos os níveis e os profissionais necessários. A composição profissional pode ser verificada na Tabela a seguir.

**Tabela 15 - Composição das equipes.**

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	QTDE	PARTICIPAÇÃO
SERVIÇO 1			
SERVIÇO 1 FASE 1			
GERENTE GERAL	P8061	1	4%
SUPERVISOR TÉCNICO	P8173	1	25%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	73	33,5%
SERVIÇO 1 FASE 2			
GERENTE GERAL	P8061	1	4%
SUPERVISOR TÉCNICO	P8173	1	25%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	73	33,5%
SERVIÇO 1 FASE 3			
GERENTE GERAL	P8061	1	4%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	73	3%
SERVIÇO 1 FASE 4			
GERENTE GERAL	P8061	1	4%
SUPERVISOR TÉCNICO	P8173	1	25%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	73	24%
SERVIÇO 1 CONTESTAÇÃO			
GERENTE GERAL	P8061	1	4%
SUPERVISOR TÉCNICO	P8173	1	25%

AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	5	6%
SERVIÇO 2			
DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS			
GERENTE GERAL	P8061	1	20%
SUPERVISOR	P8173	1	100,00%
ARQUIVISTA	P8169	1	100,00%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026-2	24	100,00%
SERVIÇO 3			
APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS - GC1			
GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%
SUPERVISOR GERAL	P8003	1	33,59%
SUPERVISOR	P8173	23	33,59%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	115	33,59%
APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS - GC2			
GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%
SUPERVISOR GERAL	P8003	1	1,56%
SUPERVISOR	P8173	23	1,56%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	115	1,56%
APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS - GC3			
GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%
SUPERVISOR GERAL	P8003	1	21,87%
SUPERVISOR	P8173	23	21,87%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	115	21,87%
APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS - GC4			
GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%
SUPERVISOR GERAL	P8003	1	10,15%
SUPERVISOR	P8173	23	10,15%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	115	10,15%
APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS - GC5			
GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%
SUPERVISOR GERAL	P8003	1	29,68%
SUPERVISOR	P8173	23	29,68%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	115	29,68%
APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS - GC6			
GERENTE GERAL	P8061	1	3,35
SUPERVISOR GERAL	P8003	1	3,15%
SUPERVISOR	P8173	23	3,15%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	115	3,15%
SERVIÇO 4			
ATENDIMENTO AO USUÁRIO			

GERENTE GERAL	P8061	1	20%
SUPERVISOR	P8173	1	100,00%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - DIURNO	P8026	4	100,00%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - AN 6H	P8026 - 2	3	100,00%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - AN 7H	P8026 - 3	3	100,00%
SERVIÇO 5			
CENTRAL DE INTELIGÊNCIA			
GERENTE GERAL	P8061	1	20%
CIENTISTA DE DADOS SÊNIOR	CIENDADOS-03	1	100,00%
CIENTISTA DE DADOS PLENO	CIENDADOS-02	1	100,00%
ANALISTA DE BI SÊNIOR	ABI-03	1	100,00%
ANALISTA DE BI PLENO	ABI-02	1	100,00%
DESENVOLVEDOR DE SOFTWARE SÊNIOR	DESENV-03	1	100,00%
JORNALISTA PLENO	P8093	1	100,00%
PUBLICITÁRIO PLENO	P8093	1	100,00%
DESIGNER GRÁFICO	P8007	2	100,00%
ENGENHEIRO CIVIL	P8067	1	100,00%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026-2	8	100,00%

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 136.372.784,55

8.1 De posse da estrutura, os preços referenciais foram determinados constando também o detalhamento da metodologia, contidas as premissas técnicas, operacionais e econômicas, bem como em pesquisas de mercado para a obtenção do valor da presente contratação

8.2 Abaixo, apresenta-se os valores obtidos por meio de pesquisa de preço, assim com os valores obtidos por meio da utilização da tabela de consultoria do DNIT.

**Tabela 16** - Preço unitário e total.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.016.640	R\$ 1.128.470,40
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	R\$ 7.959.148,62
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	R\$ 2.294.392,39
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	R\$ 13.018.845,30
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	R\$ 22.694.156,48
			Processo			

8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Analizado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	R\$ 1.153.646,01
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	R\$ 14.803.491,15
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	R\$ 6.934.614,06
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	R\$ 20.070.145,14
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 27,37	80.406	R\$ 2.200.712,22
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	R\$ 1.310.642,40
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	R\$ 1.552.736,82
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	R\$ 975.306,00
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	R\$ 995.070,00
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282.694,98	59	R\$ 16.679.003,82
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	R\$ 30.500,00
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,56	4	R\$ 913.118,24
					TOTAL	R\$ 137.140.666,45

8.3 A partir do estudo de viabilidade, o valor estimado do objeto da contratação é de **R\$ 137.140.666,45 (cento e trinta e sete milhões, cento e quarenta mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas prestação de serviços de apoio ao processamento de infrações de trânsito; coleta e tratamento de tráfego; e atendimento aos usuários das rodovias federais de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, objeto da contratação, está inserida em um fluxo contínuo, a partir da data da data dos registros de infração cumprindo o prazo de 30 (trinta) dias para expedição das Notificações da Autuação, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução nº 918, de 28 de março de 2022, do CONTRAN, que regulamenta os artigos 280 e 281 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Esse fluxo, que tem como ponto de partida a data do cometimento da infração, segue uma sequência estruturada até as providências para a cobrança após a constituição definitiva do crédito, nos casos de não pagamento da infração cometida.

9.2 No âmbito do Programa Nacional de Controle de Velocidade - PNCV, com o cometimento da infração, damos início ao processamento das imagens que segue quatro fases sequenciais: Processamento 1 e 2, Arbitragem e Preparação. Nas fases 1 e 2, a imagem do registro da infração é analisada para determinar se o registro é válido ou inválido. Caso as análises dessas fases diverjam, o processo é direcionado para a fase 3, de arbitragem, onde o árbitro realiza a avaliação final da validade do registro. Caso o registro seja considerado válido, seja pela fase 3 ou pelas fases iniciais, o fluxo segue para a fase 4, onde a imagem é preparada, com a obliteração do condutor e passageiros e destaque da placa, mantendo a integridade das informações originais da infração e segue para a lavratura do Auto de Infração de Trânsito - AIT pelo Agente da Autoridade de Trânsito. Já no âmbito do Programa Nacional de Pesagem - PNP, constata-se o excesso de peso, a depender da categoria do veículo para aplicação da infração ao condutor do veículo.

9.3 Continuamente, após a lavratura do Auto de Infração de Trânsito - AIT, segue as determinações do artigo 281 do CTB. Caso sejam identificados problemas ou inconsistências no auto, ele pode ser cancelado e arquivado; caso contrário, a Notificação da Autuação (NA) é expedida, com o prazo máximo de 30 dias para sua postagem, conforme os prazos estabelecidos pela legislação, reservando o direito a defesa e indicação de condutor infrator ou identificação do responsável infrator.

9.4 A fase de autuação é seguida pela fase de penalidade, que tem início após a expedição da Notificação da Penalidade (NP). A NP abre a possibilidade para interposição de Recurso Administrativo, que será julgado pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), e ainda poderá ser objeto de recurso em segunda instância. Caso a multa não seja paga, o crédito é encaminhado para cobrança, podendo resultar na inscrição em Dívida Ativa.

9.5 Ainda, a presente contratação contará com o serviço da Central de Inteligência, a qual visa aprimorar a eficiência e a efetividade dos processos relacionados a infrações de trânsito, análise de dados e resposta a ocorrências nas rodovias.

9.6 O fluxo apresentado pode levar anos para ser completado, tendo em vista o rito estabelecido na Lei nº 9.784/88, que regula o processo administrativo na Administração Pública Federal, assim como os prazos prescricionais estabelecidos na Lei nº 9.873/99. Além disso, requer a constante recepção e análise de documentos e comunicação como os interessados, devendo ser observados os prazos e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assim como da publicidade e transparência, o que justifica o agrupamento dos itens de serviço em um único objeto, de modo a afastar a paralisação na tramitação dos processos e o descumprimento dos princípios constitucionais destacados. Além disso, a prestação dos serviços tem natureza personalíssima, para que se atenda plenamente a proteção de informações pessoais (conforme o disposto no art. 31, da Lei nº 12.527/07, regulamentada pelo Decreto nº. 7.724/12).

9.7 Neste sentido, o fluxo apresentado revela a presença de um sistema interdependente que no planejamento desta contratação foi modelado em um conjunto, com objetivo de formação de equipes, supervisores e gerente de modo a vincular as atividades e responsabilidade no processo, desde o tratamento das lavradas no âmbito do PNCV e do PNP, até a finalização da fase administrativa do processo. A descrição detalhada do serviço, item 3 do Termo de Referência (SEI nº 20262144) impõe ações correlacionadas entre os serviços, de forma que o nível de interação entre os conjuntos estejam adequados. Incluindo, nesta seara, a vantajosidade econômica, pois com a contratação distinta para cada fase/serviços o custo seria maior, tendo em vista necessidade de alocação de 1 (um) gerente, equivalendo na orçamentação a 100% (cem por cento) para cada serviço, decorrendo custo maior para administração e obrigação da fiscalização de número superior de contratos.

9.8 Ademais, com a inclusão do SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA que permitirá ter controle, consolidação dos dados de execução do contrato e a expansão dos serviços a serem prestados, com foco na inovação e na aplicação de tecnologias avançadas que permitem uma gestão mais eficiente e integrada da infraestrutura rodoviária.

9.9 Desta forma, a adoção de um único contrato, em vez de contratações distintas para cada serviço, minimiza os riscos de inconsistências e atrasos, preservando a integridade e a eficácia do sistema como um todo. A seleção de uma única contratada também visa a maximização da eficiência e a redução dos custos administrativos, garantindo maior transparência e economia na execução dos serviços. Para além disso, há facilitação da atividade de fiscalização do contrato por parte da Administração, principalmente considerando a exígua quantidade de servidores públicos atuantes na área de operações rodoviárias do DNIT.

Por fim, o planejamento da contratação segue a premissa de garantir a máxima eficiência no processamento dos registros de imagens das infrações e no processamento dos processos relativos a infrações de trânsito e no cumprimento dos prazos legais, com a responsabilidade vinculada a uma única contratada que gerencie todas as fases do processo. Essa abordagem proporciona uma melhor coordenação entre as etapas de análise de imagens e processamento das infrações, assegurando a continuidade e a efetividade do programa de fiscalização eletrônica de trânsito.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 O objeto da presente contratação se correlaciona com o objeto do Contrato nº TT-247/2024, o qual tem por objeto o apoio administrativo à cobrança e recuperação de créditos para atender as necessidades da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, firmado com a empresa G4F Soluções Corporativas LTDA, conforme Processo Administrativo nº 50600.001295 /2023-45.

10.2 Interligando-se a estas contratações está o Termo de Execução Descentralizada - TED 48/2021, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em específico ao objeto que trata do desenvolvimento e manutenção do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias - SIOR.

10.3 Portanto, a contratação citada mantém correlação com o acima descrito, contudo não há necessidade de sua admissão, de forma conjunta, para a completa prestação do objeto principal.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 393003;

II - Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III - ID do item no PCA: 275, 276 e 277;

IV - Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO;

V - Identificador da Futura Contratação: 109/2026.

## 12. Definição de Valores Referenciais

12.1 Para a precificação dos serviços, seguiu-se as seguintes etapas: estimativa dos quantitativos da contratação; aferição da produtividade para cada bloco de serviço com base nos dados históricos; dimensionamento estimado das equipes de trabalho; dimensionamento e precificação de insumos e equipamentos de informática necessários para a execução dos serviços; e, obtenção do valor referencial da contratação.

12.2 Foram considerados os valores e métodos expostos na Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020 e seus anexos (Disponíveis em: <Engenharia Consultiva - DNIT>), com data base de outubro de 2025.

12.3 Com o intuito de atender a recomendação do Acórdão nº 1.508/2020-TCU-Plenário, normatizando a contratação dos serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, foi publicada a Portaria SGD/MGI nº 750, de 20/03/2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.679, de 17 de setembro de 2024, a qual estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. Assim sendo, a referida portaria foi utilizada para estimar os custos com o colaboradores da área que comporão o Serviço 5 - Central de Inteligência.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A partir da contratação dos serviços espera-se obter os seguintes resultados:

I - A racionalização de processos e procedimentos administrativos;

II - Modernização dos serviços de processamento das imagens dos registros de infrações de trânsito, processamento das infrações de trânsito de competência desta Autarquia;

III - Aprimoramento das atividades do SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS, segundo processamento fase 1 - automático com disponibilização de visão computacional, possibilitando:

- a) Maior agilidade no processamento, considerando seu caráter ininterrupto;
- b) Capacidade de aprendizado da solução computacional devendo considerar, para fins de calibração, o banco de dados de registros infracionais analisados, assim como os resultados das análises realizadas durante a execução dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência SEI nº (SEI nº 23763029);
- c) Possibilidade de emissão de relatórios gerenciais por meio da extração dos dados em interface gráfica disponibilizada pela Contratada;
- d) Permissão na visualização em interface gráfica das imagens dos registros capturados;
- e) Garantia na segurança na transmissão dos dados, evitando sua perda ou alteração;

IV - Maior eficiência na análise parametrizada do registro do infração, de forma a evitar falhas operacionais e inconsistências ocasionadas pela própria Contratada;

V - Aprimoramento das atividades do SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, possibilitando:

- a) Análise e instrução dos tipos de processos elencados na Tabela 7 - Tipos de Processos (SEI nº 23763029), a qual traz o Grau de Complexidade - GC - relacionado à análise e instrução de cada um deles;
- b) Elaboração e manutenção atualizada das teses, alegações e fundamentações, realizando o registro no SIOR sempre que necessário, a partir do acompanhamento da legislação de trânsito, dentre outras leis e normas necessárias à prestação adequada dos serviços;
- c) Monitoramento constante das principais alegações e fundamentações apresentadas pelos cidadãos, identificando as mais recorrentes, visando aprimoramento da fiscalização no âmbito do PNCV e do PNP, assim como do processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.
- d) Consideração das sugestões, reclamações e elogios apresentados pelos cidadãos durante o atendimento ao público realizado pelo SERVIÇO 4, visando aprimorar a prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização, devendo a Contratada, no âmbito dos SERVIÇOS 3 e 4, propor melhorias no fluxo de processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

VI - Ampliação do escopo de atendimento ao público com o objetivo de contemplar todas as demandas e dúvidas dos usuários das rodovias federais sob responsabilidade do DNIT, não se limitando mais apenas aos assuntos relacionados aos Autos de Infração de Trânsito – AIT, abrangendo temas diversos como: condições da via, obras, sinalização, sinistros de trânsito, interdições, tráfego de veículos pesados, dúvidas regulatórias, emergências, reclamações, sugestões, informações sobre infraestrutura de apoio, entre outros — incluindo eventuais ocorrências imprevistas ou de caráter contingencial, como quedas de barreira, alagamentos, manifestações e sinistros de grandes proporções.

a) Registros de sugestões, reclamações e elogios apresentados pelos usuários em relação aos processos relativos a infrações de trânsito, deverão ser encaminhados ao SERVIÇO 3, visando aprimorar a prestação dos serviços, com foco na melhoria contínua, no aumento da eficiência e desburocratização, devendo a Contratada, no âmbito do SERVIÇO 3, propor melhorias no fluxo de processamento das infrações de trânsito de competência do DNIT.

VII - Aprimoramento das atividades com a implementação do SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA, possibilitando:

a) Consolidação e expansão dos serviços já prestados, com foco na inovação e na aplicação de tecnologias avançadas que permitem uma gestão mais eficiente e integrada da infraestrutura rodoviária; e,

b) Uma melhoria contínua nas operações, contribuindo diretamente para a segurança e manutenção das rodovias federais.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1 A capacitação dos servidores é promovida pela setorial responsável pela gestão de pessoal da Autarquia, conforme plano de capacitação definido anualmente.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 As providências para adequação do ambiente deverão estar alinhadas em conjunto com as Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, em atenção principalmente à NR 17 que trata sobre ergonomia e outras que tratem sobre assuntos pertinentes à atividade que será prestada pela empresa.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no presente estudo, a Equipe de Planejamento subscrevente considera que a contratação é **VIÁVEL**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIO CESAR DONELLI PELLIZZON**

Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito - CMET



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 12:47:47.





**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº001/2020-CGLOG**

Processo nº: 50600.016929/2020-11

**Termo de cooperação técnica que, entre si, celebram o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a instituição financeira Banco do Brasil S/A, visando a operacionalização do "DEPÓSITO EM GARANTIA", vinculado a obrigações, nos termos da instrução normativa SG/MP nº 05/2017, e alterações posteriores.**

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, estabelecido a SAUN quadra 03 Lote A Edifício Núcleo dos Transportes, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, por meio da Diretoria de Administração e Finanças, neste ato, representada pela senhora Diretora de Administração e Finanças, Senhora **FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ**, portadora da Carteira de Identidade nº 28.209.660-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 275.295.018-79, nomeado(a) pela Portaria de 20/04/2020, publicada no D.O.U. de 22/04/2020, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, BANCO DO BRASIL S/A, agência 1607**, estabelecido a Setor Comercial Norte quadra 02 bloco A Sala 601, Edifício Corporate Financial Center, Brasília/DF, CEP: 70.712-900, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, daqui por diante denominado(a) **BANCO**, neste ato, representado(a) pelo seu Gerente Geral, Senhor(a) **THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ**, portador(a) da Carteira de Identidade nº MG12926268, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF sob nº 015.168.456-17, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.**
- 2. Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
- 3. Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
- 4. Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** – são depósitos efetuados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
- 5. Contratos** – instrumento formalizador do vínculo entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços** materializado pelo sistema do **BANCO** por um “Evento” o qual possibilita à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.
- 6. Evento** - é a representação no sistema do **BANCO** do Contrato entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços**, onde é abrigado o **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**.
- 7. Usuário(s)** - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
- 8. Administração Pública Federal** - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
- 9. ID Depósito:** é o número que identifica o pré-cadastramento do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aos saldos e extratos de todos os “Eventos”.

- 1. Os Contratos** firmados entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e a empresa terceirizada serão albergados pelo **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
- 2. O Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
- 3. Os recursos depositados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.

4. A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

5. Os recursos provisionados em **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** - serão corrigidos automaticamente, pelo **BANCO**, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma pró-rata die, ou outro índice que venha a substituí-lo.

### CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

1º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** firma o **Contrato** com o **Prestador de serviços**.

2º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao **BANCO** ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.

3º) Após cadastramento do Evento, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do **Prestador de Serviços** para assinatura do contrato e entrega de documentação.

4º) Após assinatura do contrato pelo **Prestador de Serviços**, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.

5º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** gera o ID Depósito na internet no endereço informado pelo **BANCO** ou o solicita à sua agência de relacionamento.

6º) De posse do ID Depósito, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** envia ao **BANCO** Ordem Bancária para abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:

6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou o número do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** para geração de novo ID Depósito;

6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em **Depósito em Garantia - bloqueados para movimentação** distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção "primeiro depósito".

7º) O **BANCO** recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e efetua a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

8º) O **BANCO** envia à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

9º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.

10) O **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.

11) O **BANCO** disponibiliza à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

### CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.

2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o **BANCO** concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

3. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

4. Remeter ao **BANCO** arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

5. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**.

6. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, orientando-o a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.

7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.

9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.

10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.

11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

13. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.

15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.

16. Inserir no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o Prestador de Serviços que a abertura e manutenção de **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**, estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do **BANCO** e disponível no endereço eletrônico na internet: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Único:** A isenção da cobrança de tarifas bancárias poderá ser negociada entre os Partícipes.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao **BANCO** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.

3. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo **BANCO**.

4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.

5. Processar os arquivos remetidos pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** destinados a abrir **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

7. Efetuar a movimentação do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**, de acordo com o solicitado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.

9. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

**Parágrafo Único:** Não caberá ao **BANCO** qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o **BANCO** não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e que não decorrerão para o **BANCO** quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

#### CLÁUSULA NONA

##### DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou

materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

## CLÁUSULA DEZ

### DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Brasília/DF.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produza os legítimos efeitos de direito.

**FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ**  
Diretora de Administração e Finanças - Substituta  
DNIT

**THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ**  
Gerente Geral  
Banco do Brasil S/A

## ANEXO I DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com essa instituição, para solicitar que promova o cadastramento de Evento, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o prestador de serviço abaixo especificado:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Dados do Evento:

Nome do Evento: \_\_\_\_\_

Descrição do Evento: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo  
Ordenador

## ANEXO II DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Senhor \_\_\_\_\_,  
(nome do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_, solicitamos que o representante legal da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, compareça à agência \_\_\_\_\_ (indicar agência) do Banco do Brasil munida da documentação abaixo listada para assinar o contrato de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ao amparo da Instrução Normativa nº 05, de 26.05.17.

- a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores registrados, na forma da Lei, na autoridade competente.
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- c) No caso de representantes, mandatários ou prepostos, documentos que os qualifiquem e os autorizem a representar a Empresa.
- d) Documentos de identificação e comprovante de inscrição no CPF das pessoas autorizadas a representar a Empresa (sócios, representantes, mandatários ou prepostos).
- e) Comprovante de endereço da empresa.
- f) Procurações ou outros documentos que confirmem poderes para representar a Empresa

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor  
Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**  
Endereço

**ANEXO III DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ao Senhor  
Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**  
Endereço

Senhor,

Informamos abaixo os dados para geração de ID Depósito para acolhimento de valores referentes ao **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o **Prestador de Serviços** \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa), CNPJ \_\_\_\_\_.

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Número do Evento: \_\_\_\_\_

Nome do Evento: \_\_\_\_\_

Ratificamos que o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** somente será aberto após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço

**ANEXO IV DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº \_\_\_\_\_, do Evento nº \_\_\_\_\_ aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e **CREDITAR** a(s) conta(s) conforme dados a seguir:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador

**ANEXO V DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG**

Ofício/Carta nº \_\_\_\_\_ (número sequencial)

Senhor \_\_\_\_\_,

(nome do representante do órgão/entidade)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_, informo a efetivação de **DEBITO** no **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº \_\_\_\_\_, Evento nº \_\_\_\_\_ e **CRÉDITO** nas seguintes contas:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço

**ANEXO VI DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO** para consulta de saldos e extratos de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, para os servidores a seguir indicados:

Nome	CPF	Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador

**ANEXO VII DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 - CGLOG**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo órgão/entidade)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio Proprietário,

1. Informo que solicitamos a abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** na Agência nº \_\_\_\_\_ do Banco do Brasil, para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado entre essa empresa e este órgão/entidade.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula \_\_\_\_\_ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Dias Carvalho Braz, Usuário Externo**, em 05/10/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gimenez Machado Fae, Diretora de Administração e Finanças-Substituto(a)**, em 08/10/2020, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6545574** e o código CRC **45B00836**.

Referência: Processo nº 50600.016929/2020-11

SEI nº 6545574



MINISTÉRIO DA  
INFRAESTRUTURA



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF |



**ANEXO I**  
**RESUMO DO ORÇAMENTO REFERENCIAL**

QUADRO 01	ORÇAMENTO REFERENCIAL	LOTE ÚNICO
<b>OBJETO:</b>	Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa ou consórcio de empresas para prestação de serviços de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e operação integrada dos dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT	<b>Ref: outubro/25</b>

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$ 0,11	101.666.670	R\$ 11.183.333,70
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$ 1,11	1.016.640	R\$ 1.128.470,40
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$ 0,14	56.851.062	R\$ 7.959.148,62
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$ 1,99	1.152.961	R\$ 2.294.392,39
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$ 2,91	4.473.830	R\$ 13.018.845,30
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$ 4,58	4.955.056	R\$ 22.694.156,48
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$ 8,03	143.667	R\$ 1.153.646,01
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,35	1.430.289	R\$ 14.803.491,15
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$ 10,34	670.659	R\$ 6.934.614,06
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$ 24,23	828.318	R\$ 20.070.145,14
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$ 27,37	80.406	R\$ 2.200.712,22
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$ 21.844,04	60	R\$ 1.310.642,40
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$ 6.994,31	222	R\$ 1.552.736,82
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$ 8.127,55	120	R\$ 975.306,00
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$ 8.292,25	120	R\$ 995.070,00
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$ 282.694,98	59	R\$ 16.679.003,82
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$ 30.500,00	1	R\$ 30.500,00
20	78	Obra	Percentual executado	R\$ 228.279,56	4	R\$ 913.118,24
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 137.140.666,45</b>

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PERÍODO		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.319.220	1.410.500	1.398.180	1.469.958	1.403.990	1.358.700	1.403.990	1.315.020	1.022.504	1.022.504	1.065.064	1.321.530
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.319.220	1.410.500	1.398.180	1.469.958	1.403.990	1.358.700	1.403.990	1.315.020	1.022.504	1.022.504	1.065.064	1.321.530
FASE 3 - ARBITRAGEM	Por imagem	13.192	14.105	13.981	14.699	14.039	13.587	14.039	13.150	10.225	10.225	10.650	13.215
FASE 4 - PREPARAÇÃO	Por imagem	659.610	707.930	743.358	712.665	692.258	718.000	675.000	526.794	526.737	552.768	688.385	688.385
CONTESTAÇÃO	Por imagem	13.192	14.105	13.981	14.846	14.180	13.858	14.320	13.544	10.531	10.634	11.076	13.876
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	16.490	18.902	19.934	22.384	22.604	23.138	25.223	24.796	20.250	21.227	23.079	29.915
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	57.308	61.737	61.198	64.825	62.148	60.367	62.611	58.861	45.936	48.105	48.200	60.025
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	1.661	1.790	1.774	1.880	1.802	1.750	1.815	1.706	1.331	1.337	1.397	1.740
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	16.541	17.820	17.665	18.712	17.939	17.425	18.072	16.989	13.258	13.308	13.913	17.326
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	7.756	8.356	8.283	8.774	8.411	8.171	8.474	7.966	6.217	6.239	6.524	8.124
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	3.798	4.092	4.056	4.296	4.119	4.002	4.149	3.900	3.045	3.054	3.195	3.978
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	991	1.052	1.045	1.095	1.058	1.033	1.064	1.012	834	836	865	1.029
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO													
Projeto Executivo	Projeto	R\$ 60.000,00											
Projeto de interiores	Projeto		R\$ 30.500,00										
Obra	Percentual Executado			R\$ 228.279,56	R\$ 228.279,56	R\$ 228.279,56	R\$ 228.279,56	-	-	-	-	-	-
MENSAL	R\$	R\$ 1.213.632,47	R\$ 1.553.087,75	R\$ 1.744.261,83	R\$ 1.815.714,40	R\$ 1.765.544,40	R\$ 1.733.239,76	R\$ 1.558.049,97	R\$ 1.486.714,32	R\$ 1.234.643,75	R\$ 1.239.803,77	R\$ 1.282.767,73	R\$ 1.518.730,61
ACUMULADO	%	0,88%	2,02%	3,29%	4,61%	5,90%	7,16%	8,30%	9,38%	10,28%	11,19%	12,12%	13,23%
	R\$	R\$ 1.213.632,47	R\$ 2.766.720,22	R\$ 4.510.982,05	R\$ 6.326.696,45	R\$ 8.092.240,84	R\$ 9.825.480,60	R\$ 11.383.530,57	R\$ 12.870.244,89	R\$ 14.104.888,64	R\$ 15.344.692,41	R\$ 16.627.460,14	R\$ 18.146.190,75

PERÍODO		MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.389.360	1.543.304	1.557.360	1.660.484	1.706.054	1.693.020	1.789.816	1.764.840	1.843.632	1.854.916	1.740.928	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.389.360	1.543.304	1.557.360	1.660.484	1.706.054	1.693.020	1.789.816	1.764.840	1.843.632	1.854.916	1.740.928	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	13.893	15.433	15.573	16.604	17.060	16.930	17.898	17.648	18.436	18.549	17.409	18.614
PREPARAÇÃO	Por imagem	726.357	809.772	820.106	877.566	904.891	901.195	956.120	946.131	991.874	1.001.489	943.235	1.012.057
CONTESTAÇÃO	Por imagem	14.588	16.359	16.508	17.767	18.254	18.284	19.330	19.236	20.095	20.404	19.150	20.861
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	32.804	37.672	39.754	44.036	46.859	48.205	52.773	53.740	58.030	60.299	58.307	64.287
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	63.335	70.607	71.507	76.517	78.898	78.575	83.363	82.491	86.478	87.313	82.235	88.234
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	1.836	2.047	2.073	2.219	2.287	2.278	2.417	2.392	2.507	2.531	2.384	2.569
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	18.281	20.361	20.641	22.086	22.774	22.561	24.063	23.811	24.962	25.202	23.737	25.469
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	8.572	9.557	10.356	10.679	10.635	11.283	11.165	11.705	11.818	11.818	11.130	11.942
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	4.197	4.680	4.740	4.960	5.229	5.208	5.526	5.469	5.733	5.787	5.451	5.847
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.074	1.175	1.187	1.256	1.289	1.285	1.351	1.339	1.394	1.405	1.335	1.418
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$	R\$ 1.609.945,18	R\$ 1.756.859,87	R\$ 1.777.382,66	R\$ 1.877.528,37	R\$ 1.930.402,24	R\$ 1.927.262,08	R\$ 2.042.676,21	R\$ 2.028.400,07	R\$ 2.111.788,79	R\$ 2.132.236,65	R\$ 2.032.677,40	R\$ 2.167.638,09
ACUMULADO	%	14,41%	15,69%	16,98%	18,35%	19,76%	21,16%	22,65%	24,13%	25,67%	27,23%	28,71%	30,28%
	R\$	R\$ 19.756.135,93	R\$ 21.512.995,80	R\$ 23.290.378,46	R\$ 25.167.906,83	R\$ 27.098.309,07	R\$ 29.025.571,15	R\$ 31.068.247,36	R\$ 33.096.647,43	R\$ 35.208.436,22	R\$ 37.340.672,87	R\$ 39.373.350,27	R\$ 41.530.988,36



PERÍODO		MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	MÊS 30	MÊS 31	MÊS 32	MÊS 33	MÊS 34	MÊS 35	MÊS 36
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	18.013	18.614	18.013	18.614	18.614	18.013	18.614	18.013	18.614	18.614	18.612	18.614
PREPARAÇÃO	Por imagem	982.833	1.019.131	989.678	1.026.204	1.029.741	999.946	1.036.628	1.006.611	1.043.702	1.047.238	949.087	1.054.312
CONTESTAÇÃO	Por imagem	19.995	20.847	20.175	21.034	21.034	20.535	21.220	20.715	21.406	21.592	19.502	21.778
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	64.106	68.109	67.828	72.081	73.982	73.533	78.012	77.388	81.998	84.061	77.706	88.118
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	85.685	88.849	86.280	89.463	89.771	87.157	90.369	87.751	90.984	91.291	82.734	91.905
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.485	2.576	2.502	2.594	2.602	2.527	2.620	2.545	2.639	2.647	2.399	2.665
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	24.734	25.646	24.905	25.624	25.912	25.159	26.085	25.330	26.263	26.351	23.881	26.529
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	11.597	12.026	11.678	12.109	12.150	11.797	12.232	11.877	12.314	12.356	11.198	12.440
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	5.679	5.889	5.718	5.718	21.086	21.104	20.933	21.146	20.972	21.185	21.206	20.639
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.383	1.427	1.391	1.435	1.439	1.403	1.448	1.412	1.456	1.460	1.342	1.469
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$	R\$ 2.109.345,61	R\$ 2.177.038,24	R\$ 2.128.126,10	R\$ 2.564.058,62	R\$ 2.573.440,91	R\$ 2.523.946,21	R\$ 2.609.708,16	R\$ 2.559.470,59	R\$ 2.629.491,22	R\$ 2.639.793,52	R\$ 2.466.080,84	R\$ 2.659.891,32
ACUMULADO	%	31,62%	33,41%	34,96%	36,83%	38,71%	40,55%	42,45%	44,32%	46,23%	48,16%	49,96%	51,90%
	R\$	R\$ 43.640.333,97	R\$ 45.817.372,21	R\$ 47.945.498,31	R\$ 50.509.556,93	R\$ 53.082.997,84	R\$ 55.606.944,05	R\$ 58.216.652,21	R\$ 60.776.122,80	R\$ 63.405.614,02	R\$ 66.045.407,54	R\$ 68.511.488,38	R\$ 71.171.379,70

PERÍODO		MÊS 37	MÊS 38	MÊS 39	MÊS 40	MÊS 41	MÊS 42	MÊS 43	MÊS 44	MÊS 45	MÊS 46	MÊS 47	MÊS 48
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	18.013	18.614	18.013	18.614	18.614	18.013	18.614	18.013	18.614	18.614	18.612	18.614
PREPARAÇÃO	Por imagem	1.023.724	1.061.385	1.030.569	1.068.459	1.071.995	1.040.837	1.079.069	1.047.683	1.086.142	1.089.679	987.420	1.096.752
CONTESTAÇÃO	Por imagem	21.076	21.964	21.256	22.150	22.150	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	20.175	22.337
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	87.307	92.222	91.301	96.479	98.518	97.429	102.847	101.536	107.115	109.321	100.646	113.659
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	89.238	92.520	89.833	93.134	93.442	90.725	94.056	91.320	94.671	94.978	86.064	95.593
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.587	2.682	2.605	2.700	2.709	2.630	2.727	2.647	2.745	2.754	2.496	2.772
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	25.759	26.706	25.931	26.884	26.973	26.187	27.150	26.360	27.327	27.416	24.842	27.593
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	12.079	12.522	12.159	12.606	12.648	12.279	12.730	12.360	12.814	12.855	11.648	12.938
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	21.071	21.282	21.105	21.324	21.345	21.162	21.384	21.204	21.426	21.444	20.853	21.486
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.432	1.477	1.440	1.486	1.490	1.453	1.499	1.461	1.507	1.511	1.388	1.520
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$	R\$ 2.608.130,02	R\$ 2.679.870,20	R\$ 2.627.588,91	R\$ 2.700.550,00	R\$ 2.710.435,28	R\$ 2.657.488,73	R\$ 2.731.222,87	R\$ 2.677.124,75	R\$ 2.751.531,39	R\$ 2.761.815,03	R\$ 2.576.616,08	R\$ 2.782.344,29
ACUMULADO	%	53,80%	55,75%	57,67%	59,64%	61,61%	63,55%	65,54%	67,50%	69,50%	71,52%	73,39%	75,42%
	R\$	R\$ 73.779.509,72	R\$ 76.459.379,92	R\$ 79.086.968,83	R\$ 81.787.518,83	R\$ 84.497.954,11	R\$ 87.155.442,84	R\$ 89.886.665,71	R\$ 92.563.790,46	R\$ 95.315.321,85	R\$ 98.077.136,88	R\$ 100.663.752,96	R\$ 103.436.097,25



PERÍODO		MÊS 49	MÊS 50	MÊS 51	MÊS 52	MÊS 53	MÊS 54	MÊS 55	MÊS 56	MÊS 57	MÊS 58	MÊS 59	MÊS 60
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	18.013	18.614	18.013	18.614	18.614	18.013	18.614	18.013	18.614	18.614	16.812	18.614
PREPARAÇÃO	Por imagem	1.064.796	1.103.826	1.071.641	1.110.899	1.114.436	1.081.909	1.121.509	1.088.754	1.128.583	1.132.119	1.025.754	1.137.331
CONTESTAÇÃO	Por imagem	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	20.175	22.337
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	112.162	118.044	116.429	122.587	124.765	122.968	129.380	127.347	133.929	136.278	123.272	136.479
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	92.806	96.207	93.401	96.822	97.129	94.293	97.743	94.888	96.358	98.665	89.248	98.811
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.691	2.790	2.709	2.807	2.816	2.734	2.835	2.751	2.852	2.861	2.588	2.865
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	26.789	27.771	26.961	27.948	28.037	27.218	28.215	27.390	28.392	28.481	25.762	28.522
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	12.561	13.022	12.642	13.105	13.146	12.762	13.230	12.843	13.313	13.354	12.080	13.374
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	21.300	21.528	21.342	21.567	21.588	21.399	21.630	21.438	21.669	21.690	21.066	21.699
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.481	1.528	1.490	1.537	1.541	1.502	1.550	1.510	1.558	1.562	1.432	1.564
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$	R\$ 2.726.993,42	R\$ 2.802.999,07	R\$ 2.747.120,09	R\$ 2.824.044,16	R\$ 2.834.319,00	R\$ 2.777.482,50	R\$ 2.855.678,47	R\$ 2.797.827,00	R\$ 2.876.713,65	R\$ 2.887.486,11	R\$ 2.683.500,04	R\$ 2.890.405,46
ACUMULADO	%	77,41%	79,46%	81,46%	83,52%	85,58%	87,61%	89,69%	91,73%	93,83%	95,94%	97,89%	100,00%
	R\$	R\$ 106.163.090,67	R\$ 108.966.089,73	R\$ 111.713.209,82	R\$ 114.537.253,97	R\$ 117.371.572,97	R\$ 120.149.055,46	R\$ 123.004.733,93	R\$ 125.802.560,93	R\$ 128.679.274,58	R\$ 131.566.760,69	R\$ 134.250.260,73	R\$ 137.140.666,45



PRODUTOS		
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS		
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	R\$	0,11
FASE 2 - MANUAL	R\$	0,11
ARBITRAGEM	R\$	1,11
PREPARAÇÃO	R\$	0,14
CONTESTAÇÃO	R\$	1,99
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	R\$	2,91
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS		
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	R\$	4,58
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	R\$	8,03
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	R\$	10,35
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	R\$	10,34
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	R\$	24,23
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	R\$	27,37
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO		
Supervisão	R\$	21.844,04
Atendimento Diurno	R\$	6.994,31
Atendimento Noturno - AN 6h	R\$	8.127,55
Atendimento Noturno - AN 7h	R\$	8.292,25
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	R\$	282.694,98





## CRONOGRAMA POR ATIVIDADE

Mês de Referência  
out/25

MÊS	Faixas	Registros Infracionais	Taxa de Aproveitamento	SERVIÇO 1					SERVIÇO 2	SERVIÇO 3					
				FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	FASE 2 - MANUAL	FASE 3 - ARBITRAGEM	FASE 4 - PREPARAÇÃO	CONTESTAÇÃO	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	GC1	GC2	GC3	GC4	GC5	GC6
MÊS 01	3.329	1.319.220	50,00%	1.319.220	1.319.220	13.192	659.610	13.192	16.490	57.306	1.661	16.541	7.756	3.798	991
MÊS 02	3.387	1.410.500	50,19%	1.410.500	1.410.500	14.105	707.930	14.105	18.902	61.737	1.790	17.820	8.356	4.092	1.052
MÊS 03	3.235	1.398.180	50,38%	1.398.180	1.398.180	13.981	704.403	13.981	19.934	61.198	1.774	17.665	8.283	4.056	1.045
MÊS 04	3.235	1.469.958	50,57%	1.469.958	1.469.958	14.699	743.358	14.846	22.384	64.825	1.880	18.712	8.774	4.296	1.095
MÊS 05	3.235	1.403.990	50,76%	1.403.990	1.403.990	14.039	712.665	14.180	22.604	62.148	1.802	17.939	8.411	4.119	1.058
MÊS 06	3.131	1.358.700	50,95%	1.358.700	1.358.700	13.587	692.258	13.858	23.138	60.367	1.750	17.425	8.171	4.002	1.033
MÊS 07	2.356	1.403.990	51,14%	1.403.990	1.403.990	14.039	688.385	14.320	25.223	62.611	1.815	18.072	8.474	4.149	1.064
MÊS 08	2.356	1.315.020	51,33%	1.315.020	1.315.020	13.150	675.000	13.544	24.796	58.861	1.706	16.989	7.966	3.900	1.012
MÊS 09	2.717	1.022.504	51,52%	1.022.504	1.022.504	10.225	526.794	10.531	20.250	45.936	1.331	13.258	6.217	3.045	834
MÊS 10	3.045	1.022.504	51,71%	1.022.504	1.022.504	10.225	526.737	10.634	21.227	46.105	1.337	13.308	6.239	3.054	836
MÊS 11	3.308	1.065.064	51,90%	1.065.064	1.065.064	10.650	552.768	11.076	23.079	48.200	1.397	13.913	6.524	3.195	865
MÊS 12	3.556	1.321.530	52,09%	1.321.530	1.321.530	13.215	688.385	13.876	29.915	60.025	1.740	17.326	8.124	3.978	1.029
MÊS 13	3.708	1.389.360	52,28%	1.389.360	1.389.360	13.893	726.357	14.588	32.804	63.335	1.836	18.281	8.572	4.197	1.074
MÊS 14	3.826	1.543.304	52,47%	1.543.304	1.543.304	15.433	809.772	16.359	37.872	70.607	2.047	20.381	9.557	4.680	1.175
MÊS 15	3.931	1.557.360	52,66%	1.557.360	1.557.360	15.573	820.106	16.508	39.754	71.507	2.073	20.641	9.678	4.740	1.187
MÊS 16	4.031	1.660.484	52,85%	1.660.484	1.660.484	16.604	877.566	17.767	44.036	76.517	2.219	22.086	10.356	4.960	1.256
MÊS 17	4.124	1.706.054	53,04%	1.706.054	1.706.054	17.060	904.891	18.254	46.859	78.898	2.287	22.774	10.679	5.229	1.289
MÊS 18	4.202	1.693.020	53,23%	1.693.020	1.693.020	16.930	901.195	18.284	48.205	78.575	2.278	22.681	10.635	5.208	1.285
MÊS 19	4.248	1.789.816	53,42%	1.789.816	1.789.816	17.898	956.120	19.330	52.773	83.363	2.417	24.063	11.283	5.526	1.351
MÊS 20	4.274	1.764.840	53,61%	1.764.840	1.764.840	17.648	946.131	19.236	53.740	82.491	2.392	23.811	11.165	5.469	1.339
MÊS 21	4.288	1.843.632	53,80%	1.843.632	1.843.632	18.436	991.874	20.095	58.030	86.478	2.507	24.962	11.705	5.733	1.394
MÊS 22	4.289	1.854.916	53,99%	1.854.916	1.854.916	18.549	1.001.469	20.404	60.299	87.313	2.531	25.202	11.818	5.787	1.405
MÊS 23	4.289	1.740.928	54,18%	1.740.928	1.740.928	17.409	943.235	19.150	58.307	82.235	2.384	23.737	11.130	5.451	1.335
MÊS 24	4.289	1.861.426	54,37%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.012.057	20.661	64.287	88.234	2.559	25.469	11.942	5.847	1.418
MÊS 25	4.289	1.801.380	54,56%	1.801.380	1.801.380	18.013	982.833	19.995	64.106	85.685	2.485	24.734	11.597	5.679	1.383
MÊS 26	4.289	1.861.426	54,75%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.019.131	20.847	68.109	88.849	2.576	25.646	12.026	5.889	1.427
MÊS 27	4.289	1.801.380	54,94%	1.801.380	1.801.380	18.013	989.678	20.175	67.828	86.280	2.502	24.905	11.678	5.718	1.391
MÊS 28	4.289	1.861.426	55,13%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.026.204	21.034	72.081	89.463	2.594	25.824	12.109	21.086	1.435
MÊS 29	4.289	1.861.426	55,32%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.029.741	21.034	73.982	89.771	2.602	25.912	12.150	21.104	1.439
MÊS 30	4.289	1.801.380	55,51%	1.801.380	1.801.380	18.013	999.946	20.535	73.533	87.157	2.527	25.159	11.797	20.933	1.403
MÊS 31	4.289	1.861.426	55,69%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.036.628	21.220	78.012	90.369	2.620	26.085	12.232	21.146	1.448
MÊS 32	4.289	1.801.380	55,88%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.006.611	20.715	77.368	87.751	2.545	25.330	11.877	20.972	1.412
MÊS 33	4.289	1.861.426	56,07%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.043.702	21.406	81.998	90.984	2.639	26.263	12.314	21.185	1.456
MÊS 34	4.289	1.861.426	56,26%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.047.238	21.592	84.061	91.291	2.647	26.351	12.356	21.206	1.460
MÊS 35	4.289	1.681.288	56,45%	1.681.288	1.681.288	16.812	949.087	19.502	77.706	82.734	2.399	23.881	11.198	20.639	1.342
MÊS 36	4.289	1.861.426	56,64%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.054.312	21.778	88.118	91.905	2.665	26.529	12.440	21.248	1.469
MÊS 37	4.289	1.801.380	56,83%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.023.724	21.076	87.307	89.238	2.587	25.759	12.079	21.071	1.432
MÊS 38	4.289	1.861.426	57,02%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.061.385	21.964	92.222	92.520	2.682	26.706	12.522	21.282	1.477
MÊS 39	4.289	1.801.380	57,21%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.030.569	21.256	91.301	89.833	2.605	25.931	12.159	21.105	1.440
MÊS 40	4.289	1.861.426	57,40%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.068.459	22.150	96.479	93.134	2.700	26.884	12.606	21.324	1.486
MÊS 41	4.289	1.861.426	57,59%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.071.995	22.150	98.518	93.442	2.709	26.973	12.648	21.345	1.490
MÊS 42	4.289	1.801.380	57,78%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.040.837	21.616	97.429	90.725	2.630	26.187	12.279	21.162	1.453
MÊS 43	4.289	1.861.426	57,97%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.079.069	22.337	102.847	94.056	2.727	27.150	12.730	21.384	1.499
MÊS 44	4.289	1.801.380	58,16%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.047.683	21.616	101.536	91.320	2.647	26.360	12.360	21.204	1.461
MÊS 45	4.289	1.861.426	58,35%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.086.142	22.337	107.115	94.671	2.745	27.327	12.814	21.426	1.507
MÊS 46	4.289	1.861.426	58,54%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.089.679	22.337	109.321	94.978	2.754	27.416	12.855	21.444	1.511
MÊS 47	4.289	1.681.288	58,73%	1.681.288	1.681.288	16.812	987.420	20.175	100.646	86.064	2.496	24.842	11.648	20.853	1.388
MÊS 48	4.289	1.861.426	58,92%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.096.752	22.337	113.659	95.593	2.772	27.593	12.938	21.486	1.520
MÊS 49	4.289	1.801.380	59,11%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.064.796	21.616	112.162	92.806	2.691	26.789	12.561	21.300	1.481
MÊS 50	4.289	1.861.426	59,30%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.103.826	22.337	118.044	96.207	2.790	27.771	13.022	21.528	1.528
MÊS 51	4.289	1.801.380	59,49%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.071.641	21.616	116.429	93.401	2.709	26.961	12.642	21.342	1.490
MÊS 52	4.289	1.861.426	59,68%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.110.899	22.337	122.587	96.822	2.807	27.948	13.105	21.567	1.537
MÊS 53	4.289	1.861.426	59,87%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.114.436	22.337	124.765	97.129	2.816	28.037	13.146	21.588	1.541
MÊS 54	4.289	1.801.380	60,06%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.081.909	21.616	122.968	94.293	2.734	27.218	12.762	21.399	1.502
MÊS 55	4.289	1.861.426	60,25%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.121.509	22.337	129.380	97.743	2.835	28.215	13.230	21.630	1.550
MÊS 56	4.289	1.801.380	60,44%	1.801.380	1.801.380	18.013	1.088.754	21.616	127.347	94.888	2.751	27.390	12.843	21.438	1.510
MÊS 57	4.289	1.861.426	60,63%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.128.583	22.337	133.929	98.358	2.852	28.392	13.313	21.669	1.558
MÊS 58	4.289	1.861.426	60,82%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.132.119	22.337	136.278	98.665	2.861	28.481	13.354	21.690	1.562
MÊS 59	4.289	1.681.288	61,01%	1.681.288	1.681.288	16.812	1.025.754	20.175	123.272	89.248	2.588	25.762	12.080	21.066	1.432
MÊS 60	4.289	1.861.426	61,10%	1.861.426	1.861.426	18.614	1.137.331	22.337	136.479	98.811	2.865	28.522	13.374	21.699	1.564
TOTAL				101.666.670	101.666.670	1.016.640	56.851.062	1.152.961	4.473.830	4.955.056	143.667	1.430.289	670.659	828.318	80.406





Cronograma com base no histórico - SERVIÇO 1										Mês Referência:
										out/25
				Produtividade por Auxiliar (1 e 2)		Arbitragem (3)	Preparação (4)	Contestação		
Produtividade mês/Auxiliar				33.000		15.000	50.000	3.800		
Qte Técnicos				52		2	19	5	78	
Supervisor				1						1
33,33%				67%		3%	24%	6%		
Contagem	Registros Infracionais	Quantidades (1 e2)	Quantidades (3)	Quantidades (4)	Quantidade - Contestação	Técnicos (1,2)	Arbitragem (3)	Preparação (4)	Contestação	
MÊS 01	1.319.220,00	1.319.220,00	13.192	659.610	13.192	40	1	14	4	
MÊS 02	1.410.500,00	1.410.500,00	14.105	707.930	14.105	43	1	15	4	
MÊS 03	1.398.180,00	1.398.180,00	13.981	704.403	13.981	43	1	15	4	
MÊS 04	1.469.958,00	1.469.958,00	14.699	743.358	14.846	45	1	15	4	
MÊS 05	1.403.990,00	1.403.990,00	14.039	712.665	14.180	43	1	15	4	
MÊS 06	1.358.700,00	1.358.700,00	13.587	692.258	13.858	42	1	14	4	
MÊS 07	1.403.990,00	1.403.990,00	14.039	718.000	14.320	43	1	15	4	
MÊS 08	1.315.020,00	1.315.020,00	13.150	675.000	13.544	40	1	14	4	
MÊS 09	1.022.504,00	1.022.504,00	10.225	526.794	10.531	31	1	11	3	
MÊS 10	1.022.504,00	1.022.504,00	10.225	528.737	10.634	31	1	11	3	
MÊS 11	1.065.064,00	1.065.064,00	10.650	552.768	11.076	33	1	12	3	
MÊS 12	1.321.530,00	1.321.530,00	13.215	688.385	13.876	41	1	14	4	
MÊS 13	1.389.360,00	1.389.360,00	13.893	726.357	14.588	43	1	15	4	
MÊS 14	1.543.304,00	1.543.304,00	15.433	809.772	16.359	47	2	17	5	
MÊS 15	1.557.360,00	1.557.360,00	15.573	820.106	16.508	48	2	17	5	
MÊS 16	1.660.484,00	1.660.484,00	16.604	877.566	17.767	51	2	18	5	
MÊS 17	1.706.054,00	1.706.054,00	17.060	904.891	18.254	52	2	19	5	
MÊS 18	1.693.020,00	1.693.020,00	16.930	901.195	18.284	52	2	19	5	
MÊS 19	1.789.816,00	1.789.816,00	17.898	956.120	19.330	55	2	20	6	
MÊS 20	1.764.840,00	1.764.840,00	17.648	946.131	19.236	54	2	19	6	
MÊS 21	1.843.632,00	1.843.632,00	18.436	991.874	20.095	56	2	20	6	
MÊS 22	1.854.916,00	1.854.916,00	18.549	1.001.469	20.404	57	2	21	6	
MÊS 23	1.740.928,00	1.740.928,00	17.409	943.235	19.150	53	2	19	6	
MÊS 24	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.012.057	20.661	57	2	21	6	
MÊS 25	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	982.833	19.995	55	2	20	6	
MÊS 26	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.019.131	20.847	57	2	21	6	
MÊS 27	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	989.678	20.175	55	2	20	6	
MÊS 28	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.026.204	21.034	57	2	21	6	
MÊS 29	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.029.741	21.034	57	2	21	6	
MÊS 30	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	999.946	20.535	55	2	20	6	
MÊS 31	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.036.628	21.220	57	2	21	6	
MÊS 32	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.006.611	20.715	55	2	21	6	
MÊS 33	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.043.702	21.406	57	2	21	6	
MÊS 34	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.047.238	21.592	57	2	21	6	
MÊS 35	1.681.288,00	1.681.288,00	16.812	949.087	19.502	51	2	19	6	
MÊS 36	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.054.312	21.778	57	2	22	6	
MÊS 37	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.023.724	21.076	55	2	21	6	
MÊS 38	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.061.385	21.964	57	2	22	6	
MÊS 39	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.030.569	21.256	55	2	21	6	
MÊS 40	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.068.459	22.150	57	2	22	6	
MÊS 41	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.071.995	22.150	57	2	22	6	
MÊS 42	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.040.837	21.616	55	2	21	6	
MÊS 43	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.079.069	22.337	57	2	22	6	
MÊS 44	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.047.683	21.616	55	2	21	6	
MÊS 45	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.086.142	22.337	57	2	22	6	
MÊS 46	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.089.679	22.337	57	2	22	6	
MÊS 47	1.681.288,00	1.681.288,00	16.812	987.420	20.175	51	2	20	6	
MÊS 48	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.096.752	22.337	57	2	22	6	
MÊS 49	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.064.796	21.616	55	2	22	6	
MÊS 50	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.103.826	22.337	57	2	23	6	
MÊS 51	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.071.641	21.616	55	2	22	6	
MÊS 52	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.110.899	22.337	57	2	23	6	
MÊS 53	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.114.436	22.337	57	2	23	6	
MÊS 54	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.081.909	21.616	55	2	22	6	
MÊS 55	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.121.509	22.337	57	2	23	6	
MÊS 56	1.801.380,00	1.801.380,00	18.013	1.088.754	21.616	55	2	22	6	
MÊS 57	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.128.583	22.337	57	2	23	6	
MÊS 58	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.132.119	22.337	57	2	23	6	
MÊS 59	1.681.288,00	1.681.288,00	16.812	1.025.754	20.175	51	2	21	6	
MÊS 60	1.861.426,00	1.861.426,00	18.614	1.137.331	22.337	57	2	23	6	

SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL			P8061	1	4%	60	2	R\$ 19.687,42	47.249,80	
A.2)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Supervisor Técnico			P8173	1	25%	60	15	R\$ 3.630,41	54.456,15	
	Auxiliar administrativo			P8026	78	33,5%	60	1568	R\$ 1.992,31	3.123.543,61	
SUBTOTAL A									3.225.249,56		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL			82,53%	P8061	1	4%	60	2	R\$ 16.248,03	38.995,26
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Supervisor Técnico			107,25%	P8173	1	25%	60	15	R\$ 3.893,61	58.404,22
	Auxiliar administrativo			132,63%	P8026	78	33,5%	60	1568	R\$ 2.642,40	4.142.755,90
SUBTOTAL B									4.240.155,38		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	4%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 344,13	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	25%	60	15	R\$ 143,39	R\$ 2.150,85	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				78	33,5%	60	1568	R\$ 143,39	R\$ 224.806,84	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				2	4%	60	5	R\$ 17,24	R\$ 82,75	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				2	25%	60	30	R\$ 17,24	R\$ 517,20	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				156	33,5%	60	3136	R\$ 17,24	R\$ 54.057,74	
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	4%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 239,92	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	25%	60	15	R\$ 99,97	R\$ 1.499,55	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				78	33,5%	60	1568	R\$ 99,97	R\$ 156.732,96	
C.3)	Kit Web Cam + Headset										
	Câmera e Fone de ouvido				1	4%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 17,83	
	Câmera e Fone de ouvido				1	25%	60	15	R\$ 7,43	R\$ 111,45	
	Câmera e Fone de ouvido				78	33,5%	60	1568	R\$ 7,43	R\$ 11.648,75	
SUBTOTAL C									R\$ 452.209,97		
SUB-TOTAL			(A+B+C)							R\$ 7.917.614,91	
D)	Administração Central		10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D					R\$ 791.761,49	
E)	Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E					R\$ 123.356,44	
F)	Riscos		0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F					R\$ 57.561,06	
G)	Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G					R\$ 11.480,54	
H)	Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H					R\$ 950.113,78	
I)	PIIS		2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I					R\$ 189.230,99	
J)	COFINS		11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J					R\$ 873.312,92	
K)	ISSQN		7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K					R\$ 574.818,84	
L)	TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)				SUBTOTAL L					R\$ 11.489.250,97	
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 191.487,51	
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO									101.666.670	
H)	PREÇO UNITÁRIO									R\$ 0,11	

SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO FASE 2 - MANUAL			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL	P8061	1	4%	60	2	R\$ 19.687,42		47.249,80		
A.2)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Supervisor Técnico	P8173	1	25%	60	15	R\$ 3.630,41		54.456,15		
	Auxiliar administrativo	P8026	78	33,5%	60	1568	R\$ 1.992,31		3.123.543,61		
SUBTOTAL A									3.225.249,56		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL	82,53%	P8061	1	4,00%	60	2	R\$ 16.248,03		38.995,26	
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Supervisor Técnico	107,25%	P8173	1	25%	60	15	R\$ 3.893,61		58.404,22	
	Auxiliar administrativo	132,63%	P8026	78	33,5%	60	1568	R\$ 2.642,40		4.142.755,90	
SUBTOTAL B									4.240.155,38		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	4%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 344,13	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	25,0%	60	15	R\$ 143,39	R\$ 2.150,85	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				78	33,5%	60	1568	R\$ 143,39	R\$ 224.806,84	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				2	4%	60	5	R\$ 17,24	R\$ 82,75	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				2	25%	60	30	R\$ 17,24	R\$ 517,20	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				156	33,5%	60	3136	R\$ 17,24	R\$ 54.057,74	
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	4%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 239,92	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	25%	60	15	R\$ 99,97	R\$ 1.499,55	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				78	33,5%	60	1568	R\$ 99,97	R\$ 156.732,96	
C.3)	Kit Web Cam + Headset										
	Câmera e Fone de ouvido				1	4%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 17,83	
	Câmera e Fone de ouvido				1	25,0%	60	15	R\$ 7,43	R\$ 111,45	
	Câmera e Fone de ouvido				78	33,5%	60	1568	R\$ 7,43	R\$ 11.648,75	
SUBTOTAL C									R\$ 452.209,97		
SUB-TOTAL			(A+B+C)	SUBTOTAL D						R\$ 7.917.614,91	
D)	Administração Central	10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D						R\$ 791.761,49	
E)	Despesas Financeiras	1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E						R\$ 123.356,44	
F)	Riscos	0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F						R\$ 87.561,06	
G)	Garantias contratuais	0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G						R\$ 11.480,54	
H)	Lucro Operacional	12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H						R\$ 950.113,78	
I)	PIS	2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I						R\$ 189.230,99	
J)	COFINS	11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J						R\$ 873.312,92	
K)	ISSQN	7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K						R\$ 574.818,84	
L) TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)				SUBTOTAL L						R\$ 11.489.250,97	
E) TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE				SUBTOTAL L						R\$ 191.487,51	
G) QUANTITATIVO A SER EXECUTADO									101.666.670		
H) PREÇO UNITÁRIO									R\$ 0,11		

SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO FASE 3 - ARBITRAGEM			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A) PESSOAL											
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR											
GERENTE GERAL			P8061	1	4%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 47.249,80		
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR											
Auxiliar administrativo			P8026	78	3%	60	140	R\$ 1.992,31	R\$ 279.720,32		
SUBTOTAL A									R\$ 326.970,12		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES											
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR			82,53%	P8061	1	4%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 38.995,26	
GERENTE GERAL											
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR			132,63%	P8026	78	3%	60	140	R\$ 2.642,40	R\$ 370.993,06	
Auxiliar administrativo											
SUBTOTAL B									R\$ 409.988,32		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS											
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA											
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL											
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.					1	4%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 344,13	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL											
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.					78	3%	60	140	R\$ 143,39	R\$ 20.131,95	
MONITOR LED/FHD 23-24"					2	4%	60	5	R\$ 17,24	R\$ 82,75	
MONITOR LED/FHD 23-24"					156	3%	60	281	R\$ 17,24	R\$ 4.840,99	
C.2) DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET											
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR					1	4%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 239,92	
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR					78	3%	60	140	R\$ 99,97	R\$ 14.035,78	
C.3) Kit Web Cam + Headset											
Câmera e Fone de ouvido					1	4%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 17,83	
Câmera e Fone de ouvido					78	3%	60	140	R\$ 7,43	R\$ 1.043,17	
SUB-TOTAL					(A+B+C)					R\$ 40.736,52	
										R\$ 777.694,96	
D) Administração Central			10,00%	de (A+B+C)		SUBTOTAL D			R\$ 77.769,49		
E) Despesas Financeiras			1,56%	de (A+B+C)		SUBTOTAL E			R\$ 12.116,48		
F) Riscos			0,73%	de (A+B+C)		SUBTOTAL F			R\$ 5.653,84		
G) Garantias contratuais			0,15%	de (A+B+C)		SUBTOTAL G			R\$ 1.127,65		
h) Lucro Operacional			12,00%	de (A+B+C)		SUBTOTAL H			R\$ 93.323,39		
I) PIS			2,39%	de (A+B+C)		SUBTOTAL I			R\$ 18.586,90		
J) COFINS			11,03%	de (A+B+C)		SUBTOTAL J			R\$ 85.779,75		
K) ISSQN			7,26%	de (A+B+C)		SUBTOTAL K			R\$ 56.460,65		
L) TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)					SUBTOTAL L			R\$ 1.128.513,11			
E) TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 18.808,55			
G) QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								1.016.640			
H) PREÇO UNITÁRIO								R\$ 1,11			

SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO FASE 4 - PREPARAÇÃO		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREGO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
A) PESSOAL									
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR		P8061	1	4%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 47.249,80	
GERENTE GERAL									
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR		P8173	1	25%	60	15	R\$ 3.630,41	R\$ 54.456,15	
Supervisor Técnico									
Auxiliar administrativo		P8026	78	24%	60	1123	R\$ 1.992,31	R\$ 2.237.762,59	
SUBTOTAL A								R\$ 2.339.468,54	
DESCRIÇÃO	Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREGO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES									
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
GERENTE GERAL									
	82,53%	P8061	1	4%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 38.995,26	
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR									
Supervisor Técnico									
	107,25%	P8173	1	25%	60	15	R\$ 3.893,61	R\$ 58.404,22	
Auxiliar administrativo									
	132,63%	P8026	78	24%	60	1123	R\$ 2.642,40	R\$ 2.967.944,52	
SUBTOTAL B								R\$ 3.065.344,00	
DESCRIÇÃO			QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREGO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS									
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA									
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL									
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.									
			1	4%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 344,13	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL									
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.									
			1	25%	60	15	R\$ 143,39	R\$ 2.150,85	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL									
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.									
			78	24%	60	1123	R\$ 143,39	R\$ 161.055,64	
MONITOR LED/FHD 23-24"									
			2	4%	60	5	R\$ 17,24	R\$ 82,75	
MONITOR LED/FHD 23-24"									
			2	25%	60	30	R\$ 17,24	R\$ 517,20	
MONITOR LED/FHD 23-24"									
			156	24%	60	2246	R\$ 17,24	R\$ 38.727,93	
C.2) DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET									
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR									
			1	4%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 239,92	
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR									
			1	25%	60	15	R\$ 99,97	R\$ 1.499,55	
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR									
			78	24%	60	1123	R\$ 99,97	R\$ 112.286,30	
C.3) Kit Web Cam + Headset									
Câmera e Fone de ouvido									
			1	4%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 17,83	
Câmera e Fone de ouvido									
			1	25,00%	60	15	R\$ 7,43	R\$ 111,45	
Câmera e Fone de ouvido									
			78	24,00%	60	1123	R\$ 7,43	R\$ 8.345,37	
SUBTOTAL C								R\$ 325.378,92	
SUB-TOTAL (A+B+C)								R\$ 5.730.191,46	
D) Administração Central								R\$ 573.018,14	
Despesas Financeiras								R\$ 89.276,38	
Riscos								R\$ 41.658,49	
Garantias contratuais								R\$ 8.308,77	
Lucro Operacional								R\$ 687.622,97	
PIS								R\$ 136.951,57	
COFINS								R\$ 632.040,11	
ISSQN								R\$ 416.011,89	
TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)								R\$ 8.315.080,78	
TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 138.584,67	
QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								56.851,062	
PREÇO UNITÁRIO								R\$ 0,14	

SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO - CONTESTAÇÃO			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR GERENTE GERAL		P8061	1	4%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 47.249,80		
A.2)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR Supervisor Técnico Auxiliar administrativo		P8173 P8026	1 78	25% 6%	60 60	15 281	R\$ 3.630,41 R\$ 1.992,31	R\$ 54.456,15 R\$ 559.440,64		
SUBTOTAL A									R\$ 661.146,59		
DESCRIÇÃO			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR GERENTE GERAL		82,53%	P8061	1	4%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 38.995,26	
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR Supervisor Técnico Auxiliar administrativo		107,25% 132,63%	P8173 P8026	1 78	25% 6%	60 60	15 281	R\$ 3.893,61 R\$ 2.642,40	R\$ 58.404,22 R\$ 741.986,13	
SUBTOTAL B									R\$ 839.385,61		
DESCRIÇÃO				QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/1700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.  DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/1700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.  DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/1700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.  MONITOR LED/FHD 23-24" MONITOR LED/FHD 23-24" MONITOR LED/FHD 23-24"			1  1  78  2 2 156	4%  25%  6%  4% 25% 6%	60  60  60  60 30 60	2  15  281  5 30 562	R\$ 143,39  R\$ 143,39  R\$ 143,39  R\$ 17,24 R\$ 17,24 R\$ 17,24	R\$ 344,13  R\$ 2.150,85  R\$ 40.263,91  R\$ 82,75 R\$ 517,20 R\$ 9.681,98		
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR			1 1 78	4% 25% 6%	60 60 60	2 15 281	R\$ 99,97 R\$ 99,97 R\$ 99,97	R\$ 239,92 R\$ 1.499,55 R\$ 28.071,57		
C.3)	Kit Web Cam + Headset Câmera e Fone de ouvido Câmera e Fone de ouvido Câmera e Fone de ouvido			1 1 78	4% 25% 6%	60 60 60	2 15 281	R\$ 7,43 R\$ 7,43 R\$ 7,43	R\$ 17,83 R\$ 111,45 R\$ 2.086,34		
SUBTOTAL C									R\$ 85.067,48		
SUB-TOTAL			(A+B+C)						R\$ 1.585.599,68		
D)	Administração Central		10,00%	de (A+B+C)		SUBTOTAL D			R\$ 158.559,96		
E)	Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)		SUBTOTAL E			R\$ 24.703,64		
F)	Riscos		0,73%	de (A+B+C)		SUBTOTAL F			R\$ 11.527,30		
G)	Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)		SUBTOTAL G			R\$ 2.299,11		
H)	Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)		SUBTOTAL H			R\$ 190.271,96		
I)	PIS		2,39%	de (A+B+C)		SUBTOTAL I			R\$ 37.895,83		
J)	COFINS		11,03%	de (A+B+C)		SUBTOTAL J			R\$ 174.891,64		
K)	ISSQN		7,26%	de (A+B+C)		SUBTOTAL K			R\$ 115.114,53		
L)	TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)						SUBTOTAL L			R\$ 2.300.863,65	
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 38.347,72	
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO									1.152.961	
H)	PREÇO UNITÁRIO									R\$ 1,99	

SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
DESCRIÇÃO									
A) PESSOAL									
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
GERENTE GERAL		P8001	1	20%	60	12	R\$ 19.687,42	R\$ 236.240,04	
SUPERVISOR		P8173	1	100%	60	60	R\$ 3.630,41	R\$ 217.824,60	
ARQUIVISTA		P8169	1	100%	60	60	R\$ 6.270,51	R\$ 376.230,60	
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR									
Auxiliar administrativo		P8026 -4	24	100%	60	1440	R\$ 1.992,31	R\$ 2.868.926,40	
SUBTOTAL A								R\$ 3.699.230,64	
DESCRIÇÃO	Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES									
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
GERENTE GERAL	82,53%	P8001	1	20%	60	12	R\$ 16.248,03	R\$ 194.976,33	
SUPERVISOR	107,25%	P8173	1	100%	60	60	R\$ 3.893,61	R\$ 233.616,88	
ARQUIVISTA	94,95%	P8169	1	100%	60	60	R\$ 5.963,85	R\$ 367.230,95	
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR									
Auxiliar administrativo	139,12%	P8026 -4	24	100%	60	1440	R\$ 2.771,70	R\$ 3.991.250,40	
SUBTOTAL B								R\$ 4.777.074,56	
DESCRIÇÃO			QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS									
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA									
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/17700 ou equivalente; Memória RGB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Monitor LED/FHD 23-24"; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.			1	20%	60	12	R\$ 143,39	R\$ 1.720,68	
DISPONIBILIZAÇÃO SCANNER      Resolução ótica de captura mínima de 600 dpi; Resolução de saída de 100 a 600 dpi; Capacidade de processamento de um volume físico de 10.000 (dez mil) páginas; Modo de digitalização simplex (frente) e duplex (frente e verso) em uma única passagem de papel; Sistema de transporte de documentos com capacidade de aceitar papéis de tamanho e gramatura diferentes entre 27 e 41 g/m²; Aceitar papéis nos formatos A4, Carta, Ofício, A3; Mecanismo de detecção automática de dupla alimentação de documentos por ultrassom; Suporte ao formato de saída PDF/A via pacote de software; Velocidade no modo P&B, tons de cinza em resolução de saída a 200 dpi, papel A4: orientação retrato: B0 (litera) FPM (páginas por minuto) ou 160 (cento e sessenta) FPM (páginas por minuto); Capacidade de detecção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco, no processo de digitalização; Detecção e eliminação automática de folhas em branco; Ajuste manual e automático da orientação das imagens digitalizadas; Realizar rotação de imagens, permitindo a alimentação de documentos diferentes; Capacidade de recorte automático de tamanho da imagem dos documentos; Permitir a gravação de múltiplas saídas de imagem (P&B, Colorido, Tons de Cinza) a partir de uma única digitalização; Permitir eliminação de bordas pretas; Capacidade de conversão automática de documentos digitalizados com recursos de OCR com suporte em Português do Brasil, em aplicativos como o Word, e Accomplish software de digitalização com recursos de OCR.			3	100%	60	180	R\$ 630,44	R\$ 113.479,20	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/17700 ou equivalente; Memória RGB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.			26	100%	60	1560	R\$ 143,39	R\$ 223.688,40	
MONITOR LED/FHD 23-24"			2	20%	60	24	R\$ 17,24	R\$ 413,76	
MONITOR LED/FHD 23-24"			52	100%	60	3120	R\$ 17,24	R\$ 53.788,80	
C.2) CAIXA ARQUIVO TIPO BOX Material Kraft, Estrutura de parede dupla, de espessura 7mm, Opacidade interna e externa de 100%, e, Dimensões (largura x altura x comprimento): 140 / 250 / 360mm			400	100%	60	24000	R\$ 4,50	R\$ 107.920,00	
C.3) Kit Web Cam + Headset Câmera e Fone de ouvido Câmera e Fone de ouvido Câmera e Fone de ouvido			1 1 1	20% 100% 100%	60 60 60	12 60 60	R\$ 7,43 R\$ 7,43 R\$ 7,43	R\$ 89,16 R\$ 445,80 R\$ 445,80	
SUB-TOTAL		(A+B+C)	SUBTOTAL C					R\$ 501.991,60	
								R\$ 5.975.296,80	
D) Administração Central		10,00%	de (A+B+C)		SUBTOTAL D			R\$ 897.829,68	
E) Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)		SUBTOTAL E			R\$ 139.681,66	
F) Riscos		0,73%	de (A+B+C)		SUBTOTAL F			R\$ 66.272,21	
G) Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)		SUBTOTAL G			R\$ 13.016,63	
H) Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)		SUBTOTAL H			R\$ 1.077.395,61	
I) PIB		2,39%	de (A+B+C)		SUBTOTAL I			R\$ 214.681,29	
J) COFINIS		11,03%	de (A+B+C)		SUBTOTAL J			R\$ 990.386,13	
K) ISSQN		7,26%	de (A+B+C)		SUBTOTAL K			R\$ 651.824,34	
L) TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)			SUBTOTAL L					R\$ 13.028.406,45	
E) TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 217.140,10	
G) QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								4.473.830	
H) PREÇO UNITÁRIO								R\$ 2,91	

SERVIÇO 3 - Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC1			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A) PESSOAL											
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR											
GERENTE GERAL			P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 39.335,46		
SUPERVISOR GERAL			P8003	1	33,59%	60	20	R\$ 11.951,52	R\$ 240.870,93		
SUPERVISOR			P8173	23	33,59%	60	464	R\$ 3.630,41	R\$ 1.682.847,51		
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR											
Auxiliar administrativo			P8026	116	33,59%	60	2338	R\$ 1.992,31	R\$ 4.657.749,82		
SUBTOTAL A									R\$ 6.620.803,72		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES											
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR											
GERENTE GERAL			82,53%	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 32.463,55	
SUPERVISOR GERAL			86,01%	P8003	1	33,59%	60	20	R\$ 10.279,50	R\$ 207.173,09	
SUPERVISOR			107,25%	P8173	23	33,59%	60	464	R\$ 3.893,61	R\$ 1.804.853,95	
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR											
Auxiliar administrativo			132,63%	P8026	116	33,59%	60	2338	R\$ 2.642,40	R\$ 6.177.573,59	
SUBTOTAL B									R\$ 8.222.064,18		
DESCRIÇÃO				QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
C) DESPESAS GERAIS											
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA											
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	3,33%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 286,49		
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				140	33,59%	60	2822	R\$ 143,39	R\$ 404.583,48		
MONITOR LED/FHD 23-24"				2	3,33%	60	4	R\$ 17,24	R\$ 68,89		
MONITOR LED/FHD 23-24"				280	33,59%	60	5643	R\$ 17,24	R\$ 97.287,38		
C.2) DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET											
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	3,33%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 199,74		
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				140	33,59%	60	2822	R\$ 99,97	R\$ 282.071,35		
C.3) Kit Web Cam + Headset											
Câmera e Fone de ouvido				1	3,33%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 14,84		
Câmera e Fone de ouvido				140	33,59%	60	2822	R\$ 7,43	R\$ 20.964,19		
SUBTOTAL C									R\$ 805.476,36		
SUB-TOTAL			(A+B+C)						R\$ 15.648.344,26		
D)	Administração Central	10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D					R\$ 1.564.834,42		
E)	Despesas Financeiras	1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E					R\$ 243.801,20		
F)	Riscos	0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F					R\$ 113.763,46		
G)	Garantias contratuais	0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G					R\$ 22.690,09		
H)	Lucro Operacional	12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H					R\$ 1.877.801,31		
I)	PIS	2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I					R\$ 373.995,42		
J)	COFINS	11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J					R\$ 1.726.012,37		
K)	ISSQN	7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K					R\$ 1.136.069,79		
L)	TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)			SUBTOTAL L					R\$ 22.707.312,32		
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 378.455,20		
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								4.955,056		
H)	PREÇO UNITÁRIO								R\$ 4,58		



SERVIÇO 3 - Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC2			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 39.335,46			
	SUPERVISOR GERAL	P8003	1	1,56%	60	1	R\$ 11.951,52	R\$ 11.186,62			
	SUPERVISOR	P8173	23	1,56%	60	22	R\$ 3.630,41	R\$ 78.155,46			
A.2)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo	P8026	116	1,56%	60	109	R\$ 1.992,31	R\$ 216.317,05			
SUBTOTAL A									R\$ 344.994,59		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL	82,53%	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 32.463,55		
	SUPERVISOR GERAL	86,01%	P8003	1	1,56%	60	1	R\$ 10.279,50	R\$ 9.621,61		
	SUPERVISOR	107,25%	P8173	23	1,56%	60	22	R\$ 3.893,61	R\$ 83.821,73		
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo	132,63%	P8026	116	1,56%	60	109	R\$ 2.642,40	R\$ 286.901,30		
SUBTOTAL B									R\$ 412.808,19		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL										
	Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Monitor LED/FHD 23-24"; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	3,33%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 286,49	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL										
	Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Monitor LED/FHD 23-24"; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				140	1,56%	60	131	R\$ 143,39	R\$ 18.789,82	
	MONITOR EXTRA LED/FHD 23-24"				2	3,33%	60	4	R\$ 17,24	R\$ 68,89	
	MONITOR EXTRA LED/FHD 23-24"				280	1,56%	60	262	R\$ 17,24	R\$ 4.518,25	
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	3,33%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 199,74	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				140	1,56%	60	131	R\$ 99,97	R\$ 13.100,06	
C.3)	Kit Web Cam + Headset										
	Câmera e Fone de ouvido				1	3,33%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 14,84	
	Câmera e Fone de ouvido				140	1,56%	60	131	R\$ 7,43	R\$ 973,62	
SUBTOTAL C									R\$ 37.951,71		
SUB-TOTAL			(A+B+C)	SUBTOTAL D					R\$ 795.754,49		
D)	Administração Central		10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E					R\$ 79.575,44	
E)	Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F					R\$ 12.397,85	
F)	Riscos		0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G					R\$ 5.785,13	
G)	Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H					R\$ 1.153,84	
H)	Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I					R\$ 95.490,53	
I)	PIS		2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J					R\$ 19.018,53	
J)	COFINS		11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K					R\$ 87.771,72	
K)	ISSQN		7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL L					R\$ 87.771,77	
L)	TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)							R\$ 1.154.719,30			
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE							R\$ 19.245,32			
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO							143.667			
H)	PREÇO UNITÁRIO							R\$ 8,03			

SERVIÇO 3 - Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC3		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO										
A) PESSOAL										
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
GERENTE GERAL		P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 39.335,46		
SUPERVISOR GERAL		P8003	1	21,87%	60	13	R\$ 11.951,52	R\$ 156.827,84		
SUPERVISOR		P8173	23	21,87%	60	302	R\$ 3.630,41	R\$ 1.095.679,52		
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
Auxiliar administrativo		P8026	116	21,87%	60	1522	R\$ 1.992,31	R\$ 3.032.598,65		
SUBTOTAL A								R\$ 4.324.441,47		
DESCRIÇÃO		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
Porcentagem de encargos sociais e complementares										
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
GERENTE GERAL		P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 32.463,55		
SUPERVISOR GERAL		P8003	1	21,87%	60	13	R\$ 10.279,50	R\$ 134.887,62		
SUPERVISOR		P8173	23	21,87%	60	302	R\$ 3.893,61	R\$ 1.175.116,28		
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
Auxiliar administrativo		P8026	116	21,87%	60	1522	R\$ 2.642,40	R\$ 4.022.135,59		
SUBTOTAL B								R\$ 5.364.603,04		
DESCRIÇÃO		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
Porcentagem de encargos sociais e complementares										
C) DESPESAS GERAIS										
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL										
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.			1	3,33%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 286,49		
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL										
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.			140	21,87%	60	1837	R\$ 143,39	R\$ 263.418,90		
MONITOR LED/FHD 23-24"			2	3,33%	60	4	R\$ 17,24	R\$ 68,89		
MONITOR LED/FHD 23-24"			280	21,87%	60	3674	R\$ 17,24	R\$ 63.342,51		
C.2) DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR			1	3,33%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 199,74		
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR			140	21,87%	60	1837	R\$ 99,97	R\$ 183.652,88		
C.3) Kit Web Cam + Headset										
Câmera e Fone de ouvido			1	3,33%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 14,84		
Câmera e Fone de ouvido			140	3,33%	60	280	R\$ 7,43	R\$ 2.078,31		
SUBTOTAL C								R\$ 513.062,56		
SUB-TOTAL		(A+B+C)						R\$ 10.202.107,07		
D)	Administração Central	10,00%	de (A+B+C)						SUBTOTAL D	R\$ 1.020.210,70
E)	Despesas Financeiras	1,56%	de (A+B+C)						SUBTOTAL E	R\$ 158.948,82
F)	Riscos	0,73%	de (A+B+C)						SUBTOTAL F	R\$ 74.169,31
G)	Garantias contratuais	0,15%	de (A+B+C)						SUBTOTAL G	R\$ 14.793,05
H)	Lucro Operacional	12,00%	de (A+B+C)						SUBTOTAL H	R\$ 1.224.252,84
I)	PIS	2,39%	de (A+B+C)						SUBTOTAL I	R\$ 243.830,35
J)	COFINS	11,03%	de (A+B+C)						SUBTOTAL J	R\$ 1.125.292,40
K)	ISSQN	7,26%	de (A+B+C)						SUBTOTAL K	R\$ 740.672,97
L)	TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)								SUBTOTAL L	R\$ 14.804.277,51
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 246.737,95
G) QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								1.430.289		
H) PREÇO UNITÁRIO								R\$ 10,35		

SERVIÇO 3 - Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC4 DESCRIÇÃO			Código	QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
		GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 39.335,46		
		SUPERVISOR GERAL	P8003	1	10,15%	60	6	R\$ 11.951,52	R\$ 72.784,75		
		SUPERVISOR	P8173	23	10,15%	60	140	R\$ 3.630,41	R\$ 508.511,52		
A.2)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
		Auxiliar administrativo	P8026	116	10,15%	60	706	R\$ 1.992,31	R\$ 1.407.447,47		
SUBTOTAL A									R\$ 2.028.079,20		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
		GERENTE GERAL	82,53%	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 32.463,55	
		SUPERVISOR GERAL	86,01%	P8003	1	10,15%	60	6	R\$ 10.279,50	R\$ 62.602,16	
		SUPERVISOR	107,25%	P8173	23	10,15%	60	140	R\$ 3.893,61	R\$ 545.378,61	
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
		Auxiliar administrativo	132,63%	P8026	116	10,15%	60	706	R\$ 2.642,40	R\$ 1.866.697,58	
SUBTOTAL B									R\$ 2.507.141,90		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	3,33%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 286,49	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				140	10,15%	60	853	R\$ 143,39	R\$ 122.254,31	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				2	3,33%	60	4	R\$ 17,24	R\$ 68,89	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				280	10,15%	60	1705	R\$ 17,24	R\$ 29.397,64	
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	3,33%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 199,74	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				140	10,15%	60	853	R\$ 99,97	R\$ 85.234,42	
C.3)	Kit Web Cam + Headset										
	Câmera e Fone de ouvido				1	3,33%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 14,84	
	Câmera e Fone de ouvido				140	10,15%	60	853	R\$ 7,43	R\$ 6.334,81	
SUBTOTAL C									R\$ 243.791,14		
SUB-TOTAL (A+B+C)									R\$ 4.779.012,24		
D)	Administração Central		10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D				R\$ 477.901,22		
E)	Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E				R\$ 74.457,01		
F)	Riscos		0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F				R\$ 34.743,41		
G)	Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G				R\$ 6.929,56		
H)	Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H				R\$ 573.481,46		
I)	PIS		2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I				R\$ 114.218,39		
J)	COFINS		11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J				R\$ 527.125,05		
K)	ISSQN		7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K				R\$ 346.956,28		
L)	TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)				SUBTOTAL L				R\$ 6.934.824,62		
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 115.580,41		
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								670.659		
H)	PREÇO UNITÁRIO								R\$ 10,34		

SERVIÇO 3 - Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC5			Código	QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 19.687,42		R\$ 39.335,46		
	SUPERVISOR GERAL	P8003	1	29,68%	60	18	R\$ 11.951,52		R\$ 212.832,66		
	SUPERVISOR	P8173	23	29,68%	60	410	R\$ 3.630,41		R\$ 1.486.957,84		
A.2)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo	P8026	116	29,68%	60	2066	R\$ 1.992,31		R\$ 4.115.570,55		
SUBTOTAL A									R\$ 5.854.696,51		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
	GERENTE GERAL	82,53%	P8061	1	3,33%	60	2	R\$ 16.248,03		R\$ 32.463,55	
	SUPERVISOR GERAL	86,01%	P8003	1	29,68%	60	18	R\$ 10.279,50		R\$ 183.057,37	
	SUPERVISOR	107,25%	P8173	23	29,68%	60	410	R\$ 3.893,61		R\$ 1.594.762,29	
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo	132,63%	P8026	116	29,68%	60	2066	R\$ 2.642,40		R\$ 5.458.481,22	
SUBTOTAL B									R\$ 7.268.764,43		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	3,33%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 286,49	
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				140	29,68%	60	2493	R\$ 143,39	R\$ 357.488,47	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				2	3,33%	60	4	R\$ 17,24	R\$ 68,89	
	MONITOR LED/FHD 23-24"				280	29,68%	60	4986	R\$ 17,24	R\$ 85.962,77	
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	3,33%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 199,74	
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				140	29,68%	60	2493	R\$ 99,97	R\$ 249.237,20	
C.3)	Kit Web Cam + Headset										
	Câmera e Fone de ouvido				1	3,33%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 14,84	
	Câmera e Fone de ouvido				140	29,68%	60	2493	R\$ 7,43	R\$ 18.523,88	
SUBTOTAL C									R\$ 711.782,28		
SUB-TOTAL									R\$ 13.835.243,22		
D)	Administração Central		10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D				R\$ 1.383.524,32		
E)	Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E				R\$ 215.553,08		
F)	Riscos		0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F				R\$ 100.582,21		
G)	Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G				R\$ 20.061,10		
h)	Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H				R\$ 1.660.229,18		
I)	PIS		2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I				R\$ 330.662,31		
J)	COFINS		11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J				R\$ 1.526.027,32		
K)	ISSQN		7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K				R\$ 1.004.438,65		
L)	TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)				SUBTOTAL L				R\$ 20.076.321,39		
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 334.605,35		
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								828.318		
H)	PREÇO UNITÁRIO								R\$ 24,23		

SERVIÇO 3 - Apoio à Análise e Instrução de Processos - GC6 DESCRIÇÃO			Código	QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
A) PESSOAL											
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR											
GERENTE GERAL			P8061	1	3,35%	60	2	R\$ 19.687,42	R\$ 39.571,71		
SUPERVISOR GERAL			P8003	1	3,15%	60	2	R\$ 11.951,52	R\$ 22.588,37		
SUPERVISOR			P8173	23	3,15%	60	43	R\$ 3.630,41	R\$ 157.813,92		
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR											
Auxiliar administrativo			P8026	116	3,15%	60	219	R\$ 1.992,31	R\$ 436.794,04		
SUBTOTAL A									R\$ 656.768,04		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES											
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR											
GERENTE GERAL			82,53%	P8061	1	3,35%	60	2	R\$ 16.248,03	R\$ 32.658,53	
SUPERVISOR GERAL			86,01%	P8003	1	3,15%	60	2	R\$ 10.279,50	R\$ 19.428,25	
SUPERVISOR			107,25%	P8173	23	3,15%	60	43	R\$ 3.893,61	R\$ 169.255,43	
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR											
Auxiliar administrativo			132,63%	P8026	116	3,15%	60	219	R\$ 2.642,40	R\$ 579.319,94	
SUBTOTAL B									R\$ 800.662,15		
DESCRIÇÃO					QTDE MENSA (1)	PARTICIPAÇÃO MENSA (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS											
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA											
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL											
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.					1	3,35%	60	2	R\$ 143,39	R\$ 288,21	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL											
Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.					140	3,15%	60	219	R\$ 143,39	R\$ 31.436,82	
MONITOR LED/FHD 23-24"					2	3,35%	60	2	R\$ 17,24	R\$ 34,65	
MONITOR LED/FHD 23-24"					280	3,15%	60	219	R\$ 17,24	R\$ 3.779,69	
C.2) DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET											
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR					1	3,35%	60	2	R\$ 99,97	R\$ 200,93	
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR					140	3,15%	60	219	R\$ 99,97	R\$ 21.917,42	
C.3) Kit Web Cam + Headset											
Câmera e Fone de ouvido					1	3,35%	60	2	R\$ 7,43	R\$ 14,93	
Câmera e Fone de ouvido					140	3,15%	60	265	R\$ 7,43	R\$ 1.965,97	
SUBTOTAL C									R\$ 59.638,62		
SUB-TOTAL (A+B+C)									R\$ 1.517.068,81		
D) Administração Central			10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D				R\$ 151.706,88		
E) Despesas Financeiras			1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E				R\$ 23.635,93		
F) Riscos			0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F				R\$ 11.029,09		
G) Garantias contratuais			0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G				R\$ 2.199,74		
h) Lucro Operacional			12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H				R\$ 182.048,25		
I) PIS			2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I				R\$ 36.257,94		
J) COFINS			11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J				R\$ 167.332,68		
K) ISSQN			7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K				R\$ 110.139,19		
L) TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)					SUBTOTAL L				R\$ 2.201.418,51		
E) TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 36.690,30		
G) QUANTITATIVO A SER EXECUTADO									80.406		
H) PREÇO UNITÁRIO									R\$ 27,37		

SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO - SUPERVISÃO		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
A) PESSOAL										
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
GERENTE GERAL		P8061	1	20%	60	12	R\$ 19.687,42	R\$ 236.249,04		
SUPERVISOR		P8173	1	100%	60	60	R\$ 3.630,41	R\$ 217.824,60		
SUBTOTAL A								R\$ 454.073,64		
DESCRIÇÃO		Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR										
GERENTE GERAL		82,53%	P8061	1	20%	60	12	R\$ 16.248,03	R\$ 194.976,33	
SUPERVISOR		107,25%	P8173	1	100%	60	60	R\$ 3.893,61	R\$ 233.616,88	
SUBTOTAL B								R\$ 428.593,21		
DESCRIÇÃO				QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS										
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	20%	60	12	R\$ 143,39	R\$ 1.720,68	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.				1	100%	60	60	R\$ 143,39	R\$ 8.603,40	
MONITOR LED/FHD 23-24"				2	20%	60	24	R\$ 17,24	R\$ 413,76	
MONITOR LED/FHD 23-24"				2	100%	60	120	R\$ 17,24	R\$ 2.068,80	
C.2) DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	20%	60	12	R\$ 99,97	R\$ 1.199,64	
BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	100%	60	60	R\$ 99,97	R\$ 5.998,20	
C.3) Kit Web Cam + Headset										
Câmera e Fone de ouvido				1	20%	60	12	R\$ 7,43	R\$ 89,16	
Câmera e Fone de ouvido				1	100%	60	60	R\$ 7,43	R\$ 445,80	
SUBTOTAL C								R\$ 20.539,44		
SUB-TOTAL			(A+B+C)						R\$ 903.206,29	
D)	Administração Central	10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D					R\$ 90.320,62	
E)	Despesas Financeiras	1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E					R\$ 14.071,95	
F)	Riscos	0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F					R\$ 6.566,30	
G)	Garantias contratuais	0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G					R\$ 1.309,64	
H)	Lucro Operacional	12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H					R\$ 108.384,75	
I)	PIS	2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I					R\$ 21.586,63	
J)	COFINS	11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J					R\$ 99.623,65	
K)	ISSQN	7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K					R\$ 65.572,77	
L) TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)				SUBTOTAL L					R\$ 1.310.642,60	
E) TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 21.844,04	
G) QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								60		
H) PREÇO UNITÁRIO								21.844,04		

SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO - DIURNO			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo		P8026	1	100%	60	60	R\$ 1.992,31	R\$ 119.538,60		
SUBTOTAL A									R\$ 119.538,60		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo		132,63%	P8026	1	100%	60	60	R\$ 2.642,40	R\$ 158.544,04	
SUBTOTAL B									R\$ 158.544,04		
DESCRIÇÃO				QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL										
	Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior. Gráficos Integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.										
	MONITOR LED/FHD 23-24"				1	100%	60	60	R\$ 143,39	R\$ 8.603,40	
					2	100%	60	120	R\$ 17,24	R\$ 2.068,80	
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET										
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR				1	100%	60	60			
C.3)	Kit Web Cam + Headset										
	Câmera e Fone de ouvido				1	100%	60	60	R\$ 7,43	R\$ 445,80	
SUBTOTAL C									R\$ 11.118,00		
SUB-TOTAL			(A+B+C)							R\$ 289.200,64	
D)	Administração Central			10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D				R\$ 28.920,06	
F)	Despesas Financeiras			1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E				R\$ 4.505,74	
F)	Riscos			0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F				R\$ 2.102,48	
G)	Garantias contratuais			0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G				R\$ 419,34	
h)	Lucro Operacional			12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H				R\$ 34.704,07	
I)	PIS			2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I				R\$ 6.911,89	
J)	COFINS			11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J				R\$ 31.898,83	
K)	ISSQN			7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K				R\$ 20.995,96	
L)	TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)					SUBTOTAL L				R\$ 419.659,01	
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 6.994,31	
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								60		
H)	PREÇO UNITÁRIO								6.994,31		

SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO - NOTURNO AN 6H			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo + Adicional Noturno (6h)		P8026 -2	1	100%	48	48	R\$ 2.285,04	R\$ 109.682,06		
SUBTOTAL A									R\$ 109.682,06		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo + Adicional Noturno (6h)		132,63%	P8026 -2	1	100%	48	48	R\$ 3.030,65	R\$ 145.471,31	
SUBTOTAL B									R\$ 145.471,31		
DESCRIÇÃO				QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL			1	100%	48	48	R\$ 143,39	R\$ 6.882,72		
	Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos Integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.										
	MONITOR LED/FHD 23-24"			2	100%	48	96	R\$ 17,24	R\$ 1.655,04		
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET			1	100%	48	48	R\$ 99,97	R\$ 4.798,56		
	BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR										
C.3)	Kit Web Cam + Headset			1	100%	48	48	R\$ 7,43	R\$ 356,64		
	Câmera e Fone de ouvido										
SUBTOTAL C									R\$ 13.692,96		
SUB-TOTAL			(A+B+C)	SUBTOTAL D						R\$ 268.846,33	
D)	Administração Central		10,00% de (A+B+C)	SUBTOTAL D						R\$ 26.884,63	
E)	Despesas Financeiras		1,56% de (A+B+C)	SUBTOTAL E						R\$ 4.188,62	
F)	Riscos		0,73% de (A+B+C)	SUBTOTAL F						R\$ 1.954,51	
G)	Garantias contratuais		0,15% de (A+B+C)	SUBTOTAL G						R\$ 389,82	
H)	Lucro Operacional		12,00% de (A+B+C)	SUBTOTAL H						R\$ 32.261,55	
I)	PIS		2,39% de (A+B+C)	SUBTOTAL I						R\$ 6.425,42	
J)	COFINS		11,03% de (A+B+C)	SUBTOTAL J						R\$ 29.653,75	
K)	ISSQN		7,26% de (A+B+C)	SUBTOTAL K						R\$ 19.516,24	
L)	TOTAL GERAL ( A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)			SUBTOTAL L						R\$ 390.122,87	
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE									R\$ 8.127,55	
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO									48	
H)	PREÇO UNITÁRIO									8.127,55	



SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO- NOTURNO AN 7H			Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
DESCRIÇÃO											
A)	PESSOAL										
A.1)	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo + Adicional Noturno (7h)		P8026 -3	1	100%	48	48	R\$ 2.333,83	R\$ 112.023,92		
SUBTOTAL A									R\$ 112.023,92		
DESCRIÇÃO			Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B)	ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES										
	PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR										
	Auxiliar administrativo + Adicional Noturno (7h)		132,63%	P8026 -3	1	100%	48	48	R\$ 3.095,36	R\$ 148.577,33	
SUBTOTAL B									R\$ 148.577,33		
DESCRIÇÃO				QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações	
C)	DESPESAS GERAIS										
C.1)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA										
	DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL Processador Intel Core i7-10700/i1700 ou equivalente; Memória 8GB DDR 4 ou maior; SSD NVMe 256 GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.  MONITOR LED/FHD 23-24"			1	100%	48	48	R\$ 143,39	R\$ 6.882,72		
				2	100%	48	96	R\$ 17,24	R\$ 1.655,04		
C.2)	DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA 500 MEGABITS OU SUPERIOR			1	100%	48	48	R\$ 99,97	R\$ 4.798,56		
C.3)	Kit Web Cam + Headset Câmera e Fone de ouvido			1	100%	48	48	R\$ 7,43	R\$ 356,64		
SUBTOTAL C									R\$ 13.692,96		
SUB-TOTAL			(A+B+C)							R\$ 274.294,21	
D)	Administração Central		10,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL D						R\$ 27.429,42
E)	Despesas Financeiras		1,56%	de (A+B+C)	SUBTOTAL E						R\$ 4.273,50
F)	Riscos		0,73%	de (A+B+C)	SUBTOTAL F						R\$ 1.994,11
G)	Garantias contratuais		0,15%	de (A+B+C)	SUBTOTAL G						R\$ 397,72
H)	Lucro Operacional		12,00%	de (A+B+C)	SUBTOTAL H						R\$ 32.915,30
I)	PIS		2,39%	de (A+B+C)	SUBTOTAL I						R\$ 6.555,63
J)	COFINS		11,03%	de (A+B+C)	SUBTOTAL J						R\$ 30.254,65
K)	ISSQN		7,26%	de (A+B+C)	SUBTOTAL K						R\$ 19.913,75
L)	TOTAL GERAL (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J+K)		SUBTOTAL L						R\$ 396.028,29		
E)	TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 8.292,25		
G)	QUANTITATIVO A SER EXECUTADO								48		
H)	PREÇO UNITÁRIO								8.292,25		

CENTRAL DE INTELIGÊNCIA (Portaria SGD/MI nº 750, de 20/3/2023)		Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
A) PESSOAL									
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
Cientista de Dados Sênior		CIENDADOS-03	1	100%	59	59	R\$ 17.172,12	R\$ 1.013.155,08	
Cientista de Dados Pleno		CIENDADOS-02	1	100%	59	59	R\$ 13.318,30	R\$ 785.779,70	
Analista de BI Sênior		ABI-03	1	100%	59	59	R\$ 13.288,84	R\$ 789.941,86	
Analista de BI Pleno		ABI-02	1	100%	59	59	R\$ 10.900,69	R\$ 593.560,71	
Desenvolvedor de Software Sênior		DESENV-03	1	100%	59	59	R\$ 13.560,89	R\$ 800.092,51	
SUBTOTAL A								R\$ 3.982.549,56	
DESCRIÇÃO	Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES									
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
Cientista de Dados Sênior		CIENDADOS-03	1	100%	59	59	R\$ 8.792,13	R\$ 518.735,40	
Cientista de Dados Pleno	53,20%	CIENDADOS-02	1	100%	59	59	R\$ 6.862,90	R\$ 406.090,94	
Analista de BI Sênior	53,67%	ABI-03	1	100%	59	59	R\$ 6.918,01	R\$ 406.162,80	
Analista de BI Pleno	53,35%	ABI-02	1	100%	59	59	R\$ 5.266,77	R\$ 310.739,50	
Desenvolvedor de Software Sênior	53,64%	DESENV-03	1	100%	59	59	R\$ 7.002,84	R\$ 413.167,77	
SUBTOTAL B								R\$ 2.056.896,41	
DESCRIÇÃO			QTDE MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTDE TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$/MÊS) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS									
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA									
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR + SISTEMA OPERACIONAL: Processador Intel Core i5-12500T ou equivalente; Memória 16GB DDR5 ou maior; SSD NVMe 512 GB ou maior; Gráficos Integrados (Intel UHD); Windows 11 Pro pré-instalado; Teclado + Mouse Logitech MK1200 ABNT 2 (com fio); Headset Jabra Evolve 20 USB			5	100%	59	295	R\$ 128,31	R\$ 37.851,45	
Meta Quest 3 - 512 GB - Processador Qualcomm Snapdragon XR2 Gen 2 (CPU 6 núcleos / GPU Adreno 740) Memória RAM de 8 GB; Armazenamento Interno de 512 GB; Sistema Operacional Meta Quest OS (baseado em Android); Interação com controle por mãos, voz e movimento de cabeça; compatível com acessórios Bluetooth; Tela de LCD dupla de alta resolução (≈ 2064 × 2208 pixels por olho); taxa de atualização até 120 Hz; Lentes de tipo pancake, com suporte a lentes corretivas (lentes de grau); Câmera RGB, sensores de profundidade, acelerômetro, giroscópio e proximidade; Rastreamento de mãos e ambiente (inside-out tracking); realidade mista com passthrough colorido; Som espacial 3D com microfones integrados; Conectividade wi-fi 6E, Bluetooth 5.2 e porta USB-C (modo Link com PC); Autonomia de aproximadamente 2 horas de uso contínuo; recarga rápida (18 W); Compatibilidade: aplicativos e jogos do ecossistema Meta Quest; suporte a recursos de acessibilidade.			3	50%	59	89	R\$ 124,11	R\$ 10.963,73	
MONITOR LED/HD 23-24"			10	100%	59	590	R\$ 17,24	R\$ 10.171,60	
C.4) SOFTWARES			1	100%	59	59	R\$ 12.975,91	R\$ 765.576,69	
Oggetto dos Softwares									
SUB-TOTAL		(A+B+C)						R\$ 6.864.031,44	
SUBTOTAL C								R\$ 624.668,47	
D) TOTAL MENSAL PARA A EQUIPE								R\$ 116.339,51	

CENTRAL DE INTELIGÊNCIA (cargos da Tabela de Consultoria DNIT)		Código	QTD MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTD TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$ MESES) (5)	Total	Observações
A) PESSOAL									
A.1) PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
Gerente Geral	P8061	1	20%	60	12	R\$ 19.687,42	R\$ 236.249,04		
Jornalista Pleno	P8093	1	100%	59	59	R\$ 4.511,84	R\$ 265.198,96		
Publicitário Pleno	P8093	1	100%	59	59	R\$ 4.511,84	R\$ 265.198,96		
Designer Gráfico	P8007	2	100%	59	118	R\$ 4.264,56	R\$ 503.218,08		
Engenheiro Civil	P8067	1	100%	59	59	R\$ 17.153,42	R\$ 1.012.051,78		
A.2) PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR									
Auxiliar administrativo	P8026 -4	8	100%	59	472	R\$ 1.982,31	R\$ 940.370,32		
								R\$ 3.224.296,34	
SUBTOTAL A									
DESCRIÇÃO	Porcentagem de encargos sociais e complementares	Código	QTD MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTD TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$ MESES) (5)	Total	Observações
B) ENCARGOS SOCIAIS E ENCARGOS COMPLEMENTARES									
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR									
Gerente Geral	82,53%	P8061	1	20%	60	12	R\$ 16.248,03	R\$ 194.976,33	
Jornalista Pleno	101,13%	P8093	1	100%	59	59	R\$ 4.562,82	R\$ 269.206,00	
Publicitário Pleno	101,13%	P8093	1	100%	59	59	R\$ 4.562,82	R\$ 269.206,00	
Designer Gráfico	102,61%	P8007	2	100%	59	118	R\$ 4.375,87	R\$ 515.352,07	
Engenheiro Civil	83,37%	P8067	1	100%	59	59	R\$ 14.300,01	R\$ 843.747,06	
PESSOAL DE NÍVEL AUXILIAR									
Auxiliar administrativo	139,12%	P8026 -4	8	100%	59	472	R\$ 2.771,70	R\$ 1.308.243,18	
								R\$ 3.461.732,34	
SUBTOTAL B									
DESCRIÇÃO			QTD MENSAL (1)	PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) (2)	MESES (3)	QTD TOTAL (1 x 2 x 3) (4)	PREÇO UNITÁRIO (R\$ MESES) (5)	Total	Observações
C) DESPESAS GERAIS									
C.1) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA									
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR - SISTEMA OPERACIONAL									
Processador Intel Core i5-12600T ou equivalente; Memória 16GB DDR5 ou maior; SSD NVMe 512 GB ou maior; Gráficos Integrados (Intel UHD); Windows 11 Pro; pré-instalado; Teclado + Mouse Logitech MK120 ABNT 2 (com fio); Headset Jabra Evolve 20 USB		1	20%	60	12	R\$ 128,31	R\$ 1.539,72		
								R\$ 0,00	
DISPONIBILIZAÇÃO COMPUTADOR - SISTEMA OPERACIONAL									
Processador Intel Core i5-12600T ou equivalente; Memória 16GB DDR5 ou maior; SSD NVMe 512 GB ou maior; Gráficos Integrados (Intel UHD); Windows 11 Pro; pré-instalado; Teclado + Mouse Logitech MK120 ABNT 2 (com fio); Headset Jabra Evolve 20 USB		13	100%	59	767	R\$ 128,31	R\$ 98.413,77		
Meta Quest 3 - 512 GB - Processador Qualcomm Snapdragon XR2 Gen 2 (CPU 6 núcleos / GPU Adreno 740) Memória RAM de 8 GB; Armazenamento Interno de 512 GB; Sistema Operacional Meta Quest OS (baseado em Android); Interação com controle por mãos, voz e movimento da cabeça, compatível com acessórios Bluetooth; Tela de LCD dupla de alta resolução (4.204 x 2.208 pixels por olho), taxa de atualização até 120 Hz; Lentes de tipo pancake, com suporte a lentes corretivas (lentes de grau); Câmera RGB, sensores de profundidade, acelerômetro, giroscópio e proximidade; Rastreamento de mãos e ambiente (hand/eye tracking); realidade mista com passthrough colorido; Som espacial 3D com microfones integrados; Conectividade wi-fi 6E, Bluetooth 5.2 e porta USB-C (modo Link com PC); Autonomia de aproximadamente 2 horas de uso contínuo; recarga rápida (18 W); Compatibilidade: aplicativos e jogos do ecossistema Meta Quest; suporte a recursos de acessibilidade.		3	50%	59	89	R\$ 124,11	R\$ 10.963,73		
MONITOR LEDPHD 23-24"		2	20%	60	24	R\$ 17,24	R\$ 413,76		
MONITOR LEDPHD 23-24"		26	100%	59	1534	R\$ 17,24	R\$ 26.446,16		
								R\$ 137.797,54	
SUBTOTAL C									
SUBTOTAL D								R\$ 6.763.816,82	
SUBTOTAL E								R\$ 676.381,68	
SUBTOTAL F								R\$ 165.389,25	
SUBTOTAL G								R\$ 49.172,94	
SUBTOTAL H								R\$ 8.897,03	
SUBTOTAL I								R\$ 911.657,89	
SUBTOTAL J								R\$ 161.605,19	
SUBTOTAL K								R\$ 146.548,81	
SUBTOTAL L								R\$ 491.053,02	
SUBTOTAL M								R\$ 9.814.973,10	
SUBTOTAL N								R\$ 166.356,47	

Lista de Mobiliários definidos					
RECEPÇÃO					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
1.1	Poltronas	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 22.363,13
1.2	Mesa de Apoio	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
1.3	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
1.4	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
1.5	Vasos para plantas decorativas	3	R\$ 453,13	R\$ 1.359,39	
1.6	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
1.7	Quadro Decoração	1	R\$ 689,00	R\$ 689,00	
1.8	Arandelas para os quadros	2	R\$ 349,90	R\$ 699,80	
1.9	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
1.10	Suporte para TV movel	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
1.11	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
1.12	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
1.13	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
SALA DE REUNIÃO					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
2.1	Mesas trapezoidais ou retangulares	12	R\$ 490,00	R\$ 5.880,00	R\$ 43.613,79
2.2	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
2.3	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
2.4	Bancos	3	R\$ 1.710,00	R\$ 5.130,00	
2.5	Lousa de vidro 2,50 x 1,20 m	1	R\$ 1.989,00	R\$ 1.989,00	
2.6	- 04 Caneta quadro branco e apagador	1	R\$ 33,90	R\$ 33,90	
2.7	Quadros decorativos	3	R\$ 689,00	R\$ 2.067,00	
2.8	Arandelas para os quadros	6	R\$ 349,90	R\$ 2.099,40	
2.9	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
2.10	Suporte para TV movel	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
2.11	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
2.12	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
2.13	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
2.14	Acústica nas paredes	66,63 m²	R\$ 170,00	R\$ 11.326,59	
2.15	Planta artificial realista	1	R\$ 485,91	R\$ 485,91	
Estúdio					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
3.1	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	R\$ 89.368,08
3.2	Suporte para TV movel	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
3.3	Computadores	3	R\$ 6.194,00	R\$ 18.582,00	
3.4	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
3.5	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
3.6	Teleprompter	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	
3.7	Câmera Ptz	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	
3.8	Switcher pequeno	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	
3.10	Kit 2 - Microfone lapela	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00	
3.11	Microfone sem fio	4	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	
3.12	Kit 2 - Caixas de som para retorno	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	
3.13	Chroma key	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
3.14	Kit 2 - Softbox	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	
3.15	Poltronas	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	
3.16	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
3.17	Vasos para plantas decorativas	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
3.18	Mesas de Centro	2	R\$ 555,22	R\$ 1.110,44	
3.19	Kits de decoração	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	
3.20	Mesas para computadores	3	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00	
3.21	Acústica nas paredes	35,54 m²	R\$ 170,00	R\$ 6.041,97	
3.22	Quadros decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
3.23	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	
Coordenação					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
4.1	Poltronas	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	R\$ 11.210,90
4.2	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
4.3	Vasos para plantas decorativas	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
4.4	Mesa de Centro	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
4.5	Quadros decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
4.6	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	

Atendimento - Assessoria- Digitalização					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
5.1	Plantas artificiais realistas	23	R\$ 485,91	R\$ 11.175,93	R\$ 47.522,21
5.2	Para plantas decorativa divisorias - horizontal	23	R\$ 323,28	R\$ 7.435,44	
5.3	Quadros Decorativos	8	R\$ 689,00	R\$ 5.512,00	
5.4	Arandelas para os quadros	16	R\$ 349,90	R\$ 5.598,40	
5.5	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
5.6	Kits de decoração	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	
5.7	Bebedouro	2	R\$ 1.945,00	R\$ 3.890,00	
5.8	Poltronas	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00	
5.9	Mesas de apoio	2	R\$ 555,22	R\$ 1.110,44	
Central de Inteligência					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
6.1	TVs	9	R\$ 3.999,00	R\$ 35.991,00	R\$ 121.570,69
6.2	Suporte para TV	9	R\$ 899,99	R\$ 8.099,91	
6.3	Computadores	9	R\$ 6.194,00	R\$ 55.746,00	
6.4	Teclados e mouses sem fio	9	R\$ 238,00	R\$ 2.142,00	
6.5	Webcams	9	R\$ 271,00	R\$ 2.439,00	
6.6	Poltronas	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00	
6.7	Mesas de apoio	3	R\$ 555,22	R\$ 1.665,66	
6.8	Mesas para os computadores	3	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00	
6.9	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
6.10	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
6.11	Vasos para plantas decorativas	3	R\$ 453,13	R\$ 1.359,39	
Copa					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
7.1	Bebedouro	1	R\$ 1.945,00	R\$ 1.945,00	R\$ 32.824,17
7.2	Lixeiras	4	R\$ 160,00	R\$ 640,00	
7.3	Aparador	3	R\$ 2.200,00	R\$ 6.600,00	
7.4	Pia granito São Gabriel	1	R\$ 785,00	R\$ 785,00	
7.5	Kit Cuba + Torneira + Acessórios	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	
7.6	Mesas redondas	3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00	
7.7	GELADEIRAS	2	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	
7.8	MICROONDAS	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00	
7.9	FORNO	1	R\$ 649,00	R\$ 649,00	
7.10	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
7.11	Quadros Decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
7.12	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	
7.13	Vasos para plantas decorativa vertical	3	R\$ 323,28	R\$ 969,84	
Sala de descompressão					
Item	Descrição	QUANT.	Pesquisa Internet	Total do item	Orçamento total (R\$)
8.1	Sofá (3 Lugares)	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 30.868,83
8.2	Puffs	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00	
8.3	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
8.4	Suporte para TV	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
8.5	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
8.6	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
8.7	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
8.8	Mesa de apoio	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
8.9	Quadro decorativo	1	R\$ 689,00	R\$ 689,00	
8.10	Arandelas para os quadros	2	R\$ 349,90	R\$ 699,80	
8.11	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
8.12	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
8.13	vasos para plantas decorativa	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
8.14	Acústica nas paredes	47,32 m²	R\$ 170,00	R\$ 8.044,74	

	Orçamento total (R\$)
Piso Elevado + Vinílico	R\$ 342.754,34
Forro	R\$ 98.850,78
Luminárias	R\$ 22.000,00
Divisórias	R\$ 2.380,00
Projeto Executivo	R\$ 60.000,00
Projeto Interiores	R\$ 30.500,00

Total	R\$ 955.826,91
-------	----------------

Total 5%	R\$ 1.003.618,26
----------	------------------

Até o presente momento, foram apenas estimados os valores dos mobiliários e demais itens descritos, não se tratando de levantamento definitivo, tampouco tendo sido realizados os cálculos referentes aos fretes, com base nos cálculos e pesquisas realizadas, foi adicionado 5% no valor final.

**Planilha de Cálculo Exemplificativa para o BDI na Tabela de Preços de Consultoria -  
Atualizado pelo Ofício-Circular nº 4706/2025 (SEI DNIT nº 21705904)**  
(Link: [https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-referenciais/engenharia-consultiva-2/bdi/bdi-tabela-de-precos-de-consultoria/anexo-bdi-tabela-de-precos-de-consultoria\\_2025-selic-15-00.pdf](https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-referenciais/engenharia-consultiva-2/bdi/bdi-tabela-de-precos-de-consultoria/anexo-bdi-tabela-de-precos-de-consultoria_2025-selic-15-00.pdf))

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			
Despesas Indiretas		% Sobre PV	%Sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,89	10,00%
Despesas Financeiras	1,17% sobre (PV - Lucro)	1,07	1,56%
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,73%
Garantias contratuais	0,10% do PV	0,10	0,15%
Benefícios			
Lucro Operacional	Variável - f (CD)	8,27	12%
Tributos			
PIS	1,65 % do PV	1,65	2,39%
COFINS	7,60 % do PV	7,60	11,03%
ISSQN	5,00 % do PV	5,00	7,26%
Total BDI (%)		31,08	45,11%

QUADRO SALARIAL			
Código de Identificação do Perfil	Perfil Profissional	Salário	Proporcionalidade
CIENDADOS-03	Cientista de Dados Sênior	R\$ 17.172,12	1,29
CIENDADOS-02	Cientista de Dados Pleno	R\$ 13.318,30	1,00
ABI-03	Analista de BI Sênior	R\$ 13.388,84	1,33
ABI-02	Analista de BI Pleno	R\$ 10.060,69	1,00
DESENV-03	Desenvolvedor de Software Sênior	R\$ 13.560,89	1,00
P8026	Auxiliar Administrativo	R\$ 1.931,52	-
P8026 -2	Auxiliar Administrativo - Adicional Noturno (6h)	R\$ 2.232,52	-
P8026 -3	Auxiliar Administrativo - Adicional Noturno (7h)	R\$ 2.282,69	-

QUADRO DE SALÁRIOS - Portaria SGD/MGI nº 750, de 20/03/2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.679, de 17 de setembro de 2024

Código de Identificação do Perfil	Perfil Profissional	Salário	Encargos e Benefícios Anuais, mensais e diários	Provisão para Rescisão	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Insumos Diversos	Custos indiretos, tributos e lucro	Total dos Encargos
CIENDADOS-03	Cientista de Dados Sênior	R\$ 17.172,12	37,99%	3,79%	0,77%	0,00%	8,65%	51,20%
CIENDADOS-02	Cientista de Dados Pleno	R\$ 13.318,30	38,50%	3,76%	0,77%	0,00%	8,65%	51,68%
ABI-03	Analista de BI Sênior	R\$ 13.388,84	38,49%	3,76%	0,77%	0,00%	8,65%	51,67%
ABI-02	Analista de BI Pleno	R\$ 10.060,69	39,22%	3,72%	0,76%	0,00%	8,65%	52,35%
DESENV-03	Desenvolvedor de Software Sênior	R\$ 13.560,89	38,46%	3,76%	0,77%	0,00%	8,65%	51,64%

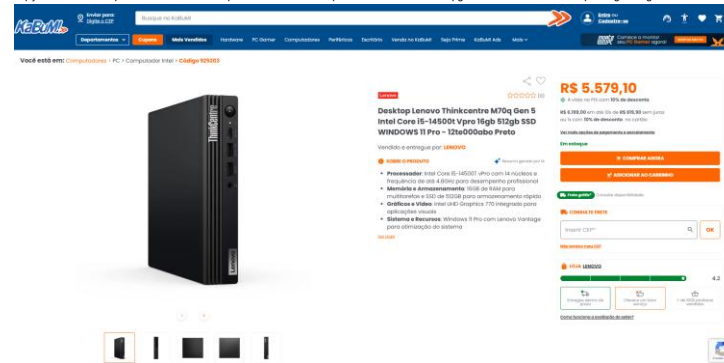


ENCARGOS SOCIAIS - Tabela de Consultoria DNIT - outubro/2025

Código	Categoria	Unidade	Salário	Encargos Sociais	Alimentação	Exame ocupacional	Assistência Médica	Seguro de vida	Auxílio Transporte	Total dos encargos
P8026	Auxiliar Administrativo	mês	R\$ 1.992,31	77,48%	38,98%	0,19%	15,48%	0,50%		132,63%
P8026 -2	Auxiliar Administrativo - Adicional Noturno (6h)	mês	R\$ 2.285,04	77,48%	38,98%	0,19%	15,48%	0,50%		132,63%
P8026 -3	Auxiliar Administrativo - Adicional Noturno (7h)	mês	R\$ 2.333,83	77,48%	38,98%	0,19%	15,48%	0,50%		132,63%
P8173	Administrador júnior	mês	R\$ 3.630,41	77,02%	21,39%	0,08%	8,49%	0,27%		107,25%
P8061	Engenheiro Coordenador	mês	R\$ 19.687,42	76,96%	3,94%	0,01%	1,57%	0,05%		82,53%
P8001	Advogado júnior	mês	R\$ 5.012,84	76,83%	15,49%	0,06%	6,15%	0,20%		98,73%
P8067	Engenheiro de Projetos sênior	mês	R\$ 17.153,42	76,96%	4,53%	0,02%	1,80%	0,06%	0,00%	83,37%
P8026 -4	Auxiliar Administrativo - Presencial	mês	R\$ 1.992,31	77,48%	38,98%	0,19%	15,48%	0,50%	6,49%	139,12%
P8093	Jornalista Pleno	mês	R\$ 4.511,84	76,80%	17,21%	0,07%	6,83%	0,22%	0,00%	101,13%
P8169	Arquivista	mês	R\$ 6.270,51	77,42%	12,38%	0,07%	4,92%	0,16%	0,00%	94,95%
P8007	Analista de desenvolvimento de sistemas júnior (Designer Gráfico)	mês	R\$ 4.264,56	76,87%	18,21%	0,07%	7,23%	0,23%	0,00%	102,61%
P8003	Advogado Sênior	mês	R\$ 11.951,52	76,83%	6,50%	0,02%	2,58%	0,08%		86,01%

Cotações Segundo Monitor						
Especificações	Monitor LED/FHD 23-24"	Amazon	R\$	566,10		
Pesquisa realizada em Outubro de 2025		Magalu	R\$	579,00		
		Kabum	R\$	1.221,06		
			Valor médio	R\$	788,72	
Cálculo da disponibilização						
Premissas						
Custo de fornecimento	R\$	788,72				
Vida útil em meses (N)		60				
Trabalho anual em meses (Ta)		12				
Porcentagem residual (Vr)		20%				
Custo anual do capital (Tj)		6%				
Do Cálculo						
Descrição	Fórmula	Uní	Coefficiente (%)	Custo unitário	Custo parcial	
Depreciação (D)	$D = (1-Vr) / n$	%	1,33333333%	R\$ 788,72	R\$ 10,51	
Juros de Capital (Jc)	$JC = [(1+n)/2n] * Tj / Ta$	%	0,25416667%	R\$ 788,72	R\$ 2,00	
Manutenção (M)	$M = 5\% * Ta$	%	0,60000000%	R\$ 788,72	R\$ 4,73	
	Total				R\$ 17,24	
Cotações do Computador						
Especificações	Processador Intel Core i7-10700/11700 ou equivalente; Memória 16GB DDR4 ou maior; SSD NVMe 512GB ou maior; Gráficos integrados (Intel UHD); Windows 11 Pro pré-instalado; Mouse óptico com fio; Teclado ABNT 2 com fio.	Kabum	R\$	5.579,10		
		Filial Smart	R\$	7.705,59		
		Lanworks	R\$	6.382,50		
			Valor médio	R\$	6.555,73	
Cálculo da disponibilização						
Premissas						
Custo de fornecimento	R\$	6.555,73				
Vida útil em meses (N)		60				
Trabalho anual em meses (Ta)		12				
Porcentagem residual (Vr)		20%				
Custo anual do capital (Tj)		6%				
Do Cálculo						
Descrição	Fórmula	Uní	Coefficiente (%)	Custo unitário	Custo parcial	
Depreciação (D)	$D = (1-Vr) / n$	%	1,33333333%	R\$ 6.555,73	R\$ 87,40	
Juros de Capital (Jc)	$JC = [(1+n)/2n] * Tj / Ta$	%	0,25416667%	R\$ 6.555,73	R\$ 16,66	
Manutenção (M)	$M = 5\% * Ta$	%	0,60000000%	R\$ 6.555,73	R\$ 39,33	
	Total				R\$ 143,39	

Opção 1: Kabum <<https://www.kabum.com.br/produto/925203/desktop-lenovo-thinkcentre-m70q-gen-5-intel-core-i5-14500t-vpro-16gb-512gb-ssd-windows-11-pro-12e000abo-preto>>



**Desktop Lenovo Thinkcentre M70q Gen 5**  
Intel Core i5-14500T Vpro 16gb 512gb SSD  
WINDOWS 11 Pro - 12e000abo Preto

**R\$ 5.579,10**

**Características:**

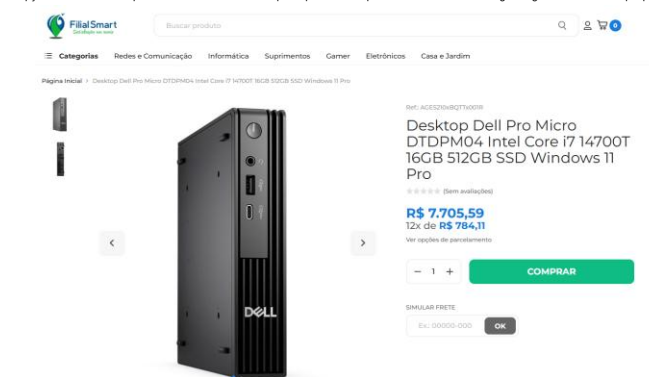
- Processador Intel Core i5-14500T (14ª Geração) com 14 núcleos e frequência base de 4,0GHz para desempenho profissional
- Memória e Armazenamento: 16GB de RAM para multitarefa e 512GB de SSD para armazenamento rápido
- Gráficos e Vídeo: Intel iGPU Graphics 770 integrado para aplicações locais
- Sistema e Recursos: Windows 11 Pro com recursos avançados para segurança e produtividade

**Comprar**

**Simular Frete**

Ex.: 00000-000 **OK**

Opção 2: Filial Smart <<https://www.filialsmart.com/desktop-dell-pro-micro-dtdpm04-intel-core-i7-14700t-16gb-512gb-ssd-windows-11-pro/p>>



**Desktop Dell Pro Micro DTDPM04 Intel Core i7 14700T 16GB 512GB SSD Windows 11 Pro**

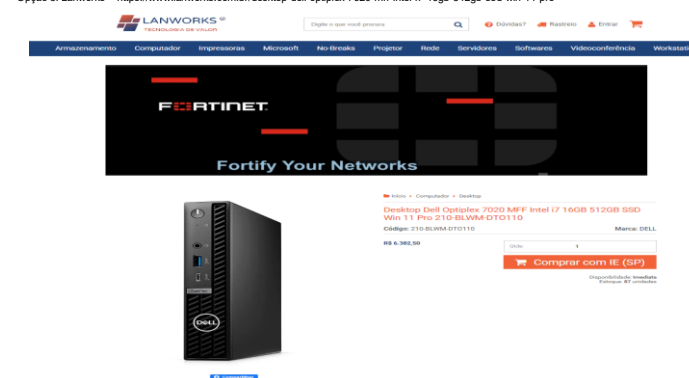
**R\$ 7.705,59**  
12x de R\$ 784,11  
VR: aplica de parcelamento

**Comprar**

**Simular Frete**

Ex.: 00000-000 **OK**

Opção 3: Lanworks <<https://www.lanworks.com.br/desktop-dell-optiplex-7020-mff-intel-i7-16gb-512gb-ssd-win-11-pro>>



**Desktop Dell Optiplex 7020 MFF Intel i7 16GB 512GB SSD**  
Win 11 Pro 210-BLWM-OT0110

**R\$ 4.382,50**

**Comprar com IE (SP)**

**Simular Frete**

Ex.: 00000-000 **OK**

Opção 1: Monitor Amazon

**MONITOR 23.8 AOC 24B30HM2 FULL HD 100HZ**  
 Visão à laia AOC  
 23.8" 100Hz 1ms 100Hz

**R\$566,10**  
 à vista no Pix  
 De em até 12x de R\$ 55,51/mês

Em até 12x de R\$ 55,51 com juros. Ver parcelas disponíveis.

Marca: AOC  
 Tamanho da tela: 23.8"  
 Resolução: HD  
 Proporção de tela: 16:9  
 Tempo de resposta: 1 Milissegundo

**Sobre este item**  
 Aproveite ao máximo a potência gráfica do seu PC com um monitor capaz de suportar essa performance: os 100Hz transformam as cenas de quadros de 60Hz em uma experiência de jogo suave e responsiva.

**Em estoque**  
 Quantidade: 1  
 Adicionar ao carrinho  
 Comparar preços

Opção 2: Monitor Magalu

**Monitor 24" LED Ergômico Ajuste de altura, rotação vertical, rotação horizontal, inclinação, Widescreen, 2ms, 75Hz, Full HD, HDMI, 3green Pro 243G**  
 24" 75Hz 2ms 100Hz

**R\$ 579,00** no Pix  
 (17% de desconto por Pix)

Cartão de crédito  
 sem juros

**COMPRAR AGORA**  
**ADICIONAR À SACOLA**

Opção 3: Monitor Kabum

**Monitor Dell De 24" - P2425h**  
 Versão e entrega por: DELL

**R\$ 1.221,06**  
 à vista no Pix com 8% de desconto  
 R\$ 1.280,00 em até 12x de R\$ 106,66 sem juros  
 ou 12x de R\$ 106,66 com juros

**Em estoque**  
 11 unidades em estoque  
 17 adicionado ao carrinho

**COMPRAR AGORA**  
**ADICIONAR À SACOLA**

Cotações Segundo Monitor					
Especificações:					
Monitor realizada em Outubro de 2025	Monitor LED/PHD 23-24"	Amazon	R\$	566,10	
		Macalu	R\$	579,00	
		Kabum	R\$	1.221,06	
		Valor médio	R\$	788,72	
Cálculo da disponibilização					
Premissas					
Custo de fornecimento	R\$	788,72			
Vida útil em meses (N)		60			
Trabalho anual em meses (Ta)		12			
Porcentagem residual (Vr)		20%			
Custo anual do capital (Ti)		6%			
Do Cálculo					
Descrição	Fórmula	Unid	Coefficiente (%)	Custo unitário	Custo parcial
Depreciação (D)	$D = (1-Vr) / n$	%	1,333333333%	R\$ 788,72	R\$ 10,51
Juros de Capital (Jc)	$Jc = [(1+n)/(2n)] * Ti * Ta$	%	0,25416667%	R\$ 788,72	R\$ 2,00
Manutenção (M)	$M = 5\% * Ta$	%	0,600000000%	R\$ 788,72	R\$ 4,73
Total					R\$ 17,24

Cotações do Computador					
Especificações:					
	Processador Intel Core i5-12500T ou equivalente; Memória RAM de 32GB DDR5 ou maior; Windows 11 Pro pré-instalado; SSD NVMe 1T ou maior; Mouse óptico com fio; Teclado padrão ABNT 2 com fio.	Lenovo	R\$	5.300,00	
		DELL	R\$	5.899,90	
		Lenovo	R\$	6.399,00	
		Valor médio	R\$	5.866,30	
Cálculo da disponibilização					
Premissas					
Custo de fornecimento	R\$	5.866,30			
Vida útil em meses (N)		60			
Trabalho anual em meses (Ta)		12			
Porcentagem residual (Vr)		20%			
Custo anual do capital (Ti)		6%			
Do Cálculo					
Descrição	Fórmula	Unid	Coefficiente (%)	Custo unitário	Custo parcial
Depreciação (D)	$D = (1-Vr) / n$	%	1,333333333%	R\$ 5.866,30	R\$ 78,21
Juros de Capital (Jc)	$Jc = [(1+n)/(2n)] * Ti * Ta$	%	0,25416667%	R\$ 5.866,30	R\$ 14,91
Manutenção (M)	$M = 5\% * Ta$	%	0,600000000%	R\$ 5.866,30	R\$ 35,19

Total R\$ 128,31

Oferta 1: MERCADO LIVRE -<https://www.mercadolivre.com.br/mini-pc-lenovo-n70q-4gen-intel-i512500i-32gb-1tb-wifi-win10/up/MLBU3318509551?pdp\_filters=item\_id:MLB55

Novo  
Mini PC Lenovo M70q 4gen Intel i5-12500i 32gb 1tb Wifi Win10

R\$ 5.300,00  
21x R\$ 252,96 sem juros com cartão Mercado Pago

Até R\$ 58 de cashback em Mail Dollar

Ver os meios de pagamento

Voltagem: Escolha

110V/220V

O que você precisa saber sobre este produto

- Nome do sistema operacional: Windows
- Placa gráfica: Intel UHD Graphics 770
- Memória RAM: 32 GB
- Conveniente e prática para realizar todos os tipos de tarefas.

Ver características

Produtos relacionados

Oferta 2: OFICINA DOS BITS -<https://www.oficinadosbits.com.br/produto/computador-dell-optiplex-7020-micro-intel-i5-12500i-ram-32gb-ssd-1tb-wifi-e-bluetooth-kit-teclado-e-mouse/

COMPUTADOR DELL OPTIPLEX 7020 MICRO - INTEL I5 12500T, RAM 32GB, SSD 1TB, KIT TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 PROFESSIONAL - OUTLET

R\$ 5.899,90

12x R\$ 546,29 sem juros

COMPRAR

Cashback BNB - até R\$ 3.000 de volta

Calcular o frete e prazo de entrega

Oferta 3: MAGAZINE -<https://www.magazineleza.com.br/mini-pc-lenovo-thinkcentre-tiny-m80q-core-i5-12500i-32gb-ddr5-ssd-1tb-nvme-win11-pro-64/p/qd082h06/in/mipcl

mini pc Lenovo ThinkCentre Tiny M80q Core i5 12500T, 32GB ddr5, SSD 1TB nvme, Win11 pro 64

R\$ 6.399,00

12x R\$ 533,25 sem juros

COMPRAR

Adfators

Opção 1: Monitor Amazon

**MONITOR 23.8 AOC 24B30HM2 FULL HD 100HZ**  
Última atualização: 10/10/2023

**R\$ 566**  
Grátis em 10x de R\$ 56,60 sem juros

**Em até 10x de R\$ 56,60 sem juros** (tarifas de juros não aplicáveis)

**Comprar agora**

**Sobre este item**

- Aproveite na máxima a performance gráfica do seu PC com um monitor capaz de suportar uma performance de 100Hz, transformando as cenas de jogos em uma experiência de jogo suave e responsiva.

Opção 2: Monitor Magalu

**Monitor 24" LED Ergonômico**  
Ajuste de altura, rotação vertical, rotação horizontal, inclinação, Widescreen, 2ms, 75Hz, Full HD, HDMI, 3green Pro 243G

**R\$ 579,00**  
Grátis em 10x de R\$ 57,90 sem juros

**Comprar agora**

**Sobre este item**

- Aproveite na máxima a performance gráfica do seu PC com um monitor capaz de suportar uma performance de 75Hz, transformando as cenas de jogos em uma experiência de jogo suave e responsiva.

**Monitor Dell De 24" - P2425H**

**R\$ 1.221,06**  
Grátis em 10x de R\$ 122,11 sem juros

**Comprar agora**

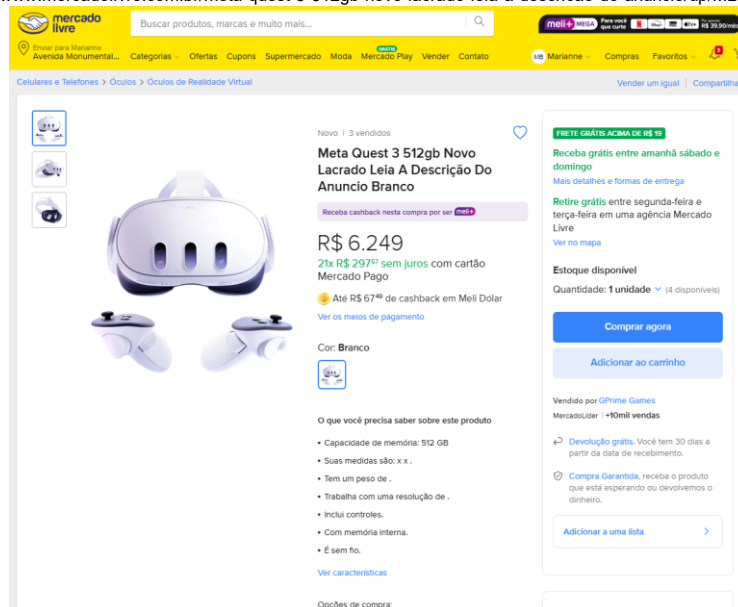
**Sobre este item**

- Aproveite na máxima a performance gráfica do seu PC com um monitor capaz de suportar uma performance de 75Hz, transformando as cenas de jogos em uma experiência de jogo suave e responsiva.

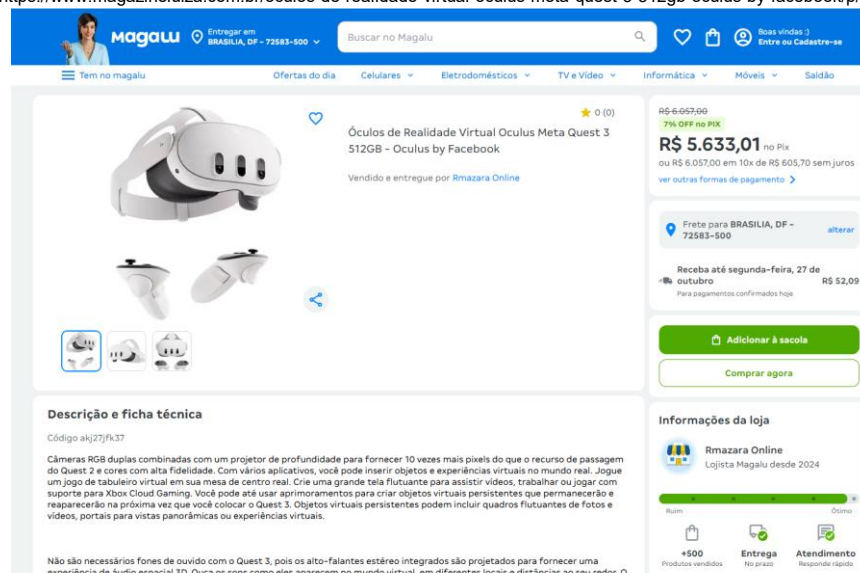
COTAÇÕES																	
ESPECIFICAÇÕES																	
<b>Meta Quest 3 - 512 GB</b> Processador Qualcomm Snapdragon XR2 Gen 2 (CPU 6 núcleos / GPU Adreno 740);Memória RAM de 8 GB; Armazenamento Interno de 512 GB; Sistema Operacional Meta Quest OS (baseado em Android);Interação com controle por mãos, voz e movimento da cabeça; compatível com acessórios Bluetooth; Tela de LCD dupla de alta resolução (≈ 2064 × 2208 pixels por olho), taxa de atualização até 120 Hz; Lentes do tipo pancake, com suporte a lentes corretivas (óculos de grau); Câmeras RGB, sensores de profundidade, acelerômetro, giroscópio e proximidade; Rastreamento de mãos e ambiente ( <i>inside-out tracking</i> ); realidade mista com passthrough colorido; Som espacial 3D com microfones integrados; Conectividade viaWi-Fi 6E, Bluetooth 5.2 e porta USB-C (modo Link com PC); Autonomia de aproximadamente 2 horas de uso contínuo; recarga rápida (18 W); Compatibilidade: aplicativos e jogos do ecossistema Meta Quest; suporte a recursos de acessibilidade.			<table><tr><td>Mercado Livre</td><td>R\$</td><td>6.249,00</td></tr><tr><td>Magazine Luiza</td><td>R\$</td><td>5.633,01</td></tr><tr><td>Amazon</td><td>R\$</td><td>5.141,00</td></tr><tr><td colspan="2">VALOR MÉDIO</td><td>R\$ 5.674,33</td></tr></table>			Mercado Livre	R\$	6.249,00	Magazine Luiza	R\$	5.633,01	Amazon	R\$	5.141,00	VALOR MÉDIO		R\$ 5.674,33
Mercado Livre	R\$	6.249,00															
Magazine Luiza	R\$	5.633,01															
Amazon	R\$	5.141,00															
VALOR MÉDIO		R\$ 5.674,33															
			Pesquisa realizada em Outubro de 2025														
CÁLCULO DA DISPONIBILIZAÇÃO																	
PREMISSAS																	
CUSTO DE FORNECIMENTO	R\$	5.674,33	(PESQUISA DE MERCADO PARA O BEM UTILIZADO)														
VIDA ÚTIL EM MESES ( N )		60,00															
TRABALHO ANUAL (EM MESES) ( Ta )		12,00															
PORCENTAGEM RESIDUAL ( Vr )		20,00%															
CUSTO ANUAL DO CAPITAL ( Tj )		6,00%															
DO CÁLCULO																	
DESCRIÇÃO	FÓRMULA	UN	COEFICIENTE (%)	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL												
DEPRECIAÇÃO (D)	$D = ( 1 - Vr ) / n$	%	0,01333333	R\$ 5.674,33	75,65												
JUROS DE CAPITAL (Jc)	$Jc = [( 1+n ) / 2n ] \times Tj / Ta$	%	0,00254167	R\$ 5.674,33	14,42												
Manutenção (M)	$M = 5\% \times Ta$	%	0,00600000	R\$ 5.674,33	34,04												
TOTAL					124,11												



Oferta 1: Mercado Livre. <[https://www.mercadolivre.com.br/meta-quest-3-512gb-novo-lacrado-leia-a-descricao-do-anuncio/up/MLBU3400504751?pdp\\_filters=item\\_id:MLB4190994005](https://www.mercadolivre.com.br/meta-quest-3-512gb-novo-lacrado-leia-a-descricao-do-anuncio/up/MLBU3400504751?pdp_filters=item_id:MLB4190994005)>



Oferta 2: Magazine Luiza. <[https://www.magazineluiza.com.br/oculos-de-realidade-virtual-oculus-meta-quest-3-512gb-oculus-by-facebook/p/akj27jfk37/in/vrov/?seller\\_id=rmazaraonline](https://www.magazineluiza.com.br/oculos-de-realidade-virtual-oculus-meta-quest-3-512gb-oculus-by-facebook/p/akj27jfk37/in/vrov/?seller_id=rmazaraonline)>



OPÇÃO 3: Amazon Prime < <https://www.amazon.com.br/Meta-Quest-512GB-Powerful-Experiences/dp/B0CDFGCRW6?th=1>

amazon.com.br  
prime

Enviar para Fernando  
Brasília 72683500

pesquisar Amazon.com.br

Ola, Fernando  
Contas e Listas

Deslocações  
e Pedidos

Carrito


Todos Mega Oferta Prime Venda na Amazon Comprar novamente Histórico de navegação Sua Amazon.com.br Atendimento ao Cliente Alimentos e Bebidas eBooks Kindle Mais Vendidos Livros Eletrônicos

A Mega Oferta Prime termina em: 13:47:34

Eletrônicos Mais Vendidos Ofertas Celulares e Comunicação Computadores e Informática TV e Cinema em Casa Audio e Som Câmeras e Foto Games e Consólios Dispositivos Amazon


**Dia das Crianças Até 50% off em milhares de presentes**

Games e Consólios - PC



Meta Quest 3 512GB — The Most Powerful Quest — Ultimate Mixed Reality Experiences — Get Batman: Arkham Shadow and a 3-Month Trial of Meta Quest Plus Included

Marca: Meta Quest



4,5  1532 | Pesquisar nesta página

Escolha da Amazon

R\$5.141<sup>00</sup>

Em até 12x R\$ 428,49 sem juros Ver parcelas disponíveis

Seu cartão com anuidade grátis está pré-aprovado! Solicite aqui para aproveitar ofertas em até 21x sem juros.

 Pagamentos e segurança  Política de devolução

Estilo: Apenas fone de ouvido

Marca: Meta Quest

Cor: AAA

Características especiais: Alto-falantes integrados, Banda para a cabeça ajustável, Casing de fone de ouvido, Leve, Transmissão dos auscultadores, gesture\_tracking

Tecnologia de conectividade: Wi-Fi

Componentes: Cabo, Comando, Espaçador de óculos,

Chique para ver a visualização completa

R\$5.141<sup>00</sup>

Entrega R\$ 77,08: 17 - 21 de Outubro. Se pedir dentro de 1 h: 8 mins. Ver detalhes

Enviar para Fernando - Brasília 72683500

Somente 2 em estoque.

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Remetente / Vendedor: Devolução

Fórmula: Entrega para: Devolução ou Remissão em: Pagamento: Transação segura

Adicionar à Lista

Outros vendedores na Amazon

Comparar outras 5 ofertas a partir de R\$5.141<sup>00</sup> - R\$ 77,08 de envio

COTAÇÕES					
ESPECIFICAÇÕES					
Kit Webcam + Headset		RPMinformática		R\$	349,90
		Amazon		R\$	467,20
		Kabum!		R\$	211,91
		Magalu		R\$	332,41
		VALOR MÉDIO		R\$	340,35
Pesquisa realizada em Outubro de 2025					
CÁLCULO DA DISPONIBILIZAÇÃO					
PREMISSAS					
CUSTO DE FORNECIMENTO		R\$	340,35	(PESQUISA DE MERCADO PARA O BEM UTILIZADO)	
VIDA ÚTIL EM MESES ( N )			60,00		
TRABALHO ANUAL (EM MESES) ( Ta )			12,00		
PORCENTAGEM RESIDUAL ( Vr )			20,00%		
CUSTO ANUAL DO CAPITAL ( Tj )			6,00%		
DO CÁLCULO					
DESCRIÇÃO	FÓRMULA	UN	COEFICIENTE (%)	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL
DEPRECIACÃO (D)	$D = ( 1 - Vr ) / n$	%	0,01333333	R\$ 340,35	4,53
JUROS DE CAPITAL (Jc)	$Jc = [ ( 1+n ) / 2n ] \times Tj / Ta$	%	0,00254167	R\$ 340,35	0,86
Manutenção (M)	$M = 5\% \times Ta$	%	0,00600000	R\$ 340,35	2,04
TOTAL					7,43

loja.rpminformatica.com/kit-home-office-web-cam-headset?srsltid=AfmBOophUv\_5WWQsTv8C28WALm-Ec4fZAYkbaMq5LxeKxs3od3gUqR

**RPMinformatica**

Ola, o que está procurando hoje?

Atendimento Favoritos Minha conta

ACESSÓRIOS CFTV GAMER INFORMÁTICA PROMOÇÕES SUPRIMENTOS TELEFONIA

INÍCIO SUPRIMENTOS **ACESSÓRIOS DE IMPRESSORAS**

**KIT HOME OFFICE - WEB CAM + HEADSET**

Código: 0116 Marca: LOGITECH

R\$ 399,90  
**R\$ 349,90**  
até 12x de R\$ 35,65  
R\$ 332,40 via Pix

Desconto para pagamento via PIX

1 **COMPRAR**

Disponibilidade: **Imediata**  
Aproveite! Restam apenas 1 unidade

Amazon

amazon.com.br/Home-Office-Trust-Webcam-Headset/dp/B08KZ7KM14

Enviar para PEDRO Brasília 71715010 Computadores e Informática Pesquisar Amazon.com.br

Amazon Comprar novamente Histórico de navegação Atendimento ao Cliente Ofertas do Dia Sua Amazon.com.br Mais Vendidos Livros eBooks Kindle Eletrônicos Games Frete GRÁTIS na

Mais Vendidos Ofertas Notebooks Desktops PC Gaming Monitores Acessórios Impressoras e Acessórios

acer Headset Gamer Nitro NHW200 Gen 2 desing over-ear RGB com Microfone... R\$148,05 **prime** Compre agora

Computadores e Informática > Acessórios > Acessórios de Áudio e Vídeo > Fones de Ouvido para Computador



**Kit Home Office Trust Doba 2 em 1 Webcam+Headset**

Visite a loja Trust

4,4 ★★★★★ (354) | Pesquisar nesta página

R\$ 467<sup>20</sup>

**Promoção** 90 dias de Amazon Music grátis incluso Ver itens participantes >

Em até 9x R\$ 51,92 sem juros Ver parcelas disponíveis ▾

Pagamentos e Segurança Enviado pela Amazon Política de devolução

Marca: Trust  
Cor: Preto  
Nome do modelo: Doba  
Tecnologia de conectividade: USB  
Componentes incluídos: Câmera web, Auscultadores

**Sobre este item**

R\$ 467<sup>20</sup>

**Entrega GRÁTIS: quarta-feira, 23 de julho.** Se pedir dentro de 7 hrs 52 mins

Enviar para PEDRO - Brasília 71715010

**Em estoque**

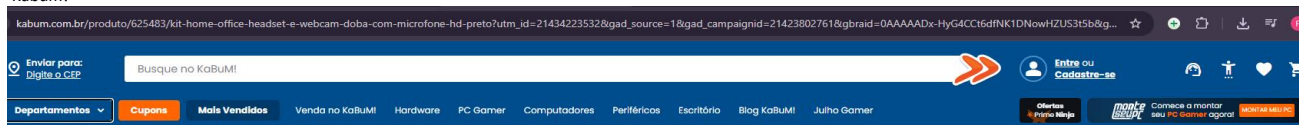
Quantidade: 1 ▾

**Adicionar ao carrinho**

**Comprar agora**

Enviado por: Amazon.com.br  
Vendido por: Amazon.com.br  
Devolução: Elegível para Devolução, Reembolso em até ...  
Embalagem: Envio sem embalagem adicional

Kabum!



élicos > Headsets > Com Fio > **Código 625483**



Trust

### Kit Home Office Headset E Webcam Doba, Com Microfone, Hd, Preto

Vendido e entregue por: **Shopar**



**R\$ 211,91**

À vista no PIX com **5% de desconto**

R\$ 223,06 em até 8x de R\$ 27,88 sem juros  
ou 1x com **5% de desconto** no cartão

[Ver mais opções de pagamento e parcelamento](#)

Em estoque

**COMPRAR AGORA**

**ADICIONAR AO CARRINHO**

**CONSULTE FRETE**

Inserir CEP\*

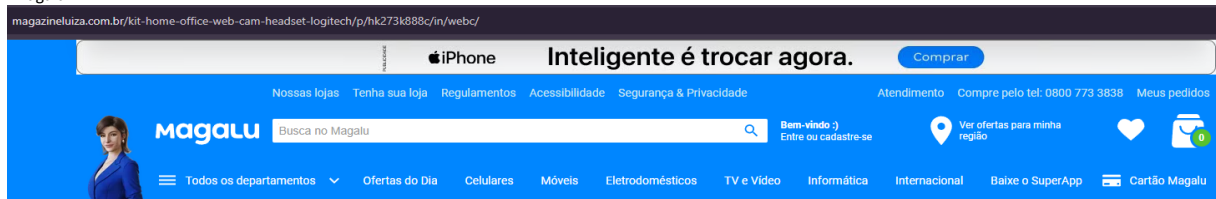


OK

[Não lembro meu CEP](#)

**LOJA Shopar**

Magalu



magalu > Informática > Periféricos > Webcam > Kit Home Office - Web Cam + Headset - LOGITECH

### Kit Home Office - Web Cam + Headset - LOGITECH

Código hk273k888c | [Ver descrição completa](#) | LOGITECH



★★★★★ 4.7 (133) [Avaliar produto](#)



Vendido por **Rpminformaticarj**

Entregue por **Magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 399,90

R\$ 349,90 em 2x de R\$ 174,95 sem juros

ou **R\$ 332,41** no Pix

(5% de desconto no pix)

**Cartão de crédito**  
sem juros

R\$ 349,90  
2xR\$ 174,95



**COMPRAR AGORA**

**DNIT**

COTAÇÕES						
ESPECIFICAÇÕES						
<div>SCANNER</div> <div>Resolução ótica de captura mínima de 600 dpi; Resolução de saída de 100 a 600 dpi; Capacidade de processamento de um volume diário de 10.000 (dez mil) páginas; Modos de digitalização simplex (frente) e duplex (frente e verso) em uma única passagem de papel; Sistema de transporte de documentos com capacidade de aceitar papéis de tamanho e gramaturas diferentes entre 27 a 413g/m2; Aceitar papéis nos formatos A4, Carta, Ofício, A3.; Mecanismo de detecção automática de dupla alimentação de documentos por ultrassom; Suporte ao formato de saída PDF/A via pacote de software; Velocidade no modo P&amp;B, tons de cinza com resolução de saída a 200 dpi, papel A4, orientação retrato: 80 (oitenta) PPM (páginas por minuto) ou 160 (cento e sessenta) IPM (imagens por minuto); Capacidade de detecção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco, no processo de digitalização; Detecção e eliminação automática de folhas em branco; Alinhamento automático de imagem; Permitir o ajuste manual e automático da orientação das imagens digitalizadas; Realizar rotação de imagens, permitindo a alimentação de documentos diferentes; Capacidade de recorte automático de tamanho da imagem dos documentos; Permitir a gravação de múltiplas saídas de imagem (P&amp;B, Colorido, Tons de Cinza) a partir de uma única digitalização; Permitir eliminação de bordas pretas; Capacidade de conversão automática de documentos digitalizados com recursos de OCR com suporte em Português do Brasil, em aplicativos como o Word; e, Acompanhar software de digitalização com recursos de OCR.</div>			vetorscan		R\$	31.200,00
			KaBuM		R\$	30.188,02
			Mercado Livre		R\$	28.449,00
			Microville		R\$	25.444,19
			VALOR MÉDIO		R\$	28.820,30
Pesquisa realizada em Outubro de 2025						
CÁLCULO DA DISPONIBILIZAÇÃO						
PREMISSAS						
CUSTO DE FORNECIMENTO		R\$	28.820,30	(PESQUISA DE MERCADO PARA O BEM UTILIZADO)		
VIDA ÚTIL EM MESES ( N )			60,00			
TRABALHO ANUAL (EM MESES) ( Ta )			12,00			
PORCENTAGEM RESIDUAL ( Vr )			20,00%			
CUSTO ANUAL DO CAPITAL ( Tj )			6,00%			
DO CÁLCULO						
DESCRIÇÃO	FÓRMULA	UN	COEFICIENTE (%)	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL	
DEPRECIAÇÃO (D)	$D = ( 1 - Vr ) / n$	%	0,01333333	R\$ 28.820,30	384,27	
JUROS DE CAPITAL (Jc)	$Jc = [ ( 1 + n ) / 2n ] \times Tj / Ta$	%	0,00254167	R\$ 28.820,30	73,25	
Manutenção (M)	$M = 5\% \times Ta$	%	0,00600000	R\$ 28.820,30	172,92	
TOTAL					630,44	

<https://www.vetorscan.com.br/scanner-producao-a3-avision-ad8120>



## A3

**R\$ 31.200,00** no pix  
R\$ 31.200,00 em até 12x de R\$ 2.600,00 sem juros

 Formas de pagamento

 Tire suas dúvidas pelo WhatsApp

Envio imediato

Frete e prazo

Insira seu CEP

calcular

ontato!

 Enviar para: Digite a CEP    Entre ou Cadastre-se  

**Departamentos** **Cupons** **Mais Vendas** Hardware PC Gamer Computadores Periféricos Escritório Seja Prime Venda no Kollum Blog Kollum

**Verifique seu PC completo e compatível aqui!**

**Você está em:** Computadores > Scanners > Scanner de Mesa > **Código 595958**



**RICOH**

Scanner Ricoh A3, Duplex 100ppm, Color  
Fi-7600 - Cg01000

Vendido e entregue por: **Bits & Bytes**

☆☆☆☆☆ (0)

**R\$ 30.188,02**

À vista no PIX com 20% de desconto

RS 37.735,02 em até 10x de RS 3.773,50 sem juros  
ou 1x com 10% de desconto no cartão

00-00000000000000000000000000000000

[Ver mais opções de pagamento e parcelamento](#)

Em estoque

**Comprar agora**

 Adicionar ao carrinho

 **CONSULTE FRETE**

Inserir CEP\*

Who benefits most?




Trabalha dentro do prazo

Some functions are available:











\_\_\_\_\_


**DNIT**

[https://www.mercadolivre.com.br/scanner-fujiitsu-ricoh-a3-duplex-100ppm-color-fi7600-up/MLBU3478729170?pdp\\_filters=official\\_store%3A1856#polycard\\_client%3Drecommendations\\_recoview-selleritems-eshops%26reco\\_backend%3Dsame-seller-odin%26reco\\_client%3Drecoview-selleritems-eshops%26reco\\_item\\_pos%3D0%26reco\\_backend\\_type%3Dlow\\_level%26reco\\_id%3D468dd6a4-6995-49a5-8fec-9a70298ca4de%26wid%3DMLB5775688914%26sid%3Dreco%26tracking\\_id%3Db2e92d5d1ece4ff3f0101654e81d778%26source%3Deshops%26seller\\_id%3D69438105%26category\\_id%3DMLB1660](https://www.mercadolivre.com.br/scanner-fujiitsu-ricoh-a3-duplex-100ppm-color-fi7600-up/MLBU3478729170?pdp_filters=official_store%3A1856#polycard_client%3Drecommendations_recoview-selleritems-eshops%26reco_backend%3Dsame-seller-odin%26reco_client%3Drecoview-selleritems-eshops%26reco_item_pos%3D0%26reco_backend_type%3Dlow_level%26reco_id%3D468dd6a4-6995-49a5-8fec-9a70298ca4de%26wid%3DMLB5775688914%26sid%3Dreco%26tracking_id%3Db2e92d5d1ece4ff3f0101654e81d778%26source%3Deshops%26seller_id%3D69438105%26category_id%3DMLB1660)



[Voltar](#) | [Informática](#) > [Leitores e Scanners](#) > [Scanners](#)






[Conferir mais produtos da marca Fujitsu](#)

Novo


**Scanner Fujitsu Ricoh A3 Duplex  
100ppm Color Fi7600 Fi-7600  
Cinza**

**R\$ 28.449**  
10x R\$ 2.844<sup>90</sup> sem juros

 Combine meios de pagamento  
Pague com cartões de crédito, Pix e  
outras opções na mesma compra.

[Ver os meios de pagamento](#)

Cor: Cinza



O que você precisa saber sobre este produto

- Tipo de scanner: a3 duplex.
- Conectividade: usb 3.1 gen 1 / usb 3.0 / usb 2.0 / usb 1.1.
- Resolução óptica: 600dpi.
- Capacidade da bandeja de entrada: 100.

[Ver características](#)




<https://www.microville.com.br/scanner-ricoh-a3-duplex-100ppm-color-fi-7600-cg01000-293401-p1040>


PARCELAMENTO EM ATÉ 12X



PIX SEM ACRÉSCIMO

ATENDIMENTO WHATSAPP

MicroVille  
Conectando sua tecnologia

O que você está procurando?





TODAS AS CATEGORIAS

ENERGIA

SERVIDORES

PC | DEVICES

CONECTIVIDADE

AUTOMAÇÃO

IMAGEM

ACESSÓRIOS

Página Inicial




Impressão


Digitalização

Scanner

Fabricantes

Scanner Ricoh A3 Duplex 100ppm Color Fi-7600 - Cg01000-293401





Ref.: AGCG01000-293401IS

**Scanner Ricoh A3 Duplex  
100ppm Color Fi-7600 -  
Cg01000-293401**

**R\$ 25.444,19**  
OU 12X DE R\$ 2.589,16 NO CARTÃO

MAIS FORMAS DE PAGAMENTO

COMPRAR

CALCULAR FRETE

Referência out/2025		
	Operadora	Valor
Opção 1	Vivo	R\$ 100,00
Opção 2	Claro	R\$ 99,90
Opção 3	Tim	R\$ 99,99
Opção 4	Oi	R\$ 100,00
Média		R\$ 99,97

Ligue 0800 345 0015
Assine pelo WhatsApp
Assine

POR TEMPO LIMITADO

Claro fibra

350 MEGA

+

Wi-Fi Grátis

+

globoplay

DE R\$ 99,90

POR APENAS

R\$ 79,90

/MÊS

DESCONTO DE 20%

Assine

POR TEMPO LIMITADO

Claro fibra

ASSINE

350 MEGA

LEVE

500 MEGA

+

Wi-Fi Grátis

+

globoplay

POR APENAS

R\$ 99,90

/MÊS

Assine

CLARO MULTI

Claro fibra

500 MEGA

+

globoplay

+

Claro pós 50GB

Saiba mais

POR APENAS

R\$ 159,90

/MÊS

Assine

CLARO MULTI

Claro fibra

350 MEGA

+

globoplay

+

Claro controle 30GB


Saiba mais

POR APENAS

R\$ 124,90

/MÊS

Assine

 **PRORROGOU:** Pague 300 Mega e leve 600 Mega, por tempo limitado!

VIVO FIBRA

Se você quer a internet mais rápida, vai de Vivo Fibra

OFERTA PRORROGADA 🍷

Vivo Fibra

 ~~300 Mega~~  
600 Mega

~~De R\$ 120~~

Por R\$ 100/mês

Consultar

Conhecer mais

Vivo Fibra

 700 Mega

~~De R\$ 200~~

Por R\$ 150/mês

Consultar

Conhecer mais

Vivo Fibra

 1 Giga

R\$ 300/mês

Consultar

Conhecer mais

## Planos Oi Fibra

Tenha ultravelocidade, Wi-Fi de última geração, rede 100% fibra e baixa latência para jogar online.  
Mude para Oi Fibra e leve sua internet para o próximo nível!

Mostrando ofertas para:

Brasília, DF

500 Mega

R\$ 100,00/mês  
ou R\$ 90,00/mês no cartão de crédito  
Termos e condições

QUERO CONTRATAR

Benefícios incluídos

- ✓ Atendimento humano
- ✓ Preço fixo até janeiro de 2028
- ✓ 100% Fibra Óptica
- ✓ Roteador Wi-Fi 5

700 Mega  
+ globoplay

R\$ 130,00/mês  
ou R\$ 120,00/mês no cartão de crédito  
Termos e condições

QUERO CONTRATAR

Benefícios incluídos

- ✓ Atendimento humano
- ✓ Preço fixo até janeiro de 2028
- ✓ 100% Fibra Óptica
- ✓ Roteador Wi-Fi 6
- ✓ Globoplay por 12 meses

1 GIGA  
+ globoplay + Mesh

R\$ 160,00/mês  
ou R\$ 150,00/mês no cartão de crédito  
Termos e condições

QUERO CONTRATAR

Benefícios incluídos

- ✓ Atendimento humano
- ✓ Preço fixo até janeiro de 2028
- ✓ 100% Fibra Óptica
- ✓ 2 Roteadores Wi-Fi 6 (Mesh)
- ✓ Globoplay por 12 meses

TIM

A- A+

Ultraoferta

500 MEGA

R\$ 99,99 /MÊS

POR 12 MESES NO DÉBITO AUTOMÁTICO

Contrate agora

MENOR PREÇO

Modem de Internet Wi-Fi grátis

500 Mega

De R\$ 129,99

Por R\$ 99,99 /mês

Contratar agora >

OFERTA ESPECIAL

Modem de Internet Wi-Fi grátis

600 Mega

Inclua uma opção de streaming

De R\$ 149,99

Por R\$ 109,99 /mês

Contratar agora >

Modem de Internet Wi-Fi grátis

1 Giga

Inclua uma opção de streaming

De R\$ 189,99

Por R\$ 139,99 /mês

Contratar agora >

FILMES E SÉRIES EXCLUSIVAS

Modem de Internet Wi-Fi grátis

2 Giga

MAX + Paramount+

De R\$ 419,99

Por R\$ 369,99 /mês

Contratar agora >



LEVANTAMENTO DE SOFTWARES (Atualizado em fevereiro de 2026)						
Tipo de Ferramenta	Quant. de Usuários	Modelo de cobrança	Custo mensal (real R\$)	Custo anual	Custo total durante 5 anos	
API client & tests	5	Usuário/mês	R\$ 2.757,15	R\$ 33.085,80	R\$ 165.429,00	
ETL	0	Consumo + base	R\$ 4.259,86	R\$ 51.118,32	R\$ 255.591,60	
Plataforma de BI	4	Usuário/mês	R\$ 549,60	R\$ 6.595,20	R\$ 32.976,00	
Edição de imagem	4	Usuário/mês	R\$ 416,00	R\$ 4.992,00	R\$ 24.960,00	
VPN	10	Usuário/mês	R\$ 3.843,30	R\$ 46.119,60	R\$ 230.598,00	
Certificado Digital	10	Usuário/mês	R\$ 1.150,00	R\$ 13.800,00	R\$ 69.000,00	
		TOTAL	R\$ 12.975,91	R\$ 155.710,92	R\$ 778.554,60	

Câmbio médio do dólar	
R\$	5,57

Certificado Digital	EMPRESA	Quant. de Usuários	Modelo de cobrança	Custo anual	Custo total durante 5 anos		
	Certificado Digital	10	Usuário/mês	R\$ 1.150,00	R\$ 5.750,00		
	E-postal	10	Usuário/mês	R\$ 1.530,00	R\$ 7.650,00		
	SIRIUS CD	10	Usuário/mês	R\$ 1.299,00	R\$ 6.495,00		
VPN	EMPRESA	Quant. de Usuários	Modelo de cobrança	Custo mensal (dólar \$)	Valor mensal total	Custo anual	Custo total durante 5 anos
	NordLayer	10	Usuário/mês	\$ 70,00	R\$ 389,90	R\$ 4.678,80	R\$ 23.394,00
	Perimeter 81	10	Usuário/mês	\$ 80,00	R\$ 445,60	R\$ 5.347,20	R\$ 26.736,00
	Top Guard	10	Usuário/mês	\$ 69,00	R\$ 384,33	R\$ 4.611,96	R\$ 23.059,80
ETL	EMPRESA	Plano Considerado	Modelo de cobrança	Custo Unitário (Estimado)	Custo anual	Custo total durante 5 anos	Detalhe Técnico
	Microsoft Corporation	Microsoft Fabric Premium Per User (F2)	Usuário/mês	R\$ 137,40	R\$ 1.648,80	R\$ 8.244,00	Acesso total a recursos Premium (IA, Paginated Reports) por usuário.
	Microsoft Corporation	Microsoft Fabric (SKU F2) (Pay-as-you-go)	Capacidade/mês	R\$ 2.129,93	R\$ 25.559,16	R\$ 127.795,80	(Recomendado Inicial para o Cenário atual da coordenação) Menor capacidade disponível. Inclui 2 CUs (Capacity Units).
	Microsoft Corporation	Microsoft Fabric (SKU F4)	Capacidade/mês	R\$ 4.259,86	R\$ 51.118,32	R\$ 255.591,60	Dobro de processamento. Recomendado quando houver ETL pesado no decorrer das fases de desenvolvimento da CI
Plataforma de BI							

Obs: Considerada a suite Microsoft (Fabric/Power BI) para garantir integração nativa com o ecossistema já existente (Office 365/Azure), eliminando custos de treinamento e conectores de terceiros. A licença PPU (Premium Per User) foi selecionada para viabilizar recursos avançados de IA e Paginated Reports sem o alto custo inicial de uma capacidade dedicada (Capacity Premium). <https://www.microsoft.com/pt-br/power-platform/products/power-bi/pricing> <https://azure.microsoft.com/pt-br/pricing/details/microsoft-fabric/?culture=pt-br&country=br>

Edição de imagem	EMPRESA	Plano Considerado	Custo Unitário (mensal)	Custo anual	Custo total durante 5 anos	Detalhe Técnico
	Adobe Systems	Creative Cloud for Teams - Single App (Aplicativo Individual - ex: Photoshop ou Illustrator)	R\$ 104,00	R\$ 1.248,00	R\$ 6.240,00	O valor de R\$ 104,00/mês é o preço base para "Adobe Creative Cloud Single App for Teams" em contratos anuais pagos mensalmente.
	Alludo (Corel Corporation)	CorelDRAW Graphics Suite	R\$ 162,35	R\$ 1.948,20	R\$ 9.741,00	Valor baseado em revenda oficial Brasil (R\$ 1.948,12/ano). Inclui CorelDRAW (Vetor) e PHOTO-PAINT (Edição Imagem)

API client & tests	EMPRESA	Plano Considerado	Custo Mensal (US\$)	Valor mensal (R\$)	Custo anual	Custo total durante 5 anos	Detalhe Técnico
	Postman, Inc	Postman Enterprise	\$ 99,00	R\$ 551,43	R\$ 6.617,16	R\$ 33.085,80	Solução Líder. Inclui SSO, Governança e Mocks
	Katalon, Inc.	Premium	\$ 175,00	R\$ 974,75	R\$ 11.697,00	R\$ 58.485,00	Concorrente direto. Focado em automação Full-Stack.

LEVANTAMENTO DE ESCALA - SERVIÇO 4

ATENDIMENTO HORÁRIO COMERCIAL								
HORÁRIO	Técnico	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
08h–18h	Técnico 1	08h–18h	08h–18h	08h–18h	Folga	08h–18h	08h–18h	Folga
	Técnico 2	08h–18h	08h–18h	Folga	08h–18h	08h–18h	Folga	08h–18h
	Técnico 3	08h–18h	08h–18h	08h–18h	08h–18h	Folga	08h–18h	Folga
	Técnico 4	08h–18h	Folga	08h–18h	08h–18h	08h–18h	Folga	08h–18h
Salário	R\$ 1.992,31							

ATENDIMENTO NOTURNO									
HORÁRIO	Técnico	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	
18h–04h	Técnico 5	18h–04h	Folga	18h–04h	18h–04h	18h–04h	18h–04h	Folga	Adicional noturno de 6 horas
	Técnico 6	Folga	18h–04h	18h–04h	Folga	18h–04h	18h–04h	18h–04h	Adicional noturno de 6 horas
	Técnico 7	18h–04h	18h–04h	Folga	18h–04h	18h–04h	Folga	18h–04h	Adicional noturno de 6 horas
Salário Base	R\$ 1.992,31								
Com Adicional	R\$ 2.285,04								

HORÁRIO	Técnico	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	
22h–08h	Técnico 8	Folga	22h–08h	22h–08h	22h–08h	22h–08h	22h–08h	Folga	Adicional noturno de 7 horas
	Técnico 9	22h–08h	Folga	22h–08h	Folga	22h–08h	22h–08h	22h–08h	Adicional noturno de 7 horas
	Técnico 10	22h–08h	22h–08h	Folga	22h–08h	Folga	22h–08h	22h–08h	Adicional noturno de 7 horas
Salário Base	R\$ 1.992,31								
Com Adicional	R\$ 2.333,83								

Observações:

1) Para o cálculo de adicional noturno foi considerado o salário de Auxiliar administrativo da Tabela de consultoria do DNIT, referência julho de 2025.

Previsões para dimensionamento da equipe dos Serviços 2 e3							
Previsão de quantitativo de Documentos			Dimensionamento - Equipe S2 e S3 (considerando a previsão de registros infracionais durante a execução do contrato)				
Documentos	Méd. Por Tec1.	Méd. Por Tec2	Data	Técnicos S1	Supervisor S1	Técnicos S2	Supervisor S2
79.153	4.675	988	abr-26	17	1	80	16
85.273	4.675	988	mai-26	18	1	86	17
84.528	4.675	988	jun-26	18	1	86	17
89.538	4.675	988	jul-26	19	1	91	18
85.840	4.675	988	ago-26	18	1	87	17
83.381	4.675	988	set-26	18	1	84	17
86.480	4.675	988	out-26	18	1	88	18
81.300	4.675	988	nov-26	17	1	82	16
63.448	4.675	988	dez-26	14	1	64	13
63.682	4.675	988	jan-27	14	1	64	13
66.575	4.675	988	fev-27	14	1	67	13
82.908	4.675	988	mar-27	18	1	84	17
87.480	4.675	988	abr-27	19	1	89	18
97.524	4.675	988	mai-27	21	1	99	20
98.768	4.675	988	jun-27	21	1	100	20
105.686	4.675	988	jul-27	23	1	107	21
108.976	4.675	988	ago-27	23	1	110	22
108.529	4.675	988	set-27	23	1	110	22
115.142	4.675	988	out-27	25	1	117	23
113.938	4.675	988	nov-27	24	1	115	23
119.445	4.675	988	dez-27	26	1	121	24
120.599	4.675	988	jan-28	26	1	122	24
113.585	4.675	988	fev-28	24	1	115	23
121.871	4.675	988	mar-28	26	1	123	25
118.351	4.675	988	abr-28	25	1	120	24
122.720	4.675	988	mai-28	26	1	124	25
119.172	4.675	988	jun-28	25	1	121	24
123.569	4.675	988	jul-28	26	1	125	25
123.993	4.675	988	ago-28	27	1	125	25
120.383	4.675	988	set-28	26	1	122	24
124.820	4.675	988	out-28	27	1	126	25
121.204	4.675	988	nov-28	26	1	123	25
125.669	4.675	988	dez-28	27	1	127	25
126.093	4.675	988	jan-29	27	1	128	26
114.274	4.675	988	fev-29	24	1	116	23
126.942	4.675	988	mar-29	27	1	128	26
123.258	4.675	988	abr-29	26	1	125	25
127.791	4.675	988	mai-29	27	1	129	26
124.079	4.675	988	jun-29	27	1	126	25
128.639	4.675	988	jul-29	28	1	130	26
129.064	4.675	988	ago-29	28	1	131	26
125.311	4.675	988	set-29	27	1	127	25
129.913	4.675	988	out-29	28	1	131	26
126.133	4.675	988	nov-29	27	1	128	26
130.761	4.675	988	dez-29	28	1	132	26
131.186	4.675	988	jan-30	28	1	133	27
118.874	4.675	988	fev-30	25	1	120	24
132.035	4.675	988	mar-30	28	1	134	27
128.186	4.675	988	abr-30	27	1	130	26
132.883	4.675	988	mai-30	28	1	134	27
129.008	4.675	988	jun-30	28	1	131	26
133.732	4.675	988	jul-30	29	1	135	27
134.157	4.675	988	ago-30	29	1	136	27
130.240	4.675	988	set-30	28	1	132	26
135.006	4.675	988	out-30	29	1	137	27
131.061	4.675	988	nov-30	28	1	133	27
135.854	4.675	988	dez-30	29	1	138	28
136.279	4.675	988	jan-31	29	1	138	28
123.272	4.675	988	fev-31	26	1	125	25
136.480	4.675	988	mar-31	29	1	138	28
132.293	4.675	988	abr-31	28	1	134	27
			MÉDIA	24	1	116	23

Dados históricos Contrato nº 084/2021

Pico Registros				
Data	Técnicos S1	Supervisor S1	Requerimentos	Por Tec1.
mar-22	18	1	91.805	5.100
				5,56%
Menor Registros				
Data	Técnicos S1	Supervisor S1	Requerimentos	Por Tec1.
set-24	7	1	30.435	4.348
				14,29%

Pico Registros					
Data	Técnicos S2	Supervisor S2	Requerimentos	Por Tec2	Por Sup2
mar-22	85	17	91.805	1.080	5.400
				1,18%	
Menor Registros					
Data	Técnicos S2	Supervisor S2	Requerimentos	Por Tec2	Por Sup2
set-24	21	7	30.435	1.449	4.348
				4,76%	

**Observações:** Foi copnsiderado o pico de registros infracionais, bem como o menor núemro de registros para chjegar em uma média de produtividade por Técnico e por supervisor.



**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

PERÍODO		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
ATIVIDADE	UND												
<b>SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS</b>													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.319.220	1.410.500	1.398.180	1.469.958	1.403.990	1.358.700	1.403.990	1.315.020	1.022.504	1.022.504	1.065.064	1.321.530
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.319.220	1.410.500	1.398.180	1.469.958	1.403.990	1.358.700	1.403.990	1.315.020	1.022.504	1.022.504	1.065.064	1.321.530
FASE 3 - ARBITRAGEM	Por imagem	13.192	14.246	14.261	15.140	14.741	14.402	15.022	14.202	11.145	11.247	11.928	14.933
FASE 4 - PREPARAÇÃO	Por imagem	659.610	707.930	704.403	743.358	712.665	692.258	718.000	675.000	526.794	528.737	552.768	688.385
CONTESTAÇÃO	Por imagem	13.192	14.105	13.981	14.846	14.180	13.858	14.320	13.544	10.531	10.634	11.076	13.876
<b>SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS</b>	Documento Digitalizado	16.490	18.902	19.934	22.384	22.604	23.138	25.223	24.796	20.250	21.227	23.079	29.915
<b>SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS</b>													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	57.306	61.737	61.198	64.825	62.148	60.367	62.611	58.861	45.936	46.105	48.200	60.025
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	1.661	1.790	1.774	1.880	1.802	1.750	1.815	1.706	1.331	1.337	1.397	1.740
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	16.541	17.820	17.665	18.712	17.939	17.425	18.072	16.989	13.258	13.308	13.913	17.326
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	7.756	8.356	8.283	8.774	8.411	8.171	8.474	7.966	6.217	6.239	6.524	8.124
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	3.798	4.092	4.056	4.296	4.119	4.002	4.149	3.900	3.045	3.054	3.195	3.978
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	991	1.052	1.045	1.095	1.058	1.033	1.064	1.012	834	836	865	1.029
<b>SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO</b>													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA</b>	Posto de Trabalho	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO</b>													
Projeto Executivo	Projeto	R\$											
Projeto de interiores	Projeto		R\$										
Obra	Percentual Executado			R\$	R\$	R\$	R\$	-	-	-	-	-	-
<b>MENSAL</b>	<b>R\$</b>												
<b>ACUMULADO</b>	<b>%</b>												
	<b>R\$</b>												

PERÍODO		MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24
ATIVIDADE	UND												
<b>SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS</b>													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.389.360	1.543.304	1.557.360	1.660.484	1.706.054	1.693.020	1.789.816	1.764.840	1.843.632	1.854.916	1.740.928	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.389.360	1.543.304	1.557.360	1.660.484	1.706.054	1.693.020	1.789.816	1.764.840	1.843.632	1.854.916	1.740.928	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	15.838	17.747	18.065	19.593	20.302	20.316	21.656	21.531	22.676	23.000	21.935	23.640
PREPARAÇÃO	Por imagem	726.357	809.772	820.106	877.566	904.891	901.195	956.120	946.131	991.874	1.001.469	943.235	1.012.057
CONTESTAÇÃO	Por imagem	14.588	16.359	16.508	17.767	18.254	18.284	19.330	19.236	20.095	20.404	19.150	20.661
<b>SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS</b>	Documento Digitalizado	32.804	37.872	39.754	44.036	46.859	48.205	52.773	53.740	58.030	60.299	58.307	64.287
<b>SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS</b>													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	63.335	70.607	71.507	76.517	78.898	78.575	83.363	82.491	86.478	87.313	82.235	88.234
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	1.836	2.047	2.073	2.219	2.287	2.278	2.417	2.392	2.507	2.531	2.384	2.559
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	18.281	20.381	20.641	22.086	22.774	22.881	24.063	23.811	24.962	25.202	23.737	25.469
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	8.572	9.557	9.678	10.356	10.679	10.635	11.283	11.165	11.705	11.818	11.130	11.942
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	4.197	4.680	4.740	4.960	5.229	5.208	5.526	5.469	5.733	5.787	5.451	5.847
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.074	1.175	1.187	1.256	1.289	1.285	1.351	1.339	1.394	1.405	1.335	1.418
<b>SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO</b>													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
<b>SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA</b>	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>MENSAL</b>	<b>R\$</b>												
<b>ACUMULADO</b>	<b>%</b>												
	<b>R\$</b>												



PERÍODO		MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	MÊS 30	MÊS 31	MÊS 32	MÊS 33	MÊS 34	MÊS 35	MÊS 36
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	23.057	24.012	23.417	24.570	24.756	24.138	25.129	24.498	25.501	25.687	23.538	26.246
PREPARAÇÃO	Por imagem	982.833	1.019.131	989.678	1.026.204	1.029.741	999.946	1.036.628	1.006.611	1.043.702	1.047.238	949.087	1.054.312
CONTESTAÇÃO	Por imagem	19.995	20.847	20.175	21.034	21.034	20.535	21.220	20.715	21.406	21.592	19.502	21.778
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	64.106	68.109	67.828	72.081	73.982	73.533	78.012	77.368	81.998	84.061	77.706	88.118
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	85.685	88.849	86.280	89.463	89.771	87.157	90.369	87.751	90.984	91.291	82.734	91.905
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.485	2.576	2.502	2.594	2.602	2.527	2.620	2.545	2.639	2.647	2.399	2.665
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	24.734	25.646	24.905	25.824	25.912	25.159	26.085	25.330	26.263	26.351	23.881	26.529
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	11.597	12.026	11.678	12.109	12.150	11.797	12.232	11.877	12.314	12.356	11.198	12.440
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	5.679	5.889	5.718	21.086	21.104	20.933	21.146	20.972	21.185	21.206	20.639	21.248
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.383	1.427	1.391	1.435	1.439	1.403	1.448	1.412	1.456	1.460	1.342	1.469
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$												
	%												
ACUMULADO	R\$												

PERÍODO		MÊS 37	MÊS 38	MÊS 39	MÊS 40	MÊS 41	MÊS 42	MÊS 43	MÊS 44	MÊS 45	MÊS 46	MÊS 47	MÊS 48
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	25.579	26.618	25.939	27.176	27.362	26.660	27.735	27.020	28.107	28.293	25.891	28.852
PREPARAÇÃO	Por imagem	1.023.724	1.061.385	1.030.569	1.068.459	1.071.995	1.040.837	1.079.069	1.047.683	1.086.142	1.089.679	987.420	1.096.752
CONTESTAÇÃO	Por imagem	21.076	21.964	21.256	22.150	22.150	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	20.175	22.337
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	87.307	92.222	91.301	96.479	98.518	97.429	102.847	101.536	107.115	109.321	100.646	113.659
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	89.238	92.520	89.833	93.134	93.442	90.725	94.056	91.320	94.671	94.978	86.064	95.593
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.587	2.682	2.605	2.700	2.709	2.630	2.727	2.647	2.745	2.754	2.496	2.772
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	25.759	26.706	25.931	26.884	26.973	26.187	27.150	26.360	27.327	27.416	24.842	27.593
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	12.079	12.522	12.159	12.606	12.648	12.279	12.730	12.360	12.814	12.855	11.648	12.938
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	21.071	21.282	21.105	21.324	21.345	21.162	21.384	21.204	21.426	21.444	20.853	21.486
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.432	1.477	1.440	1.486	1.490	1.453	1.499	1.461	1.507	1.511	1.388	1.520
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$												
	%												
ACUMULADO	R\$												



PERÍODO		MÊS 49	MÊS 50	MÊS 51	MÊS 52	MÊS 53	MÊS 54	Mês 55	MÊS 56	MÊS 57	MÊS 58	MÊS 59	MÊS 60
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	28.101	29.224	28.461	29.782	29.968	29.182	30.341	29.542	30.713	30.999	28.245	31.458
PREPARAÇÃO	Por imagem	1.064.796	1.103.826	1.071.641	1.110.899	1.114.436	1.081.909	1.121.509	1.088.754	1.128.583	1.132.119	1.025.754	1.137.331
CONTESTAÇÃO	Por imagem	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	20.175	22.337
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	112.162	118.044	116.429	122.587	124.765	122.968	129.380	127.347	133.929	136.278	123.272	136.479
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	92.806	96.207	93.401	96.822	97.129	94.293	97.743	94.888	98.358	98.665	89.248	98.811
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.691	2.790	2.709	2.807	2.816	2.734	2.835	2.751	2.852	2.861	2.588	2.865
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	26.789	27.771	26.961	27.948	28.037	27.218	28.215	27.390	28.392	28.481	25.762	28.522
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	12.561	13.022	12.642	13.105	13.146	12.762	13.230	12.843	13.313	13.354	12.080	13.374
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	21.300	21.528	21.342	21.567	21.588	21.399	21.630	21.438	21.669	21.690	21.066	21.699
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.481	1.528	1.490	1.537	1.541	1.502	1.550	1.510	1.558	1.562	1.432	1.564
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$												
ACUMULADO	%												
	R\$												

**ANEXO II**  
**Modelo de Proposta Comercial**

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
1	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$	101.666.670	R\$
2	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$	101.666.670	R\$
3	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$	1.386.455	R\$
4	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$	56.851.062	R\$
5	22.640	Contestação	Por imagem	R\$	1.152.961	R\$
6	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$	4.473.830	R\$
		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
7	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$	4.955.056	R\$
8	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$	143.667	R\$
9	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$	1.430.289	R\$
10	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$	670.659	R\$
11	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$	828.318	R\$
12	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$	80.406	R\$
		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
13	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$	60	R\$
14	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$	222	R\$
15	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$	120	R\$
16	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$	120	R\$
17	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$	59	R\$
		ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO				
18	78	Projeto Executivo	Projeto	R\$	1	R\$
19	78	Projeto de interiores	Projeto	R\$	1	R\$
20	78	Obra	Percentual executado	R\$	4	R\$
					<b>TOTAL</b>	<b>R\$ -</b>

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PERÍODO		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.319.220	1.410.500	1.398.180	1.469.958	1.403.990	1.358.700	1.403.990	1.315.020	1.022.504	1.022.504	1.065.064	1.321.530
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.319.220	1.410.500	1.398.180	1.469.958	1.403.990	1.358.700	1.403.990	1.315.020	1.022.504	1.022.504	1.065.064	1.321.530
FASE 3 - ARBITRAGEM	Por imagem	13.192	14.246	14.261	15.140	14.741	14.402	15.022	14.202	11.145	11.247	11.928	14.933
FASE 4 - PREPARAÇÃO	Por imagem	659.610	707.930	704.403	743.358	712.665	692.258	718.000	675.000	526.794	528.737	552.768	688.385
CONTESTAÇÃO	Por imagem	13.192	14.105	13.981	14.846	14.180	13.858	14.320	13.544	10.531	10.634	11.076	13.876
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	16.490	18.902	19.934	22.384	22.604	23.138	25.223	24.796	20.250	21.227	23.079	29.915
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	57.306	61.737	61.198	64.825	62.148	60.367	62.611	58.861	45.936	46.105	48.200	60.025
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	1.661	1.790	1.774	1.880	1.802	1.750	1.815	1.706	1.331	1.337	1.397	1.740
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	16.541	17.820	17.665	18.712	17.939	17.425	18.072	16.989	13.258	13.308	13.913	17.326
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	7.756	8.356	8.283	8.774	8.411	8.171	8.474	7.966	6.217	6.239	6.524	8.124
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	3.798	4.092	4.056	4.296	4.119	4.002	4.149	3.900	3.045	3.054	3.195	3.978
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	991	1.052	1.045	1.095	1.058	1.033	1.064	1.012	834	836	865	1.029
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO													
Projeto Executivo	Projeto	R\$											
Projeto de interiores	Projeto		R\$										
Obra	Percentual Executado			R\$	R\$	R\$	R\$	-	-	-	-	-	-
MENSAL		R\$											
ACUMULADO		%											
		R\$											


PERÍODO		MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.389.360	1.543.304	1.557.360	1.660.484	1.706.054	1.693.020	1.789.816	1.764.840	1.843.632	1.854.916	1.740.928	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.389.360	1.543.304	1.557.360	1.660.484	1.706.054	1.693.020	1.789.816	1.764.840	1.843.632	1.854.916	1.740.928	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	15.638	17.747	18.065	19.593	20.302	20.316	21.656	21.531	22.676	23.000	21.935	23.640
PREPARAÇÃO	Por imagem	726.357	809.772	820.106	877.566	904.891	901.195	956.120	946.131	991.874	1.001.469	943.235	1.012.057
CONTESTAÇÃO	Por imagem	14.588	16.359	16.508	17.767	18.254	18.284	19.330	19.236	20.095	20.404	19.150	20.661
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	32.804	37.872	39.754	44.036	46.859	48.205	52.773	53.740	58.030	60.299	58.307	64.287
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	63.335	70.607	71.507	76.517	78.898	78.575	83.363	82.491	86.478	87.313	82.235	88.234
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	1.836	2.047	2.073	2.219	2.287	2.278	2.417	2.392	2.507	2.531	2.384	2.559
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	18.281	20.381	20.641	22.086	22.774	22.681	24.063	23.811	24.962	25.202	23.737	25.469
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	8.572	9.557	9.678	10.356	10.679	10.635	11.283	11.165	11.705	11.818	11.130	11.942
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	4.197	4.680	4.740	4.960	5.229	5.208	5.526	5.469	5.733	5.787	5.451	5.847
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.074	1.175	1.187	1.256	1.289	1.285	1.351	1.339	1.394	1.405	1.335	1.418
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL		R\$											
ACUMULADO		%											
		R\$											



PERÍODO		MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	MÊS 30	MÊS 31	MÊS 32	MÊS 33	MÊS 34	MÊS 35	MÊS 36
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	23.057	24.012	23.417	24.570	24.756	24.138	25.129	24.498	25.501	25.687	23.538	26.246
PREPARAÇÃO	Por imagem	982.833	1.019.131	989.678	1.026.204	1.029.741	999.946	1.036.628	1.006.611	1.043.702	1.047.238	949.087	1.054.312
CONTESTAÇÃO	Por imagem	19.995	20.847	20.175	21.034	21.034	20.535	21.220	20.715	21.406	21.592	19.502	21.778
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	64.106	68.109	67.828	72.081	73.982	73.533	78.012	77.368	81.998	84.061	77.706	88.118
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	85.685	88.849	86.280	89.463	89.771	87.157	90.369	87.751	90.984	91.291	82.734	91.905
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.485	2.576	2.502	2.594	2.602	2.527	2.620	2.545	2.639	2.647	2.399	2.665
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	24.734	25.646	24.905	25.824	25.912	25.159	26.085	25.330	26.263	26.351	23.881	26.529
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	11.597	12.026	11.678	12.109	12.150	11.797	12.232	11.877	12.314	12.356	11.198	12.440
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	5.679	5.889	5.718	21.086	21.104	20.933	21.146	20.972	21.185	21.206	20.639	21.248
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.383	1.427	1.391	1.435	1.439	1.403	1.448	1.412	1.456	1.460	1.342	1.469
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$												
	%												
ACUMULADO	R\$												

PERÍODO		MÊS 37	MÊS 38	MÊS 39	MÊS 40	MÊS 41	MÊS 42	MÊS 43	MÊS 44	MÊS 45	MÊS 46	MÊS 47	MÊS 48
ATIVIDADE	UND												
SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	25.579	26.618	25.939	27.176	27.362	26.660	27.735	27.020	28.107	28.293	25.891	28.852
PREPARAÇÃO	Por imagem	1.023.724	1.061.385	1.030.569	1.068.459	1.071.995	1.040.837	1.079.069	1.047.683	1.086.142	1.089.679	987.420	1.096.752
CONTESTAÇÃO	Por imagem	21.076	21.964	21.256	22.150	22.150	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	20.175	22.337
SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	87.307	92.222	91.301	96.479	98.518	97.429	102.847	101.536	107.115	109.321	100.646	113.659
SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	89.238	92.520	89.833	93.134	93.442	90.725	94.056	91.320	94.671	94.978	86.064	95.593
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.587	2.682	2.605	2.700	2.709	2.630	2.727	2.647	2.745	2.754	2.496	2.772
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	25.759	26.706	25.931	26.884	26.973	26.187	27.150	26.360	27.327	27.416	24.842	27.593
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	12.079	12.522	12.159	12.606	12.648	12.279	12.730	12.360	12.814	12.855	11.648	12.938
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	21.071	21.282	21.105	21.324	21.345	21.162	21.384	21.204	21.426	21.444	20.853	21.486
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.432	1.477	1.440	1.486	1.490	1.453	1.499	1.461	1.507	1.511	1.388	1.520
SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MENSAL	R\$												
	%												
ACUMULADO	R\$												

PERÍODO		MÊS 49	MÊS 50	MÊS 51	MÊS 52	MÊS 53	MÊS 54	Mês 55	MÊS 56	MÊS 57	MÊS 58	MÊS 59	MÊS 60
ATIVIDADE	UND												
<b>SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS</b>													
FASE 1 - MANUAL/AUTOMÁTICO	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
FASE 2 - MANUAL	Por imagem	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.801.380	1.861.426	1.861.426	1.681.288	1.861.426
ARBITRAGEM	Por imagem	28.101	29.224	28.461	29.782	29.968	29.182	30.341	29.542	30.713	30.899	28.245	31.458
PREPARAÇÃO	Por imagem	1.064.796	1.103.826	1.071.641	1.110.899	1.114.436	1.081.909	1.121.509	1.088.754	1.128.583	1.132.119	1.025.754	1.137.331
CONTESTAÇÃO	Por imagem	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	21.616	22.337	21.616	22.337	22.337	20.175	22.337
<b>SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS</b>	Documento Digitalizado	112.162	118.044	116.429	122.587	124.765	122.968	129.380	127.347	133.929	136.278	123.272	136.479
<b>SERVIÇO 3 - ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS</b>													
Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	92.806	96.207	93.401	96.822	97.129	94.293	97.743	94.888	98.358	98.665	89.248	98.811
Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	2.691	2.790	2.709	2.807	2.816	2.734	2.835	2.751	2.852	2.861	2.588	2.865
Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	26.789	27.771	26.961	27.948	28.037	27.218	28.215	27.390	28.392	28.481	25.762	26.522
Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	12.561	13.022	12.642	13.105	13.146	12.762	13.230	12.843	13.313	13.354	12.080	13.374
Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	21.300	21.528	21.342	21.567	21.588	21.399	21.630	21.438	21.669	21.690	21.066	21.699
Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	1.481	1.528	1.490	1.537	1.541	1.502	1.550	1.510	1.558	1.562	1.432	1.564
<b>SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO</b>													
Supervisão	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
<b>SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA</b>	Posto de Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>MENSAL</b>	<b>R\$</b>												
<b>ACUMULADO</b>	<b>%</b>												
	<b>R\$</b>												



# **PROJETO ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO**

**Coordenação de Multas e  
Educação para o Trânsito**



## SUMÁRIO

1.	DIRETRIZES DO PROJETO .....	3
2.	AMBIENTES PROJETADOS .....	4
2.1.	RECEPÇÃO .....	4
2.1.1.	Lista de Mobiliários da recepção .....	4
2.2.	SALA DE REUNIÃO .....	4
2.2.1.	Lista de Mobiliários da sala de reunião .....	4
2.2.2.	Memorial de cálculo de acústica da sala de reunião .....	5
2.3.	SALA DO COORDENADOR .....	6
2.3.1.	Lista de Mobiliários da sala do coordenador .....	6
2.4.	ESTÚDIO .....	6
2.4.1.	Lista de Mobiliários do estúdio .....	6
2.4.2.	Memorial de cálculo de acústica do estúdio .....	7
2.5.	COPA .....	8
2.5.1.	Lista de Mobiliários .....	8
2.6.	ATENDIMENTO/ASSESSORIA/DIGITALIZAÇÃO .....	8
2.6.1.	Lista de mobiliários do atendimento, assessoria e digitalização .....	8
2.7.	CENTRAL DE INTELIGÊNCIA .....	8
2.7.1.	Lista de mobiliários da central de inteligência .....	8
2.8.	SALA DE DESCOMPRESSÃO .....	9
2.8.1.	Lista de mobiliários da sala de descompressão .....	9
2.8.2.	Memorial de cálculo de acústica da sala de descompressão .....	9
3.	TOTAL DE ACÚSTICA .....	10
3.1.1.	Tipos de Acústica .....	10
4.	PISO E FORRO .....	11
4.1.	Tipos de Piso elevado .....	11
4.2.	Tipos de piso vinílico .....	12
4.3.	Forro .....	12
5.	CRONOGRAMA .....	13
5.1.	Equipe .....	13
5.2.	Fases .....	13
5.3.	Ilustração das Fases .....	14
6.	DIVISÓRIAS .....	15
7.	JUSTIFICATIVA .....	15
8.	CONCLUSÃO .....	16
9.	3º ANDAR-CMET .....	17
10.	PONTOS DE REDE E ELETRICIDADE .....	18

## PROJETO NOVO LAYOUT – CMET

Foi desenvolvida uma planta baixa com conceito de **espaço aberto e coworking**, respeitando os fluxos internos, acessibilidade, normas técnicas do DNIT e as particularidades de cada função.

O layout prioriza a integração das equipes, a comunicação ágil e o uso inteligente dos 716,31m², **com estações compartilhadas, áreas colaborativas, salas com divisórias estratégicas** para atividades que exigem privacidade e zonas de convivência bem distribuídas.

O ambiente foi pensado para valorizar a **iluminação natural, mobiliário modular e design flexível**, promovendo um espaço moderno, funcional e altamente adaptável às rotinas da CMET.

Foi considerada a necessidade de ambientes distintos e bem planejados, respeitando normas técnicas e o uso racional do espaço público, sem abrir mão de sofisticação, conforto e inovação.

### 1. DIRETRIZES DO PROJETO

O novo layout foi idealizado para refletir uma gestão pública inovadora, acolhedora e eficiente. Com ambientes integrados, design funcional e uso de tecnologia de ponta, o espaço busca elevar a qualidade de trabalho dos servidores e o atendimento ao público.

**O conceito é bastante simples:** unir dois ou mais ambientes, abrindo mão de paredes ou divisórias. Como resultado, têm-se um ambiente único e mais amplo, o famoso “conceito aberto”, como ficou popularmente conhecido. Em geral, arquitetos e designers de interiores costumam setorizar os espaços com a decoração.

**Espaço Aberto Centralizado:** Um grande espaço aberto que funcione como a **coluna vertebral** do ambiente, permitindo facilmente a circulação e interação entre os setores.

Usaremos o mobiliário multifuncional para definir as áreas (sofás, mesas, aparadores, bancadas de trabalho), mantendo a fluidez.

Gestão de Cabos e Energia: Mobiliário com canaletas embutidas para manter a área organizada e com pontos de energia estrategicamente distribuídos para evitar a desordem.

## 2. AMBIENTES CMET

### 2.1. RECEPÇÃO

#### 2.1.1. Lista de Mobiliários da recepção

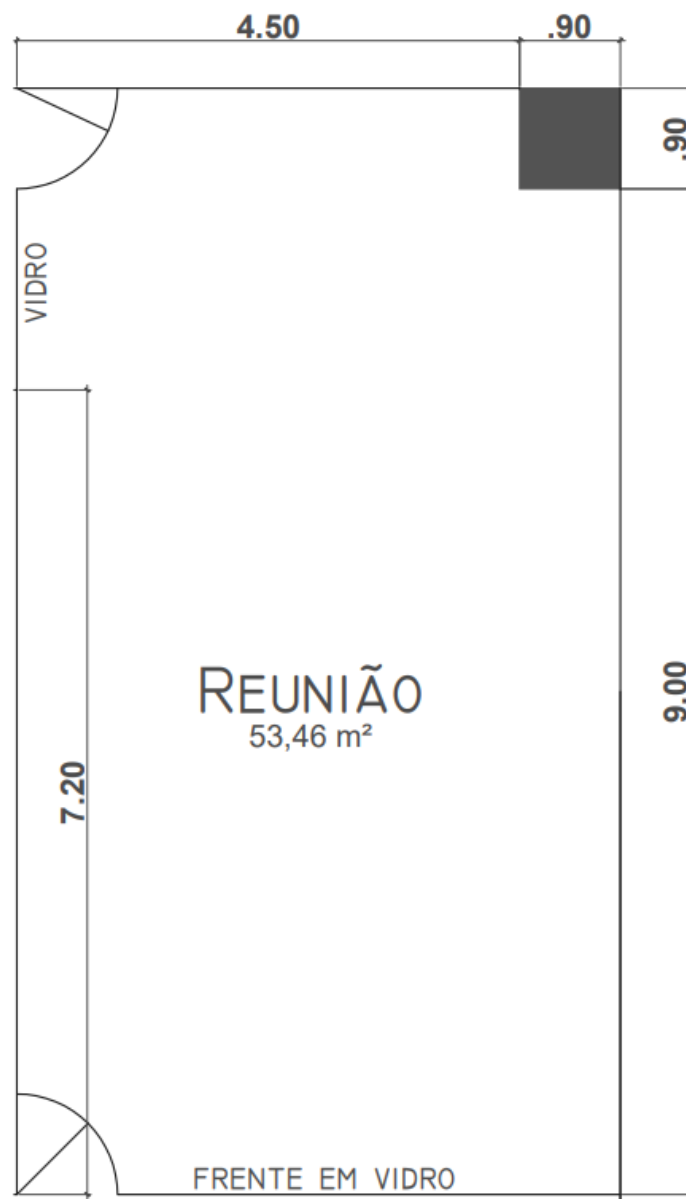
RECEPÇÃO					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
1.1	Poltronas	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 22.363,13
1.2	Mesa de Apoio	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
1.3	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
1.4	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
1.5	Vasos para plantas decorativas	3	R\$ 453,13	R\$ 1.359,39	
1.6	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
1.7	Quadro Decoração	1	R\$ 689,00	R\$ 689,00	
1.8	Arandelas para os quadros	2	R\$ 349,90	R\$ 699,80	
1.9	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
1.10	Suporte para TV movei	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
1.11	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
1.12	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
1.13	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	

### 2.2. SALA DE REUNIÃO

#### 2.2.1. Lista de Mobiliários da sala de reunião

SALA DE REUNIÃO					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
2.1	Mesas trapezoidais ou retangulares	12	R\$ 490,00	R\$ 5.880,00	R\$ 43.613,79
2.2	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
2.3	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
2.4	Bancos	3	R\$ 1.710,00	R\$ 5.130,00	
2.5	Lousa de vidro 2,50 x 1,20 m	1	R\$ 1.989,00	R\$ 1.989,00	
2.6	Kit - 04 Caneta quadro branco e apagador	1	R\$ 33,90	R\$ 33,90	
2.7	Quadros decorativos	3	R\$ 689,00	R\$ 2.067,00	
2.8	Arandelas para os quadros	6	R\$ 349,90	R\$ 2.099,40	
2.9	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
2.10	Suporte para TV movei	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
2.11	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
2.12	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
2.13	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
2.14	Acústica nas paredes	66,63 m <sup>2</sup>	R\$ 170,00	R\$ 11.326,59	
2.15	Planta artificial realista	1	R\$ 485,91	R\$ 485,91	

### 2.2.2. Memorial de cálculo de acústica da sala de reunião



PAREDE A: **11,70 m²**

PAREDE B: **23,40 m²**

PAREDE C: **6,75 m²**

PAREDE D: **18,72 m²**

Área A+B+C+D:  $11,70 + 23,40 + 6,75 + 18,72 = \mathbf{60,57\ m^2}$

*Adicional de 10% para perdas e recortes:*

Área de Sala de Reunião: 60,57 x 1,1 = **66,627 m²**

## 2.3. SALA DO COORDENADOR

### 2.3.1. Lista de Mobiliários da sala do coordenador

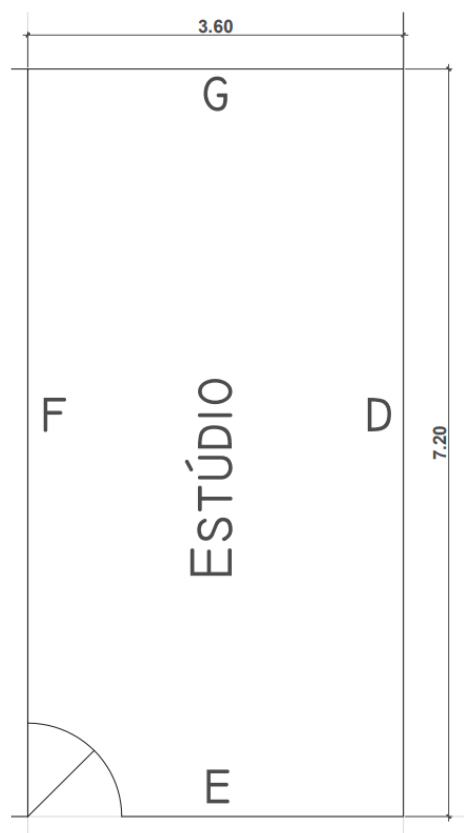
Coordenação					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
4.1	Poltronas	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	R\$ 11.210,90
4.2	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
4.3	Vasos para plantas decorativas	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
4.4	Mesa de Centro	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
4.5	Quadros decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
4.6	Arandela para quadro	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	

## 2.4. ESTÚDIO

### 2.4.1. Lista de Mobiliários do estúdio

Estúdio					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
3.1	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	R\$ 91.568,08
3.2	Suporte para TV movel	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
3.3	Computadores	3	R\$ 6.194,00	R\$ 18.582,00	
3.4	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
3.5	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
3.6	Teleprompter	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	
3.7	Câmera Ptz	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	
3.8	Switcher pequeno	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	
3.10	Kit 2 - Microfone lapela	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00	
3.11	Microfone sem fio	4	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	
3.12	Kit 2 - Caixas de som para retorno	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	
3.13	Chroma key	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
3.14	Kit 2 - Softbox	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	
3.15	Poltronas	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	
3.16	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
3.17	Vasos para plantas decorativas	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
3.18	Mesas de Centro	2	R\$ 555,22	R\$ 1.110,44	
3.19	Kits de decoração	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	
3.20	Mesas para computadores	3	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00	
3.21	Acústica nas paredes	35,54 m²	R\$ 170,00	R\$ 6.041,97	
3.22	Quadros decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
3.23	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
3.24	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	

#### 2.4.2. Memorial de cálculo de acústica do estúdio



PAREDE E: **4,23 m²**

PAREDE F: **18,72 m²**

PAREDE G: **9,36 m²**

Área E+F+G:  $4,23 + 18,72 + 9,36 = \mathbf{32,31 \text{ m}^2}$

*Adicional de 10% para perdas e recortes:*

Área de Sala de Estúdio:  $32,31 \times 1,1 = \mathbf{35,541 \text{ m}^2}$

## 2.5. COPA

### 2.5.1. Lista de Mobiliários

Copa					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
7.1	Bebedouro	1	R\$ 1.945,00	R\$ 1.945,00	R\$ 34.014,16
7.2	Lixeiras	4	R\$ 160,00	R\$ 640,00	
7.3	Aparador	3	R\$ 2.200,00	R\$ 6.600,00	
7.4	Pia granito São Gabriel	1	R\$ 785,00	R\$ 785,00	
7.5	Kit Cuba + Torneira + Acessórios	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	
7.6	Balcão Gabinete de pia	1	R\$ 1.189,99	R\$ 1.189,99	
7.7	Mesas redondas	3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00	
7.8	GELADEIRAS	2	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	
7.9	MICROONDAS	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00	
7.10	FORNO	1	R\$ 649,00	R\$ 649,00	
7.11	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
7.12	Quadros Decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
7.13	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	
7.14	vasos para plantas decorativa verticais	3	R\$ 323,28	R\$ 969,84	

## 2.6. ATENDIMENTO/ASSESSORIA/DIGITALIZAÇÃO

### 2.6.1. Lista de mobiliários do atendimento, assessoria e digitalização

Atendimento - Assessoria- Digitalização					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
5.1	Plantas artificiais realistas	23	R\$ 485,91	R\$ 11.175,93	R\$ 47.522,21
5.2	Vasos para plantas decorativa divisorias - horizontais	23	R\$ 323,28	R\$ 7.435,44	
5.3	Quadros Decorativos	8	R\$ 689,00	R\$ 5.512,00	
5.4	Arandelas para os quadros	16	R\$ 349,90	R\$ 5.598,40	
5.5	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
5.6	Kits de decoração	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	
5.7	Bebedouro	2	R\$ 1.945,00	R\$ 3.890,00	
5.8	Poltronas	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00	
5.9	Mesas de apoio	2	R\$ 555,22	R\$ 1.110,44	

## 2.7. CENTRAL DE INTELIGÊNCIA

### 2.7.1. Lista de mobiliários da central de inteligência

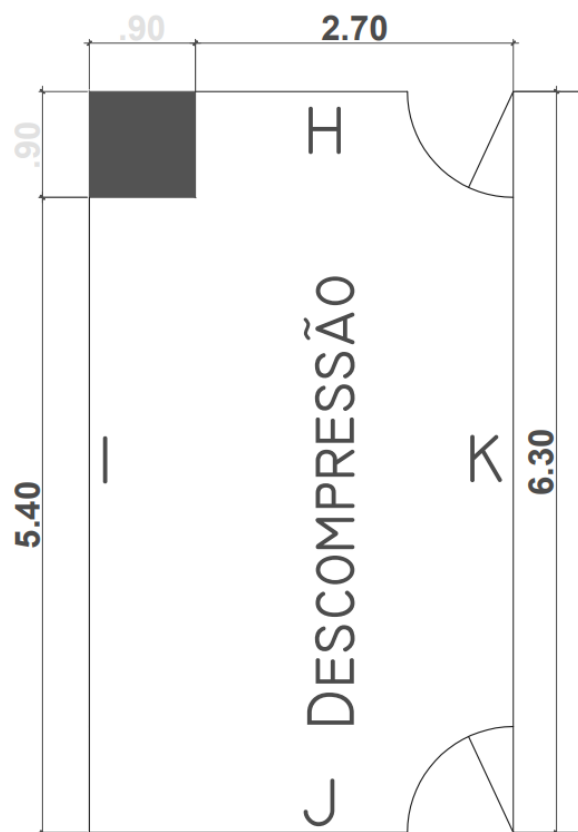
Central de Inteligência					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
6.1	TVs	9	R\$ 3.999,00	R\$ 35.991,00	R\$ 119.370,69
6.2	Suporte para TV	9	R\$ 899,99	R\$ 8.099,91	
6.3	Computadores	9	R\$ 6.194,00	R\$ 55.746,00	
6.4	Teclados e mouses sem fio	9	R\$ 238,00	R\$ 2.142,00	
6.5	Webcams	9	R\$ 271,00	R\$ 2.439,00	
6.6	Poltronas	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00	
6.7	Mesas de apoio	3	R\$ 555,22	R\$ 1.665,66	
6.8	Mesas para os computadores	3	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00	
6.10	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
6.11	Vasos para plantas decorativas	3	R\$ 453,13	R\$ 1.359,39	

## 2.8. SALA DE DESCOMPRESSÃO

### 2.8.1. Lista de mobiliários da sala de descompressão

Sala de descompressão					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
8.1	Sofá (3 Lugares)	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 30.868,83
8.2	Puffs	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00	
8.3	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
8.4	Suporte para TV	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
8.5	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
8.6	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
8.7	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
8.8	Mesa de apoio	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
8.9	Quadro decorativo	1	R\$ 689,00	R\$ 689,00	
8.10	Arandelas para os quadros	2	R\$ 349,90	R\$ 699,80	
8.11	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
8.12	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
8.13	vasos para plantas decorativa	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
8.14	Acústica nas paredes	47,32 m²	R\$ 170,00	R\$ 8.044,74	

### 2.8.2. Memorial de cálculo de acústica da sala de descompressão



PAREDE H: 7,02 m²

PAREDE I: 14,04 m²

PAREDE J: 9,36 m²



PAREDE K: **16,38 m²**

Área H+I+J+K:  $5,13 + 16,38 + 7,47 + 14,04 = \mathbf{43,02 \text{ m}^2}$

*Adicional de 10% para perdas e recortes:*

Área de Sala de Descompressão:  $43,02 \times 1,1 = \mathbf{47,32 \text{ m}^2}$

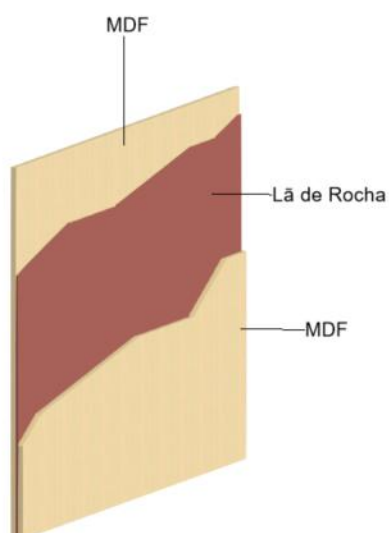
### 3. TOTAL DE ACÚSTICA

**Área Total: Sala de Reunião + Sala de Estúdio + Sala de Descompressão**

$66,627 + 35,541 + 47,322 = \mathbf{149,49 \text{ m}^2}$

#### 3.1.1. Tipos de Acústica

Tipo de instalação	Preço estimado no DF
Painel de lã de rocha Básico (30 mm – densidade comum)	R\$ 124,00
Painel de lã de rocha Básico (50 mm – densidade comum)	R\$ 145,00
Painel de lã de rocha Básico (50–70 mm – densidade alta)	R\$ 170,00

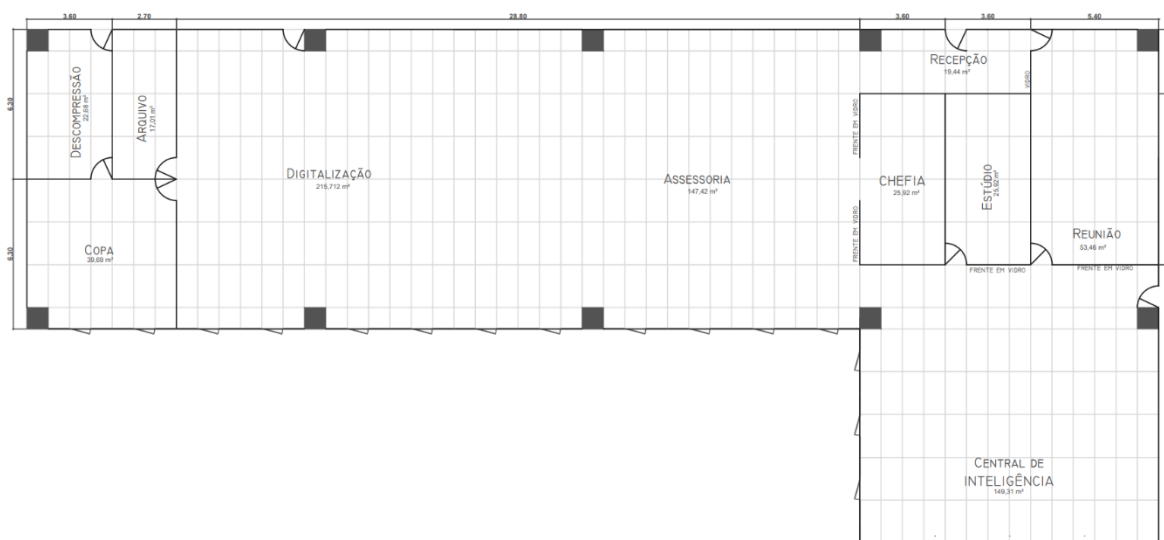


Considerando o tipo de Painel de lã de rocha Básico (50–70 mm – densidade alta):

$A = 149,49 \times 170$

**A= R\$ 25.413,30**

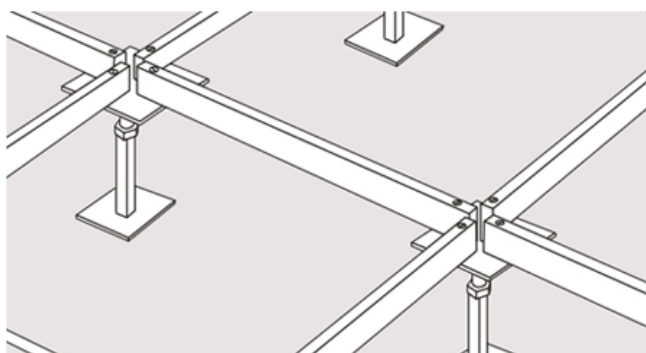
## 4. PISO E FORRO



Área total = **716,31 m²**

### 4.1. Tipos de Piso elevado

Material	Faixa (R\$/m²)	Durabilidade	Indicado para	Orçamento (716,31 m²)
Aço	180 – 300	30 – 50 anos	Escritórios com alta infraestrutura técnica	<b>R\$ 214.893,00</b>
Alumínio	150 – 250	20 – 30 anos	Escritórios modernos e leves	<b>R\$ 179.077,50</b>



Considerando o material de Aço.

$$P = 716,31 \times 300$$

$$P = \text{R\$ } 214.893,00$$

**Adicional de 10% de segurança**

$$P = \text{R\$ } 214.893,00 \times 1,1$$

$$P = \text{R\$ } 236.382,30$$

## 4.2. Tipos de piso vinílico

Tipo de Piso	Descrição Técnica	Faixa de Preço (R\$/m²)	Indicação	Orçamento (716,31 m²)
Vinílico em Régua (colado)	Réguas coladas ao contrapiso. Formato tipo madeira (ex: 15x90 cm ou 20x120 cm)	R\$ 120 a R\$ 135	Ambientes formais, salas, recepções	<b>R\$ 96.701,85</b>
Vinílico Click (encaixe)	Réguas com sistema de encaixe (macho-fêmea). Instalação "flutuante"	R\$ 130 a R\$ 150	Reformas rápidas, piso elevado, menor sujeira	<b>R\$ 107.446,50</b>
Vinílico em Manta	Rolo contínuo com menos emendas. Acústica superior e maior conforto ao pisar	R\$ 115 a R\$ 130	Salas grandes, coworkings, auditórios	<b>R\$ 93.120,30</b>

Piso vinílico considerando o Régua (colado).

$$Pv = 716,31 \times 135$$

$$Pv = \text{R\$ } 96.701,85$$

*Adicional de 10% de segurança*

$$Pv = \text{R\$ } 96.701,85 \times 1,1$$

$$Pv = \text{R\$ } 106.372,04$$

## 4.3. Forro

TIPOS DE FORRO			
Tipo de Forro	Faixa de Preço (R\$/m²)	Descrição	Orçamento (716,31 m²)
Gesso-liso	75 – 120	Simple e econômico para escritórios	<b>R\$ 85.957,20</b>
Drywall básico (sem lã)	50 – 90	Mais enxuto, sem isolamento	<b>R\$ 64.467,90</b>
Drywall com lã mineral	65 – 95	Melhor acústica e térmica	<b>R\$ 68.049,45</b>

Forro considerando o Gesso-liso.

$$F = 716,31 \times 120$$

$$F = \text{R\$ } 85.957,20$$

*Adicional de 15% de segurança*

$$Fv = 85.957,20 \times 1,15$$

$$Fv = \text{R\$ } 98.850,78$$

## 5. CRONOGRAMA

### 5.1. Equipe

Equipe		
Equipe	PRESENCIAL	HOME OFFICE
Assessoria	7	14
Atendimento	6	-
Digitalização	10	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>14</b>

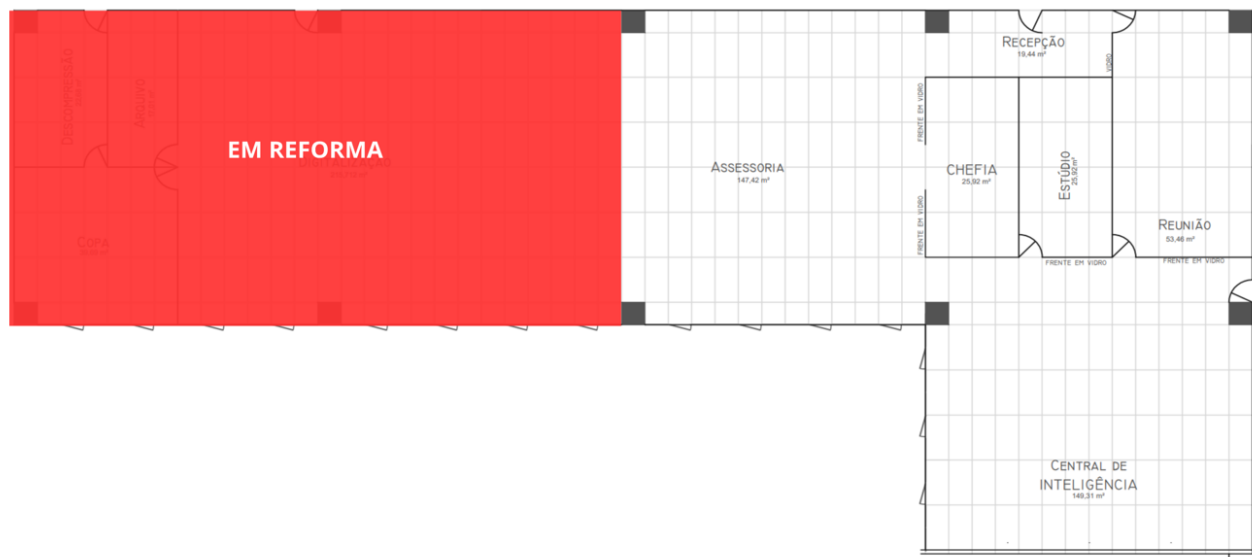
### 5.2. Fases

Pré-Obra					
Item	Descrição da Atividade	Local de Deslocamento	Início	Fim	Prazo estimado
Projeto Executivo		-	09/04/2026	08/05/2026	15 a 30 dias
Análise do Projeto Executivo		-	09/05/2026	23/05/2026	10 a 15 dias
Projeto de Interiores		-	24/05/2026	07/06/2026	10 a 15 dias
Análise do Projeto de Interiores		-	08/06/2026	12/06/2026	03 a 05 dias
FASE 1 - Execução da Obra					
Fase da Obra	Descrição da Atividade	Local de Deslocamento	Início	Fim	Prazo estimado
Instalação de Pontos Elétricos	Passagem de cabos, instalação de tomadas e quadros	Assessoria/Central de Inteligência	13/06/2026	22/06/2026	8 a 10 dias
Instalação de Rede	Cabeamento estruturado, instalação de pontos de rede	Assessoria/Central de Inteligência	23/06/2026	02/07/2026	9 a 10 dias
Instalação de Pisos elevados	Instalação de Piso elevado	Assessoria/Central de Inteligência	03/07/2026	14/07/2026	10 a 12 dias
Troca de Forros	Instalação de forros (gesso ou modular)	Assessoria/Central de Inteligência	15/07/2026	26/07/2026	10 a 12 dias
Aquisição de Mobiliário	Compra, transporte e de móveis	Assessoria/Central de Inteligência	27/07/2026	08/08/2026	11 a 13 dias
FASE 2 - Execução da Obra					
Fase da Obra	Descrição da Atividade	Local de Deslocamento	Início	Fim	Prazo estimado
Instalação de Pontos Elétricos	Passagem de cabos, instalação de tomadas e quadros	Digitalização	09/08/2026	18/08/2026	8 a 10 dias
Instalação de Rede	Cabeamento estruturado, instalação de pontos de rede	Digitalização	19/08/2026	28/08/2026	9 a 10 dias
Instalação de Pisos elevados	Instalação de Piso elevado	Digitalização	29/08/2026	09/09/2026	10 a 12 dias
Troca de Forros	Instalação de forros (gesso ou modular)	Digitalização	10/09/2026	21/09/2026	10 a 12 dias
Aquisição de Mobiliário	Compra, transporte e de móveis	Digitalização	22/09/2026	04/10/2026	11 a 13 dias

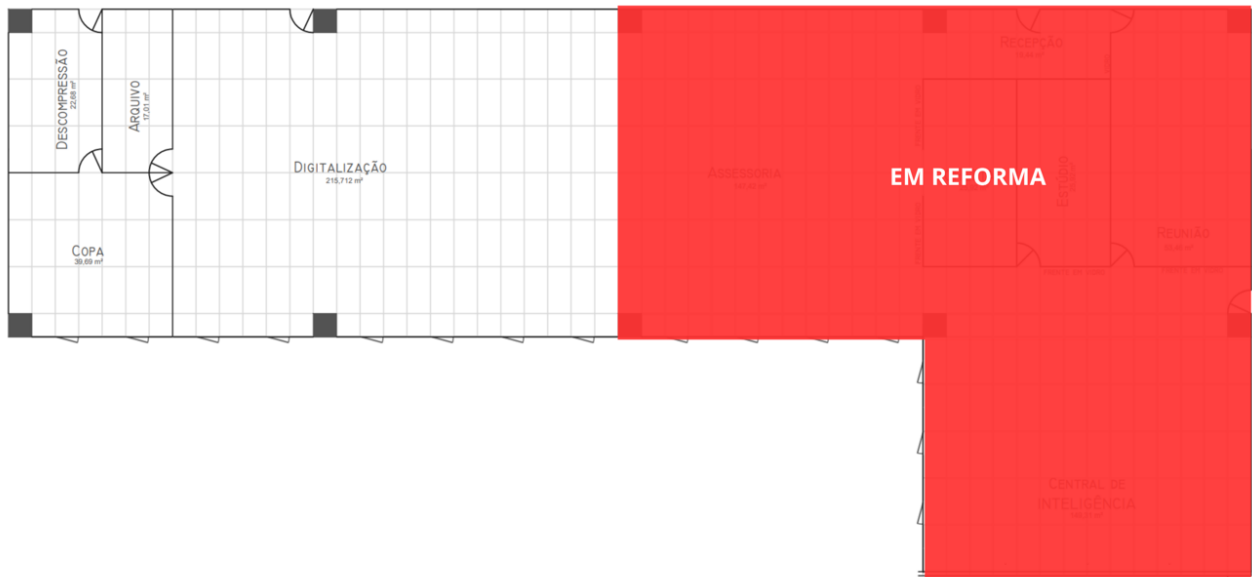
Total: 180 dias.

5.3. Ilustração das Fases

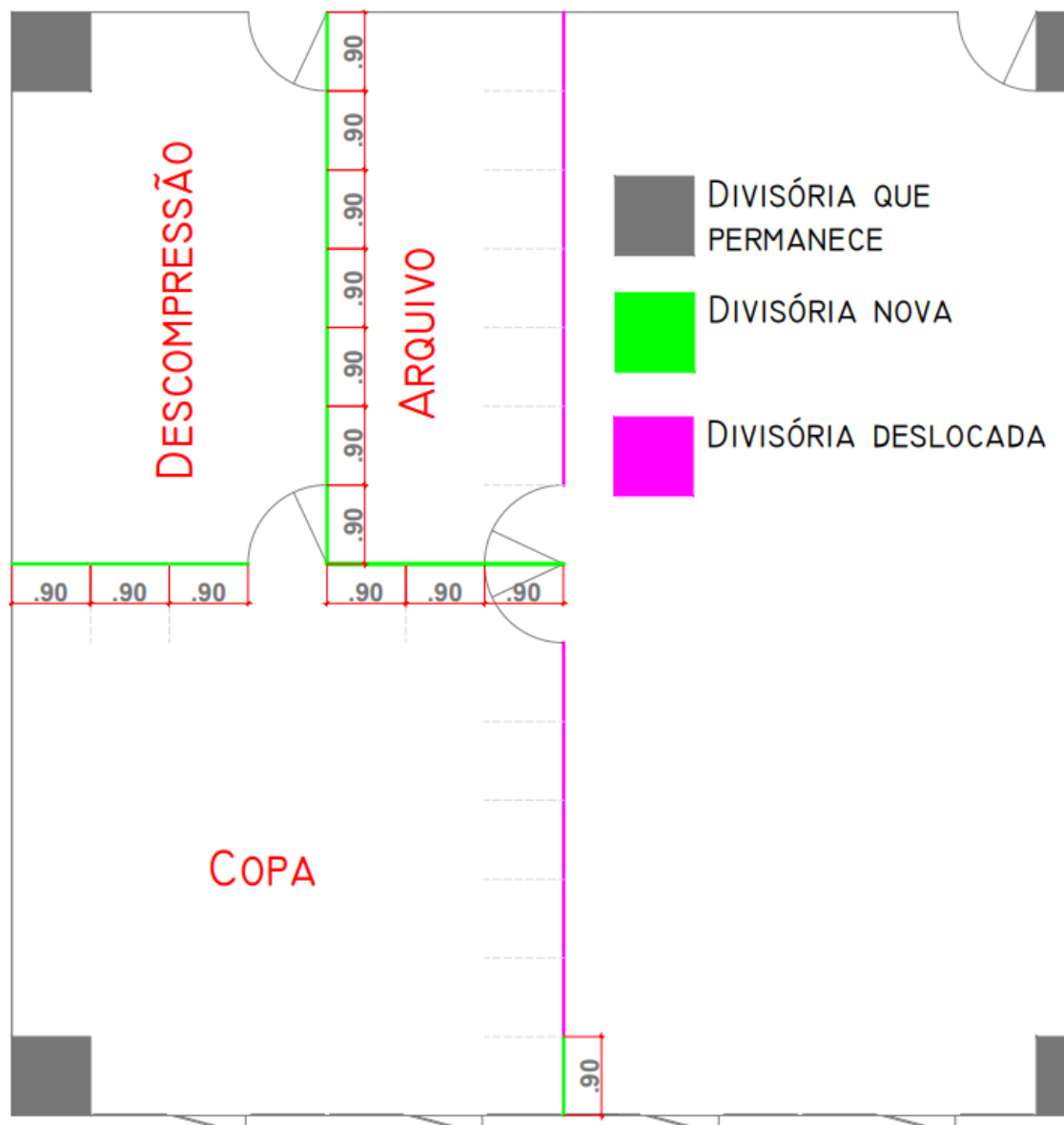
FASE 1



FASE 2



## 6. DIVISÓRIAS




11 Divisórias deslocadas e adquirir 14 novas.

## 7. JUSTIFICATIVA

Os valores apresentados neste orçamento refletem estimativas realizadas com base em pesquisas de mercado e levantamentos preliminares, considerando os itens descritos no projeto, como mobiliários e demais componentes necessários para a modernização dos ambientes.

Até o momento, não foi possível realizar um levantamento definitivo, especialmente em relação aos custos com frete e logística, que podem variar conforme o fornecedor e a localidade de entrega. Ainda assim, os cálculos realizados permitem apresentar uma estimativa razoável e fundamentada, totalizando **R\$ 1.004.867,75**.



Essa estimativa serve como referência para planejamento e tomada de decisão, estando sujeita a ajustes conforme o avanço das etapas de contratação e definição dos fornecedores. Ressalta-se que a previsão orçamentária foi elaborada com base em critérios técnicos e alinhada às necessidades do projeto, garantindo transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

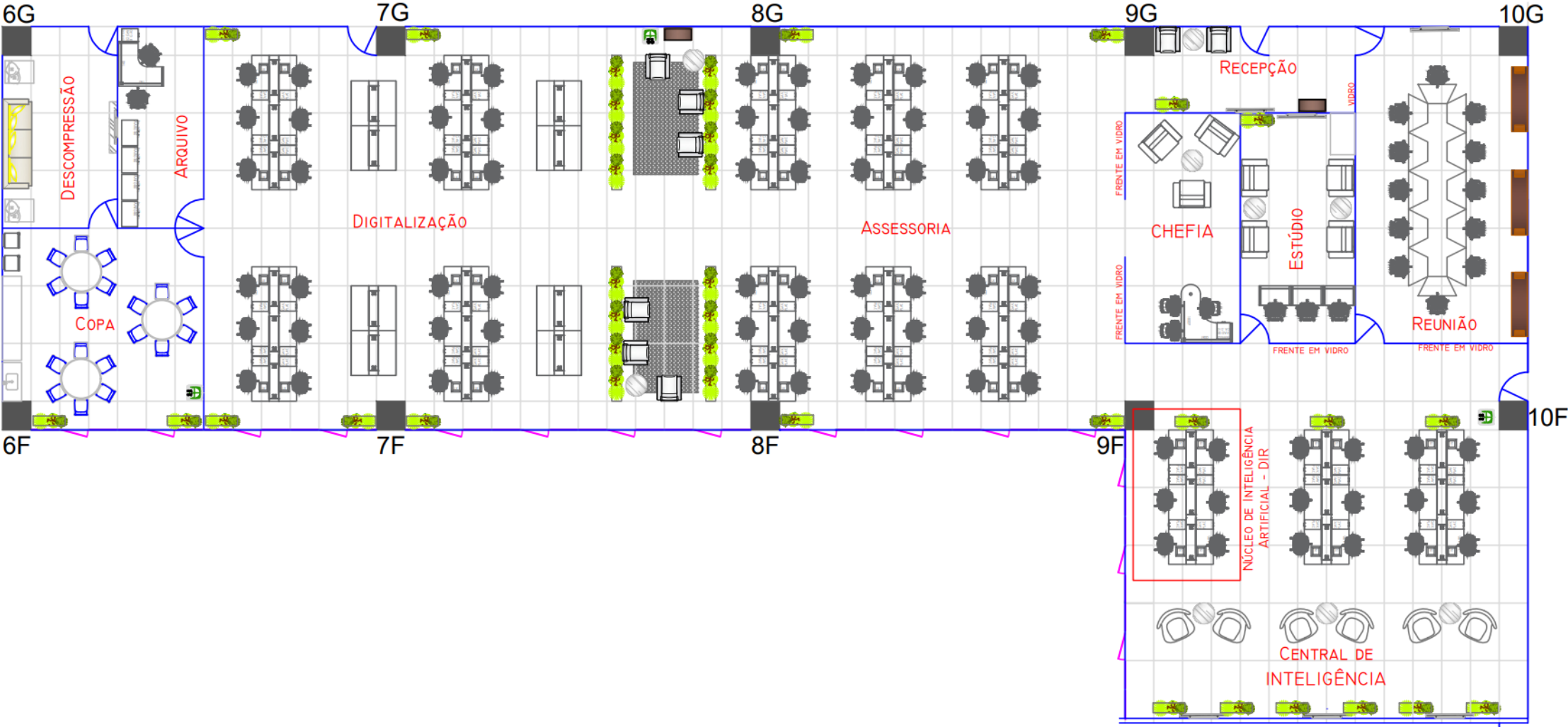
## 8. CONCLUSÃO

A modernização dos ambientes proposta neste projeto representa um avanço significativo para o DNIT, tanto na melhoria da experiência dos cidadãos quanto na eficiência operacional do órgão. A transformação dos espaços físicos, aliada à adoção de soluções tecnológicas, contribui para uma gestão mais ágil, sustentável e alinhada aos princípios de inovação e transparência institucional.

Os valores orçamentários apresentados até a presente data foram estimados com base em pesquisas de mercado e levantamentos preliminares, considerando os itens essenciais para a execução do projeto. Embora não se trate de um levantamento definitivo — especialmente no que se refere aos custos com frete e logística —, a estimativa de **R\$ 1.004.867,75** oferece uma referência sólida para o planejamento e tomada de decisão, estando sujeita a ajustes conforme o avanço das etapas de contratação.

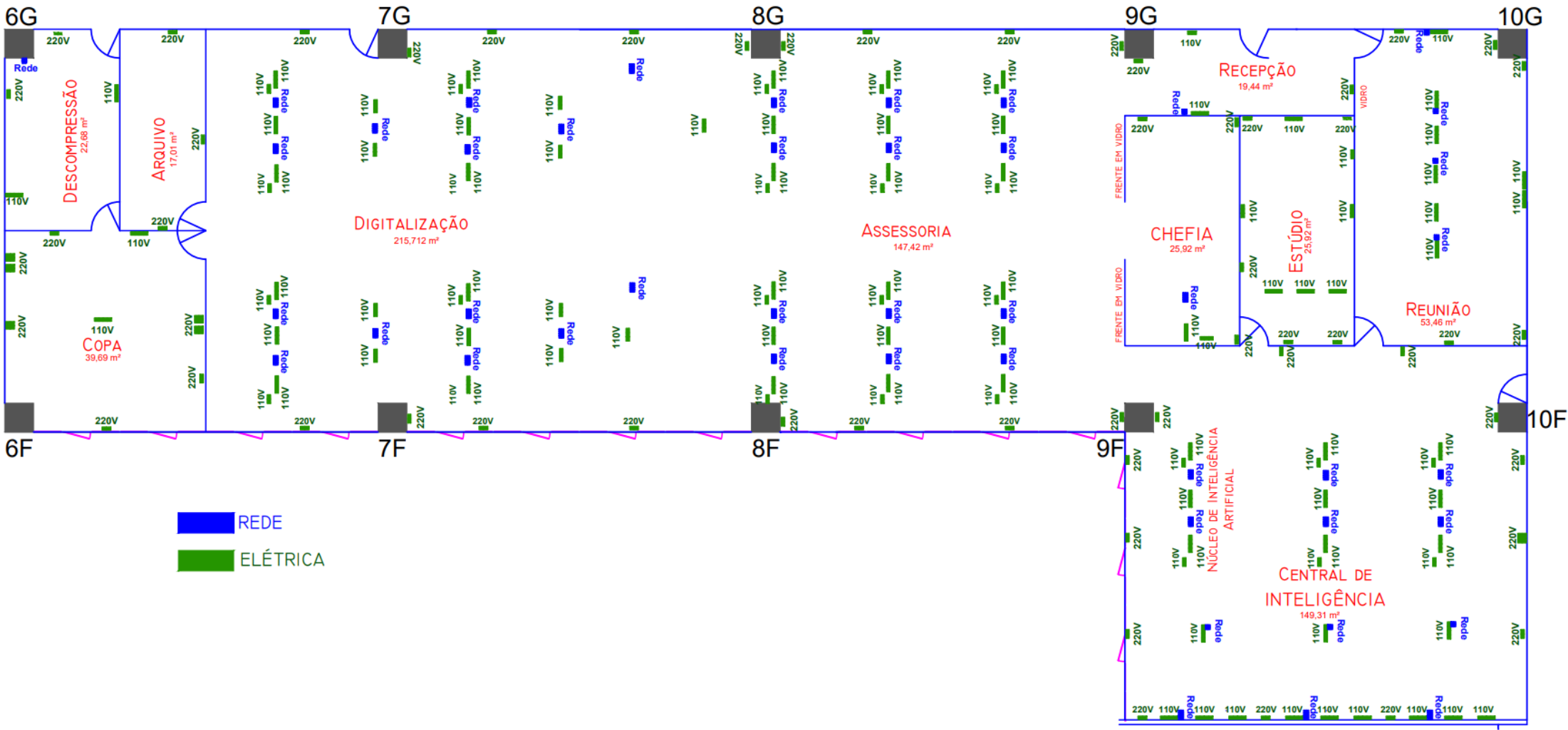
É importante destacar que os desafios envolvidos, como o investimento inicial, a dependência tecnológica e a necessidade de suporte à inclusão digital, serão gerenciadas por meio de estratégias de manutenção, capacitação e segurança. Com um planejamento cuidadoso e a mitigação dos riscos identificados, este projeto tem potencial para servir como modelo piloto de transformação digital no âmbito do DNIT, gerando ganhos expressivos em eficiência, economia e satisfação dos usuários

9. 3º ANDAR-CMET





10. PONTOS DE REDE E ELETRICIDADE





# PROJETO BÁSICO

Coordenação de Multas e  
Educação para o Trânsito

## SUMÁRIO

1.	DIRETRIZES DO PROJETO .....	3
2.	AMBIENTES PROJETADOS .....	4
2.1.	RECEPÇÃO .....	4
2.1.1.	Lista de Mobiliários da recepção .....	4
2.2.	SALA DE REUNIÃO .....	4
2.2.1.	Lista de Mobiliários da sala de reunião .....	4
2.2.2.	Memorial de cálculo de acústica da sala de reunião .....	5
2.3.	SALA DO COORDENADOR .....	6
2.3.1.	Lista de Mobiliários da sala do coordenador .....	6
2.4.	ESTÚDIO .....	6
2.4.1.	Lista de Mobiliários do estúdio .....	6
2.4.2.	Memorial de cálculo de acústica do estúdio .....	7
2.5.	COPA .....	8
2.5.1.	Lista de Mobiliários .....	8
2.6.	ATENDIMENTO/ASSESSORIA/DIGITALIZAÇÃO .....	8
2.6.1.	Lista de mobiliários do atendimento, assessoria e digitalização .....	8
2.7.	CENTRAL DE INTELIGÊNCIA .....	8
2.7.1.	Lista de mobiliários da central de inteligência .....	8
2.8.	SALA DE DESCOMPRESSÃO .....	9
2.8.1.	Lista de mobiliários da sala de descompressão .....	9
2.8.2.	Memorial de cálculo de acústica da sala de descompressão .....	9
3.	TOTAL DE ACÚSTICA .....	10
3.1.1.	Tipos de Acústica .....	10
4.	PISO E FORRO .....	11
4.1.	Tipos de Piso elevado .....	11
4.2.	Tipos de piso vinílico .....	12
4.3.	Forro .....	12
5.	CRONOGRAMA .....	13
5.1.	Equipe .....	13
5.2.	Fases .....	13
5.3.	Ilustração das Fases .....	14
6.	DIVISÓRIAS .....	15
7.	JUSTIFICATIVA .....	15
8.	CONCLUSÃO .....	16
9.	3º ANDAR-CMET .....	17
10.	PONTOS DE REDE E ELETRICIDADE .....	18

## PROJETO BÁSICO – LAYOUT – CMET

Foi desenvolvida uma planta baixa profissional com conceito de **espaço aberto e coworking**, respeitando os fluxos internos, acessibilidade, normas técnicas do DNIT e as particularidades de cada função.

O layout prioriza a integração das equipes, a comunicação ágil e o uso inteligente dos 716,31m², **com estações compartilhadas, áreas colaborativas, salas com divisórias estratégicas** para atividades que exigem privacidade e zonas de convivência bem distribuídas.

O ambiente foi pensado para valorizar a **iluminação natural, mobiliário modular e design flexível**, promovendo um espaço moderno, funcional e altamente adaptável às rotinas da CMET.

Foi considerada a necessidade de ambientes distintos e bem planejados, respeitando normas técnicas e o uso racional do espaço público, sem abrir mão de sofisticação, conforto e inovação.

### 1. DIRETRIZES DO PROJETO

O novo layout foi idealizado para refletir uma gestão pública inovadora, acolhedora e eficiente. Com ambientes integrados, design funcional e uso de tecnologia de ponta, o espaço busca elevar a qualidade de trabalho dos servidores e o atendimento ao público.

**O conceito é bastante simples:** unir dois ou mais ambientes, abrindo mão de paredes ou divisórias. Como resultado, têm-se um ambiente único e mais amplo, o famoso “conceito aberto”, como ficou popularmente conhecido. Em geral, arquitetos e designers de interiores costumam setorizar os espaços com a decoração.

**Espaço Aberto Centralizado:** Um grande espaço aberto que funcione como a **coluna vertebral** do ambiente, permitindo facilmente a circulação e interação entre os setores.

Usaremos o mobiliário multifuncional para definir as áreas (sofás, mesas, aparadores, bancadas de trabalho), mantendo a fluidez.

Gestão de Cabos e Energia: Mobiliário com canaletas embutidas para manter a área organizada e com pontos de energia estrategicamente distribuídos para evitar a desordem.

## 2. AMBIENTES PROJETADOS

### 2.1. RECEPÇÃO

#### 2.1.1. Lista de Mobiliários da recepção

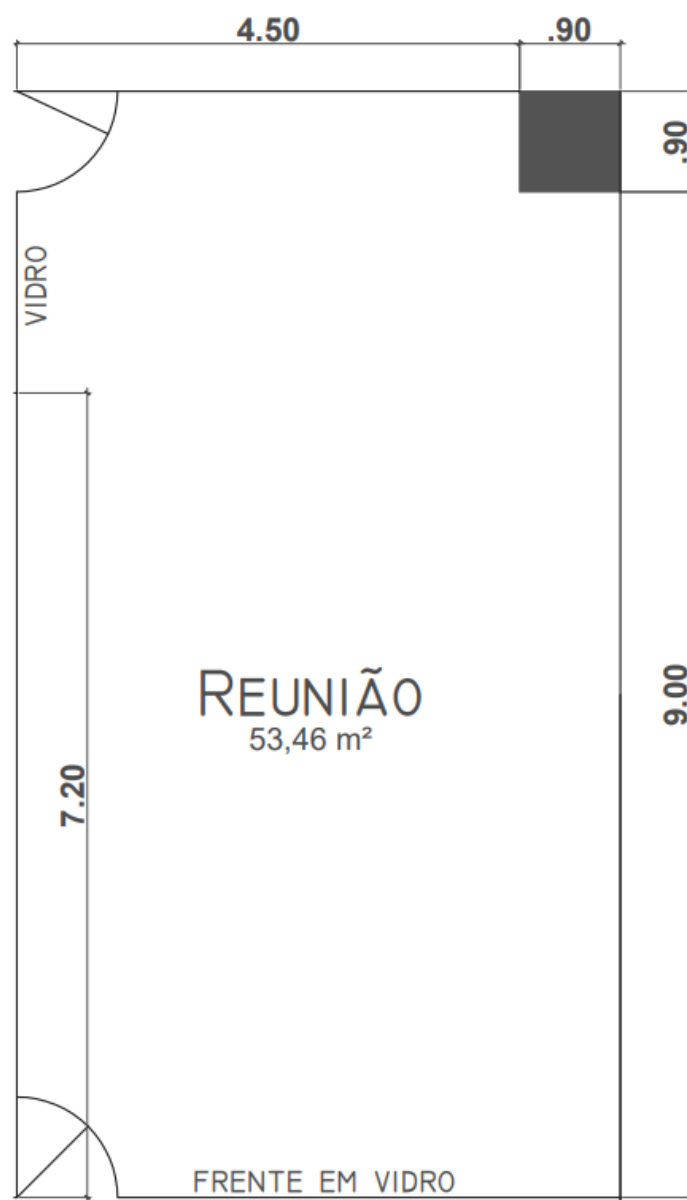
RECEPÇÃO					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
1.1	Poltronas	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 22.363,13
1.2	Mesa de Apoio	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
1.3	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
1.4	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
1.5	Vasos para plantas decorativas	3	R\$ 453,13	R\$ 1.359,39	
1.6	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
1.7	Quadro Decoração	1	R\$ 689,00	R\$ 689,00	
1.8	Arandelas para os quadros	2	R\$ 349,90	R\$ 699,80	
1.9	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
1.10	Suporte para TV movei	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
1.11	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
1.12	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
1.13	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	

### 2.2. SALA DE REUNIÃO

#### 2.2.1. Lista de Mobiliários da sala de reunião

SALA DE REUNIÃO					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
2.1	Mesas trapezoidais ou retangulares	12	R\$ 490,00	R\$ 5.880,00	R\$ 43.613,79
2.2	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
2.3	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
2.4	Bancos	3	R\$ 1.710,00	R\$ 5.130,00	
2.5	Lousa de vidro 2,50 x 1,20 m	1	R\$ 1.989,00	R\$ 1.989,00	
2.6	Kit - 04 Caneta quadro branco e apagador	1	R\$ 33,90	R\$ 33,90	
2.7	Quadros decorativos	3	R\$ 689,00	R\$ 2.067,00	
2.8	Arandelas para os quadros	6	R\$ 349,90	R\$ 2.099,40	
2.9	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
2.10	Suporte para TV movei	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
2.11	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
2.12	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
2.13	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
2.14	Acústica nas paredes	66,63 m <sup>2</sup>	R\$ 170,00	R\$ 11.326,59	
2.15	Planta artificial realista	1	R\$ 485,91	R\$ 485,91	

### 2.2.2. Memorial de cálculo de acústica da sala de reunião



PAREDE A: **11,70 m²**

PAREDE B: **23,40 m²**

PAREDE C: **6,75 m²**

PAREDE D: **18,72 m²**

Área A+B+C+D:  $11,70 + 23,40 + 6,75 + 18,72 = \mathbf{60,57 \text{ m}^2}$

*Adicional de 10% para perdas e recortes:*

Área de Sala de Reunião:  $60,57 \times 1,1 = \mathbf{66,627 \text{ m}^2}$

## 2.3. SALA DO COORDENADOR

### 2.3.1. Lista de Mobiliários da sala do coordenador

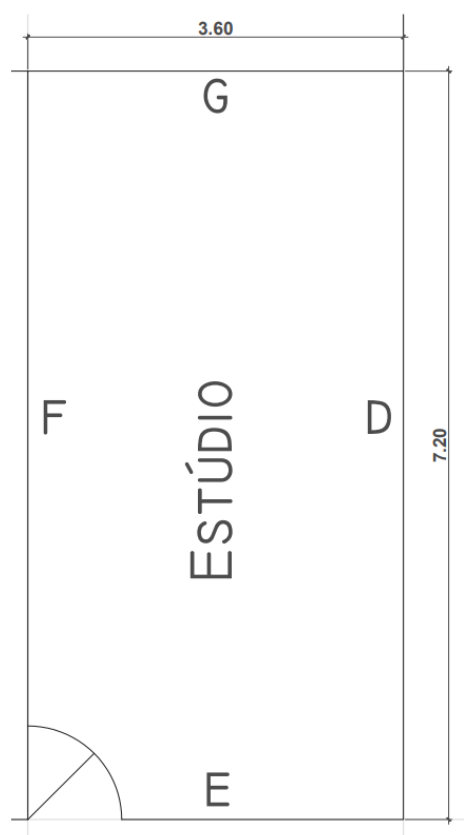
Coordenação					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
4.1	Poltronas	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	R\$ 11.210,90
4.2	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
4.3	Vasos para plantas decorativas	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
4.4	Mesa de Centro	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
4.5	Quadros decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
4.6	Arandela para quadro	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	

## 2.4. ESTÚDIO

### 2.4.1. Lista de Mobiliários do estúdio

Estúdio					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
3.1	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	R\$ 91.568,08
3.2	Suporte para TV movei	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
3.3	Computadores	3	R\$ 6.194,00	R\$ 18.582,00	
3.4	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
3.5	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
3.6	Teleprompter	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	
3.7	Câmera Ptz	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	
3.8	Switcher pequeno	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	
3.10	Kit 2 - Microfone lapela	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00	
3.11	Microfone sem fio	4	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	
3.12	Kit 2 - Caixas de som para retorno	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	
3.13	Chroma key	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
3.14	Kit 2 - Softbox	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	
3.15	Poltronas	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	
3.16	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
3.17	Vasos para plantas decorativas	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
3.18	Mesas de Centro	2	R\$ 555,22	R\$ 1.110,44	
3.19	Kits de decoração	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	
3.20	Mesas para computadores	3	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00	
3.21	Acústica nas paredes	35,54 m <sup>2</sup>	R\$ 170,00	R\$ 6.041,97	
3.22	Quadros decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
3.23	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
3.24	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	

#### 2.4.2. Memorial de cálculo de acústica do estúdio



PAREDE E: **4,23 m²**

PAREDE F: **18,72 m²**

PAREDE G: **9,36 m²**

Área E+F+G:  $4,23 + 18,72 + 9,36 = \mathbf{32,31 \text{ m}^2}$

*Adicional de 10% para perdas e recortes:*

Área de Sala de Estúdio:  $32,31 \times 1,1 = \mathbf{35,541 \text{ m}^2}$



## 2.5. COPA

### 2.5.1. Lista de Mobiliários

Copa					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
7.1	Bebedouro	1	R\$ 1.945,00	R\$ 1.945,00	R\$ 34.014,16
7.2	Lixeiras	4	R\$ 160,00	R\$ 640,00	
7.3	Aparador	3	R\$ 2.200,00	R\$ 6.600,00	
7.4	Pia granito São Gabriel	1	R\$ 785,00	R\$ 785,00	
7.5	Kit Cuba + Torneira + Acessórios	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	
7.6	Balcão Gabinete de pia	1	R\$ 1.189,99	R\$ 1.189,99	
7.7	Mesas redondas	3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00	
7.8	GELADEIRAS	2	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	
7.9	MICROONDAS	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00	
7.10	FORNO	1	R\$ 649,00	R\$ 649,00	
7.11	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
7.12	Quadros Decorativos	2	R\$ 689,00	R\$ 1.378,00	
7.13	Arandelas para os quadros	4	R\$ 349,90	R\$ 1.399,60	
7.14	vasos para plantas decorativa verticais	3	R\$ 323,28	R\$ 969,84	

## 2.6. ATENDIMENTO/ASSESSORIA/DIGITALIZAÇÃO

### 2.6.1. Lista de mobiliários do atendimento, assessoria e digitalização

Atendimento - Assessoria- Digitalização					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
5.1	Plantas artificiais realistas	23	R\$ 485,91	R\$ 11.175,93	R\$ 47.522,21
5.2	Vasos para plantas decorativa divisorias - horizontais	23	R\$ 323,28	R\$ 7.435,44	
5.3	Quadros Decorativos	8	R\$ 689,00	R\$ 5.512,00	
5.4	Arandelas para os quadros	16	R\$ 349,90	R\$ 5.598,40	
5.5	Aparador	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
5.6	Kits de decoração	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00	
5.7	Bebedouro	2	R\$ 1.945,00	R\$ 3.890,00	
5.8	Poltronas	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00	
5.9	Mesas de apoio	2	R\$ 555,22	R\$ 1.110,44	

## 2.7. CENTRAL DE INTELIGÊNCIA

### 2.7.1. Lista de mobiliários da central de inteligência

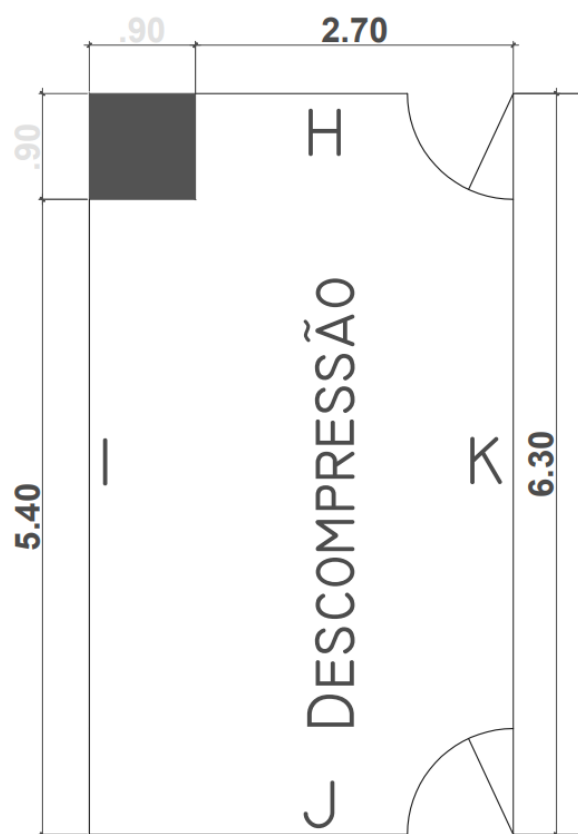
Central de Inteligência					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
6.1	TVs	9	R\$ 3.999,00	R\$ 35.991,00	R\$ 119.370,69
6.2	Suporte para TV	9	R\$ 899,99	R\$ 8.099,91	
6.3	Computadores	9	R\$ 6.194,00	R\$ 55.746,00	
6.4	Teclados e mouses sem fio	9	R\$ 238,00	R\$ 2.142,00	
6.5	Webcams	9	R\$ 271,00	R\$ 2.439,00	
6.6	Poltronas	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00	
6.7	Mesas de apoio	3	R\$ 555,22	R\$ 1.665,66	
6.8	Mesas para os computadores	3	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00	
6.10	Plantas artificiais realistas	3	R\$ 485,91	R\$ 1.457,73	
6.11	Vasos para plantas decorativas	3	R\$ 453,13	R\$ 1.359,39	

## 2.8. SALA DE DESCOMPRESSÃO

### 2.8.1. Lista de mobiliários da sala de descompressão

Sala de descompressão					
Item	Descrição	QUANT.	Preços médios no DF	Total do item	Orçamento total (R\$)
8.1	Sofá (3 Lugares)	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 30.868,83
8.2	Puffs	4	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00	
8.3	TV	1	R\$ 3.999,00	R\$ 3.999,00	
8.4	Suporte para TV	1	R\$ 899,99	R\$ 899,99	
8.5	Computador	1	R\$ 6.194,00	R\$ 6.194,00	
8.6	Teclado e mouse sem fio	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00	
8.7	Webcam	1	R\$ 271,00	R\$ 271,00	
8.8	Mesa de apoio	1	R\$ 555,22	R\$ 555,22	
8.9	Quadro decorativo	1	R\$ 689,00	R\$ 689,00	
8.10	Arandelas para os quadros	2	R\$ 349,90	R\$ 699,80	
8.11	Kit de decoração	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
8.12	Plantas artificiais realistas	2	R\$ 485,91	R\$ 971,82	
8.13	vasos para plantas decorativa	2	R\$ 453,13	R\$ 906,26	
8.14	Acústica nas paredes	47,32 m²	R\$ 170,00	R\$ 8.044,74	

### 2.8.2. Memorial de cálculo de acústica da sala de descompressão



PAREDE H: 7,02 m²

PAREDE I: 14,04 m²

PAREDE J: 9,36 m²

PAREDE K: **16,38 m²**

Área H+I+J+K:  $5,13 + 16,38 + 7,47 + 14,04 = \mathbf{43,02 \text{ m}^2}$

*Adicional de 10% para perdas e recortes:*

Área de Sala de Descompressão:  $43,02 \times 1,1 = \mathbf{47,32 \text{ m}^2}$

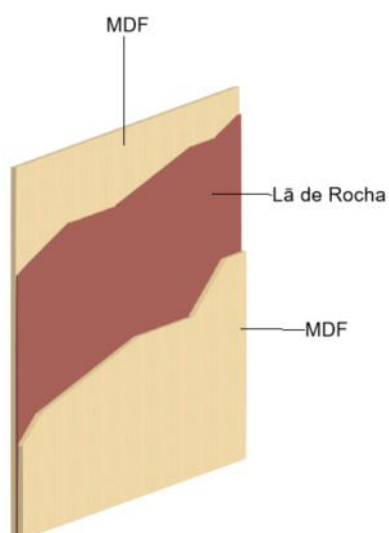
### 3. TOTAL DE ACÚSTICA

**Área Total: Sala de Reunião + Sala de Estúdio + Sala de Descompressão**

$66,627 + 35,541 + 47,322 = \mathbf{149,49 \text{ m}^2}$

#### 3.1.1. Tipos de Acústica

Tipo de instalação	Preço estimado no DF
Painel de lã de rocha Básico (30 mm – densidade comum)	R\$ 124,00
Painel de lã de rocha Básico (50 mm – densidade comum)	R\$ 145,00
Painel de lã de rocha Básico (50–70 mm – densidade alta)	R\$ 170,00

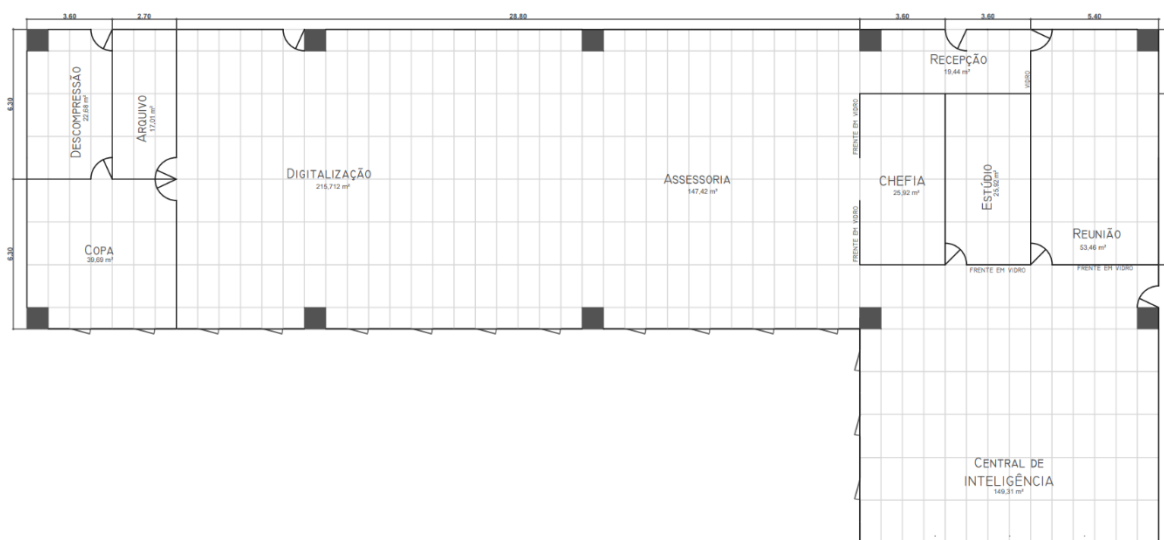


Considerando o tipo de Painel de lã de rocha Básico (50–70 mm – densidade alta):

$A = 149,49 \times 170$

**A = R\$ 25.413,30**

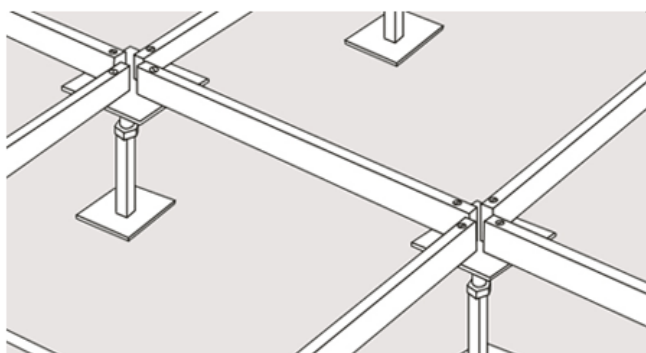
## 4. PISO E FORRO



Área total = **716,31 m²**

### 4.1. Tipos de Piso elevado

Material	Faixa (R\$/m²)	Durabilidade	Indicado para	Orçamento (716,31 m²)
Aço	180 – 300	30 – 50 anos	Escritórios com alta infraestrutura técnica	<b>R\$ 214.893,00</b>
Alumínio	150 – 250	20 – 30 anos	Escritórios modernos e leves	<b>R\$ 179.077,50</b>



Considerando o material de Aço.

$$P = 716,31 \times 300$$

$$P = \text{R\$ } 214.893,00$$

*Adicional de 10% de segurança*

$$P = \text{R\$ } 214.893,00 \times 1,1$$

$$P = \text{R\$ } 236.382,30$$

## 4.2. Tipos de piso vinílico

Tipo de Piso	Descrição Técnica	Faixa de Preço (R\$/m²)	Indicação	Orçamento (716,31 m²)
Vinílico em Régua (colado)	Réguas coladas ao contrapiso. Formato tipo madeira (ex: 15x90 cm ou 20x120 cm)	R\$ 120 a R\$ 135	Ambientes formais, salas, recepções	<b>R\$ 96.701,85</b>
Vinílico Click (encaixe)	Réguas com sistema de encaixe (macho-fêmea). Instalação "flutuante"	R\$ 130 a R\$ 150	Reformas rápidas, piso elevado, menor sujeira	<b>R\$ 107.446,50</b>
Vinílico em Manta	Rolo contínuo com menos emendas. Acústica superior e maior conforto ao pisar	R\$ 115 a R\$ 130	Salas grandes, coworkings, auditórios	<b>R\$ 93.120,30</b>

Piso vinílico considerando o Régua (colado).

$$Pv = 716,31 \times 135$$

$$Pv = \text{R\$ } 96.701,85$$

*Adicional de 10% de segurança*

$$Pv = \text{R\$ } 96.701,85 \times 1,1$$

$$Pv = \text{R\$ } 106.372,04$$

## 4.3. Forro

TIPOS DE FORRO			
Tipo de Forro	Faixa de Preço (R\$/m²)	Descrição	Orçamento (716,31 m²)
Gesso-liso	75 – 120	Simple e econômico para escritórios	<b>R\$ 85.957,20</b>
Drywall básico (sem lã)	50 – 90	Mais enxuto, sem isolamento	<b>R\$ 64.467,90</b>
Drywall com lã mineral	65 – 95	Melhor acústica e térmica	<b>R\$ 68.049,45</b>

Forro considerando o Gesso-liso.

$$F = 716,31 \times 120$$

$$F = \text{R\$ } 85.957,20$$

*Adicional de 15% de segurança*

$$Fv = 85.957,20 \times 1,15$$

$$Fv = \text{R\$ } 98.850,78$$

## 5. CRONOGRAMA

### 5.1. Equipe

Equipe		
Equipe	PRESENCIAL	HOME OFFICE
Assessoria	7	14
Atendimento	6	-
Digitalização	10	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>14</b>

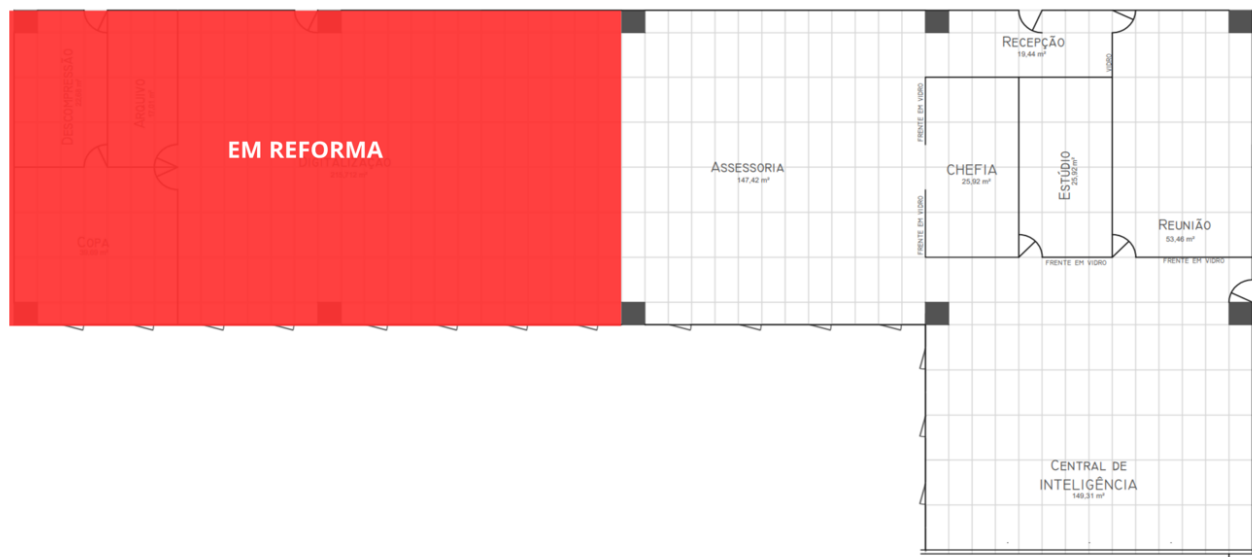
### 5.2. Fases

Pré-Obra					
Item	Descrição da Atividade	Local de Deslocamento	Início	Fim	Prazo estimado
Projeto Executivo		-	09/04/2026	08/05/2026	15 a 30 dias
Análise do Projeto Executivo		-	09/05/2026	23/05/2026	10 a 15 dias
Projeto de Interiores		-	24/05/2026	07/06/2026	10 a 15 dias
Análise do Projeto de Interiores		-	08/06/2026	12/06/2026	03 a 05 dias
FASE 1 - Execução da Obra					
Fase da Obra	Descrição da Atividade	Local de Deslocamento	Início	Fim	Prazo estimado
Instalação de Pontos Elétricos	Passagem de cabos, instalação de tomadas e quadros	Assessoria/Central de Inteligência	13/06/2026	22/06/2026	8 a 10 dias
Instalação de Rede	Cabeamento estruturado, instalação de pontos de rede	Assessoria/Central de Inteligência	23/06/2026	02/07/2026	9 a 10 dias
Instalação de Pisos elevados	Instalação de Piso elevado	Assessoria/Central de Inteligência	03/07/2026	14/07/2026	10 a 12 dias
Troca de Forros	Instalação de forros (gesso ou modular)	Assessoria/Central de Inteligência	15/07/2026	26/07/2026	10 a 12 dias
Aquisição de Mobiliário	Compra, transporte e de móveis	Assessoria/Central de Inteligência	27/07/2026	08/08/2026	11 a 13 dias
FASE 2 - Execução da Obra					
Fase da Obra	Descrição da Atividade	Local de Deslocamento	Início	Fim	Prazo estimado
Instalação de Pontos Elétricos	Passagem de cabos, instalação de tomadas e quadros	Digitalização	09/08/2026	18/08/2026	8 a 10 dias
Instalação de Rede	Cabeamento estruturado, instalação de pontos de rede	Digitalização	19/08/2026	28/08/2026	9 a 10 dias
Instalação de Pisos elevados	Instalação de Piso elevado	Digitalização	29/08/2026	09/09/2026	10 a 12 dias
Troca de Forros	Instalação de forros (gesso ou modular)	Digitalização	10/09/2026	21/09/2026	10 a 12 dias
Aquisição de Mobiliário	Compra, transporte e de móveis	Digitalização	22/09/2026	04/10/2026	11 a 13 dias

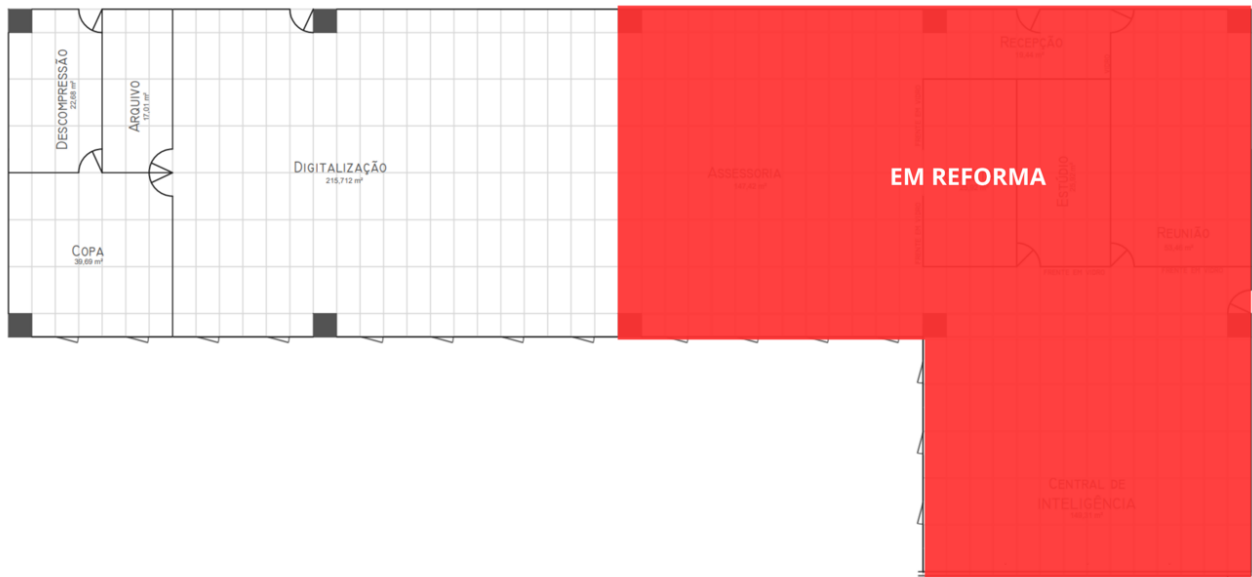
Total: 180 dias.

5.3. Ilustração das Fases

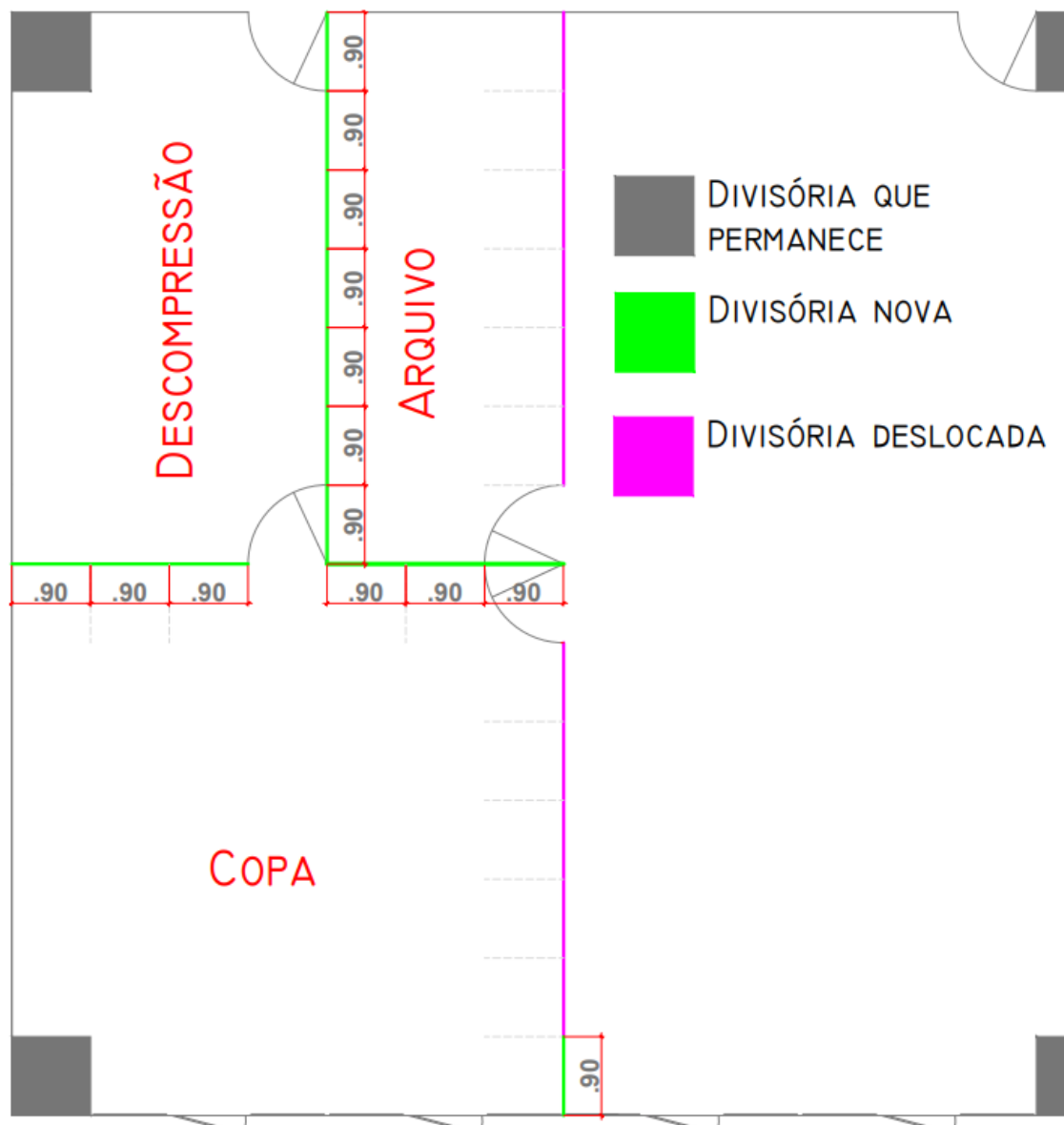
FASE 1



FASE 2



## 6. DIVISÓRIAS




11 Divisórias deslocadas e adquirir 14 novas.

## 7. JUSTIFICATIVA

Os valores apresentados neste orçamento refletem estimativas realizadas com base em pesquisas de mercado e levantamentos preliminares, considerando os itens descritos no projeto, como mobiliários e demais componentes necessários para a modernização dos ambientes.

Até o momento, não foi possível realizar um levantamento definitivo, especialmente em relação aos custos com frete e logística, que podem variar conforme o fornecedor e a localidade de entrega. Ainda assim, os cálculos realizados permitem apresentar uma estimativa razoável e fundamentada, totalizando **R\$ 1.004.867,75**.





Essa estimativa serve como referência para planejamento e tomada de decisão, estando sujeita a ajustes conforme o avanço das etapas de contratação e definição dos fornecedores. Ressalta-se que a previsão orçamentária foi elaborada com base em critérios técnicos e alinhada às necessidades do projeto, garantindo transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

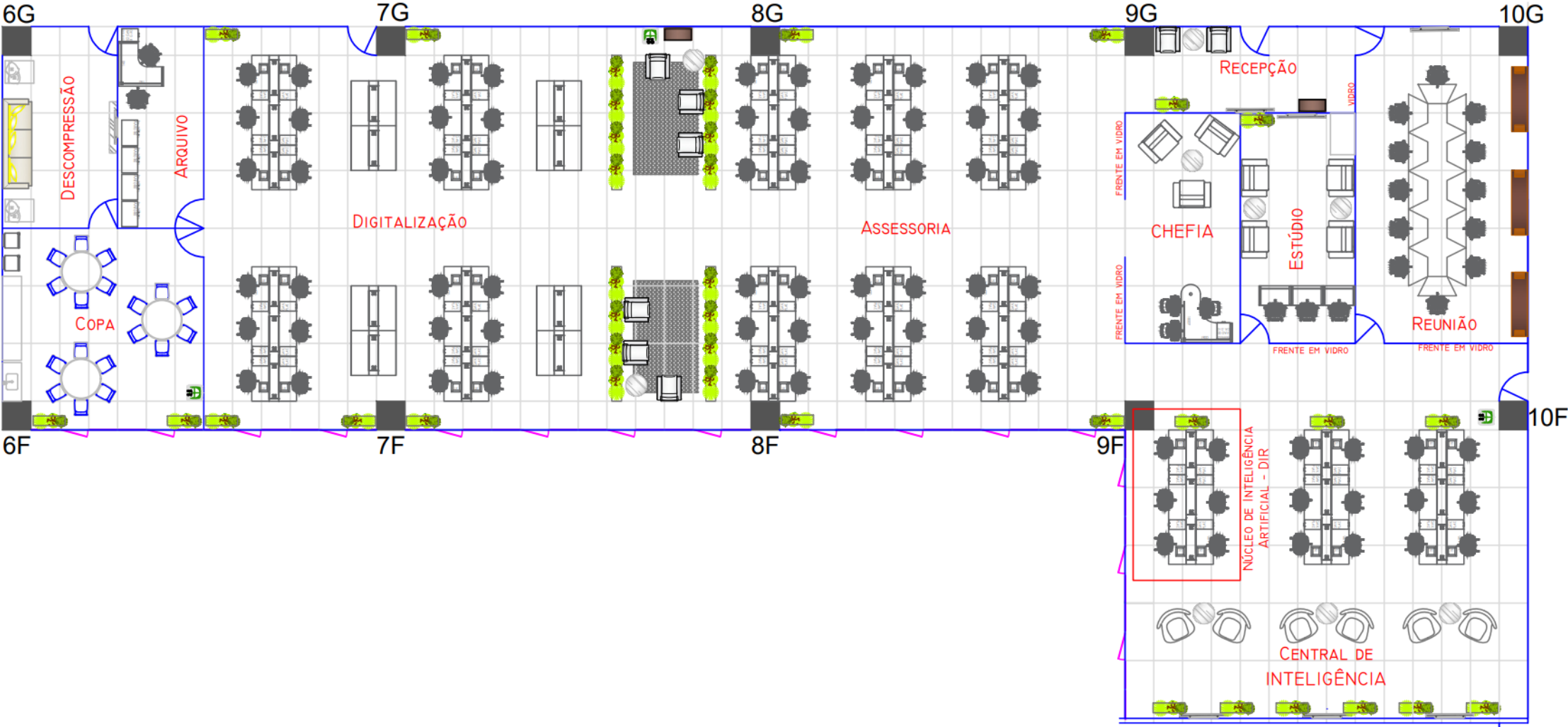
## 8. CONCLUSÃO

A modernização dos ambientes proposta neste projeto representa um avanço significativo para o DNIT, tanto na melhoria da experiência dos cidadãos quanto na eficiência operacional do órgão. A transformação dos espaços físicos, aliada à adoção de soluções tecnológicas, contribui para uma gestão mais ágil, sustentável e alinhada aos princípios de inovação e transparência institucional.

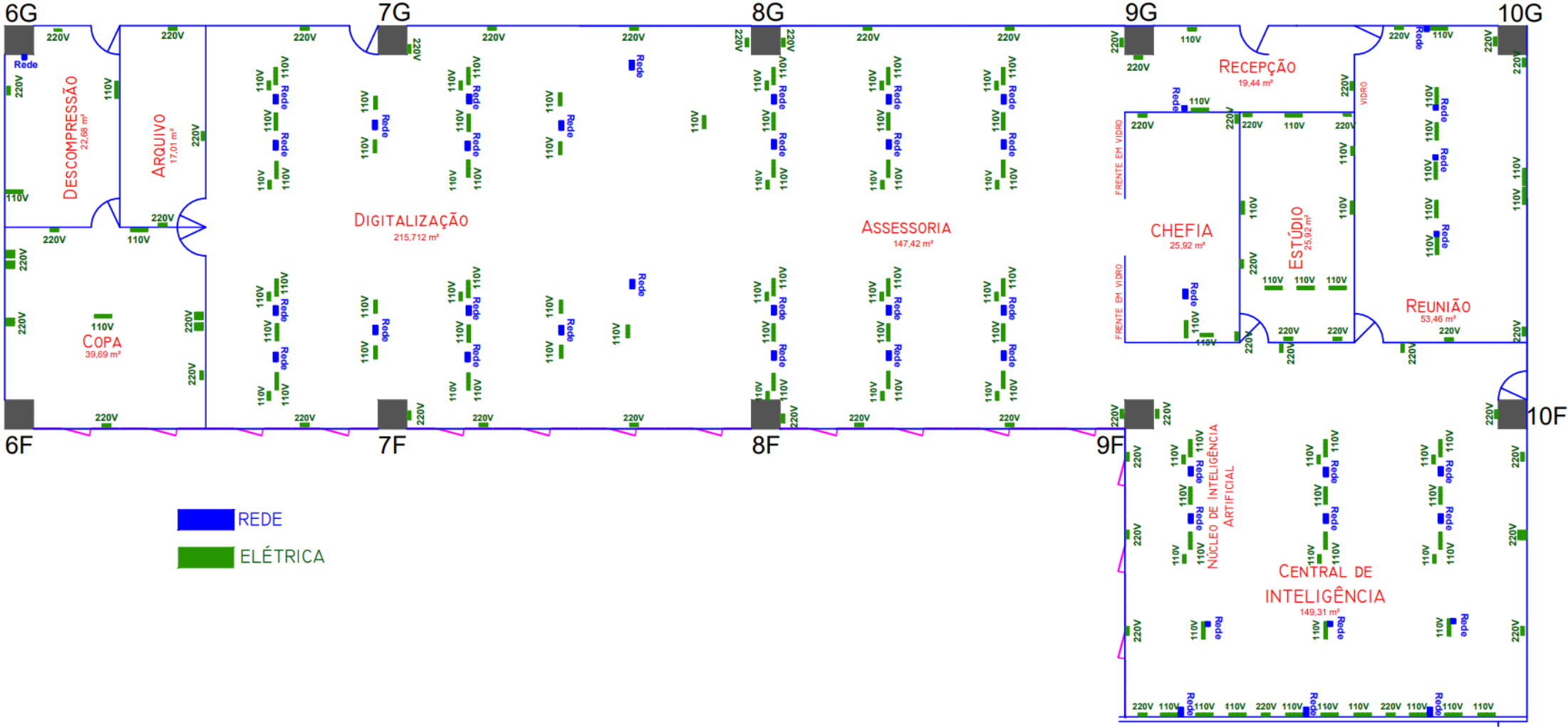
Os valores orçamentários apresentados até a presente data foram estimados com base em pesquisas de mercado e levantamentos preliminares, considerando os itens essenciais para a execução do projeto. Embora não se trate de um levantamento definitivo — especialmente no que se refere aos custos com frete e logística —, a estimativa de **R\$ 1.004.867,75** oferece uma referência sólida para o planejamento e tomada de decisão, estando sujeita a ajustes conforme o avanço das etapas de contratação.

É importante destacar que os desafios envolvidos, como o investimento inicial, a dependência tecnológica e a necessidade de suporte à inclusão digital, serão gerenciadas por meio de estratégias de manutenção, capacitação e segurança. Com um planejamento cuidadoso e a mitigação dos riscos identificados, este projeto tem potencial para servir como modelo piloto de transformação digital no âmbito do DNIT, gerando ganhos expressivos em eficiência, economia e satisfação dos usuários

9. 3º ANDAR-CMET



10. PONTOS DE REDE E ELETRICIDADE



## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 50600.004765/2025-94

**Unidade Gestora:** 393003

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
E XXXXXXXXXXXX.

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lt A, Edifício Núcleo dos Transportes, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 04.892.707/0001-00, neste ato representado pelo Diretor de Infraestrutura Rodoviária, Sr. **FÁBIO PESSOA DA SILVA NUNES**, nomeado pelo Decreto de 10 de julho de 2023, publicado no DOU de 11 de julho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº XXXXX e pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias, Sr. **LEONARDO SILVA RODRIGUES**, nomeado pela Portaria/DG nº 511, de 06 de junho de 2023, publicada no DOU de 13 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº XXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), tendo em vista o que consta no Processo nº 50600.004765/2025-94 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de prestação de serviços especializados de processamento de imagens relativas a infrações de trânsito; digitalização e gerenciamento documental; análise e instrução de processos administrativos relacionados a infrações, danos ao patrimônio público e sinistros de trânsito; atendimento ao público interno e externo; e análise integrada de dados e informações de infraestrutura rodoviária sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
------	--------	-----------	---------	----------------	------------	-------------

1		SERVIÇO 1 - PROCESSAMENTO DE IMAGENS				
	22.640	Fase 1: Processamento Fase 1 - Automático/Manual	Por imagem	R\$	101.666.670	R\$
	22.640	Fase 2: Processamento Fase 2 - Manual	Por imagem	R\$	101.666.670	R\$
	22.640	Fase 3: Arbitragem	Por imagem	R\$	1.386.455	R\$
	22.640	Fase 4: Preparação	Por imagem	R\$	56.851.062	R\$
	22.640	Contestação	Por imagem	R\$	1.152.961	R\$
2	27.278	SERVIÇO 2 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	Documento Digitalizado	R\$	4.473.830	R\$
3		SERVIÇO 3 - APOIO À ANÁLISE E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS				
	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC1	Processo Analisado e Instruído	R\$	4.955.056	R\$
	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC2	Processo Analisado e Instruído	R\$	143.667	R\$
	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC3	Processo Analisado e Instruído	R\$	1.430.289	R\$
	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC4	Processo Analisado e Instruído	R\$	670.659	R\$
	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC5	Processo Analisado e Instruído	R\$	828.318	R\$
	5.380	Apoio à análise e instrução de processos - GC6	Processo Analisado e Instruído	R\$	80.406	R\$
4		SERVIÇO 4 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO				
	16.292	Supervisão	Posto de Trabalho	R\$	60	R\$
	16.292	Atendimento Diurno	Posto de Trabalho	R\$	222	R\$
	16.292	Atendimento Noturno - AN 6h	Posto de Trabalho	R\$	120	R\$
	16.292	Atendimento Noturno - AN 7h	Posto de Trabalho	R\$	120	R\$
5	27.022	SERVIÇO 5 - CENTRAL DE INTELIGÊNCIA	Posto de Trabalho	R\$	59	R\$
6	78	Adequação de espaço físico				
		Projeto Executivo	Projeto	R\$	1	R\$
		Projeto de interiores	Projeto	R\$	1	R\$
		Obra	Percentual executado	R\$	4	R\$

	TOTAL	R\$
--	-------	-----

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência (SEI nº XXXX);
- 1.3.2. O Edital da Licitação (SEI nº XXXX);
- 1.3.3. A Proposta do contratado (SEI nº XXXX);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 2.8. A Ordem de Início dos Serviços - OIS para os tipos de processos 4 - OUTROS (relacionados à cobrança administrativa) e 11 - COBRANÇA está vinculada a data de término dos quantitativos dos GC1, GC2 e GC3 ou encerramento do Contrato TT-247/2024 (SEI nº 18093987), oriundo do Pregão Eletrônico nº 426/2023.

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

## **CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXX,XX (xxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO E REAJUSTE**

7.1. As regras acerca da repactuação e reajuste dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais

como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da



execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos

trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.43. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.44. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.45. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.46. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.47. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.48. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.48.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.48.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.49. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.50. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.50.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.51. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.51.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o censo do IBGE de 2022, que no presente caso corresponde a 30% (trinta por cento).

9.51.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

9.51.3. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.51.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.51.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.51.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.51.4.

9.51.7. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.52. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos,

notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente

cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a

necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 393003;

II - Fonte de Recursos: 1000;

III - Programa de Trabalho: 26.782.3108.2036 - Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal; e, 26.782.3106.2325 - Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito;

IV - Elemento de Despesa: 33903501;

V - Plano Inter o: MT 00825 e MT 00218.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal, para



dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#)

Brasília, ..... de ..... de 2026.

(Assinado eletronicamente)  
FÁBIO PESSOA DA SILVA NUNES  
Diretor de Infraestrutura Rodoviária

(Assinado eletronicamente)  
LEONARDO SILVA RODRIGUES  
Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias

---

Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Donelli Pellizzon**, **Coordenador de Multas e Educação para o Trânsito**, em 17/10/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20262201** e o código CRC **E88A0E42**.

---

Referência: Processo nº 50600.004765/2025-94

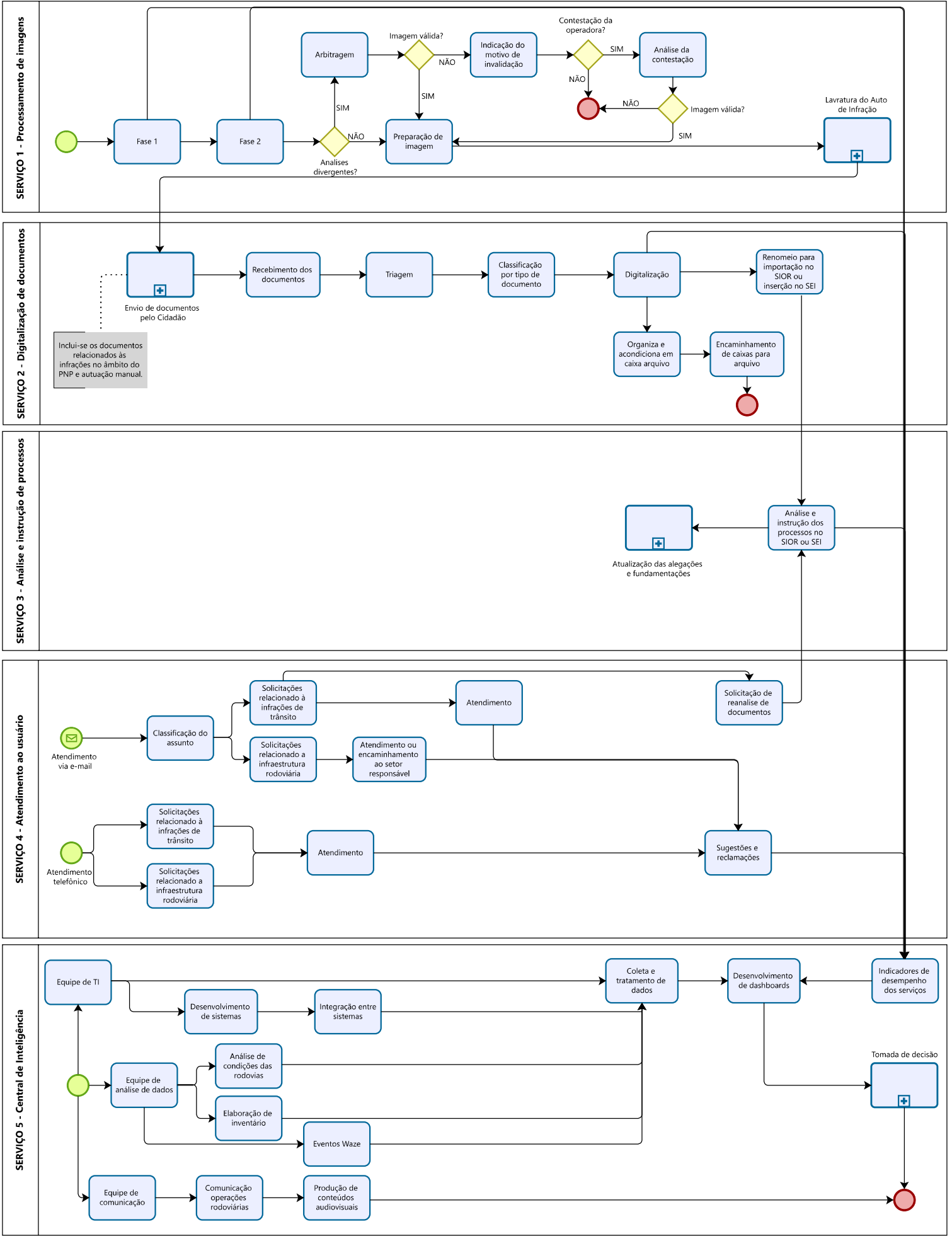
SEI nº 20262201

**DNIT**  
DEPARTAMENTO  
NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA  
DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF |



**ANEXO III - TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

**TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
(DNIT) Nº \_\_\_\_/20\_\_**

O DNIT e a CONTRATADA concordam que, durante a execução deste contrato, atuarão em conformidade com ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção e à fraude, em especial a Lei nº 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420/2015; e se comprometem a cumpri-los na realização de suas atividades, bem como se obrigam a não executar nenhum dos atos lesivos dispostos no artigo 5º da referida Lei.

A CONTRATADA declara que: tem conhecimento da Norma Brasileira ABNT NBR ISSO 37001 – Sistemas de gestão antissuborno; e:

- 1) não realiza, não oferece; e não autoriza:
  - a) qualquer pagamento ou promessa de pagamento como suborno;
  - b) entrega de presente(s);
  - c) concessão de entretenimento(s);
  - d) fornecimento ou pagamento de refeição(ões), hospitalidade(s) ou qualquer outra vantagem direta ou indireta para o uso ou benefício de qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares e:
- 2) não concede benefício direto ou indireto de partido político, de candidato a cargo eletivo, ou de qualquer outro indivíduo a qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares.

A CONTRATADA declara conhecer as normas que combatem e proíbem atos anticoncorrenciais e de corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) e a Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) – em conjunto, aqui denominadas “Leis Anticorrupção” – e se compromete a cumpri-las fielmente, por si, bem como por seus executivos, sócios, diretores, coordenadores, representantes, administradores e colaboradores, assim como exigir o seu fiel cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

A CONTRATADA declara e garante, durante a execução deste Contrato, que:

- 1) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não ocupam cargo, emprego ou função no DNIT ou em empresa prestadora de serviço no DNIT;
- 2) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não possuem parentesco, até o terceiro grau, com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, dentro da unidade administrativa do DNIT que promova a licitação ou com ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do DNIT;
- 3) Nos demais casos de parentesco, até o terceiro grau, de seus atuais sócios administradores, controladores, dirigentes com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função no DNIT, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, declara que o parentesco não teve poder de influência na contratação;

4) Que eventual ex- ocupante de cargo, emprego ou função do DNIT que venha a integrar a CONTRATADA, seja na qualidade de administrador, sócio, controlador ou dirigente, tenha rompido seu vínculo com o DNIT há pelo menos 6 (seis) meses, obrigando-se a CONTRATADA a informar por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis ao DNIT qualquer nomeação de seus representantes em quaisquer das hipóteses elencadas.

5) manterá uma política ativa de compliance compatível com a natureza, o porte, a estrutura, a complexidade, o perfil de risco e o modelo do objeto aqui contratado.

O não cumprimento pela CONTRATADA da legislação anticorrupção e/ou disposto neste Contrato, durante a execução deste, será considerado infração grave e conferirá ao DNIT o direito de, agindo de boa-fé:

1) instaurar procedimento de apuração de responsabilidade administrativa, nos termos do Decreto nº 8.420 e da Instrução Normativa CGU nº 13/2019; e

2) rescindir o Contrato, após o devido processo legal, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos.

A CONTRATADA se comprometerá ainda a:

1) Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT a todos os funcionários da empresa;

2) Cumprir e exigir o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública e

3) Denunciar ao DNIT qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção.

E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2